

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Willian José de Carvalho

**A (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) a partir dos conceitos de
mineiridade e identidades híbridas**

Juiz de Fora
2020

Willian José de Carvalho

A (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) a partir dos conceitos de mineiridade e identidades híbridas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

Juiz de Fora
2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Willian José de .

A (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) a partir dos conceitos de mineiridade e identidades híbridas / Willian José de Carvalho. -- 2020.

193 f.

Orientador: Luiz Ademir de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Mineiridade. 2. Identidades híbridas. 3. Comunicação Política. 4. Folha de S. Paulo. 5. Aécio Neves. I. Oliveira, Luiz Ademir de , orient. II. Título.

Willian José de Carvalho

A (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) a partir dos conceitos de mineiridade e identidades híbridas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Aprovada em **12 de fevereiro de 2020**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Carla Montuori Fernandes

Universidade Paulista

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou nas minhas escolhas e que nunca deixaram de acreditar na minha capacidade em conquistar os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus. Sei que é por meio da vossa infinita bondade que conquistamos os nossos objetivos. E é dele também que vem todas as bênçãos necessárias para que consigamos completar a nossa corrida. Sei que sem a sua presença em minha vida, o percurso seria muito mais complicado do que já é.

Agradeço imensamente a minha família. Aos meus pais, Marli e José Fernandes, que sempre me apoiaram na minha vida. Alguns incentivos são reverberados, porém, os mais importantes são aqueles que estão silenciados oralmente, mas que ecoam no coração. Percorro essa jornada também por vocês!

Aos meus irmãos, Ulisses, Natasha e Wallace, que sempre me apoiaram e acreditaram na minha trajetória.

Agradeço, também aos meus sobrinhos, João Guilherme e Ana Luiza, que sempre trouxeram a alegria necessária, especialmente quando ela me faltava no meio do turbilhão da vida.

Aos meus amigos-irmãos, Adriana, Analice, Caroline, Cristiane, Douglas, Juliano, Rutiero e Vinícius, que sempre me incentivaram e me apoiaram a correr atrás dos meus sonhos, o apoio de cada um de vocês foi essencial.

A amiga Deborah, que foi uma grande parceira e esteve ao meu lado nessa jornada. Juntos dividimos os momentos de desespero e cansaço, tristeza e frustrações, alegrias e conquistas. A jornada sem essa partilha mútua certamente seria mais árdua.

Aos amigos que o mundo da pesquisa acadêmica me trouxe, Mariane, Mayra, Thamiris e Vinícius. Aos amigos que o mestrado me presenteou, Manoel, Maristela e Viviane, a parceria e carinho foi um estímulo para continuar.

Aos demais colegas de pós-graduação que completaram essa jornada. Com certeza aprendi um pouco com cada um.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira, que me acompanha desde a graduação e que acredita na minha capacidade, mais do que eu mesmo. Sempre me incentivando a trilhar um caminho de conquista e sucesso. Na vida precisamos de bons exemplos para sermos melhores e pela grandeza do seu coração, um dia espero poder refletir ao menos uma parte da grande pessoa que você é!

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, que sempre soube partilhar a grandeza do seu conhecimento para comigo e me auxiliar no meu crescimento como pesquisador. Das coisas

boas que a UFJF pode me proporcionar, certamente você está entre as melhores. Também um dia espero poder ser o reflexo deste grande profissional que é.

A Profa. Dr.^a Carla Montuori Fernandes, pelo carinho e pela disponibilidade. Muito me alegra ver profissionais mulheres do seu gabarito ocupando espaços que são também seus e que atuam no campo de pesquisa em Comunicação Política. Tal área reflete a realidade do campo político e a sua fibra é um exemplo para todos que te conhecem.

Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora e ao seu Programa de Pós-graduação em Comunicação. Aos professores, técnicos e funcionários por contribuírem para que a Educação neste país possa transformar vidas, especialmente em momentos em que isso é colocado em questão.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais que contribuiu para a minha formação na pós-graduação e possibilitou que chegasse até o final desta jornada.

Aos professores do curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei, meus primeiros formadores universitários e aos meus alunos de estágio docência, com vocês pude aprender a arte de lecionar e ampliar meus horizontes para o meu crescimento pessoal e profissional.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que colaboram de forma direta e indireta para que esse caminho fosse completado com êxito.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder o entusiasmo”
(CHURCHILL, 2017.)

RESUMO

Na política, o mineiro é visto como líder conciliador em função do equilíbrio, bom senso e valorização da estabilidade (DIAS, 1985; ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998; VASCONCELOS, 1999). Tais atributos compõem o conceito de mineiridade. É diante de tal conceito que a presente dissertação, por meio da interface entre mídia e política, pretende investigar a (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB), a fim de identificar em sua trajetória como emerge o líder conciliador a partir da perspectiva da cultura da mineiridade até se tornar um dos políticos de postura agressiva e acusado de envolvimento em escândalos de corrupção. Tal estudo também se centra na discussão de identidades híbridas (HALL, 1997, BAUMAN, 2005, WOODWARD, 2005), processo ocasionado com o advento da modernidade tardia, em que as velhas fontes de ancoragem dos sujeitos dão espaço para uma fluidez de informações e valores que são capazes de descentralizar o indivíduo, transformando o seu processo identitário em algo bastante fragmentado. (GIDDENS, 1991; 2002; BAUMAN, 2000; 2005; HALL, 1997; 2005). A interação do sujeito com o mundo acontece mediante a processos simbólicos e é por meio deles que o indivíduo se referencia na realidade da vida cotidiana. (BERGER; LUCKMANN, 1995; GOFFMAN, 2013). Assim sendo, a mídia pode ser compreendida como ator social no processo de construção da realidade mediante ao seu papel de mediador dos acontecimentos informacionais, que contribuem para a referenciação do sujeito (BOURDIEU, 1989; RODRIGUES, 1990; LIMA, 2004; MIGUEL, 2004; GOMES, 2006). Por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), mesclados à Análise de Enquadramento (PORTO, 2004), via pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), o estudo investiga como o jornal *Folha de S. Paulo* retratou a imagem de Aécio Neves nos principais momentos da sua carreira política. A partir de tal processo metodológico, pode-se notar que o político oscilou de uma imagem baseada na ótica da mineiridade e de “bom moço” a imagem de “vilão”. Apesar de ter uma trajetória política que remete da construção do mito (o herdeiro político de Tancredo Neves e político mineiro conciliador que se elege duas vezes governador de Minas e senador com ampla votação e quase se elege presidente da República em 2014) ao seu declínio culminando no seu quase desaparecimento da vida pública (com as denúncias de corrupção em 2017 e a prisão de sua irmã e sua eleição para deputado federal com pouco mais de 100 mil votos para garantir foro privilegiado em 2018). No entanto, a figura de Aécio já demonstrava ambiguidades e excentricidades nas disputas de poder desde o início de sua carreira, mesmo quando se colocava como o político que cultivava as matrizes

da identidade mineira como o tom conciliador, o que aponta para o caráter híbrido de sua imagem identitária.

Palavras-chave: Mineiridade. Identidades híbridas. Comunicação Política. Folha de S. Paulo. Aécio Neves.

ABSTRACT

In politics, the miner is seen as a conciliatory leader in terms of balance, common sense and the appreciation of stability (DIAS, 1985; ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998; VASCONCELOS, 1999). Such attributes make up the concept of mining. It is in the face of such concept that the present dissertation, through the interface between media and politics, intends to investigate the construction (or disconstruction) of Aécio Neves' image (PSDB), in order to identify in his trajectory how the conciliatory leader emerges from the perspective of the “miner mythology” until becoming one of the politicians with an aggressive posture and accused of involvement in corruption scandals. This study also focuses on the discussion of hybrid identities (HALL, 1997, BAUMAN, 2005, WOODWARD, 2005), a process occasioned by the advent of late modernity, in which the subjects' old sources of anchorage provide space for a flow of information and values that are capable of decentralizing the individual, transforming his identity process into something rather fragmented. (GIDDENS, 1991; 2002; BAUMAN, 2000; 2005; HALL, 1997; 2005). The interaction of the subject with the world happens through symbolic processes and it is through them that the individual refers to the reality of daily life. (BERGER; LUCKMANN, 1995; GOFFMAN, 2013). Thus, the media can be understood as a social actor in the process of constructing reality through its role as mediator of informational events, which contribute to the referencing of the subject (BOURDIEU, 1989; RODRIGUES, 1990; LIMA, 2004; MIGUEL, 2004; GOMES, 2006). Through the Content Analysis (BARDIN, 2011), mixed with the Framework Analysis (PORTO, 2004), via interpretative packages (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), the study investigates how the newspaper *Folha de S. Paulo* portrayed the image of Aécio Neves in the main moments of his political career. From such a methodological process, it can be seen that the politician oscillated from an image based on the viewpoint of mining and from "good boy" to the image of "villain". Despite having a political trajectory that goes back to the construction of the myth (the political heir of Tancredo Neves and a conciliatory politician from Minas Gerais who is elected twice as governor of Minas Gerais and senator with a large vote and is almost elected president of the Republic in 2014) to his decline culminating in his almost disappearance from public life (with accusations of corruption in 2017 and the arrest of his sister and his election to federal deputy with just over 100,000 votes to ensure a privileged forum in 2018). However, the figure of Aécio already showed ambiguities and eccentricities in power disputes since the beginning of his career, even when he placed himself as the politician who cultivated the matrixes of mining identity as the conciliatory tone, which points to the hybrid character of his identity image.

Keywords: Miner mythology. Hybrid Identities. Political Communication. Folha de S. Paulo.

Aécio Neves.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Cobertura do enquadramento da Folha de S. Paulo sobre Aécio Neves.....	143
Quadro 2	– Pacotes interpretativos dos enquadramentos da Folha de S. Paulo sobre Aécio Neves.....	155
Gráfico 1	– Pacotes interpretativos dos enquadramentos da Folha de S. Paulo sobre Aécio Neves	156
Quadro 3	– Matérias da Folha de S. Paulo referente a sete dias de eleição para presidente da Câmara dos Deputados, em 2001.....	157
Quadro 4	– Matérias da Folha de S. Paulo referente a sete dias do fim do 1º turno do pleito para a disputa presidencial de 2014.....	158
Quadro 5	– Matérias da Folha de S. Paulo referente aos sete dias do fim do 2º turno das eleições para a disputa presidencial de 2014.....	160
Quadro 6	– Matérias da <i>Folha de S. Paulo</i> referente aos sete dias após o vazamento dos áudios da JBS em que o nome do político foi citado em escândalos de corrupção.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
AM	Rádio em Amplitude Modulada
BH	Belo Horizonte
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FM	Rádio em Frequência Modulada
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IVC	Instituto Verificador de Mídia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
PBM	Pesquisa Brasileira de Mídia
PE	Pernambuco
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica

SBT	Sistema Brasileiro de Comunicação
SISCOM	Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A MODERNIDADE EM DEBATE E QUESTÕES SOBRE IDENTIDADES	24
2.1 QUESTÕES SOBRE A MODERNIDADE.....	25
2.2 QUESTÕES SOBRE A IDENTIDADE.....	32
2.3 AS CULTURAS NACIONAIS NOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: A IDENTIDADE BRASILEIRA.....	44
2.4 A MINEIRIDADE EM QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE MINEIRA	56
3 MÍDIA E POLÍTICA: A RELAÇÃO SIMBIÓTICA ENTRE OS CAMPOS.....	71
3.1 DA CENTRALIDADE DA MÍDIA AO PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO	73
3.2 A DIMENSÃO TEATRAL E ESPETACULAR DA POLÍTICA	87
3.3 TRANSFORMAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E O PERSONALISMO COMO CONSEQUÊNCIA	100
4 A PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA DA MÍDIA E OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS.....	109
4.1 A TEORIA CONSTRUCIONISTA: O JORNALISMO COMO ATOR SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE	110
4.2 OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS (DA MÍDIA)	115
4.2.1 Uma Breve história do jornal e a Folha de S. Paulo	120
5 AÉCIO NEVES: AS FACES DO POLÍTICO MINEIRO.....	123
5.1 A FIGURA DE TANCREDO E O SONHO DA CADEIRA DO AVÔ	125
5.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO	126
5.3 A SOMBRA DE AÉCIO: ANDREA LUSTRADORA DE IMAGENS	130
5.4 UMA POLÍTICA DE CONTROLE DA IMPRENSA MINEIRA.....	132
5.5 A REVIRAVOLTA NA TRAJETÓRIA EXCÊNTRICA DE AÉCIO: OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO	133
6 METODOLOGIA E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	136
6.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	136
6.2 PESQUISA DOCUMENTAL	137
6.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO	139
6.3.1 Os pacotes interpretativos	142

6.3.2	Análise quantitativa dos enquadramentos da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre Aécio Neves.....	143
6.3.3	Análise quanti-qualitativa dos pacotes interpretativos por período de recorte.....	156
6.3.4	Análise qualitativa dos enquadramentos da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre Aécio Neves	163
6.3.4.1	<i>Características da política da mineiridade ...</i>	163
6.3.4.2	<i>Disputa pelo poder</i>	169
6.3.4.3	<i>Postura de ataque</i>	172
6.3.4.4	<i>O político e os escândalos de corrupção</i>	175
7	CONCLUSÃO.....	179
	REFERÊNCIAS.....	185

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização, produto da modernidade, vivenciado na contemporaneidade proporciona um debate acerca das questões identitárias. Debruçar um olhar sobre o tema justifica-se, especialmente, pelo momento em que estamos inseridos, em que os processos comunicacionais e informacionais se mostram tão diversos e tão mesclados. Essas mudanças geraram uma quebra de fronteiras, que antes era delimitada por distâncias geográficas, mas que hoje se supera por meio das tecnologias digitais, especialmente pela internet (HALL, 1997; WOODWARD, 2005; GIDDENS, 1990, 2002).

Os efeitos da modernidade tanto para Giddens (1990; 2002) quanto para Bauman (2000) e da pós-modernidade, para Hall (1997)¹ tem proporcionado grande impacto na fragmentação do sujeito. As velhas estruturas de conhecimento não são mais suficientes para a compreensão do sujeito como um indivíduo completo. Essa desfragmentação vem gerando um efeito no qual podemos chamar de hibridismo identitário. O termo origina-se da compreensão de Stuart Hall (1997) na qual aborda que indivíduo não tem apenas uma identidade, mas é atravessado por várias divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito.

Essas várias divisões e posições contraditórias afetam não somente o sujeito em si, mas também as estruturas no qual ele está inserido. Ao trazermos para a discussão o campo da política, podemos perceber como essa fragmentação tem modificado o fazer político. Cada vez mais estamos vivenciando uma política alicerçada no espetáculo e, deste modo, um crescente personalismo da política (RUBIM, 2004; GOMES, 2004, WEBER, 2007; LEAL, 2012). Na sociedade do espetáculo, ganham força os personagens em detrimento do debate de ideias. Esses atores constroem-se diante de suas principais características e formam para si uma identidade política que os acompanha até o momento em que entram em descrédito (SCHWARTZEMBERG, 1977).

O político mineiro Aécio Neves (PSDB) configura-se como um rico objeto de estudo para a compreensão desta discussão. O neto de Tancredo Neves – presidente da redemocratização do país –, construiu uma trajetória alicerçada no sucesso. Em 2010, quase foi candidato por seu partido para a disputa presidencial, saiu de cena para a consolidação da

¹ A compreensão de Stuart Hall sobre a pós-modernidade se assemelha ao entendimento de modernidade tardia de Anthony Giddens (1990, 2002) e de modernidade líquida de Zygmunt Bauman (2002). A respeito das identidades, o sujeito pós-moderno na visão de Hall reflete os mesmos comportamentos dos sujeitos modernos abordados pelos dois outros autores.

candidatura do paulista José Serra. Mas, na eleição seguinte, em 2014, o tucano mineiro foi a escolha do partido e disputou as eleições presidenciais com Dilma Rousseff (PT). Esta foi uma das eleições mais acirradas da história. O mineiro perdeu por pouco menos de três milhões de votos. Porém, com o envolvimento em escândalos de corrupção ligados à investigação da Lava Jato, o político deixou de ser um grande nome da política nacional, todavia fez de tudo para se manter com o foro privilegiado, candidatando então a deputado federal por Minas Gerais, já que encerraria o seu mandato como senador mineiro em 2018. O peessedebista foi eleito com 106.702 votos. Se antes Aécio era um grande nome da política, em que se projetava para ser um dos principais candidatos para a disputa presidencial de 2018, especialmente pelo seu desempenho nas eleições anteriores, disputando uma eleição acirrada, hoje é um político com altos índices de rejeição nacional, além de torna-se réu nas investigações feitas pela Polícia Federal, Ministério Público na Operação Lava Jato e com processo a serem julgados no Supremo Tribunal Federal e na Primeira Instância da Justiça mineira.

Isso nos remete não somente a discussões do âmbito da política e de que forma se constroem os imaginários dos mitos na esfera pública, mas, principalmente, de entender como, na modernidade, as narrativas foram deslocadas, saindo de uma ordem totalizando para uma fragmentação em campos sociais em que os discursos ganham especificidades cada vez maiores (BOURDIEU, 1989). Neste ponto, um olhar sobre a centralidade da mídia nas sociedades se faz necessário. Com o desenvolvimento da modernidade, a mídia foi ampliando um papel central na sociedade contemporânea. Ao ser entendida como um sistema perito de distribuição de informação em que, por meio de critérios de seleção, ênfase, produção e distribuição, o campo jornalístico tem sido a principal instância de acesso a informação para a sociedade. Muitas vezes, somente dá-se credibilidade a um fato se este for noticiado na mídia (GIDDENS, 1990). O papel mediador da realidade feito pela mídia, também atingiu ao campo da política, transformando-a em um importante ator político na sociedade (LIMA, 2004; MIGUEL, 2004; GOMES, 2004).

Apesar de presenciarmos um *boom* da utilização das mídias digitais (principalmente das redes sociais – *Facebook, Twitter, Instagram* etc.) em detrimento das mídias tradicionais (rádio, televisão, jornais e revistas), não há por parte do indivíduo um abandono de uma em relação da outra, todavia, existe uma interlocução entre ambas. Mesmo a internet sendo a maior propagadora de *Fake News*, é por meio das informações da mídia tradicional, por meio de *links* dos portais de notícias, que o cidadão tem a origem das notícias, que, por sua vez,

ganham maior visibilidade e legitimidade. Uma mídia não anula o poder da outra, mas tem-se a criação de novos circuitos informativos.

Diante disso, a mídia (sejam elas as tradicionais ou novas) transforma-se em um instrumento importante para articulações dos atores políticos, em particular, nos momentos de disputas políticas e eleitorais. Por parte do campo político, houve uma adequação do *modus operandi*, para atender à lógica midiática, e, ao mesmo tempo, o campo da mídia passou a se estruturar para dar conta da lógica política. Assim, os dois campos se influenciam mutuamente. Por meio da relação simbiótica entre mídia e política, os meios de comunicação estão em constante disputa para (des) construir imagens públicas dos atores políticos, na medida em que os atores políticos se encontram em embate para prevalecer suas imagens. É uma disputa constante entre imagens idealizadas e imagens a serem propagadas (GOMES, 2004; PORTO, 2004; SCHWARTZENBERG, 1977). Assim, cada vez mais, há uma preocupação constante por parte dos atores políticos em controlar a imagem, arquitetar as estratégias e administrar as situações que podem causar danos. Especialmente, porque a imagem pública não é algo fixo. Por mais que se tente controlá-la, o comportamento humano não é algo rigorosamente controlado para produzir um único significado (GOMES, 2004).

Perante esse processo de disputa do controle de imagens, a compreensão acerca da espetacularização e personalização da política se fazem necessária. Alguns autores colocam que este fenômeno sempre esteve presente na sociedade (SCHWARTZENBERG, 1977; GOMES, 2004; WEBER, 2004). Já, há quem diga que tal fenômeno se deu a adequação da lógica midiática (MANIN, 1997). Porém, com o desenvolvimento da mídia tradicional e das novas mídias, pode-se afirmar que ambos encontraram um novo espaço para atuar e se mostrar visível. Por meio do controle dos gestos, dos discursos, dos comportamentos, dos vestuários e até das relações, os atores políticos encontram-se em constante atuação. Além disso, ocorre um esvaziamento do debate político e que cada vez mais as disputas eleitorais se configuram nos personagens e não nas ideias (SCHWARTZENBERG, 1977).

Mediante ao trabalho desenvolvido nessa dissertação, pretende-se debater por meio dos debates conceituais na interface entre mídia e política, o processo de (des) construção da imagem do senador Aécio Neves (PSDB), a fim de identificar em sua trajetória como emerge o líder conciliador a partir da perspectiva da cultura da mineiridade até se tornar um dos políticos de postura agressiva e acusado de envolvimento em escândalos de corrupção. Pretende-se analisar a imagem do político diante dos símbolos que remetem à cultura da mineiridade (ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998; VASCONCELOS, 1999; ÂNGELO, 2005) e

ao mesmo tempo reflete as identidades híbridas da pós-modernidade (HALL, 1997; 2005, WOODWARD, 2005; BAUMAN, 2005).

Na política, o mineiro é visto como líder conciliador em função do equilíbrio, bom senso e valorização da estabilidade (ARRUDA, 1990). Tais conceitos, formulados pela autora, podem ser remetidos a exemplos de políticos na história nacional, em que a interferência dos mineiros propôs importantes mudanças na vida social do país. A partir de tais conceitos, pode-se discutir a imagem de Aécio Neves (PSDB), que será objeto deste estudo, eleito deputado federal por Minas Gerais em 1987 até 2002, com quatro mandatos, sendo presidente da Câmara dos Deputados no biênio 2001-2002. Governador eleito em primeiro turno em 2002, e reeleito em 2006 com expressivas votações. Em 2010, elegeu-se senador. Em 2013, foi escolhido presidente nacional do PSDB. Em 2014, foi candidato à Presidência da República por seu partido, tendo como principais adversários a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT), e Marina Silva (PSB).

Perante os fatos, é pertinente um estudo da imagem do político mineiro e de como o peessedebista utilizou dos conceitos da cultura da mineiridade para construir sua imagem política em âmbito nacional, chegando à disputa presidencial de 2014. Sobre esta, vale a pena ressaltar que foi uma das eleições mais acirradas desde a redemocratização do país. Foi considerada também uma das campanhas mais agressivas com uso recorrente da propaganda negativa (BORBA, 2015). No segundo turno, houve muitos ataques entre os candidatos e Aécio saiu da postura conciliadora para assumir um comportamento agressivo, tanto na propaganda eleitoral como nos debates e entrevistas (LEAL; OLIVEIRA, 2016).

Os escândalos de corrupção envolvendo Aécio Neves vieram à tona com o acordo de delação premiada entre a Lava Jato e Joesley Batista. O tucano foi gravado em conversas com o dono da JBS. Estes áudios foram usados para o pedido de sua prisão e afastamento do seu cargo. Em 18 de maio de 2017, o senador foi afastado das suas atividades parlamentares pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). A PGR também pediu sua prisão, mas foi rejeitado pelo ministro da Suprema Corte. O seu retorno às atividades parlamentares foi autorizado pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello no dia 30 de junho de 2017.

A repercussão do envolvimento daquele que seria o principal candidato às eleições de 2018, ainda mais após o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), tornou-se tão negativo a sua imagem que as pesquisas realizadas ainda em 2017 sobre a disputa presidencial de 2018 colocaram o tucano como um dos políticos com maior índice de rejeição, ficando apenas atrás de Michel Temer. Um dado que revela uma deterioração da imagem pública – se

em 2014 chegou perto de se tornar presidente, hoje é um nome descartado para disputar qualquer eleição para cargos executivos – Presidência ou Governo de Minas.

Outro fator que contribuiu para o desgaste de sua imagem é a admissibilidade da denúncia da Procuradoria-Geral da União (PGR) no Supremo Tribunal Federal (STF), em que o neto de Tancredo tornou-se réu em uma decisão acachapante dos juízes da Primeira Turma do STF, com um placar de 5 votos a 0. A acusação contra o senador baseia-se na gravação pedindo dois milhões de reais ao empresário Joesley Batista, por ter indicado para receber o dinheiro seu primo Frederico Pacheco (“Alguém que a gente mata antes dele fazer delação”)² e pelas imagens do primo contando as notas e colocando-as na mochila que viajaria até Minas Gerais.

Além desta denúncia aceita no STF, o tucano ainda tem mais sete denúncias ligadas à Lava Jato para serem avaliados pelos ministros do Supremo. Com a decisão da Suprema Corte em restringir o foro privilegiado de deputados e senadores, foi enviado para a Justiça de Minas o processo que se baseia em delações da Odebrecht e apura se tucano participou da montagem de um cartel que fraudou licitações para construir a Cidade Administrativa, uma das principais obras de sua gestão como governador.

As pesquisas de intenções de voto, nas eleições de 2018, revelavam um desempenho satisfatório para o político na disputa ao Senado por Minas Gerais, com 21% das intenções de voto, conquistando um modesto segundo lugar para aquele que durante muitos anos foi o grande líder político no Estado. A sua opositora nas eleições presidenciais de 2014, Dilma, apareceu em primeiro lugar com 24,4% das intenções de votos. No entanto, por questões estratégicas, principalmente para garantir foro privilegiado, o que permite que somente seja julgado pelo Supremo, Aécio decidiu candidatar-se a deputado federal, tendo sido eleito com uma votação de com 106.702 votos (1,06% dos válidos), ficando em 19º dos 53 deputados federais eleitos no Estado, votação considera pouco expressiva para quem esteve muito perto de ser presidente da República em 2014.

A derrota de Aécio também se deu diante da grande reviravolta em Minas Gerais, com a queda dos políticos do PT e do PSDB, e a ascensão de *outsiders*, vinculados ao presidente eleito Jair Bolsonaro, que repercutiram na eleição para o governo e para o senado. Foi eleito Romeu Zema (Partido Novo), vencendo no primeiro e no segundo turno, com 42,73% (4.138.967 votos) e 71,8% (6.963.806 votos), respectivamente. No senado, as duas vagas

² “Desgraça em ninho tucano” Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/desgraca-no-ninho-tucano/> Acesso em 22 de maio de 2018.

ficaram com Rodrigo Pacheco (DEM) e Carlos Viana (PHS), derrotando, inclusive, Dilma, que até véspera da eleição, era tida como favorita.

Para esta pesquisa, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos: (a) pesquisa bibliográfica; (b) pesquisa documental; (c) análise de conteúdo (BARDIN, 2011) mesclados a enquadramentos noticiosos (PORTO, 2004), via pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Bardin (2011) destaca que a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. Trata-se de um método que aplica tanto técnicas quantitativas quanto qualitativas, com intuito de se obterem, por procedimentos sistemáticos e descrição do conteúdo, os indicadores capazes de permitir ao pesquisador realizar inferências sobre o objeto investigado. Esse método de análise é composto por cinco etapas: (1) a organização da análise, (2) a codificação, (3) a categorização, (4) a inferência e (5) o tratamento informático.

A partir de tal metodologia foram definidas algumas categorias de análise que foram aplicadas nas matérias selecionadas diante do recorte temporal proposto dessa pesquisa. Sobre o recorte temporal foram os seguintes: a) sete dias do período de eleição para a presidente da Câmara dos Deputados, em 2001; b) sete dias do fim do 1º turno do pleito para a disputa presidencial de 2014; c) sete dias do fim do 2º turno das eleições para a disputa presidencial de 2014 e, por fim, d) sete dias após o vazamento dos áudios da JBS em que o nome do político foi citado em escândalos de corrupção. Sobre as categorias de análises, oriundas dos pacotes interpretativos levantados foram: a) “política da mineiridade”; b) “Político estrategista”; c) “Postura de ataque” e d) “O político e os escândalos de corrupção”.

A hipótese que norteia este trabalho centra-se que, em momentos de disputas nas quais o tucano teve que projetar a sua imagem em nível nacional, a representação da figura do político mineiro, não é suficiente para construir a figura de candidato e assim assume outras imagens (ou posturas) para disputas destes pleitos. Todavia, a investigação da possível desconstrução é analisada a partir da ótica da mineiridade. Tal investigação se justifica, conforme aponta Leal e Oliveira (2016), em que o político nas eleições de 2014, procurou agregar a sua imagem os valores da cultura da mineiridade, que remetem a uma posição mais conservadora com o tom conciliador, além de trazer à tona valores de religiosidade e família que completam tal definição. No entanto, os autores também identificaram a partir da análise dos programas eleitorais do então candidato, a postura assumida por ele foi predominante de campanha negativa, de postura de ataques a ex-presidente, Dilma Rousseff e ao PT, mostrando um perfil que difere da imagem de político mineiro conciliador.

A dissertação está dividida em seis capítulos a fim de traçar uma discussão teórica na qual possa colaborar com tal investigação. No capítulo 2, intitulado “A Modernidade em debate e questões sobre identidades” são abordados os principais aspectos sobre a este período. O primeiro debate está na compreensão do que é a Modernidade, perpassando pelas discussões de Giddens (1991; 2002), Berman (1986), Bauman (2000), Eagleton (1997), a fim de traçar o processo histórico do surgimento período e quais são as principais do mesmo nas sociedades contemporâneas. Somam-se a isso, a compreensão da diferença da modernidade tardia (GIDDENS, 1991) e pós-modernidade (HALL, 1997) ou modernidade líquida (BAUMAN, 2000). Em sequência, entra-se numa revisão teórica acerca do entendimento da identidade (HALL, 1997; 2005; BAUMAN, 2005; WOODWARD, 2005; SILVA, 2005) e como o desenvolvimento da modernidade modificou o processo de centralização do sujeito, gerando uma fragmentação da identidade, tornando-a volátil, e como consequência, um hibridismo identitário. Posteriormente, a discussão entra na construção das identidades nacionais e como se deu a edificação da identidade brasileira. Este tópico passa por autores importantes como Freyre (2003), Holanda (1979), DaMatta (1986), porém trazendo também contrapontos de autores contemporâneos como Jessé de Souza (2019), Luiz Fernando Tosta Barbato (2016), Denton Aparecido Filipe (2016), Debora Souza do Nascimento Moraes (2016) que olharam questões sobre o desenvolvimento do país a fim de investigar como se deu ao ser brasileiro. Por fim, o debate deste capítulo chega à discussão sobre a mineiridade a fim de compreender como surge no ideário nacional a mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998, VASCONCELOS, 1999, ÂNGELO, 2005) e os eventos históricos sociais que compõe a imagem do político mineiro (ARRUDA, 1990; FRANÇA; 1998, ÂNGELO, 2005).

O terceiro capítulo intitulado “Mídia e Política: a relação simbiótica entre os campos” centra-se na discussão da relação entre os dois campos. Para tal entendimento, o arcabouço teórico debruça-se na questão da centralidade da mídia com os pressupostos presentes nas obras de autores como Bourdieu (1989), Rodrigues (2002), Thompson (1998), Rubim (2000), Miguel (2004) e Lima (2006), a fim de entender como a mídia hoje exerce um papel central na sociedade e busca uma compreensão sobre os novos circuitos informacionais oriundos das novas tecnologias de comunicação e informação e como consequência o processo de midiaticização presente nas obras de Fausto Neto (2008), Gomes (2016), Hjarvard (2012), Verón (2014) e Carlón (2015). Em continuidade de investigar tal relação entre mídia e política, as visões dos autores Schwartzemberg (1977), Goffman (2013), Debord (1997); Gomes (2004), Rubim (2000; 2004) sobre os efeitos da adaptação da lógica midiática pelo

campo político e como uma sociedade centrada no espetáculo causa consequências no fazer política na contemporaneidade. Finalmente, a conversa caminha para essas transformações políticas que traz como resultado o personalismo presente nos estudos de Manin (1996), Gomes (2004), Lima (2004) e Leal (2012).

O quarto capítulo denominado “A perspectiva construcionista e os enquadramentos noticiosos”, debate questões ligadas ao paradigma construcionista e de como a percepção da realidade é algo socialmente construído. Tal entendimento passeia pelos estudos de Berger e Luckmann (1995), Tuchman (1999), Albuquerque (1998) a fim de captar o papel da mídia nesse processo organizacional da realidade da vida cotidiana e como o processo de produção da notícia, por meio dos enquadramentos noticiosos colaboram nessa relação sob a ótica dos trabalhos de Tuchman (1999), Gamson e Modigliani (1989), Entman (1991), Goffman (2012) e Porto (2004). Além disso é apresentado um breve histórico da *Folha de S. Paulo*.

Por fim, o quinto capítulo teórico carrega o título “Aécio Neves: as faces do político mineiro” traz uma breve descrição da trajetória do neto de Tancredo Neves que começou os passos ao lado do avô, construíram uma carreira política recheada de vitórias nos momentos de disputas políticas e eleitorais e que hoje está envolvido em investigações no Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de participar em esquemas de corrupção. A elaboração dessa breve biografia é composta por fatos noticiados pela mídia e também por biografias sobre o político presentes nas obras de Fernandes (2014) e Gois e Iglesias (2014).

O sexto capítulo “Metodologia e *Corpus* de análise” compreendem a análise quantitativa e qualitativa do material selecionado. Num primeiro momento é trazido a compreensão dos processos metodológicos utilizado para essa dissertação que foram a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa Documental. Em sequência, o material se encaminha para a parte de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), mescladas a ideia dos enquadramentos noticiosos (PORTO, 2004), via “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). A mescla das análises de investigação se dá a fim de compreender quais foram as imagens acionadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* durante o período analisado, investigar se foram utilizados os atributos da mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990) para construir a sua carreira e se houve por parte do *quality paper* uma desconstrução da imagem do tucano sob a mesma ótica, acrescida a ideia de identidades híbridas (HALL, 1997).

2 A MODERNIDADE EM DEBATE E QUESTÕES DE IDENTIDADE

Desde o início dos tempos, a humanidade vem passando por uma série de mudanças na sua concepção de mundo e nas formas como constrói narrativas de si e do outro, o que remete, principalmente, à noção de identidades que se transformam e ganham contornos bem mais fragmentados na era moderna. As sociedades primitivas viveram em condições distintas das quais viemos hoje, e essas mudanças proporcionaram significativas transformações em importantes paradigmas que antes eram suficientes para a compreensão do mundo. Hoje, as velhas crenças das antigas sociedades não são suficientes para a compreensão da realidade em que estamos inseridos.

A modernidade é um processo histórico social que se inaugura na humanidade com o advento da revolução industrial. A partir deste período, mudanças significativas ocorrem nas sociedades e modos de viver, pensar e agir no mundo sofrem alterações significativas. Em um primeiro momento, os indivíduos da época não compreenderam e não experienciaram os efeitos deste processo de forma intensa, como nos aponta Giddens (1991; 2002). Tais efeitos começaram a produzir impactos com o amadurecimento de tal transformação, assim, a sociedade pôde experimentar os frutos oriundos dela [a modernidade]. Porém, como aponta Berman (1986), a modernidade é cercada de paradoxos e ambiguidades. Os inúmeros acontecimentos provenientes deste processo têm gerado alterações também na questão das identidades.

Nas sociedades pré-modernas, havia uma concepção única de indivíduo e a mesma era algo rígido, mais sólido. Porém, com a fluidez da modernidade, devido à quebra de fronteiras entre tempo e espaço, valores em constantes mudanças entre outros fatores, o indivíduo se vê em constante questionamento e como consequência, há uma desfragmentação do sujeito que a todo momento está em contato com diversas realidades e sofre interferência de todas elas. A modernidade pode ser compreendida como aponta Karl Marx na célebre frase “tudo que é sólido se desmancha no ar”³. Ou seja, o processo de concepção de identidades rígidas, sofre com a liquidez da modernidade.

O próprio conceito de modernidade é algo que oferece um debate intenso para o campo das ciências. Ademais, novos conceitos surgiram no campo das Ciências Sociais como

³ Tal frase está presente na obra, “O Manifesto Comunista” (O Manifesto do Partido Comunista) de Karl Marx e Friedrich Engels. O livro trata de discussões importantes como a participação dos trabalhadores no processo político. Além disso, o texto antecipa desdobramentos da economia capitalista que só seriam conhecidos muito tempo depois, como a questão da globalização.

o de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), modernidade líquida (BAUMAN, 2000) e no campo dos estudos sobre a identidade, nasce também o conceito de hibridismo identitário (HALL, 1997). Tais conceitos são complexos e causam bastante discussão especialmente na ciência social contemporânea. Contudo, diante destas implicações, compreender essas questões são oportunas devido ao contexto social no qual estamos expostos, em que os recursos comunicacionais e informacionais se mostram plurais e essas condições proporcionam cada vez mais uma descentralização das identidades modernas.

2.1 QUESTÕES SOBRE A MODERNIDADE

O que se entende por modernidade? Essa é uma questão importante para nortear o debate acerca deste trabalho. Ao tratar o termo enquanto momento histórico, as suas principais características se dão, numa primeira análise, por ser um contraponto ao que é da ordem da tradição, ou seja, pela derrubada das convenções tradicionais, dos costumes e das crenças. Se anteriormente, nas sociedades tradicionais, os valores da tradição, da crença em deuses e as fronteiras territoriais eram suficientes para uma compreensão da realidade, o advento deste novo período faz o contrário, pois rompe com estas visões e instaura um novo paradigma. A humanidade passou de uma sociedade tradicional, alicerçada na fé absurda, na tradição e na compreensão de uma ordem totalizante, para uma sociedade regida pela racionalidade e reflexividade (GIDDENS, 1991; 2002; RODRIGUES, 1990; HALL, 1997).

A modernidade é um modo de vida que emergiu com a consolidação da Reforma Industrial, especialmente com o desenvolvimento do capitalismo. Mas, para além disso, a modernidade constitui-se a partir da pretensão de rejeitar a tradição, submetendo tudo ao exame crítico da razão e à experimentação. Giddens (1991, p.8) associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa-preta.

O autor traça um período na história da humanidade para marcar o início da modernidade. Um volume extraordinário de transformações estabeleceu uma nova percepção de mundo. Encurtar distâncias, desvendar a natureza, lançar em mares nunca antes navegados foram apenas uma das poucas realizações que definem o início da modernidade. De fato, as percepções do tempo e do espaço, antes tão extensas e progressivas, ganharam uma sensação mais intensa e volátil. A revolução científica⁴ de Galileu Galilei pode ser um destes exemplos.

⁴ A Revolução Científica de Galileu promoveu descobertas importantes para o desenvolvimento da Astronomia. Além de construir o primeiro telescópio para uso de observações astronômicas, o cientista ao observar o espaço

A visão das sociedades pré-modernas de um “cosmos harmônico e fechado” das esferas celestes, elaborado por Aristóteles, sai de cena e se dá início a visão de um “Universo Infinito”, encarado como algo que pode ser explicado, e mais, explicado matematicamente, era algo completamente radical para a época.

Em sua obra “Modernidade e Identidade”, Giddens (2002) amplia a sua visão sobre a modernidade e traz uma visão mais completa acerca do período, já levando em conta todos os processos histórico sociais que foram consequências da modernidade até então. Segundo o autor, a modernidade pode ser compreendida por duas dimensões. A primeira consiste a partir do entendimento equivalente ao mundo industrializado, desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional. E a segunda é o capitalismo, sistema de produção de mercadorias que envolve tantos mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho.

Esta visão “mais ampliada” de Giddens alinha-se ao pensamento habermasiano acerca do assunto. O conceito de modernização, conforme Habermas (2000), refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo. Para o autor, diversos fatos são características desse processo que instaura um novo período na humanidade:

à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas (HABERMAS, 2002, p.5).

No entanto, não são apenas estes acontecimentos que caracterizam o surgimento deste período. A modernidade também é definida com o rompimento das crenças das sociedades pré-modernas, especialmente com o pensamento escolástico, método de pensamento crítico ainda ligado aos preceitos da Igreja Católica, e o estabelecimento da razão como forma autônoma de construção de conhecimento, desligado de preceitos teológicos, foram alguns dos primeiros passos em direção à construção do pensamento moderno.

A respeito disso, Marshall Berman (1986) aponta que a modernidade é dividida em dois campos dos saberes: um artístico, cultural e sensível; e outro que se faz na economia e

descobriu que o planeta Vênus apresentava fases, assim como a lua, possibilitando assim concluir que o planeta girava em torno do sol, o que era afirmado por Nicolau Copérnico. Com isso ele começou a defender que a Terra, assim como os demais planetas, se movia ao redor do astro. Essas descobertas contrariavam as crenças filosóficas e religiosas da época, as quais eram baseadas nos ensinamentos de Aristóteles. Escreveu a obra *Diálogos sobre os Dois Grandes Sistemas do Mundo* (1932) para propagar as suas descobertas. A publicação dessa obra foi condenada pela Igreja. Em 1633, a Santa Inquisição prendeu e julgou Galileu por heresia. Ele foi condenado e obrigado a permanecer em prisão domiciliar pelo resto de sua vida.

política. Berman apresenta a modernidade como um processo que foi sendo criado ao longo dos últimos dois séculos, devido ao avanço do sistema econômico conhecido como capitalismo, no qual passou por vários processos até chegar aos séculos XIX e XX, trazendo a ideia de modernidade que inclui consigo, paradoxalmente, avanços tecnológicos e problemas sociais.

Segundo o autor, a modernidade, compreendida como o conjunto de experiências que envolvem o tempo e o espaço, traz a quebra de paradigmas de espaço como fronteiras nacionais, raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideológica chegando a uma conclusão de que essa ruptura foi fundamental para a união humana ao mesmo tempo que tem um alto poder de destruição de culturas, de identidades e de territórios que, de forma contraditória, levam ao conflito. Por isso, Berman aciona os conceitos de modernidade como gênese e destruição, uma nova era marcada pelo progresso e destruição, pelas possibilidades e riscos.

Ao longo dos últimos cinco séculos, o sistema capitalista, segundo Berman, foi responsável pela produção de uma gama de modernidade, criando um turbilhão da vida moderna, sendo alimentado por uma produção científica e física. Além disso, criou novas paisagens e ambientes e gerou no seio dessa sociedade mudanças contínuas de luta de classes. Fica evidente para o autor, que essa mudança se aliou com um crescente aumento demográfico - produto de uma sociedade de abundância - na qual criou um sistema para o controle das massas, manipulando as pessoas, um mercado capitalista mundial cheio de mudanças.

Na busca de possuir algum controle sobre a vasta história do desenvolvimento da modernidade, Berman divide os acontecimentos em três fases. A primeira, compreendida do início do século XVI até o fim do século XVIII, é caracterizada pelo início da experientiação da vida moderna. Porém, segundo o autor, os indivíduos da época não possuem uma compreensão clara do que os atingiam. Estes vivenciaram o início deste período, porém não tinham uma clareza profunda, não possuíam ou pouco possuíam uma noção vivenciar tal modernidade.

Já na segunda fase, iniciada pela grande onda revolucionária de 1790, com a Revolução Francesa e suas reverberações, a humanidade dá vida, de maneira repentina e dramática um grande e moderno público. Segundo o autor, o público da época partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que fomenta explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Porém, apesar do rompimento de certos paradigmas, este público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e

espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. Diante desta dicotomia profunda em vivenciar dois mundos simultaneamente, surge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. As grandes descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, transformações demográficas, expansões urbanas, desenvolvimento de sistemas de comunicação em massa, empoderamento progressivo dos estados nacionais e movimentos sociais de massa e de nações como eventos impulsionados pelo mercado mundial e capitalista são o que o autor chama de modernização. Já o modernismo é um conjunto de visões e valores que tornaria os indivíduos sujeitos do processo de modernização agrupada de forma solta.

A terceira fase tem-se início no século XX. O processo de modernização expande-se a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno multiplica-se em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais. Nesse sentido, a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e anula a sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, na visão de Berman, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.

Ao retomar a discussão de Giddens (1991, 2002), é importante traçar a sua visão de que a história humana não é uma cadeia linear de acontecimentos. Para o autor, a história humana é marcada por certas discontinuidades e não tem uma forma homogênea de desenvolvimento. Por isso, deslocar essa narrativa evolucionária ou desconstruir o seu enredo não apenas ajuda a tarefa de analisar a modernidade como também muda o foco de parte do debate sobre o assim chamado pós-moderno. Giddens argumenta que desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade ou como reflexo de certos princípios unificadores de organização e transformação.

Para identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas dos ordens sociais tradicionais, Giddens (1991) aponta algumas características envolvidas nesse processo. A primeira é o ritmo de mudança. Este é um movimento nítido colocado pela modernidade. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas do que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições da modernidade é extrema, especialmente quando falamos da tecnologia, que também permeia as outras esferas.

A segunda característica da descontinuidade é o escopo da mudança. Devido ao rompimento da relação de fronteiras e nas quais diversas áreas do globo são postas em interconexão, as transformações sociais penetram virtualmente toda a superfície da terra. A terceira característica diz respeito à natureza das instituições modernas. Para o autor, algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes. Cita, como exemplo, o sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fonte de energias inanimadas ou a transformação completa em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Ou seja, o período moderno é marcado por certas descontinuidades; o modo de vida na modernidade teve transformações na vida íntima e pessoal no cotidiano, a civilização moderna muda extremamente rápido.

Outra descontinuidade apontada por Giddens (1991) acerca dos efeitos da modernidade está relacionada à transformação do tempo e espaço. Nas sociedades pré-modernas, era comum que as culturas tivessem suas próprias maneiras de calcular o tempo, como o calendário próprio. Todavia, o cálculo do tempo, que constituía a base da vida cotidiana para a maioria da população, sempre esteve vinculado à relação tempo e espaço, na qual era imprecisa e variável. Com o surgimento do relógio mecânico e sua difusão, houve uma resignificação na relação entre tempo e espaço, para ser mais completo, uma separação. O invento “expressava uma dimensão uniforme do tempo vazio quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de zonas do dia” (GIDDENS, 1991, p. 21).

A separação entre tempo e espaço levou ao extremo do modernismo da modernidade. Segundo o autor, este movimento é a condição principal do processo de desencaixe dos sistemas sociais, no que pode ser compreendido ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço. Dois tipos de mecanismo são responsáveis pelo deslocamento envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas – as fichas simbólicas e os sistemas peritos. O primeiro refere-se aos meios de intercâmbio que podem ser circulados sem considerar as características específicas dos indivíduos ou grupos, como o dinheiro. O segundo compreende aos sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje, removendo assim as relações sociais das imediações do contexto.

Se Giddens (1991) analisa e conceitua este momento da modernidade em que estamos inseridos como alta modernidade ou modernidade tardia, por enxergar que é somente na transição dos séculos XX para o XXI que os efeitos mais intensos deste tempo estão sendo vivenciados pela sociedade global, Bauman (2001), por sua vez, traz uma visão bem crítica da

nova era que emerge com a industrialização e os processos sociais e tecnológicos decorrentes. O sociólogo afirma que a modernidade tem seu início quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si. “Podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida (BAUMAN, 2001; p.17).

Diante do que foi abordado até o momento, apesar de a descontinuidade defendida por Giddens, Bauman (2001) trata a modernidade em dois momentos – a modernidade sólida e a modernidade líquida – sendo a última a contemporaneidade em que estamos inseridos. A modernidade sólida está associada aos conceitos de comunidade e laços de identificação entre as pessoas, que trazem a ideia de perenidade e a sensação de segurança. Na era sólida, os valores transformavam-se, ainda, em ritmo lento e previsível. Assim, tinham-se algumas certezas e a sensação de controle sobre o mundo – sobre a natureza, a tecnologia, a economia, por exemplo.

No entanto, certos acontecimentos da segunda metade do século XX, como a instabilidade econômica mundial, o surgimento de novas tecnologias e a globalização, contribuíram de maneira significativa para a perda da ideia de controle sobre os processos do mundo, trazendo incertezas, intrinsecamente ligadas a nossa capacidade de nos adequar aos novos padrões sociais, no qual cada vez mais se modificam continuamente, como descreve Bauman, liquefazem-se. Nesta fusão do mundo – passagem de sólido para líquido -, o autor chama a atenção para a liquefação das formas sociais como o trabalho, a família, o engajamento político, o amor, a amizade e a própria identidade. Todos esses valores se tornam voláteis como a água e, por isso, são fluídos e instáveis.

Para Bauman (2001), as relações afetivas se dão por meio de laços momentâneos e volúveis e assumem cada vez mais características superficiais e pouco seguras. Anteriormente, tinha-se uma vida em comunidade e do contato próximo e pessoal. Na modernidade líquida, surge um novo comportamento em que se privilegiam as chamadas conexões, relações interpessoais que podem ser desfeitas com a mesma facilidade com que são estabelecidas, assim como mercadorias que podem ser adquiridas e descartadas. Essa situação produz angústia, ansiedade constante e o medo líquido: temor do desemprego, da violência, do terrorismo, de ficar para trás, de não se encaixar nesse novo mundo, que muda num ritmo hiper veloz.

Essa liquidez da modernidade, conceituada por Bauman (2001), para alguns autores, é considerada como pós-modernidade.⁵ Porém, para o autor, não existe uma era pós-moderna. Os efeitos da modernidade líquida são apenas uma continuação da modernidade – até porque núcleo capitalista se mantém (e como dito anteriormente, este é um marco do surgimento da modernidade) - com uma lógica diferente alicerçada pela volatilidade, sob o domínio do imediato, do individualismo e do consumo.

Para compreender as definições do termo pós-moderno, Eagleton (1997) o conceitua a da seguinte forma:

(...) como uma linha de pensamento na qual questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. (...) vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades” (EAGLETON, 1997, p.7).

Giddens (1991) também faz uma crítica ao que seria a instauração da pós-modernidade. Para o autor, pós-modernidade tem sido usado com certa frequência como sinônimo de pós-modernismo, sociedade pós-industrial, entre outros conceitos. Ele explica que o pós-modernismo pode ser melhor compreendido como um conceito que se refere a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura, afinal diz respeito a aspectos da reflexão estética sobre a natureza da modernidade. Já a pós-modernidade seria caracterizada para uma separação por meio da trajetória do desenvolvimento social das instituições da modernidade, “a um novo e diferente tipo de ordem social” (GIDDENS, 1991, p.45)

Giddens defende que os efeitos que estamos vivendo são características da modernidade tardia:

(...) em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é “pós-moderna”; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de “pós-modernidade”. [...] O que quero sublinhar é aquela descontinuidade

⁵ De fato, a utilização do termo pós-modernidade neste trabalho não deseja negligenciar o fato de que este ainda é um conceito por fazer-se completamente no meio acadêmico, já que os próprios autores aqui são trabalhados relutam em lançar mão desta nomenclatura, preferindo termos como alta modernidade, modernidade tardia ou modernidade líquida. Sua utilização aqui é apenas uma estratégia de tornar o discurso mais conciso e categorizado.

específica, ou conjunto de discontinuidades, associados ao período moderno. (GIDDENS, 1991, p. 13-14).

Tanto Giddens (1991) (modernidade tardia/alta modernidade) quanto Bauman (2000) (modernidade líquida) abarcam que o termo pós-modernidade compreende uma confusão de significados. “A modernidade tardia indica uma mudança no modo de vivenciar as relações, a partir da identificação da razão como o elemento ordenador que produz confiança e elimina ou minimiza os riscos” (LUVIZZOTO, 2010; p. 59).

Esta modernidade líquida ou tardia proporciona ao indivíduo moderno confrontar seus exageros e tomar posição como objeto de reflexão, exercendo uma crítica racional ao próprio sistema, tornando-se um tema e um problema para si. Segundo Luvizzoto (2010), esse indivíduo reflete sobre o mundo em que vive e exerce uma análise racional das consequências de fatos passados, as condições atuais e a probabilidade de perigos futuros, procurando, assim, minimizar os perigos à medida que esse futuro vai se tornando presente.

A modernidade teve que (re) inventar tradições e se afastar de tradições genuínas, isto é, aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. Este caráter de discontinuidade da modernidade, abordado por Giddens, refere-se à separação entre o que se apresenta como o novo e o que persiste como herança do velho. Giddens (1991) afirma que, uma importante característica da modernidade tardia é o seu dinamismo, derivado de três fontes dominantes: a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento.

Para Bauman (2001), tudo ainda pode ser debatido. É por isso que o autor pontua a modernidade líquida como um momento de exaltação da liberdade individual. Ao contrário da modernidade sólida, em que a criação de uma ordem teria poder de controle superior para manter o projeto de sociedade nos eixos da história, a liquidez é a causa e o resultado da troca da segurança – presente em sistemas controlados – pela liberdade, que foi podada gradativamente quando a segurança passou a ter papel central na sociedade moderna.

2.2 QUESTÕES SOBRE IDENTIDADE

Outro impacto proporcionado pelas consequências da modernidade está relacionado à questão da identidade. As novas configurações das sociedades modernas levaram também a uma descentralização do sujeito. Se em uma sociedade tradicional era limitada pela própria tradição, pelo parentesco, pela localidade, nas sociedades caracterizadas como pós-tradicional, o rompimento com as práticas e preceitos preestabelecidos proporcionam o desenvolvimento

das potencialidades individuais. Essas velhas identidades, que consolidaram o mundo social, entraram em declínios, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno.

Stuart Hall (1997) afirma que as identidades modernas estão sendo descentralizadas, deslocadas ou fragmentadas, devido a um tipo de mudança estrutural que transformou as sociedades modernas no final do século XX. Essas transformações vêm fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade. Se em um passado, estas paisagens forneciam aos indivíduos sociais, sólidas localizações, hoje não são suficientes. Outro desdobramento destas transformações está relacionado à mudança de nossas identidades pessoais, proporcionando uma perda de um “sentido de si”, conhecido também como deslocamento ou descentralização do sujeito.

Para compreender sobre essa descentralização do sujeito, torna-se pertinente visitar as três concepções de identidades abordadas por Hall (1997). São elas: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro estava baseado numa concepção da pessoa humana, como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das suas capacidades de razão e consciência de ação, cujo centro fundava-se num núcleo interior. Neste caso, remetia pela primeira vez ao nascimento do sujeito e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da existência do indivíduo, ou seja, o indivíduo é unificado e racional, centrado em sua identidade que permanece inalterada.

O segundo era o reflexo da complexidade do mundo moderno. O núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele que mediavam para o sujeito os valores e sentidos simbólicos dos mundos que indivíduo habitava. Isto é, a identidade no sujeito sociológico é formada a partir da interação entre o indivíduo e a sociedade. Esse indivíduo possui seu núcleo interior, mas agora ele passa a ser alterado por conta do diálogo com outras identidades que o mundo cultural oferece. Segundo Hall, essa projeção de “nós próprios” nessas identidades culturais, concomitantemente com a internalização dos seus significados e valores, tornando-os parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares e objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

O próprio processo de identificação, que se desenvolve por meio das nossas projeções das identidades culturais, tornou-se provisório, variável e pragmático, especialmente pelos

efeitos da modernidade ou de uma modernidade tardia⁶. Diante disso, nasce a concepção do sujeito pós-moderno, compreendido como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade do sujeito é composta por várias identidades que, em alguns casos, podem ser até contraditórias. A identidade, neste caso, torna-se um rito mutável no qual sofre mudanças na sua formação e é transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais em que estamos inseridos.

Outra discussão importante é o papel da identidade para o indivíduo. Bauman (2005) argumenta que a identidade possui um papel fundamental hoje no mundo. Os indivíduos passaram a criar a sua própria identidade e não mais a herdar. Não apenas partem do zero, mas passam toda uma vida a redefinindo. A existência é dividida em episódios fragilmente conectados em um mundo individualizado. O autor exemplifica esta concepção partindo da metáfora do jogo de quebra-cabeça: assim como no jogo, a identidade seria formada por peças, ou ainda, pedaços, porém, ao contrário do jogo comprado em uma loja de brinquedos, o quebra-cabeça da identidade somente pode ser compreendido, se entendido como incompleto, “ao qual falem muitas peças (e jamais se saberá quantas)” (BAUMAN, 2005, p. 54).

Segundo Bauman (2005), enquanto um quebra-cabeça comum já pressupõe uma imagem final, em que a criança tem apenas o trabalho de unir as peças que também foram elaboradas de acordo com essa imagem fim, no caso do quebra-cabeça da identidade, não. Nesse sentido, nesta concepção de identidade, o indivíduo precisa unir peças de várias imagens diferentes, por vezes conflitantes, e nunca possuirá um resultado unificado e coeso. Outra grande diferença entre o brinquedo e a construção identitária é que, no primeiro, todas as peças do jogo estão presentes, não há lacuna, nada está sobrando, tudo já está preestabelecido, se algo faltar, a criança volta à loja e devolve o brinquedo, usando o argumento de que ele está incompleto e, por isso não serve para brincar. Enquanto no jogo a tarefa é “direcionada para o objetivo” (montar uma imagem pronta), no caso da identidade, o trabalho é “direcionado para os meios” (BAUMAN, 2005, p. 55).

Nesta mesma linha de argumentação, a socióloga Kethleen Woodward (2005) traz considerações importantes acerca da noção de identidade. Segundo a autora, existe uma discussão na qual sugere que estão ocorrendo mudanças no campo da identidade. Aborda que a identidade é relacional, ao nascer a partir de uma matriz dialógica baseada em que uma

⁶ Termo cunhado por Anthony Giddens (1990) para diferenciar períodos da modernidade na obra “As Consequências da Modernidade”. A compreensão do termo será abordada de forma mais profunda no decorrer deste capítulo.

precisa da outra para existir, ou seja, a diferença de uma dá condições para que a outra exista. Os processos históricos que anteriormente, aparentavam, sustentar a fixação das identidades, estão em declínio e novas identidades estão sendo fornadas⁷. E estão em constante construção.

Hall (2005) descreve que as identidades não são nunca unificadas, cada vez mais fragmentadas e fraturadas. A construção das mesmas não é singular, mas multiplamente construída ao longo de discursos, por meio de práticas e posições que podem ser equivalentes ou antagônicas. Mediante de uma historicização radical, estando constantemente em processo de transformação. Diante dessas abordagens, o sujeito atual, não seria centrado nem unificado, mas fragmentado: sua identidade é constituída na relação com o outro, nas trocas culturais, na mediação social de símbolos, valores e sentidos (BHABHA, 1998)

O processo de construção de sentido dessas identidades advém de sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas, de forma especial, da linguagem. Por intermédio destes processos, existe uma força que garante a sua fixação ou a sua normatização. Ou seja, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. E é mediante a esse processo que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos.

Como um parêntese, poderia aqui entrar uma discussão sobre o papel da mídia como agente de construção social da realidade, porém, tal debate será feito em outro momento da dissertação. É necessário neste ponto citar as narrativas apresentadas pelos meios de comunicação mediante dos seus produtos. As telenovelas, filmes, notícias e propagandas publicitárias, entre outros produtos culturais podem ser compreendidos como esses processos simbólicos que, de forma geral, possuem o caráter legitimador de referenciar, o que deve ser feito ou não pelo indivíduo, um grupo de pessoas ou por uma sociedade.

Ao olharmos para as tensões da modernidade apresentada pelos autores já supracitados, aqui torna-se possível traçar alguns aspectos relacionais entre a modernidade e identidade, e como as características do primeiro afeta essa fragmentação do sujeito. O primeiro aspecto está em Giddens (1991) ao abordar os sistemas peritos que em nós proporcionam um sentimento de confiabilidade, por serem “sistemas de excelência técnica ou de grande competência que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que

⁷ Esta visão de Kathleen Woodward conversa com a concepção dos três tipos de identidades abordadas por Stuart Hall: O sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Os dois primeiros podem ser comparados como produtos que autora apresenta como “processos históricos” e o terceiro é o produto do declínio destes processos. Ou seja, o sujeito pós-moderno vive em constante construção identitária.

vivemos hoje” (p. 35). A relação entre o desenvolvimento dos meios de comunicação com o “amadurecimento” da modernidade é algo bastante interessante para compreender esse aspecto.

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação a partir dos anos 1990 proporcionou a sociedade uma compreensão do mundo que antes não era possível nas sociedades pré-modernas. Com tecnologias cada vez mais inteligentes, há, de certo modo, o rompimento de fronteiras que antes eram necessárias para a compreensão da identidade. Com essa quebra, a todo momento, a sociedade está inserida em um âmbito global, apesar de vivenciar aspectos locais, mas que a todo o momento se contrapõem e se relacionam modificando valores que antes eram universais. Os discursos a todo o momento influenciam e são influenciados por diversos campos da sociedade, descentralizando construções que antes eram sólidas.

A construção da realidade e também de qualquer identidade é produto das relações sociais. Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (1995, p. 228), “a identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade”. Sendo assim, o que o indivíduo chama de realidade é construído, em grande medida, pelos filtros e escolhas discursivas feitas pelas instituições responsáveis por sua formação – contemporaneamente, cada vez mais os meios de comunicação. Do mesmo modo, aquilo que o indivíduo diz ser sua identidade também é influenciado por estas instâncias ou mecanismos.

Woodward (2005) afirma que esses mecanismos oferecem informações e meios para que as pessoas possam se identificarem e analisarem o que é certo e o que é errado, construindo sua consciência e ao mesmo tempo sendo influenciado para viver de acordo com um predeterminado padrão cultural imposto naquele momento. Ao se olhar para o jornalismo, hoje ofertado por diversas mídias (digital, televisa, radiofônica, impressa), observa-se que ele se tornou peça basilar na construção dessa realidade. Através dos critérios de noticiabilidade, enquadramento, silenciamento, o jornalismo constrói uma percepção de mundo e, por meio das notícias, proporciona a sociedade um estrato da realidade que não dá conta de um todo. Todavia, por meio dos discursos adotados por eles, os sujeitos são influenciados e têm as suas identidades reorganizadas de acordo com as situações que lhe são ofertadas. Segundo Woodward (2005, p. 8), as “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. É por meio dos seus discursos que indivíduos formam (pelo menos em parte) sua percepção da realidade e de si mesmos.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que é preciso compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2005, p. 109).

Diante deste debate, o entendimento de Castells sobre identidade dialoga com a compreensão já vista até aqui. Para o autor, identidade é o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significação” (CASTELLS, 2008, p. 22). Antes, nunca estivemos tão informados sobre o mundo como na contemporaneidade. Essa sociedade que rompeu suas fronteiras diante de tantos avanços tecnológicos é uma sociedade em redes que envolve todos os âmbitos da atividade humana, numa interdependência multidimensional.

O autor também traça uma diferenciação entre a identidade e o que é tradicionalmente tratado pelos sociólogos como papéis. Tal distinção é importante devido à pluralidade de identidades que podem estar sobre o indivíduo ou ainda um ator coletivo. Papéis como ser trabalhador, mãe, militante, aluno, professor, político são definições oriundas de normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Já as identidades são, por sua vez, fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação. Certamente que algumas identificações podem se coincidir com papéis sociais, contudo, a primeira são fontes mais importantes de significado do que papéis, devido ao processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Ou seja, as identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções.

A figura de um político torna-se um exemplo interessante para compreender tal diferenciação. Um indivíduo, ao decidir-se, entrar para a vida política, exerce um papel social. Porém, no processo de concepção do indivíduo deste papel, ele o significa de acordo com valores simbólicos inerentes a ele. Tais valores podem ser construídos culturalmente, mas, o mesmo o ressignifica individualmente. Para tornar mais claro, vale trazer a imagem do político mineiro. Apesar de existir uma visão generalizada de como é composto a figura deste político mediante de processos e atributos simbólicos edificados historicamente, o indivíduo que toma para si tal identificação a reconfigura individualmente na sua relação com a vida social cotidiana.

Assim, como afirma Castells (2008), a partir do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. No entanto, a grande questão desse pensamento parte de como, a partir do quê, por quem e para que essa construção acontece. O autor traz a reflexão

de que a construção de identidades se vale da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. E isso se dá por meio dos pelos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para que com ela se identificam ou dela se excluem. Ou seja, a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder.

Na sociedade em rede proposta por Castells, o significado, que é uma identificação simbólica de um ator social, geralmente, organiza-se em torno de uma identidade primária, de caráter defensivo, em torno de princípios comuns. Castells (2008) apresenta uma tipologia das identidades como “legitimadora”, aquela introduzida pelas intuições dominantes; “de resistência”, criada por atores estigmatizados, com a finalidade de resistência à dominação, geralmente com formação de comunidades; e “de projeto”, quando atores sociais constroem nova identidade que busca transformação de toda a estrutura social. O autor entende que constituição de sujeitos, nesse processo de transformação social, ocorre de forma diferente na modernidade, pois não são mais formados na sociedade, mas como prolongamento da resistência comunal das identidades de resistência.

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (HALL, 1997; 2005; GIDDENS, 2002; BAUMAN, 2005, WOODWARD, 2005).

Outro ponto de caráter importante está presente na dialógica do debate de identidade e diferença. A questão de que na afirmação de quem somos está também marcada a diferença. Identidade e diferença têm uma dimensão relacional, afinal todo processo se constrói nas relações sociais. Uma contribuição a respeito disso parte de Silva (2005), que disserta sobre a questão da identidade perante uma perspectiva linguística:

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem, em geral. Por exemplo, segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Nós já havíamos encontrado esta ideia quando falamos da identidade e da diferença como elementos que só têm sentido no interior de uma cadeia de diferenciação

linguística [“ser isto” significa “não ser isto” e “não ser aquilo” e “não ser mais aquilo” e assim por diante] (SILVA, 2000, p.87).

Segundo o autor, a identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autossuficiente. E neste aspecto de afirmação em ser algo, como, por exemplo “sou brasileiro”, nasce a questão da diferença como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é “ela é italiana”. Em resumo, ao afirmar que “sou brasileiro”, um indivíduo diferencia-se de outra afirmação “sou italiano”. Na primeira afirmação, tal indivíduo diferencia-se imediatamente de qualquer outra informação não igual à afirmada. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença como identidade simplesmente existe.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: ambas são o resultado de atos de criação linguística. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultura e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam sempre nas operações de incluir e de excluir. Como abordado, dizer “o que somos” significa também “o que não somos”. “A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2005, p.73).

O autor destaca que a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. E é por meio desta representação que ambas adquirem sentido. Ou seja, é através da representação que podemos dizer que “identidade é isso e diferença é aquilo”. É por causa da representação que a identidade e diferença se ligam a sistemas de poder. Aquele que tem o poder de representar, consegue de definir e determinar a identidade.

Silva (2005) também explica que a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar a aí a partir de algum momento fundador. Elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição.

O efeito deste processo no qual pode ser compreendido como um duplo deslocamento - descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural de quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo. A identidade do sujeito na modernidade é definida por meio do seu processo histórico, da sua forma de se enxergar no mundo e da influência dos processos simbólicos que o rodeiam. E isto leva ao sujeito a assumir distintas identidades em diferentes momentos, “identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 1997, p.13).

Hall (1997) aborda que, devido ao processo de globalização, as antigas fontes de ancoragem da identidade (a família, o trabalho, a Igreja, entre outras) estão em uma evidente crise. E que novos grupos culturais se tornam visíveis na cena social, buscando afirmar suas identidades, ao mesmo tempo, em que questionam a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas.

É por meio da globalização, como um “produto” da modernidade, que se dá a crise de identidade apresentada tanto por Hall (1997; 2005), como por Woodward (2005) e Bauman (2005). Este processo pode ter se iniciado em diversos momentos históricos: com o iluminismo, com as revoluções industriais e científicas ou com as grandes navegações. Mas o necessário para tal momento é compreender que as transformações enfrentadas pela sociedade diante da globalização promoveram uma profunda mudança nas formas de pensar e interpretar o mundo. Em função de tais processos, tornou-se a falar numa mudança de paradigmas, numa superação da modernidade por uma pós-modernidade ainda não traduzida de forma definitiva.

Essa problemática ocasionada pela globalização, segundo Bauman (2005), é um fenômeno recente. Devido à revolução dos transportes, a própria revolução industrial, acrescida do avanço tecnológico, especialmente o da internet que acarretou uma “quebra” de fronteira, gerou o enfraquecimento do poder aglutinador das vizinhanças, já que “as margens incharam rapidamente, invadindo as áreas centrais da coabitação humana. Assim, com o advento das tecnologias mais inteligentes e o avanço dos meios de comunicação, estas fronteiras físicas e espaciais já não são tão perenes assim e, em decorrência de tais processos, os indivíduos vêm sofrendo constantemente mudanças nos padrões de produção e consumo de cultura, o qual, por sua vez, gera identidades novas e globalizadas.

Outro fator apresentado é a questão da migração, especialmente do trabalhador, que se expandiu em grande escala devido à globalização (HALL, 1997;2005, BAUMAN, 2005; WOODWARD, 2005). E que estas dispersões das pessoas ao redor do mundo produzem identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares. E aqui se encaixa perfeitamente o conceito de diáspora no qual se compreende como a dispersão

dos povos, que saem de sua terra de origem para concretizar a vida em outros países ou em outros continentes. Seja de forma forçosa ou por opção própria, os povos que abandonam sua casa jamais se desapegam das origens e mantêm através da tradição a cultura na qual nasceram. Isso se dá pela manutenção da língua, da religião, modo de pensar e agir.

Tanto Hall (1997) quanto Woodward (2005) concordam quando se trata da questão de que a crise de identidade tem a ver com a questão do deslocamento, um processo de diásporas. Os autores remetem a discussão de Ernesto Laclau qual afirma as sociedades modernas não têm nenhum núcleo ou centro determinado no qual produz identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros. Ou seja, a partir desta descentralização ou deslocamento, há muitos e diferentes lugares no qual novas identidades podem emergir, a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar.

Esse duplo deslocamento – descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. Ou seja, a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. A globalização tem causado uma tendência de colapso de todas essas identidades culturais fortes, tornando as identidades fragmentadas e efêmeras pela multiplicidade de culturas híbridas que transformam o antigo sujeito sociológico em sujeito pós-moderno global.

Deste modo, pode-se compreender o efeito da globalização em contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura. Ela ocasiona um efeito de pluralidade sobre as identidades, acarretando uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, “tornando as identidades mais posicionadas, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans históricas” (HALL, 1997: p. 94).

Na busca de compreender esta crise de identidade, Hall (1997) aprofunda as concepções de sujeito já supracitadas (sujeito do iluminismo; sociológico e pós-moderno). Para isso, o autor traça um paralelo com registros da história. O sujeito iluminista, no século XVIII, era caracterizado por sua racionalidade, por pensar e agir conscientemente. Em Descartes, temos uma exemplificação deste sujeito “Penso, logo existo”. Como já abordado, este sujeito possuía a sua identidade centrada e estável. Porém, à medida que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, especialmente a partir da primeira metade do século XX, surge o sujeito sociológico que emerge, principalmente, por dois eventos, sendo um deles

a biologia darwiniana, quando o sujeito foi “biologizado” e o surgimento das novas ciências sociais. Esse modelo propôs uma interação entre “interior” (o indivíduo) e “exterior” (a sociedade). Já na segunda metade do século XX, o autor faz um esboço apresenta cinco grandes avanços na teoria social, que causaram um “descentramento” do sujeito e o nascimento do sujeito pós-moderno.

A primeira parte dos escritos de Karl Marx, em que os indivíduos não poderiam ser os autores de suas histórias, pois, deveriam seguir os padrões históricos que foram criados por outras pessoas e que após seu nascimento, foram lhe passadas essas mesmas regras a serem seguidas. O segundo vem da descoberta do inconsciente de Sigmund Freud. Neste caso, nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. O terceiro está baseado nos estudos linguísticos ao compreender a língua como sistema social e não individual. Ao falar uma língua, o indivíduo traz junto todos os seus significados linguísticos e culturais. O quarto acontecimento surge diante dos estudos de Michel Foucault na relação do poder disciplinar. Hall (2005) conclui que, quanto mais coletivo e organizado é o poder disciplinar, maior é o isolamento, a vigilância e o individualismo do sujeito na modernidade tardia. E o último é o surgimento da luta do feminismo como crítica teórica e movimento social. Hall, ao mapear o sujeito do iluminismo ao pós-moderno, proporciona-nos a compreensão de que a identidade não é algo inato ao homem. Ela é formada ao longo do tempo, por processos do inconsciente de cada indivíduo.

Ao perguntar sobre quem precisa da identidade, Hall (2005) busca responder por dois caminhos. O primeiro consiste em observar a existência de algo que distingue a crítica desconstrutivista à qual muitos destes conceitos essencialistas têm sido submetidos. Diferentemente daquelas formas de críticas que objetivam superar conceitos inadequados, substituindo-os por conceitos “mais verdadeiros”, ou que aspiram a produção de um conhecimento positivo, a perspectiva desconstrutivista coloca certos conceitos-chaves “sob rasura”. A segunda maneira de responder exige que observemos onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a irredutibilidade do conceito de identidade. A resposta, neste caso, está em sua centralidade para a questão da agência e da política.

Outro ponto relacional sobre a crise da identidade oriunda dos efeitos da modernidade é a reflexividade da vida social moderna. Giddens (1991) descreve que a reflexividade consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Em outras culturas, as práticas sociais também foram alteradas à luz de descobertas

sucessivas. Mas somente na era da modernidade ela se torna radicalizada e se aplica a todos os aspectos da vida humana. Ou seja, a reflexividade moderna é indiscriminada e define-se como elemento constitutivo da organização e transformação da vida social.

Aqui se torna importante abrir um parêntese para trazer o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu (1999). A discussão sobre campo e *habitus* se torna importante para compreender a relação entre a reflexividade, o mundo social e a construção identidade. Segundo o autor, a reflexividade do sujeito está marcada pelo fato de este se tornar capacitado para agir no mundo social à medida que esteja constituído pelo próprio mundo social, e a sua ação é a todo momento, atualizada na medida em que o sujeito atua no mundo social. Para Bourdieu, ele não o faz meramente como um reprodutor do mundo social, todavia provoca mudanças dentro das condições próprias presentes às possibilidades de mudanças. Deste modo, o sujeito nunca é autor exclusivo da sua própria ação, tendo em vista que os seus atos são organizados, pensados, sentidos e percebidos diante das condições de estruturas estruturadas e estruturantes e pela composição de sua trajetória sócio histórica. Se a identidade perpassa por esses processos, torna-se fundamental estar atento como o indivíduo se relaciona com o mundo social. Sendo assim, a reflexividade social diz respeito a uma sociedade em que os resultados das ações estão relacionados diante das condições em que o indivíduo vive.

Após tal abertura, a compreensão do termo identidades híbridas, fica mais transparente. Hall conceitua tal processo da seguinte forma:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. (HALL, 1997, p. 79).

Os processos que atravessam fronteiras integrando e conectando comunidades são chamados de processos globais e com isso as identidades nacionais se desintegram e dão lugar as novas identidades, que são híbridas. A relação do espaço-tempo com a identidade passa a ter outro significado na era da globalização. Os lugares de nossas raízes permanecem fixos, mas o espaço pode ser “cruzado” por diversos meios de transporte ou comunicação. A globalização tem causado uma tendência ao colapso de todas essas identidades culturais fortes, tornando as identidades fragmentadas e efêmeras pela multiplicidade de culturas híbridas que transformam o antigo sujeito sociológico em sujeito pós-moderno global.

2.3 AS CULTURAS NACIONAIS NOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: A IDENTIDADE BRASILEIRA

Como abordado anteriormente, a discussão sobre a identidade relaciona-se a vários aspectos sociais e essa construção passa pelo sentimento de pertencimento. Woodward (2005) descreve que, para afirmar uma determinada identidade, o indivíduo pode buscar legitimá-la a um suposto e autêntico passado – este pode ser algum passado glorioso, no qual pode validar a identidade que se reivindica. Assim, a construção da ideia de nação é algo pertinente para compreender como a identidade é edificada.

Por esse motivo, algumas perguntas são necessárias serem respondidas neste presente trabalho, especialmente para compreender o processo de (des) construção da imagem de Aécio Neves. Discutiu-se, na seção anterior, o conceito de identidades híbridas, agora, para compreender o conceito de mineiridade, vale-se investigar o que significa ser brasileiro e como se deu a construção da identidade nacional. Essas duas indagações serão como um indicador inicial para discorrer sobre o processo da compreensão da identidade brasileira.

Diversos autores escreveram sobre os aspectos identitários que fazem com que os brasileiros se reconheçam como tais. Quase todos os pensadores que trataram da especificidade da cultura brasileira desenvolveram construções discursivas que enfatizavam significados históricos de nossa diferenciação como nação – e é preciso ter em mente que a história é artefato narrativo, mais do que a verdade objetiva dos fatos. Essa compreensão passa primeiro pela discussão dos estudiosos da modernidade quando se referem ao surgimento do estado-nação. Com o advento da modernidade, a globalização promoveu o surgimento do nacionalismo (FIORIN, 2009: p.116).

Segundo Fiorin (2009), a identidade nacional começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX. Antes dessa época, não se pode falar em nações propriamente ditas, nem na Europa, nem em outras partes do mundo. O que também pode ser visto em Anderson (2008), na sua obra “Comunidades Imaginadas”. Essa necessidade de se pensar uma identidade nacional única se origina no século XVIII na Europa, com a desconstrução do pensamento religioso como forma de explicação do mundo. Essa ideia vem de forma intensa para o Brasil, especialmente porque a formação do pensamento intelectual nacional se concentrava naqueles brasileiros que eram enviados para estudar na Europa e, ao retornarem para o país, traziam consigo os ideais europeus.

A emergência dos discursos em torno da nação emerge com a percepção da modernidade marcada pela aceleração das mudanças, por transformações estruturais intensas,

dentre elas a industrialização, a urbanização a secularização e as lutas pela democracia constitucional. Os modos de vida convencionais e as tradições passam a ser postos em xeque. Giddens considera que “as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social, quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e ao seu impacto global” (GIDDENS, 2002, p.9). E ele vai além:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. [...] as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes. [...] elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991, p.14).

O discurso da nacionalidade foi capaz de dar conta de uma perspectiva de futuro e de transformação e, ao mesmo tempo, eliminar, ao menos no nível simbólico ou imaginário, o caos e a desordem (MORENO, 2014: p.13). Mas parece que Nação e identidade nacional exigem algo mais, como, por exemplo, um consenso em torno de certos valores e uma diferença entre ele e outros tipos de consenso ou entre eles e outros consensos nacionais.

Segundo Thiesse (1999), a nacionalidade é, portanto, uma identidade. O processo de formação identitária consistiu, então, na “determinação do patrimônio de cada nação e na difusão de seu culto” (THIESSE, 1999, p.12). Segundo a autora, a nação nasce de uma invenção. Ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada. Para se construir a identidade de uma nação, torna-se necessária a apresentação de um conjunto de elementos simbólicos e matérias como uma história que estabelece uma continuidade com o passado e os ancestrais, uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares importantes e uma paisagem típica, além das representações como hino, bandeira, escudo, especialidades culinárias, entre outros.

Segundo Fiorin (2009), uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação aconteceu fora da Europa. A nação é vista como uma comunidade de destino acima das regiões, acima das raças. A criação da nação brasileira começa com um problema, já que a independência é proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. O ato de separação do Brasil com a Corte Portuguesa não constitui uma ruptura completa. Desde a “descoberta” do Brasil até o seu ato de independência, não há uma busca da construção de uma identidade nacional, até porque o país era uma colônia que pertencia à Coroa Portuguesa.

Diante disso, conforme Fiorin (2009), pode-se afirmar que o trabalho de construção da nacionalidade começa com a nacionalização de Dom Pedro I. Ao renunciar a Portugal, Pedro

assumiu a nacionalidade brasileira. Essa ruptura foi o primeiro passo para a construção da nacionalidade do país. Alguns podem atribuir que o “Dia do Fico”, no qual o príncipe regente não atende ao chamado da Corte Portuguesa para retornar a Lisboa, seja o momento embrionário dessa construção, mas é importante salientar que, no período deste acontecimento em 1821, o Brasil era um reino unido a Portugal por meio da elevação do Estado do Brasil que aconteceu em 16 de dezembro de 1815.

Porém, para compreender as novas formas de compreensão da identidade nacional, é preciso resgatar a história e a tentativa de os brasileiros olharem para si mesmo, por meio de seus próprios olhos e não somente com os olhos estrangeiros. É preciso voltar ao processo de colonização e formação do país e investigar como esse procedimento significou para a formação da identidade brasileira. Um dos estudos importantes para esta compreensão está presente na obra de Gilberto Freyre (2003), “Casa Grande & Senzala”.

Para Freyre (2003), a formação da sociedade brasileira se faz no contexto da miscigenação entre os brancos, principalmente portugueses, dos escravos negros as várias nações africanas e dos diferentes povos indígenas que habitavam o Brasil. Para o autor, os negros, índios e brancos conseguiram, na estrutura da fazenda açucareira, viver em relativa harmonia. Isso ocorreu baseado, por um lado, no temperamento moldável do português, que já tinha, mesmo em seu país, longa convivência e mestiçagem com outros povos. Por esse motivo, segundo Freyre, a colonização foi bem-sucedida em comparação com a dos holandeses. O autor enxergava na miscigenação entre as diferentes culturas o fortalecimento e o surgimento de uma raça miscigenadamente pura, onde dos seus frutos nasciam brasileiros mais fortes, mas adaptados aos diferentes meios naturais oferecidos pelo vasto território brasileiro. Para Freyre, era através das relações amorosas que se deva a construção de uma nova classe.

Esta visão menos crítica de Freyre, ao enxergar a escravidão no Brasil, composta de senhores bons e escravos submissos (o mito do bom senhor de Freyre), seria uma tentativa no sentido de interpretar as contradições do escravismo como simples episódio sem importância, e que não teria o poder de desfazer a harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período. O próprio autor traz o aspecto violento desse processo de colonização brasileira, contradizendo assim a sua visão.

Nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O folclore da nossa antiga zona de engenhos de cana e de fazendas de café, quando se refere a rapaz donzelo, é sempre em tom de debique: para levar o maricas ao ridículo. O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeieiro.

Deflorador de mocinhas. E que não tardasse a emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paterno. (FREYRE, 2003, p.356).

O autor também aponta que, desde criança, o menino branco da Casa Grande aprendia a ser cruel com os animais e com os seus inferiores – mestiços e negros. Estes que acompanhavam os meninos brancos eram como que laboratório para a violência patriarcal futura a ser exercida na vida adulta. Esse comportamento violento também caíra sobre as mulheres por meio do sentimento de posse. A violência, o sistema patriarcal opressor da mulher, o ridículo costume do título de “vossa excelência” ou do “doutor”, que o brasileiro dá a qualquer indivíduo que tenha um mínimo de autoridade ou dinheiro, são heranças da colonização. Além da questão sexual, as mulheres eram vistas como um objeto sexual, especialmente as negras, pois, elas eram aquelas que serviam tanto para a iniciação sexual dos rapazes, quanto para a busca de prazeres dos senhores de engenho não obtidos com as moças brancas por eles despojadas.

Daí é um motivo da fama do brasileiro de promíscuo sexual. Tal identificação vem do furor sexual do europeu. Tanto os índios quanto os negros eram povos pouco sexualizados e de longe possuíam a malícia sensual dos europeus. Havia a promiscuidade do sistema escravocrata e patriarcal da colonização de doenças venéreas como a sífilis, doença muito comum na Europa.

Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia. (FREYRE, 2003, p. 398).

Diante dessa necessidade natural dos homens portugueses de fazer sexo, como consequência surge a miscigenação do povo brasileiro. Entender como se formou a população nacional é imprescindível para identificar a identidade nacional, e como muitos dos problemas existentes na atualidade do país são consequências de um processo construtivo que passou por altos e baixos, uma hora negando a importância da miscigenação outra hora a excluindo, colocando negros e pobres como um problema que impedia o crescimento da nação.

A miscigenação acontece devido à insuficiência numérica de mulheres brancas. Os colonizadores portugueses, teriam eles, decidido acasalar com negras e índias. E estas os aceitavam, formando o fenômeno único, segundo Freyre, da mestiçagem em alto grau e profunda significação. Segundo Freyre (2003), a Igreja incentivava o casamento com as mulheres indígenas, mas não com as africanas. Aos filhos negros e mestiços eram proibidas a

formação do sacerdócio, assim revelando o pouco interesse da igreja com a educação do negro. Diante disso, o autor discorre sobre uma das raízes da nossa sociedade violência. As crianças brancas, mestiças e negras eram criadas no mato. Havia uma ausência considerável de escolas e pouca educação religiosa.

Entretanto, não era apenas as mazelas que a colonização trouxe para a identidade brasileira. A alegria, segundo Freyre (2003), veio do povo africano, herdada de homens e mulheres alegres que se adaptaram com grande facilidade ao clima tropical do país. Esse comportamento mais extrovertido foi responsável pela identificação do negro como “o tipo do homem fácil, plástico, adaptável”. Já ao índio era visto como um ser melancólico. Por se comportar desta forma mais introvertida, os índios eram vistos como seres “duros, hirtos, inadaptáveis”.

Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: calado, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só fez acentuar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa "apagada e vil tristeza" em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis (FREYRE, 2003, p. 543).

O autor salienta a importância da presença da Igreja Católica, especialmente na devoção ao cristianismo dos portugueses, promovendo na sociedade brasileira a devoção aos santos. Muitos destes foram sagrados a capitães e chefe militares, como, por exemplo, São Sebastião e São Jorge. Junto a essa devoção, tem-se também o misticismo do indígena, ou seja, a superstição característica tão presente nos hábitos dos brasileiros. Os nativos tinham como seus maiores inimigos os espíritos e, por isso, se pintavam e realizavam cerimônias para se protegerem.

Freyre (2003), nas suas abordagens da especificidade brasileira centrada nas categorias raciais, produziu um discurso unificador da “brasilidade” a partir das contribuições herdadas dos grupos que aqui se miscigenaram. Mas, mesmo em autores que trabalham com outras categorias não relacionadas à raça, o discurso da suposta unidade da identidade brasileira se faz presente.

Sérgio Buarque de Holanda (1978) é um outro autor que também colabora para se pensar a identidade brasileira, principalmente a partir de suas raízes e da colonização portuguesa. O autor descreve o brasileiro como um “homem cordial”, isto é, que age pelo coração e pelo sentimento, preferindo as relações pessoais ao cumprimento de leis objetivas e imparciais. Em linhas gerais, o homem cordial seria o retrato mais fiel do brasileiro.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. (HOLANDA, 1978, p.146-147).

A cordialidade seria uma característica tão forte nos brasileiros que os estrangeiros não conseguem penetrar com facilidade nas formas de convívio que não sejam pautadas na ética emotiva. Holanda (1978, p.109) exemplifica esse aspecto nas relações comerciais, no qual o vendedor para conquistar um freguês precisa fazer dele seu amigo. Ou no relacionamento entre os fiéis e os santos no Brasil, que é feita de maneira excessivamente íntima.

O autor discute também o aspecto aventureiro do português na conquista do trópico para a civilização. Holanda (1978) destaca que, no processo de colonização, coube menos importância ao espírito trabalhador e mais ao aventureiro, uma vez que o português veio buscar a riqueza. Esse caráter aventureiro, segundo o autor, gerou influência decisiva na vida social brasileira. Favoreceu a mobilidade social, instigou os homens a enfrentarem as asperezas e resistências da natureza. Por outro lado, trouxe a repulsa ao culto ao trabalho (HOLANDA, 1978).

A individualidade foi uma característica fundamental que os brasileiros herdaram dos portugueses, segundo Holanda (1978). O prestígio pessoal sempre prevaleceu nas relações sociais, independentemente do nome herdado. No trabalho, discorre o autor, os brasileiros desejam a própria satisfação, o fim é em si mesmo e não na obra. Na carreira profissional, continua, buscam as promoções, os altos postos, os cargos rendosos. Dessa maneira, “a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador” (HOLANDA, 1978: p.113). Por isso, seria frequente a inclinação dos brasileiros por profissões liberais.

A criação de uma civilização de raízes rurais é outra marca da colonização na formação da identidade brasileira. “É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências dela” (HOLANDA, 1978, p. 41). Apesar da Proclamação da Independência, diretamente ou indiretamente, essa herança rural esteve presente para ele, deixando marcas que não se apagaram até hoje.

Daí surge um aspecto que marca a cultura brasileira: o patriarcado, que, para Holanda, é representado por um tipo de família vinculada à ideia de escravidão, no qual os filhos são subordinados ao patriarca. O grupo familiar, isento de qualquer restrição ou abalo, chega a ignorar qualquer princípio superior que possa perturbá-lo em seu isolamento. A visão patriarcal ainda é presente na sociedade brasileira. Vários comportamentos e problemas sociais são oriundos de um pensamento patriarcal. As desigualdades de gênero presente no país é retrato disso. Ao patriarcado está associado também uma visão elitista. O pensamento da elite colonial reflete atualmente no pensamento da elite atual. Esta discussão se fará presente mais à frente, mas antes, para completar, o debate sobre como o colonialismo contribuiu para a formação da identidade nacional, na visão de Roberto DaMatta (1986), é importante.

O autor argumenta que a identidade brasileira deve ser compreendida pela análise dos fenômenos mais variados: fala da especificidade cultural brasileira através das leis, da economia, do idioma, da comida, da roupa, da casa entre outros. DaMatta (1986) define “[...] o ‘brasileiro’ como sendo amante do futebol, da música popular, do carnaval, da comida misturada, dos amigos e parentes, dos santos e orixás, etc., [...]”, utilizando uma fórmula que, segundo ele, foi fornecida pelo próprio Brasil (DAMATTA, 1986, p.19).

Conforme discorre o autor, o Brasil com “b” maiúsculo designa um povo, uma nação, um conjunto de valores, escolas e ideias de vida. Já o “brasil” com o ‘b’ minúsculo representa uma alusão a um tipo de madeira de lei, a algo sem vida que não pode se reproduzir como sistema (feitorias, colônias). Diante de tal dicotomia, a identidade brasileira, segundo DaMatta (1986), não pode ser compreendida de modo unitário, na base de uma só causa ou de um só princípio social. Para uma compreensão da brasilidade, precisa-se discutir essa questão como uma moeda, como algo que tem dois lados. E, diante desta dualidade, o autor também relata que o brasileiro vive um dilema constituído pela oscilação entre duas unidades sociais distintas: o indivíduo – o sujeito das leis universais e igualitárias que modernizam a sociedade – e a pessoa – o sujeito das relações sociais que conduzem as dimensões hierarquizadas do sistema.

DaMatta (1986) criou a teoria do “triângulo ritual”, onde distribui os ritos da ordem, da desordem e os cerimoniais neutros das religiões nos espaços da casa, rua e outro mundo. Para o autor, a sociedade brasileira é mestre em transições equilibradas e em conciliações. Assim, estabelece-se no Brasil a lógica relacional, cuja principal característica é a capacidade de inventar pontes e formas de passagens entre esses espaços estabelecendo as relações.

O autor traz uma característica importante na qual se predomina na sociedade brasileira: diferenciação entre a casa e a rua. Para DaMatta (1986), na casa, está a herança familiar, demarcada por um espaço amoroso, um lugar moral. Em contrapartida, está a rua: “o mundo exterior que se mede pela ‘luta’, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos” (DAMATTA, 1986, p.28). Já a rua é o lugar do trabalho. E, assim como Freyre, DaMatta destaca o desdém do brasileiro em relação a esta atividade. Ele afirma que o fato de os brasileiros não terem uma formação calvinista foi determinante para essa aversão ao trabalho. Ele argumenta ainda demonstrando que os heróis brasileiros não estão associados ao mundo do trabalho:

Não é à toa que o nosso panteão de heróis oscila entre uma imagem deificada do malandro (aquele que vive na rua sem trabalhar e ganha o máximo com um mínimo de esforço), o renunciador ou o santo (aquele que abandona o trabalho neste deste mundo e vai trabalhar para o outro como fazem os santos e líderes religiosos) e o caxias, que talvez não seja trabalhador, mas o cumpridor de leis que devem obrigar os outros a trabalhar... O fato é que não temos a glorificação do trabalhador, nem a ideia de que a rua e o trabalho são locais onde se pode honestamente enriquecer e ganhar dignidade (DAMATTA, 1986, p.31).

A capacidade de se misturar é uma outra característica abordada pelo autor. Ao utilizar o exemplo da comida, busca demonstrar o quanto a sociedade brasileira é relacional. O arroz com feijão, que é tão admirado pelos brasileiros, sintetiza a mistura do preto com o branco, do ser intermediário. Ainda sobre a comida, o autor argumenta que tanto o ato de comer quanto a preferência culinária brasileira afirmam o caráter brasileiro marcado pela ligação e não pela exclusão.

Esta forma de união também está presente pelo carnaval. Para o autor, evento é uma festa, que une as pessoas, que representa uma viagem da rotina para o extraordinário. O carnaval cria um universo em que certas situações são possíveis e outras devem ser evitadas, por exemplo, é preciso ter alegria e evitar aborrecimentos e tristezas. É durante o carnaval que o individualismo aparece de forma exacerbada. DaMatta (1986, p.77) argumenta que, durante o carnaval, as pessoas podem interpretar o mundo do seu modo. É o momento em que podem surgir indivíduos com suas singularidades. “Por tudo isso, o carnaval é a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, a abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade” (DAMATTA, 1986, p. 78).

Para DaMatta, a organização da sociedade brasileira está permeada por meio de uma nação feita de leis universais e de situações em que as pessoas usam as relações pessoais para

se salvarem. E, para enfrentar essa situação, os brasileiros utilizam a malandragem, o jeitinho e o “sabe com quem está falando”.

Assim entre o “pode” e o “não pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social (DAMATTA, 1986, p. 99).

Entendendo melhor: existe um padrão genuinamente brasileiro que se constitui em arranjar-se por meio dos furos da lei, originando os famosos “jeitinhos”.

O Brasil é o país da alegria e do povo que finge que não vê. É o país do rico que viaja para o exterior e do pobre que nunca saiu da favela. Nesse “brasil”, utilizamos dados precisos, estatísticas demográficas e econômicas, dados e números da renda per capita e da inflação. Falamos também do sistema político e educacional do país, apenas para constatar que o Brasil não é aquele país que gostaríamos que fosse (DAMATTA, 1986, p.83).

Diante das dualidades apresentadas pelos autores, temos um Brasil que deixa a desejar com suas mazelas, preconceitos e problemas sociais que são reflexos desse processo da formação brasileira desde os seus primórdios. Porém, também pode ser visto como um país marcado por uma rica cultura, fruto do processo de miscigenação, acolhedor e que, mesmo sofrendo com a instabilidade institucional e política recorrente na história, tem procurado manter-se em meio a estes infortúnios causados tanto pela herança que gera a mistura público e privado e um individualismo sem preocupação com o bem público. Saem de cena esses problemas estruturais e atuam as características da comida deliciosa, da música envolvente, a saudade que humaniza o tempo e a morte, e os amigos que permitem resistir a tudo.

Porém, tanto as visões de Freyre, Holanda e DaMatta, podem ser colocadas em questionamentos, diante de novos olhares sobre o processo da construção nacional. As perguntas destes autores podem ser similares às dos dias atuais. Entretanto, atualmente, as discussões se acrescem de outras tensões que foram de certo modo ignoradas ou abandonadas, intencionalmente ou não por esses autores.

Os novos estudos sobre a formação da nação brasileira e as consequências dos problemas que assolam o país trazem contrapontos importantes diante de tais visões. Autores como Jessé de Souza, Luiz Fernando Tosta Barbatto, Delton Aparecido Filipe, Debora Souza do Nascimento Moraes entre outros apresentam discussões mais complexas sobre a formação identitária brasileira. Tratam-se de historiadores e sociólogos que revisitam a história do país

a fim de responder perguntas antigas, porém tão atuais, sobre os problemas que estão presentes na atualidade da sociedade brasileira.

A primeira contribuição destes autores está nos estudos de Barbato (2016). O historiador traz à cena o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁸ como um agente importante para a construção da identidade nacional. Por meio das revistas publicadas pelo Instituto, diversos agentes foram invocados para essa composição. Um destes foi a questão da paisagem. As belezas e grandezas do Brasil foram evidenciadas para criar um sentimento de pertença. Barbato (2016) descreve que, nos meados dos anos de 1800, os tempos eram sombrios, devido às rebeliões separatistas que eclodiam em diversas regiões e criar laços de pertencimento e orgulho, que remetiam à união, parecia ser uma boa estratégia na luta pela manutenção territorial do país.

As revistas do IHGB, segundo Barbato (2016), evidenciaram também a posição central dos portugueses nesse processo. Estes eram os representantes da tão cara Europa da civilização e do progresso. É certo que estes também foram criticados, em certos momentos colocados como causa de grandes males do país, mas, Holanda “atribui toda a responsabilidade da formação brasileira à cultura portuguesa europeia, que se trasladou e se instalou em terras tropicais (BARBATO, 2016, p. 41). Essa visão de Holanda exclui a responsabilidade socioculturais dos índios e negros. É aqui que se vale retomar a dicotomia de Buarque de Holanda entre o aventureiro e o trabalhador. O primeiro era marcado pelo ideal de receber frutos sem ter trabalhado para isso, já o segundo coloca como empecilho para o triunfo primeiro as dificuldades. Para o autor, os portugueses eram o primeiro caso.

No entanto, apesar das críticas ao povo ibérico, estes representavam o que de mais próximo da sociedade europeia poderiam ter contato. A ideia freiriana da democracia racial é colocada em questionamento nas revistas do IHGB, segundo Barbato (2016), já que o branco (no caso o português) foi o responsável pela ordem civilizatória, o índio, um importante elemento original brasileiro e ao negro, restava-lhe uma visão negativa, já que era visto como um empecilho no caminho do progresso.

Ao contrário do mito da democracia racial defendida por Freyre, Felipe (2016) aponta que os negros e negras tornaram-se indesejáveis no projeto de construção da identidade nacional. A eles foram enredados em um discurso de corruptores do projeto e considerados

⁸ O IHGB foi fundado por um grupo de intelectuais e políticos, em 21 de outubro de 1838. Sob o patrocínio da Sociedade da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto tinha como objetivo de “colligir, methodisar, publicar ou archivar” os documentos necessários para a escrita da história brasileira (RIBEIRO, 2016, p. 13)

fatores impeditivos do desejo de modernização da sociedade por ameaçar o desenvolvimento nacional.

Deste pensamento, surge, então, como descreve Felipe (2016), uma política muito presente no século XIX e XX no país: a política do branqueamento. Uma política eugenista, que representava a racionalização de um desejo de uma elite que julgava controlar aspectos raciais do país. A eliminação do elemento africano na constituição do povo brasileiro era uma realidade. O autor discorre que essa necessidade de embranquecer a população brasileira foi muito forte e, diante de ideais eugenista, muitos problemas das classes sociais presentes hoje podem ser compreendidos através deste olhar do passado. O próprio conceito de eugenia⁹ é algo excludente já na sua concepção por compreender a ideia de uma raça pura. E, no Brasil, em muitos momentos, os negros e negras eram motivos de problemas. Além do ocasionar o atraso no avanço do país ante a modernidade, em muitos casos, os problemas de epidemias no país foram associados aos negros, especialmente, após a abolição da escravatura (LIBLIK, 2016).

Apesar de o Brasil saltar de uma cultura letrada para uma cultura audiovisual de forma abrupta, a literatura nacional teve um papel importante na construção da identidade nacional. A cultura racista no país também esteve e ainda está presente na literatura nacional. É por meio de muitos livros e histórias que valores sociais foram internalizados e naturalizados, e, “através deles foi criado um consenso sobre como deve ser exaltado e quais devem ser silenciados” (MORAIS, 2016, p.135).

Um dos expoentes da literatura nacional, Monteiro Lobato, foi um adepto das teorias eugenistas, como nos aponta Morais (2016). Em suas obras, Lobato expôs o negro como símbolo de atraso em todos os sentidos, principalmente econômico e cultural. As obras infantis de Lobato estão repletas de preconceito e da discriminação, mesmo que velados, presentes nos xingamentos e diálogos incômodos entre os personagens. “Todos os personagens negros são qualificados para os serviços urbanos e burocráticos, se ocupam apenas em trabalhos anteriormente realizados por escravos” (MORAIS, 2016, p.142)

⁹ Eugenia é um termo que veio do grego e significa ‘bem-nascido’. “A eugenia surgiu para validar a segregação hierárquica”. A ideia foi disseminada por Francis Galton, responsável por criar o termo, em 1883. Ele imaginava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin – que, por sinal, era seu primo – também se aplicava aos seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos.

De acordo com Souza (2004), construir identidades equipara-se a edificar uma imagem da nação na qual está refletida de forma consensual numa tradição. Essa tradição é sustentada em um repertório histórico. Ou seja, essas identidades, segundo o autor, nascem de uma relação de poder, na qual as classes dominantes da população buscam construir uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses.

Aqui se encontra um ponto importante para trazer as discussões de Jessé de Souza em “A elite do atraso”. Para o autor (2019), o racismo culturalista torna-se uma dimensão não refletida no comportamento social tanto na relação entre os povos, quanto na relação entre as classes de um mesmo país. Souza aborda que o sentimento de superioridade está presente na grande maioria das pessoas. Na visão do sociólogo, um brasileiro de classe média que não seja abertamente racista se sente, em relação às camadas populares do país, como alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro. Há por parte desse um esforço enorme para tratar essas pessoas como gente igual a ele. O que antes era ciência passa a se tornar crença compartilhada socialmente, por força dos meios de aprendizado, como escolas e universidades, e meios de comunicação como jornais, televisão e cinema.

O sentimento de inferioridade do brasileiro em relação, sobretudo, aos estadunidenses americanos e aos europeus, perpassa pelos problemas aqui já apresentados e se acrescem a essa lista o sentimento do afeto e da emoção. Segundo Souza (2019), a emoção nos torna como animais, enquanto o espírito americano e europeu os torna divinos. E, como seres divinos, os americanos seriam seres especiais que põem a impessoalidade acima de suas preferências, explicando com isso a excelência de sua democracia, assim como sua honestidade e incorruptibilidade.

Souza (2019) faz uma crítica pontual a Sérgio Buarque de Holanda que inaugura o complexo de vira-lata, cujo ícone é a categoria do “homem cordial” e a Gilberto Freyre no pensamento sociológico culturalista racista. A sua crítica é que ambos os pensamentos contaminaram toda a esfera pública servindo assim como um “falso argumento científico”, que, em vez de explicar a sociedade brasileira em sua totalidade, encobriu sua maior mazela social: a perpetuação e reprodução do privilégio escravista por uma “elite do dinheiro”.

O tal “jeitinho brasileiro”, capacidade de maximizar relações pessoais em detrimento da impessoalidade para aferir vantagens, não é exclusivo do Brasil, mas, devido a essa contaminação oriunda das visões de Freyre e Buarque, reproduz socialmente na identidade nacional uma inferioridade em relação aos americanos e europeus. Todos os outros povos são mais impessoais e meritocratas do que os brasileiros.

Souza (2019) aborda que a identidade de um povo é construída na esfera pública. E é nesse ambiente que se encontra e se reproduz essas teses formadas pela classe intelectual com outras classes sociais. O autor aponta a mídia como principal ator na esfera pública e a elite construíram a esfera midiática de acordo com seus interesses.

O papel da imprensa na construção da identidade nacional é tão importante quanto outros a que supracitados. A instituição da comunicação midiática implicou em novas formas de interação, especialmente pela capacidade de do armazenamento de mensagens em meios físicos possibilitou a sua difusão, libertando, assim, as relações humanas da necessidade da presença no mesmo tempo e espaço (THOMPSON, 1998).

A ideia de nação é “um sistema de representação cultural” (HALL, 1997, p.49) que se baseia nos valores, crenças e costumes a ela associado. Os indivíduos partícipes deste processo compartilham entre si a noção de que são identificados, por quaisquer motivos, a partir de uma mesma razão de existência, representada pela essencialidade de tipificações, como, em exemplo, o brasileiro (GIDDENS, 2002; ANDERSON, 2008; FIORIN, 2009; BOMFIM, 2019). A mídia nacional – concentrada na mão da elite predominantemente branca – produz significados e representações discursivas dos acontecimentos e da percepção da realidade que é consumida pela grande maioria da população – em grande parte preta, parda e pobre – deste modo se repete o ciclo da história sendo contada novamente pela elite, que nunca deixou de reescrever a história brasileira.

No próximo capítulo se apresentará uma discussão mais profunda sobre o papel da mídia na contemporaneidade. No entanto, aqui foi introduzida exclusivamente por compreender o seu papel na construção das identidades e os seus efeitos na modernidade. Os meios de comunicação, na verdade, são caros a este estudo diante da pergunta problemática que é norte desta dissertação e torna-se necessário compreender a sua relação no processo social em maior profundidade (o que veremos no capítulo II e III).

2.4 A MINEIRIDADE EM QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE MINEIRA

A questão da territorialidade brasileira, desde os tempos de colônia, sempre gerou diferenças culturais, especialmente pelos hábitos e costumes daqueles que primeiro colonizaram as diversas regiões, portugueses, espanhóis e holandeses. Essa condição proporcionou uma variação cultural no seu território. Apesar de não haver um consenso sobre os estudos de identidade regional entre os pesquisadores, alguns argumentam - especialmente os sociólogos, os cientistas sociais e políticos – que o tema é extremamente

importante quando estudam os mecanismos construídos pelo poder institucionalizado ou pelas classes e grupos que exercem o poder (REIS, 2007). No caso da identidade regional, as marcas estão na fala com sotaque, na vestimenta, em hábitos e atitudes e até mesmo, na produção de conteúdo. O termo mineiridade adquire maior amplitude e complexidade quando investigado em sua dimensão ideológica.

Estudar a identidade mineira é atividade fundamental para o objetivo dessa dissertação. É por meio do entendimento da mitologia da mineiridade que poderá ser feita a investigação de como Aécio Neves, natural do estado, utilizou dos pressupostos presentes no ideário nacional do que é ser mineiro para construir a sua identidade política. A mineiridade como identidade é algo que se faz presente na história política do país. Tanto no passado, quanto no presente, atores políticos utilizaram-se e utilizam desta identificação para justificar seus comportamentos e ações no campo da política, especialmente em momentos em que há uma possibilidade de ruptura da ordem nacional.

O Estado de Minas Gerais ganhou importância na história do país com a descoberta do ouro nas suas montanhas. No século XVIII, quando foram descobertas as primeiras minas de ouro nas terras que compreendem o estado mineiro, instalou-se no país-colônia uma atividade altamente lucrativa, a mineração trouxe a intensificação da cobrança de impostos e a fiscalização por parte das autoridades portuguesas. Com a descoberta das minas de ouro e a importância dessa atividade para a Coroa Portuguesa, Minas Gerais começou a ser povoada primeiro pelos espíritos mais aventureiros e posteriormente pela miscigenação entre portugueses, índios e escravos africanos. Diante dessa mistura de povos e costumes, nasce uma nova configuração de um povo que ao longo do tempo contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do estado de Minas Gerais e da ideia de nação brasileira (ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998, VASCONCELOS, 1999).

Segundo Guida e Evangelista (2010), o ideário sobre a identidade mineira origina-se por volta do século XIX, quando surge um discurso político elaborado com o intuito de apresentar uma suposta unidade do território em questão. Na época, o estado passava por um processo de formação econômica, política e cultural um tanto fragmentado, além de interesses econômicos e políticos distintos.

Em meio a um sugestivo ideal de pertencimento à grande nação recém-criada, a preservação das diversidades regionais configurava a apresentação de um território pluralizado, mas, ainda assim, coeso. Assim, a construção da ideia de “mineiridade” viria a promover a homogeneização do coletivo e a solidificação de Minas Gerais no cenário político nacional (GUIDA; EVANGELISTA, 2010; p.01).

A cultura regional mineira formou-se, nos traços essenciais, durante o período da mineração. Por esse motivo, há uma inclinação a identificar Minas com sua região central e montanhosa, onde se deu o processo de povoamento e de exploração dos recursos minerais, notadamente o ouro e o diamante. Todavia existem no estado outras regiões que compõem todo o território, porém, existe uma prevalência pela Minas exuberante e dinâmica da moderação, das negociações políticas e da vigilância.

Então, em que consiste a mineiridade? Uma infinidade de características de atributos consignados aos habitantes das Minas Gerais é utilizada para identificá-los tanto a título individual como coletivo. Dias (1985) descreve que, na descrição e na interpretação do que é ser mineiro, surgem determinadas conotações, muito elaboradas ou não, que falam em “raça mineira”. No entanto, esses atributos ignoram possíveis diferenciações internas sob os pontos de vista ecológico (sub-regiões) ou de organização social (grupos diversificados e classes).

Segundo Arruda (1990), uma lista de características pode classificar o sentido de ser mineiro: um ser desconfiado, introvertido, irônico, hospitaleiro, proseguidor, político hábil que luta pela liberdade, busca a caminho da democracia e não perde de vista o jeitinho mineiro de resolver os impasses por meio da conciliação. Esses atributos e muitos outros são adjudicados para definir àqueles que vêm de Minas, mas também são aceitos e autoatribuídos pelo próprio mineiro que se vê um legítimo representante. No dia a dia, estes predicados são perceptíveis nos atos e nas práticas sociais executadas pelos mineiros.

O conceito de mineiridade é mais do que somente identidade mineira, engloba em sua germinação três aspectos principais. O primeiro é a valorização mítica do passado, de luta pela liberdade, implicando na existência de forte tendência memorialista e tradicionalista. O segundo é a habilidade do político mineiro, tido e havido como competente conciliador devido a seu equilíbrio, bom senso e valorização da estabilidade. E o terceiro refere-se ao papel do Estado em um projeto de unificação nacional, já que o Estado é tido como “centro” político e geográfico do país, implicando num exacerbado apego à terra, à paisagem e aos valores locais.

França (1998) descreve que nos mineiros se encontravam sobretudo o espírito de família, a convivialidade, a religiosidade e, de certo modo, uma concupiscência. Essas vertentes, segundo a autora, indicam num primeiro aspecto, três camadas imaginárias distintas da vida do mineiro. A primeira é a instância política, como uma ideologia mista de valores tradicionais e progressistas. A segunda é a instância cultural, contagiada pelo

sensual, pelo profano acrescidos pelo sublime, pelo sagrado. Por fim, a terceira instância é a doméstica, vivenciada pela vida prosaica, um tanto quanto provinciana e cortês das famílias de Minas Gerais.

A noção de mineiridade pressupõe o esclarecimento das diversas dimensões do tempo: passado, presente e futuro, e estes se encontram indiferenciados na sua história (ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998; VASCONCELOS, 1999). Para França, essa ideia ligada ao passado tradicional de Minas se relaciona há uma lembrança daquilo que não existe mais ou que existiu enquanto idealização dos grupos saudosistas.

O termo mineiridade foi elucidado pela primeira vez por Gilberto Freyre em uma conferência na capital mineira, em 1946.¹⁰ Daí então surgiu a necessidade de muitos pesquisadores compreender o significado deste termo que muito tem a contribuir para o entendimento do papel de Minas Gerais na história do país. Apesar de Minas ter se formado após dois séculos da chegada dos portugueses no litoral brasileiro, características da sua constituição fez brotar nos moradores dessa região que não pertencia a nenhuma capitania hereditária, um espírito oriundo da aventura do bandeirante que penetrou no interior do país e ali encontrou os primórdios dos tempos áureos da colonização portuguesa no Brasil.

Vasconcelos (1999) destaca que o isolamento do território mineiro fez desse povo um povo genuinamente nacional. E, por isso, segundo o autor, as mais diversas rotulações conferidas de outros brasileiros aos mineiros, colaborou para a construção e fortalecimento do ideário da mineiridade. “O mineiro é um ser discreto, sóbrio, amante da liberdade, caladão, desconfiado, mas que sabe ser hospitaleiro” (p. 17).

França (1998) esboça que o retrato da mineiridade é implicado sobretudo pelo conjunto de valores, crenças e símbolos, todavia, é no jeito e nas atitudes dos mineiros que ela possui a sua maior força de expressão. As primeiras características de distinção começam com um tipo físico particular:

os viajantes do século XIX já descreviam um tipo magro, ossudo e esguio. (...) acrescentava-se um temperamento equilibrado, por vezes temperado por rasgos de orgulho e nobreza. (...) Outras características como a inteligência, a imaginação pronta, a independência de espírito e a autoconfiança, aliadas a uma grande reserva e a uma certa timidez vêm completar o perfil (FRANÇA, 1998, p. 71).

¹⁰ Quando deputado, Gilberto Freyre fez uma conferência intitulada, “Ordem, Liberdade, Mineiridade”. Em seu discurso, o então deputado ressaltou o papel do político dos mineiros no pós-guerra, através da mineiridade, ou seja, da tendência a transigir e vencer os antagonismos, os mineiros teriam uma importante contribuição na reconciliação da liberdade e das pessoas com a ordem da sociedade (DIAS, 1985, p. 77).

Além destas adjetivações aos mineiros somam se outras também como um sujeito pão-duro. Entretanto, aparecem críticas ao moralismo e provincianismo de um mineiro ligado às tradições (FRANÇA, 1998). No homem mineiro estão presentes a sobriedade e a honestidade e o comedimento, revestido de desconfiança e esperteza (VASCONCELOS, 1999). Um ser articulista, introvertido, irônico, hospitaleiro, proseador, político hábil que luta pela liberdade, busca a caminho da democracia e não perde de vista o jeitinho mineiro de resolver os impasses por meio da conciliação (DIAS, 1985; ARRUDA, 1990).

Diante desses adjetivos, constitui então o que França denomina de “alma mineira” e uma noção de “mineiridade”. Essa constituição, segundo Arantes e Musse (2012), pode ser compreendida como parte de um simbolismo que unifica a cultura do estado. A mineiridade, para os autores, é uma construção simbólica em que nasce com um objetivo de unificar a diversidade das várias Minas Gerais existentes em uma só. O tal conceito, segundo os autores, não dá conta da totalidade e da diversidade do estado. “Consequentemente, alguns mineiros sentem-se representados e se identificam com os valores da mineiridade, enquanto outros não se reconhecem (ARANTES; MUSSE, 2012, p.7).

Conquanto, antes de se destacar essa contradição de uma alma mineira, vale-se descrever o surgimento da construção do ser mineiro. A compreensão do surgimento de ideário, de certo modo, explica a razão de uma visão unificadora da mineiridade e como a mesma se configurou como predominante na estereotipificação dos vindos das Minas Gerais.

Segundo Ângelo (2005), o desejo aurífero de Portugal estimulou revoltas que imprimiram o estigma da rebeldia à gente das Gerais. A voracidade com que a Corte Portuguesa se apropriava dos bens locais via impostos rapidamente instigou em camadas sociais mineiras, esclarecidas e “iluminadas”, um sentimento de revolta que culminou em episódios dos mais relevantes para a História do Brasil. E o principal deles, dado o lugar que ocupa na formulação do regionalismo mineiro e do patriotismo brasileiro, é a Inconfidência Mineira.

Esse momento histórico foi de grande importância para a constituição da mineiridade. “A identidade de Minas começou a ser gerada a partir da experiência de uma derrota, e, pois, dentre os elementos mais significativos da construção imaginária está o ideário da Inconfidência” (ARRUDA, 1990, p.89). A morte de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes e a sua construção como herói da Inconfidência Mineira ao longo da

história, especialmente pela literatura e por historiadores, consagrou-se um líder popular no interior de um projeto elitista.

Diante da oficialização do feriado nacional de 21 de abril, data da morte de Tiradentes, a Inconfidência tornou-se episódio crucial para a construção de um projeto de nacionalismo brasileiro. Diz Arruda, aludindo a Tiradentes: “(...) concebido como mártir da liberdade brasileira, o homem que encarnou os princípios da pátria, fazendo nascer, com suas ações, a brasilidade política” (1990, p. 66). A trajetória de Tiradentes, tal como é descrita ao longo dos anos, é parte de um fenômeno bem mais amplo que suas nobres causas e consequências. A narrativa em torno do mártir da Independência funciona como um dos elementos estruturais do *culto ao passado*, que como vimos é um dos alicerces da mineiridade.

Com a escassez do metal dourado e de diamantes, o estado teve que se reinventar na questão econômica, devido ao declínio no qual vivenciava. Um processo de transição da mineração para a agricultura marcou essa mudança na atividade econômica de Minas, que nem de longe permitia aos geralistas mais poderosos desfrutar da ostentação habitual da época da extração do ouro. Essas duas fases da transformação da economia local – a de Minas “abastecida”, observada no período em que a extração do ouro estava no auge; e a de “abastecedora”, quando as atividades em mineração decaíram e o Estado tornou-se plenamente agrícola – para Arruda, esses dois momentos distintos “expressam ritmos sociais diferentes, respaldados numa natureza diversa de sociabilidade” (ARRUDA, 1990, p.162). Segundo a autora, enquanto mineração envolve fatores como a aventura (devido ao perigo e às descobertas), mobilidade (em razão da busca incessante por novas lavras) e insegurança (física e financeira), a agricultura carrega em si justamente o contrário: estabilidade, segurança e tranquilidade.

Essas transformações levaram as elites locais a redefinir estratégias no seu campo de atuação na esfera da política nacional. Da insustentável fragilidade econômica surgiu a necessidade de se articular politicamente em novas frentes para manter a sustentação do Estado. Arruda afirma que “dessas especificidades emergiu um tipo particular de político (...) O político mineiro típico é o profissional liberal e não o fazendeiro” (1990, p. 230). Sem o poder econômico proporcionado pela extração do ouro no Estado, os políticos mineiros começaram a recorrer a novos artifícios para não perder espaço no cenário político nacional. Minas em um dado momento da história vivencia uma crise, na qual se vê subordinada a São Paulo, que tomou as rédeas da produção cafeeira, além da incapacidade de sua classe dominante devolver um projeto político autônomo. Tudo isso fez com que as

elites mineiras recorressem à União em troca de favores políticos do Estado, cujo colégio eleitoral era, e ainda é, o segundo maior do país. Se ainda havia algum “capital” para se negociar, que assim fosse feito.

Estas novas estratégias não eram tão “novas” assim. A habilidade política, na capacidade de articulação, na moderação, e no equilíbrio sempre esteve presente na atuação do estado em pautas da política nacional, especialmente no movimento da Conjuração Mineira. A presença dos mineiros em inúmeros momentos cruciais da história política nacional garante, por si só, um espaço privilegiado nas articulações mais relevantes e, posteriormente, prestígio diante dos colegas de outros estados.

No entanto, a atuação dos mineiros adquire uma notoriedade em especial, diante da capacidade de participação e colocação do Estado a disposição do país em momentos de instabilidade e desarranjo institucional. Nada mais natural: “ao estado centralizador que necessita manejar muitas rédeas ao mesmo tempo, sugere a segurança do caminho plano e reto. Aos momentos de imprevisibilidade política e social, oferta as soluções conciliatórias” (ARRUDA, 1990, p. 104).

A participação dos políticos mineiros no período chamado “República do Café com Leite” (1898 a 1930), em que os mineiros revezavam o cargo de presidente com os paulistas, projetou ainda mais no cenário nacional a atuação dos políticos de Minas. Já no século XX, o papel do Estado no cenário nacional se dá pela eleição de Juscelino Kubitschek como o presidente que teve como ponto alto a política de conciliações. Entretanto, o auge dessa política de conciliações encontra-se personificado na figura de Tancredo Neves. Além da fortíssima carga simbólica produzida em torno de sua morte, o são-joanense consolidou definitivamente a imagem do político habilidoso, equilibrado, mediador durante a redemocratização pós-ditatorial, que culminou no movimento Diretas Já.

Arruda (1990) classifica Tancredo como o maior responsável pela restauração da influência de Minas Gerais no cenário político nacional, através da fórmula de busca do consenso amigável, que tanta atração exerce sobre as elites brasileiras nos momentos de crise. Diante do clima instável que a permeava a transição da ditadura militar no país para a (re) democratização no qual o Brasil estava prestes a substituir o governo dos militares pelo de um civil, a morte de Tancredo foi um momento que exaltou ainda mais insegurança quanto à confirmação daquela transição. Tancredo, que logo assumiria o cargo de presidente da República, era visto como “peça fundamental e insubstituível no processo de mudança do regime”.

Segundo Ângelo, para manter sua força ideológica, a mineiridade constituiu-se em estrutura mítica, recorrendo sempre ao passado, às origens, para se reforçar. O mesmo é abordado por Arruda:

O pensamento mítico revelou-se adequado para caracterizar a mineiridade, ao expressar um grau de complexidade e articulação capaz de conter no seu interior uma visão de toda a trama social. A complexidade advém do objeto que pretende dominar, isto é, a história dos homens. Deriva daí a necessidade de forte coerência interna, presente na articulação, sem a qual o indispensável poder de convencimento estaria anulado” (ARRUDA, 1990, p. 130).

Arruda descreve que figuram, numa constante regular e estável, entre os elementos sempre presentes no imaginário mineiro, a luta pela liberdade, a valorização da família, a preservação das localidades, a saudade do vilarejo, as paisagens montanhosas, as locomotivas rústicas, entre outros.

Ritualiza-se antigos momentos vividos pelo povo das Minas Gerais como uma forma de preservação das identidades estancadas nas horas passadas. A visão dos dias de hoje nutre-se dos eflúvios emanados nas eras de outrora e delas retira um incoercível desejo de realizar, no futuro, o já há muito acontecido” (ARRUDA, 1990, p. 215).

Musse e Pernisa (2009), ao tratar a mineiridade como um discurso mítico para construir o imaginário do estado, argumentam que foi deixada de lado dentro dessa narrativa a diversidade que caracteriza a realidade do território. “Nelas Minas sempre aparece estacionado num momento cristalizado da história” (2009, p.59). Essa cristalização apresentada por eles é caracterizada pela Minas barroca, das cidades coloniais, do outo e do diamante. Um estado que se revela por meio das suas igrejas, dos tropeiros e do sertão. Da Minas que surge resgatada nos folhetos de turismo, mas também nas páginas dos cadernos especiais da imprensa escrita, na teledramaturgia, nas datas celebrativas, especialmente do calendário religioso, que são projetadas nos telejornais de rede da mídia televisiva.

Como mencionado anteriormente, na representação da mineiridade predominante muitas outras Minas foram deixadas de lado (DIAS, 1985; ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998; MUSSE; PERNISA, 2009; ARANTES; MUSSE, 2012). Há construída historicamente uma definição do que é ser mineiro como foi visto. No entanto, tal visão não abarca toda a pluralidade existente no Estado. As fronteiras territoriais de Minas com outros estados do país são fatores que interferem de forma significativa nas cidades limítrofes destes locais. Se uma identidade a todo momento está em processo de construção como foi abordado no debate sobre identidades, a mineiridade também se reinventa de acordo com a

ressignificação que cada indivíduo toma pra si do que é ser mineiro. Portanto, não há como pensar em uma única Minas Gerais.

Conforme levanta França (1990), a mineiridade refere-se a “um sentimento e uma dinâmica simbólica compartilhado por pessoas de características variadas” (FRANÇA, 1998, p. 99). Porém, há uma diversidade de culturas possíveis a serem encontradas dentro do próprio estado. A autora completa que a representação simbólica do mineiro se relaciona ao saudosismo, misticismo e onirismo, reforçada muitas vezes pela preservação dos cenários histórico-culturais e pela paisagem rica em montanhas.

Arruda (1990) apresenta essa diversidade das Minas Gerais. Ao citar um discurso de Tancredo Neves, a autora aborda essa Minas que se desdobra em várias outras, formando-se assim uma Minas Gerais repleta de características contrastantes, porém uma:

É a *Mata*, cis-montana, molhada ainda de marinheiros ventos, agrícola ou madeireira expressamente fértil. É o *Sul*, cafeeiro, assentado na terra-roxa de declives ou em colinas que em europeias se arrumam, quem sabe uma das mais tranquilas jurisdições da felicidade neste mundo. É o *Triangulo*, saliente, avançado, forte, franco. É o *Oeste*, calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado de habilidade. É o *Norte*, sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos, ora nordestino na intratabilidade da caatinga, e recebendo e si o Polígono das Secas. É o *Centro* corográfico, do vale do rio das Velhas, ameno, claro, aberto à alegria de todas as vozes novas. É o *Noroeste*, dos chapadões, dos campos-gerais que se emendam com os de Goiás e da Bahia esquerda, e vão até o Piauí e ao Maranhão ondeantes (ARRUDA, 1990, p.117).

Conforme a visão da pesquisadora, essa Minas plural integra-se. A sua unidade é oriunda do fato de haver recolhido e guardado pedaços do Brasil. E completa que é a inteireza de Minas não provém de si mesma, brota do exterior, do acolhimento de várias origens. Apesar de existir um núcleo primal, Minas traz consigo uma identificação de todas as regiões do país.

Essa justificação da autora pode ser confirmada ao se comparar os resultados das últimas eleições presidenciais no estado com as regiões do país. As regiões mineiras apresentam resultados similares as regiões nacionais com quem faz divisa e se aproximam culturalmente¹¹. As urnas das eleições de 2018 consagraram Jair Bolsonaro (sem partido) presidente eleito. A região Nordeste com seus estados, predominantemente, votou no candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad. O mesmo comportamento pôde ser observado nos municípios da região nordeste do estado. Já nos municípios mineiros

¹¹ Mapa eleitoral de presidente por município no segundo turno. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-municipios/> Acesso em 26 de novembro de 2019

ligados similarmente a comportamentos das cidades ligadas aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que em sua maioria de municípios apresentaram maior votação para o então candidato do Partido Social Liberal (PSL).

Um outro nome expoente da política mineira é do ex-presidente Itamar Franco. O juiz-forano de coração foi um político que chegou à presidência após o impeachment de Fernando Collor de Melo no fim de 1992. Franco era o então vice-presidente e após decisão do Congresso Nacional em impedir a continuidade do mandato de Collor, o vice-presidente assumiu o cargo da chefia do executivo nacional. A jornalista Camila Moraes (2016) descreve¹² que a trajetória de Itamar Franco foi marcada pela simplicidade, mas também por outra característica essencial à vida política: reação ágil e sóbria às surpresas no caminho. Apesar de ser um político hábil, Itamar não tinha um discurso conciliatório como de Tancredo.

Dos muitos momentos marcados na história de Itamar tem-se destaque, quando o então presidente, ao assumir o cargo que há pouco havia se tornado vacante com a confirmação do impeachment de Collor, reuniu-se com os representantes de todos os partidos que compunham o Congresso na época – sendo eles grandes ou pequenos – para pedir governabilidade. O argumento apresentado pelo então novo presidente era que, caso o contrário, renunciaria ao mandato e convocaria novas eleições. Ao oposto de Tancredo Neves, Itamar Franco era alguém que guardava rancor na geladeira. Esta definição ao juiz-forano se deu pelo próprio Tancredo¹³.

De acordo com Rodrigues (2014), o político mineiro conduzia a política de maneira provinciana e com morosidade nos momentos decisórios, características diferentes das esperadas de um chefe de Estado. Itamar Franco ficou marcado por seu estilo despreocupado de lidar com a vida pessoal e política.

Ao olhar o modo como conduzia o modo de fazer política, pode-se perceber pontos contrastantes entre ambos. Tancredo era um hábil conciliador, alguém que negociava com todos os envolvidos em busca de uma estabilidade política. Já Itamar tinha como pressuposto a defesa do estado democrático e colocava este ideal a frente, talvez por isso,

¹² Memórias de Itamar Franco, o nome mais lembrado na transição para Temer. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462906735_537692.html Acesso em 26 de novembro de 2019

¹³ O segredo que Itamar guardou até o fim: o dia em que recebeu, na Presidência, uma proposta mais “tenebrosa” do que fechar o Congresso Nacional. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/geneton/2011/07/02/o-segredo-que-itamar-franco-nao-quis-revelar-qual-foi-o-conselho-tenebroso-que-ouviu-quando-era-presidente-da-republica-mas-ele-confirma-politicos-queriam-que-ele-fechasse-o-congresso-nacional/>. Acesso em 26 de novembro de 2019

empunhava uma postura fria e firme nas suas decisões. Apesar das diferenças, os dois presidentes – um eleito e não empossado e o outro que assumira o cargo após um processo de impeachment – traziam traços da política da mineiridade. Mas Tancredo foi aquele que mais representou este ideário do político mineiro.

No entanto, os mineiros e seus políticos não necessariamente são assim: eles se representam/são representados dessa maneira. Portanto, torna-se necessário apontar que, para este estudo, o foco é nas representações que foram criadas sobre o imaginário do mineiro, partindo, inclusive, do conceito de tipo ideal weberiano. E todas essas características contribuem para configurar a representação social e, portanto, para que seus enunciados sejam legitimados enquanto produzidos por um sujeito “político mineiro”, faz-se necessário, entre outros aspectos, levar em consideração as condições de produção em que a cadeia discursiva é elaborada (ARRUDA, 1990; ÂNGELO, 2005; REIS, 2007).

Em suma, Arruda (1990) caracteriza o político mineiro como um ser habilidoso, tido e havido como competente conciliador devido a seu equilíbrio, bom senso e valorização da estabilidade, conferindo a seu estado um papel proeminente num projeto unificação nacional. Essa qualidade conciliatória é um ponto marcante no que ele chama de autoimagem das elites mineiras e no modo com que estas elites percebem o seu papel no âmbito nacional.

França (1998) revela que existe uma imagem, uma espécie de marca da política mineira que se associa a algumas peculiaridades à prática dos seus representantes.

Esses traços que sobressaem no manejo de grande sensibilidade política e uma ação orquestrada em nível nacional, apesar das rivalidades internas, estariam assentados em uma suposta identidade mineira. É essa imagem que eles souberam utilizar – e ao mesmo tempo construir – com sua intervenção” (FRANÇA, 1998, p.84).

Para França, o mais notável destes traços é o da conciliação. Minas, segundo a autora, foi comprometida com um governo ordeiro. O estado desempenhou um importante papel na unificação nacional, especialmente por sua posição geográfica central e da sua história. É neste momento que a Inconfidência reescreve o seu papel mítico na história do país. Minas, continua a autora, simboliza, então, o cadinho dos sentimentos de todos os brasileiros. Os mineiros seriam os legítimos defensores da liberdade e do sentido de nacionalidade. Soma-se a essa representação certa astúcia e sabedoria, oriundas da vida rural, estas como forma de resistência contra as adversidades sofridas pelos mineiros, especialmente, a supremacia paulista (FRANÇA, 1998). E, para completar o perfil desse

político, França assinala a sua extração social. “Trata-se sobretudo do profissional liberal, vindo da elite urbana e culta, e não exatamente dos setores produtivos, o que explica a sua devoção – e profissionalismo – à causa política (1998, p.85).

A soma dos atributos apresentados tanto por Arruda quanto por França constrói a imagem da política como algo natural dos mineiros que, desde o princípio, foram defensores da autonomia da ideia de nação. Nos vários momentos em que os mineiros contribuíram para a estabilidade e unificação do estado brasileiro, agiram guiados por princípios maiores que seus próprios interesses pessoais, destacando se alguns como arma maior, a astúcia e a negociação (ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998).

A institucionalização dessa performance, segundo França (1998), constitui a imagem e marca da política mineira e uma das variadas particularidades da mineiridade. Este aspecto está presente em qualquer interpretação das singularidades do mineiro ou daquilo a que nos referimos como mineiridade (DULCI, 1984).

Mais importante é salientar que essa imagem é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua autoimagem e elabora formulações a respeito. Mostra-se consciente de sua “especificidade”, e em função disso situa o seu papel na cena política. Desta forma, a “mineiridade”, concepção comum das elites, torna-se o código que as une, que aproxima seus membros, definindo sua identidade e seus critérios (DULCI, 1984, p. 13).

Acerca da discussão, pôde-se perceber que a identidade mineira, historicamente construída, está em constante transformação. Desde o período Imperial os “políticos mineiros” utilizam dessa memória em prol de seus interesses, promovendo uma constante resignificação de suas próprias identidades, “os políticos souberam recuperar e fazer uso de uma noção de mineiridade resultante da orquestração de caráter e valores esparsos, ao longo da história de Minas” (FRANÇA, 1998, p.85).

Retomando Stuart Hall, essa representação tanto do que é ser mineiro quanto da identidade do político mineiro tem legitimidade em seu processo de construção e perpetuação, uma vez que, na análise deste autor, para se chegar a uma identidade coletiva, é preciso levar em conta a história, a cultura, a mídia, a tradição e as diferenças entre passado e presente.

Dos grandes nomes de políticos mineiros, temos talvez o mais importante deles na contemporaneidade – Tancredo Neves. Não apenas um importante ator no cenário do estado, mas também no âmbito nacional. Tancredo é aquele que foi responsável por reconduzir o país a democracia após o período de ditadura militar. A sua morte, antes de empossado, de certo

modo, tenha contribuído para a construção do herói que tudo fez, mas no final não pode gozar da sua conquista, algo similar ao alferes Tiradentes.

A sombra da representação do que foi Tancredo, temos Aécio Neves da Cunha. O primeiro foi “o maior responsável pela restauração da influência de Minas Gerais no cenário político nacional, através da fórmula de busca do consenso amigável, que tanta atração exerce sobre as elites brasileiras nos momentos de crise” (DULCI, 1984, 29). Já o segundo é um político mineiro que começou a sua carreira como secretário pessoal do seu avô, em 1982. Construiu uma carreira pautada no sucesso e de papel importante em momentos decisivos tanto para o estado quanto para o país.

No primeiro ano de carreira pública, acompanhou o avô nas eleições para governador do Estado de Minas Gerais. Em 1984, ao lado de Tancredo, teve atuação ativa no Movimento das Diretas Já, que marcou a transição entre a ditadura militar e a retomada da democracia no país após 20 anos de autoritarismo. Concorreu pela primeira vez a deputado federal da Constituinte em 1986, onde conquistou uma vaga no Congresso pelo estado. Depois do primeiro mandato, o político disputou mais três eleições para o mesmo cargo e saíra eleito em todas elas.

Nessa construção de história política, Aécio começou atuando pelo PMDB¹⁴ no seu primeiro mandato. Com a criação do PSDB, transferiu de partido e se tornou um tucano, partido em que está filiado até os dias atuais. Entre 1997 a 2000 foi o líder do partido na Câmara dos Deputados. E, no biênio de 2001 a 2002, o político foi eleito presidente da Casa. Segundo Ângelo, o político sabia muito bem se utilizar o que aprendera na escola mineira, especialmente, nos momentos de elucidar características que fazem parte da mineiridade. O autor apresenta que Aécio sempre se utilizou da condição mineira para reforçar alguns dos inúmeros predicados com os quais usualmente se qualifica, se diferencia – enfim, se *identifica* um mineiro” (ÂNGELO, 2005, p.18).

Quando realça qualidades como a hospitalidade e a capacidade de conciliação, Aécio evoca, bem como o fazem outros políticos da escola mineira, conscientemente ou não, o *espírito da mineiridade*, fornecendo ao interlocutor indícios para que este saiba que é de um mineiro que ele está falando (ÂNGELO, 2005, p.19).

¹⁴ Atualmente o partido utiliza o nome Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O *rebranding* – mudança de nome aconteceu em 2018, após a chegada de Michel Temer a presidência do país e ter apresentado baixo índice de popularidade. Para esta dissertação será utilizado as duas nomenclaturas do partido, de acordo com o período histórico dos fatos citados.

Em 2002, ao disputar as eleições para governador de Minas Gerais, elegeu-se já no primeiro turno com cerca 58% dos votos válidos – a maior votação da história do estado até então. Candidatou-se novamente em 2006 e se reelegeu também em primeiro turno, com 77,03% dos votos válidos e novamente bateu o recorde. De fato, o tucano tinha um importante capital político no estado. Essa projeção também atingia panoramas nacionais. Nos bastidores, o seu nome corria como um dos principais possíveis nomes para a corrida presidencial em 2010, mas desistiu e se candidatou para o Senado Federal e conseguiu ser eleito com 7.565.377 votos. Em 18 de maio de 2013, Aécio foi eleito presidente do PSDB com 97,3% dos votos.

Aécio criou uma história alicerçada no sucesso. Não só as vitórias nas eleições em que disputou são características disso. Quando se candidatou para o senado, o político “apadrinou” Antônio Anastasia para o governo de Minas. A vitória do seu sucessor aconteceu. Ao se tornar candidato pela sigla nas eleições presidências de 2014, o tucano alcançou um patamar importante na política nacional. A sua candidatura era uma oposição ferrenha ao PT que esteve à frente do Executivo Nacional nos últimos 12 anos. A disputa com Dilma Rousseff era mais uma das disputas polarizadas entre PT e PSDB, desde 1994, onde começou com Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Para Ângelo (2005), ao estudar os discursos de Aécio, o tucano utilizou ao longo da sua carreira a representação da identidade mineira. “Quando formula seus enunciados, Aécio transmite os valores pertinentes à mineiridade a um público integrado aos padrões globais de vivência” (p. 96). O político, ao se pronunciar politicamente, não fala somente à sua aldeia, mas também para todos, tamanha a integração comunicacional em que estão envolvidos.

Nestas eleições, em que Dilma saiu vitoriosa, com uma diferença mínima de pouco mais de três milhões de votos, Aécio saiu fortalecido. Era o político cotado, naquele momento, para ser o candidato favorito na eleição de 2018, principalmente com o governo do PT em crise. Porém, neste meio tempo, o político foi denunciado por envolvimento em escândalos de corrupção¹⁵. Após o vazamento de um áudio em que o político estava pedindo propina a Joesley Batista, então diretor da JBS, a vida política de Aécio entrou em declínio. O impacto das denúncias de corrupção foi tão forte, que vários políticos da sigla tucana solicitavam que Aécio renunciasse à presidência do partido¹⁶. O seu afastamento das

¹⁵ “Grampo revela que Aécio pediu R\$ 2 milhões a dono da JBS” <https://oglobo.globo.com/brasil/grampo-revela-que-aecio-pediu-2-milhoes-dono-da-jbs-21353924> Acesso em 10 de novembro de 2018.

¹⁶ “Tenho dó dele, mas chegou a hora de Aécio sair”, diz presidente do PSDB-SP” <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tenho-do-dele-mas-chegou-a-hora-de-aecio-sair-diz-presidente-do-psdb-sp,70002018352> Acesso em 10 de novembro de 2018.

atividades parlamentares foi dado pelo Supremo Tribunal¹⁷ por 3 a 2, numa votação da Primeira Turma do STF. O seu retorno foi autorizado em votação no senado com placar de votos pró-Aécio e 26 contra¹⁸. O momento crítico da carreira política de Aécio ocorreu com o acolhimento da denúncia contra o tucano por obstrução de justiça e corrupção¹⁹.

Será que, ao se envolver em escândalos de corrupção, Aécio caminhou a contramão da sua carreira baseada na mitologia da mineiridade? Será que as características do político mineiro sempre acompanharam o senador ou outras identidades estiveram presentes? Diante do levantamento acerca da mineiridade e suas características, no capítulo quinto será desenvolvida uma investigação da sua trajetória política a fim de responder estas e outras perguntas.

¹⁷ “Supremo afasta Aécio do Senado e impõe a ele ‘recolhimento noturno’” Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/supremo-afasta-aecio-do-senado-e-impoe-a-ele-recolhimento-noturno/> Acesso em 10 de novembro de 2018.

¹⁸ “Senado derruba decisão do STF que mandou afastar Aécio Neves do mandato” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-derruba-afastamento-de-aecio.ghtml> Acesso em 10 de novembro de 2018.

¹⁹ “STF torna Aécio réu sob acusação de corrupção e obstrução da Justiça” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/maioria-da-1a-turma-do-stf-vota-por-receber-denuncia-contra-tucano.shtml> Acesso em 10 de novembro de 2018.

3 MÍDIA E POLÍTICA: A RELAÇÃO SIMBIÓTICA ENTRE OS CAMPOS

Diante da discussão anterior, tornou-se perceptível os impactos que a modernidade trouxe para as sociedades. Os seus efeitos proporcionaram mudanças significativas em valores, comportamentos e funcionamento das mais diversas instituições contemporâneas. Quanto mais estes avanços são frequentes, mais se modifica atividades rotineiras do dia a dia, mais nossos hábitos se adequam a essas configurações. A cada dia uma nova tecnologia é colocada para o nosso consumo, especialmente no que tange as tecnologias de comunicação e informação. Dos muitos produtos que sofreram progresso com o advento e “amadurecimento” da modernidade, a mídia é, talvez, o mais comum a grande maioria das pessoas. É perceptível o papel que ela ocupa na vida da grande maioria dos cidadãos. Se antes o consumo midiático era restrito aos jornais e revistas, rádios e televisão; hoje, computadores e notebooks, tablets e smartphones, por meio do avanço da internet tornam o cotidiano das pessoas cada vez mais conectados à rede de informações sejam elas da grande imprensa ou de novas formas que emergem em um movimento contra hegemônico como as redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.

Em um retrospecto da história da mídia, torna-se evidente o quanto ela foi se tornando presente na nossa vida cotidiana. Tem-se, primeiramente, o advento da imprensa diária no século XVIII, no qual fez da leitura dos jornais um novo ritual para a sociedade da época, especialmente nas camadas mais cultas. No século XX, emerge a sociedade das mídias massivas eletrônicas, com o surgimento do rádio e da televisão, que alteraram toda a nossa gestão do tempo, devido à simultaneidade da informação e a adequação da rotina à emissão dos programas. Talvez nunca se foi pensado que atualmente estaríamos expostos assim, de tal maneira, a todo e qualquer tipo de informação como fatos da economia, da política, da publicidade comercial, focos entre os mais diversos assuntos e acontecimentos.

Com o surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as barreiras de tempo-espaço foram rompidas, modificando especialmente as formas de relacionar. Ao traçar um olhar sobre os efeitos das TICs no campo da comunicação, não damos conta de quão estamos imersos no discurso midiático que, muitas vezes, nem percebemos a extensão de sua presença. O que chega a cada um de nós, individualmente, é apenas uma parte das informações produzidas.

O campo da mídia exerce um papel importante na sociedade atual e especialmente tem grande influência em outros campos. Os demais campos adequam os seus discursos a lógica midiática e assim os meios de massa tornaram-se atores importantes na universalização de

determinados referentes que norteiam nosso cotidiano e nossa visão de mundo (RODRIGUES, 1990; GOMES, 2004; MIGUEL, 2004). A interferência do campo midiático no campo político se deu de forma mais intensa com a baixa representatividade dos partidos políticos (MANIN, 1996; LIMA, 2004, MIGUEL, 2004). Antes, estes eram os responsáveis pelo agendamento do debate político, todavia, quando o campo da mídia se insere no campo político, ela substitui o papel desses partidos e começa a pautar o campo político e como consequência, a mídia começa a mediar a relação entre a política e a opinião pública.

Hoje, novos processos estão inseridos nos hábitos dos cidadãos. Em relação ao campo midiático, as novas mídias de informação e comunicação proporcionaram ao indivíduo penetrar em espaços que anteriormente era restrito a poucas pessoas, especialmente os mais ricos que detinham o poder. O controle da mídia sempre esteve ligado a questões de poder, porém, o advento da internet e a sua popularização proporcionou que cada vez mais pessoas pudessem ter acesso à informação e mais, a buscar vários canais informativos para acompanhar os acontecimentos da sociedade. A quebra de fronteiras de tempo-espaço levou a uma sociedade cada vez mais conectada entre si e por meio das novas mídias, qualquer indivíduo com acesso a estes mecanismos consegue saber quase que instantaneamente os fatos que estão acontecendo em qualquer lugar do mundo. A mídia tradicional não é a única responsável por cobrir os acontecimentos, hoje, qualquer pessoa com um celular e acesso à internet é capaz de produzir conteúdo. Outra mudança significativa neste processo é que cada vez mais estamos conectados. Os nossos hábitos mais comuns como ligar um aparelho eletrônico pode ser feito de um aparelho de smartfone; os processos bancários podem ser feitos por meio de um dispositivo com acesso à internet; a formação educacional não precisa ser mais presencial, reconfigurando o espaço da sala de aula.

Essas mudanças como muitas outras também atingiram o campo da política. Se anteriormente os partidos eram os responsáveis pela mobilização do debate e do discurso político, a mídia tradicional ocupou este espaço, modificando o processo do agir político. A lógica midiática ocupou espaço no campo da política e cada vez mais o debate político se tornou uma performance teatral e espetacular. Numa perspectiva mais crítica, pode-se afirmar que os candidatos se transformaram em um produto vendível ao eleitorado, e o melhor político tornou-se aquele que consegue desempenhar o melhor papel. Claro que é uma visão reducionista, porque a política e a mídia são instâncias que extrapolam o caráter mercadológico. As novas mídias também modificaram tal cenário e hoje estão tão presentes no campo da política, pois transformou o espaço do debate. Se antes a relação entre eleitor e candidato era distante, hoje, ambos podem trocar mensagens através de páginas no *Twitter*,

Facebook e WhatsApp. As redes sociais deram voz ao cidadão que antes dependia do espaço da mídia hegemônica que detinha o poder para tal ação; mas também ofereceu ao ator político desviar do aval da grande imprensa para proliferar as suas ideias e discursos ao eleitorado.

3.1 DA CENTRALIDADE DA MÍDIA AO PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO

Compreender o processo da centralidade da mídia na sociedade se faz necessário em tempos em que ataques a democracia se fazem presentes. O sistema democrático representativo em que vivemos vem passando por significativas modificações e a falta de credibilidade desse tipo de governo vem se tornando constante. Urbinati (2013) aponta que, na democracia representativa, dois pilares são responsáveis para a manutenção deste sistema diárquico: a decisão e a opinião. Em uma democracia constitucional como a brasileira, os desafios não decorrem tanto do primeiro, mas do segundo. É por meio da opinião pública que surge um poder informal do julgamento político. Ou seja, é por meio da opinião que um sistema democrático se consolida como operativo ou ineficaz.

Como já falado anteriormente, a influência da mídia em estabelecer uma relação entre o emissor-receptor se faz presente no cotidiano das pessoas. Para que essa influência aconteça, o jornalismo e as novas práticas de comunicação que implicam em transmissão de informações são atores importantes nesse processo. Porém, a atuação da mídia não encerra apenas nessa área, ela atua como instância mediadora de diversos interesses. Em suma, a mídia atua como divulgadora das informações, mas também mantê-la. E nesse processo, a mídia possui um papel importante na formação da opinião pública.

Para compreender o processo da mídia como algo central na atualidade, em especial, na política, torna-se necessário o debate de poder simbólico proposto por Bourdieu (1989). Para uma melhor compreensão da discussão, o autor divide em dois eixos. No primeiro, o autor considera a arte, a religião, a língua etc., como estruturas estruturantes, citadas algumas vezes por ele como *modus operandi*. Quanto ao segundo, o autor aborda os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas ou *opus operatum*, ou seja, instrumentos de conhecimento e de comunicação, que somente podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Para ele, os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação. Assim, as relações de comunicação são relações de poder.

Conforme explica Bourdieu (1989), o poder das relações de comunicação não se apresenta nas palavras em si, mas na legitimidade conferida dos enunciadores e pelos que

escutam. Ou seja, não há um discurso que é simplesmente absorvido, compreendido, pois uma vez que são também signos de riqueza e de autoridade, estão destinados a serem avaliados, apreciados, acreditados e obedecidos. O discurso e seu valor resultam da combinação entre a competência linguística do comunicador sobretudo nos casos da comunicação jornalística, publicitária e televisiva e sua capacidade de atender as demandas de mercado. O poder simbólico das relações de comunicação é legitimado por meio da linguagem. Por meio desse poder simbólico dado na linguagem que se pode fazer coisas. É nesse ‘lugar’ que se travam lutas ideológicas e disputas que reafirmam o caráter social da linguagem.

Bourdieu (1989) considera que o jornalismo e o seu discurso midiático são detentores de um poder de influência e que depende da ação das forças simbólicas presentes. É nesse sentido que se pode relacionar a ação do poder simbólico à ação da mídia. Isto porque o exercício do poder simbólico implica uma cumplicidade entre os que o exercem e os que a ele se submetem. Assim sendo, o campo dos *media*, tendo como bem específico o discurso, garante a mediação social generalizada do próprio campo com os demais e de todos estes entre si. Os mecanismos de mediação devem garantir a abertura dos campos sociais para que cada um possa se relacionar com os demais. Entre os campos, o que tem funções sociais de maior importância é o campo dos *media*. Nessa relação, a política utiliza incansavelmente o campo dos *media* e, por meio do seu principal produto, o discurso midiático, faz essa mediação social.

Para Rodrigues (2002), o discurso midiático apresenta-se como acabado, sem intermitências nem vazios. O discurso midiático utiliza o discurso em terceira pessoa, que é a forma verbal da não pessoa, os silêncios são insuportáveis e intoleráveis. A capacidade de contaminar e ser contaminado pelo discurso das outras instituições, e de não se delimitar pelas fronteiras de um domínio restrito, caracterizam o discurso midiático. Dessa forma, o autor destaca que a transparência do discurso midiático é importante, pois ele [o discurso] deixa as sociedades modernas mais homogêneas. Por atuar em todos os tipos de esferas da sociedade, o discurso midiático se utiliza de metáforas forjadas.

Para adequarem-se às exigências do discurso midiático, as outras instituições contam com profissionais midiáticos. E, no campo da política, cada vez mais observamos a utilização da lógica midiática, no fazer político. Não só na questão da profissionalização das campanhas, mas na adequação do discurso político, emitido pelos candidatos.

A transmissão de conteúdo simbólico não esteve sempre atrelada aos meios de comunicação. Thompson (1998) relembra que, em épocas remotas, conteúdos simbólicos eram produzidos e circulavam através de uma comunicação não mediada, face a face,

desempenhada também por instituições como igrejas, escolas, família – que ainda hoje figuram como importantes atores de difusão de conteúdo para os membros que delas fazem parte. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa e sua gradual inserção em nosso cotidiano, a mídia adquiriu papel fundamental em nossa sociedade, tanto pela sua produção de conteúdo em larga escala quanto pelo seu alcance espaço-temporal.

Thompson (1998) ressalta que, atualmente, é fácil perder de vista a dimensão simbólica dos meios de comunicação, mesmo perante a importância simbólica irreduzível. Através da sua relação com a produção, o armazenamento e a circulação de matérias que são significativas para os indivíduos que os produzem e os recebem. Porém, o autor contrapõe esta afirmação afirmando que a comunicação mediada é um fenômeno social contextualizado, ou seja, é sempre implantado em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, os mesmos produzem impactos na comunicação que ocorre.

A vida em sociedade é feita por indivíduos que buscam uma infinidade de fins e objetivos os mais variados. Com isso, os mesmos agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam aos indivíduos variadas inclinações e oportunidades. E este conjunto de circunstância pode ser nomeado como “campo de interação”, termo este desenvolvido por Bourdieu. Os indivíduos se estabelecem em diversas posições dentro destes campos, a partir do tipo e da quantidade de recursos acessíveis a ele.

Bourdieu (1989) compreende campo como um território de relações. Nesse sentido, não se exprime em caráter territorial geográfico, embora possa conter elementos dele, mas se constitui como espaço de relações simbólicas configuradas sob interesses de disputa ou manutenção de determinados poderes. Em cada campo são colocados em disputa diversos tipos de capital, que somente podem ser adquiridos ou perdidos por agentes (individuais ou grupais) que tenham relação de pertença a este campo. É importante entender que cada campo tem sua dinâmica própria, sempre imbuída de jogos de poder e valoração de crenças, ideias e concepções que, em disputas de poder, são reconfiguradas na medida em que o jogo se dá. Por isso, Bourdieu afirma que, para entender a gênese social de um campo, é preciso entender a linguagem que nele se aplica, suas relações e elementos materiais e simbólicos que nele são colocados em disputa.

A respeito do campo político, Bourdieu (1989) traz uma série de considerações importantes e atuais. Ele ressalta a existência dos profissionais na construção do discurso político que, assumindo essa posição, acumulam capital político para interferirem em diferentes disputas. Eles são necessários para que ideias sejam reconhecidas como o

verdadeiro e exerçam poder de mobilização e força. Não é de se surpreender que o campo político conta, cada vez mais, com esses profissionais a auxiliar os atores políticos na construção de suas ideias e discursos. Eles são comunicadores, marqueteiros, consultores de imagens, dentre tantas outras funções que surgem na medida em que novas necessidades se apresentam.

Bourdieu (1989) considera os partidos que, dentro do campo político, funcionam como estruturas mobilizadoras e aglutinadores de interesses de classes. Elas, aliás, são tidas para o autor como espaço de relações e não necessariamente grupos objetivados e estáticos. A classe não se restringe ao aspecto econômico, porque os campos têm em sua constituição aspectos multidimensionais. Desta feita, os partidos também não se restringem a seus programas, mas adotam discursos que visam atender a um número maior de indivíduos e que possam se converter em votos.

Rubim (2000), por sua vez, trata esta nova ambiência como a “Idade Mídia”. Segundo o autor, com o advento da Idade Mídia, os discursos midiáticos ganham uma mídia específica, uma forma individual, seletiva e interativa de se comunicar. Quase que uma mídia individual para cada pessoa. A nova circunstância impede, por conseguinte, qualquer tratamento unilateral, seja ele meramente instrumental, seja ele redutor. “A comunicação agora não pode, sem mais, ser identificada com sua possibilidade instrumental e com sua dimensão de mensagem. Na contemporaneidade, a comunicação já não é somente isto” (RUBIM, 2000, p.176).

A interface surgida entre os campos da política e comunicação adquire particular importância nos dias atuais. Mediante os avanços tecnológicos contemporâneos, as mensagens veiculadas pelas mídias atingem um público cada vez maior, numa velocidade nunca antes imaginada. Mesmo as comunidades mais distantes têm hoje a possibilidade de se verem incluídas nos principais debates da atualidade, recebendo diretamente em suas casas as principais informações e notícias sobre o que ocorre no mundo político.

Em seus estudos sobre “A contemporaneidade como Idade Mídia”, Rubim (2000) trata da construção de bases teóricas para refletir sobre o que é atual como sociabilidade estruturada e ambientada pelas mídias, isto é, como Idade Mídia. Num primeiro momento, o autor insere a comunicação associada às ideias de ideologia, aparelhos ideológicos de estado, dentre outros. É fato que várias redes atuais mantêm uma relação mais íntima entre economia e mídias, estas como setores mais dinâmicos na economia do capitalismo contemporâneo, ensejando os mais atuais processos de globalização econômica.

Desse modo, em vez da tradicional posição “supra estrutural”, a cultura da mídia passa também a ser “infra estrutural”, pois necessária à efetivação e à reprodução do capitalismo. Portanto, Rubim (2000) faz uma equivalência da Idade Mídia com a contemporaneidade, ou a era das redes²⁰, que tem influência direta sobre a economia, o poder, a cultura e a experiência nos tempos atuais. Assim a mídia em sua estrutura dita o ‘ritmo’ da sociabilidade contemporânea. “A compreensão da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira Idade Mídia, em suas profundas ressonâncias sobre sociabilidade contemporânea em seus diversos campos” (RUBIM, 2000, p. 26).

Para que aconteça uma caracterização da sociabilidade contemporânea em termos de Idade Mídia, alguns conceitos são propostos pelo autor: (a) expansão quantitativa de meios de comunicação, (b) diversificação dessas modalidades midiáticas, (c) papel da mídia como forma hegemônica de experiência e de conhecimento da vida, do real e do mundo, (d) força dos meios culturais midiáticos para organizar e difundir comportamentos, valores etc., (e) influência da comunicação midiaticizada sobre o pensar e o sentir da sociedade e dos indivíduos, (f) ascensão da mídia como espaço público privilegiado e hegemônico, (g) possibilidade de uma representação de vida de âmbito planetário e em tempo real e (h) ampliação rápida e diversificada do mercado de trabalho na área da informação e da produção de bens simbólicos.

A relação destes conceitos leva a uma compreensão da Idade Mídia como sociabilidade complexa, em uma contemporaneidade em que as sociedades são estruturadas e ambientadas pelas mídias. Para a compreensão da contemporaneidade nesses termos globalizados, Rubim (2000) fala sobre uma visada histórica em três vertentes básicas. A publicização do indivíduo no social é subordinada à sua conexão com as redes midiáticas.

Dessa forma, Rubim (2000) constata que a política midiaticizada tem incidência sobre aquela realizada em espaços convencionais. Devido ao fato de os atores saberem que estão sendo vistos, eles acabam encenando de forma que não aconteceria se soubessem que estavam sendo filmados. Essa transposição da política em outro espaço implicou mudanças relevantes na dinâmica desse sistema, principalmente o surgimento de novos atores, como os

²⁰A compreensão de sociedade em redes do autor Manuel Castells (2005) é pertinente a este estudo. Para o sociólogo, a sociedade em rede é uma estrutura social, que pauta relações de produção, consumo e experiência que foi transportada para as novas Tecnologias de Comunicação e Informação. Ou seja, as redes sociais apenas reproduzem hábitos seculares, cujo lastro se evidencia na história política, social, econômica e cultural da humanidade. As novas tecnologias permitem uma coordenação diferenciada, que esvai a importância do conceito do tempo, coordenação efetuada pelas redes e pelos seus nós, que se vão reconfigurando consoante os proveitos e os benefícios que trazem para os integrantes da sociedade.

marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens, comunicadores e também novos instrumentos operativos, como planejamento estratégico, produtores de imagens, linguagens e modos de comunicar e fortalecendo gradativamente o *marketing eleitoral*. Dessa forma, a política passa a não mais se fazer como tal, mas inevitavelmente fica sob as ordens e os padrões de produção da mídia.

Segundo Miguel (2004), nas formas da ação política, em especial, o impacto dos meios de comunicação de massa é gigantesco. O autor aponta quatro dimensões principais nas quais a presença da mídia se faz notar alterando as práticas políticas. A primeira dimensão é que a mídia se tornou o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns. Para ele, o acesso à mídia substitui esquemas políticos tradicionais e reduz o peso dos partidos políticos. O mesmo é abordado por Lima (2006) ao afirmar que a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera da política, fortalecido com o avanço tecnológico das telecomunicações. Lima acredita que a mídia está substituindo os partidos políticos em várias de suas funções tradicionais. Esse efeito é ocasionado, segundo o autor, devido à crise partidária, que ainda não é uma verdade absoluta, mas através de um processo histórico é visível a inexistência de uma tradição partidária consolidada. Isso ocasiona que a mídia assuma tradicionais funções que antes eram responsabilidades destes partidos, como a “construção de agenda pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar as ações do governo; exercer a crítica das políticas públicas; canalizar as demandas da população” (LIMA, 2006, p. 52).

A segunda dimensão apontada por Miguel acontece pelo efeito dessa predominância como instrumento de contato. O discurso político transformou-se, adaptando-se às formas preferidas pelos meios de comunicação de massa. Lima conversa com Miguel, pois ele enxerga que, devido a esse papel assumido pela mídia, cada vez mais temos um efeito de personalização da política e de todo o seu processo. Sendo assim, as disputas estão sendo representadas como uma disputa entre pessoas, os políticos, e não entre as propostas políticas alternativas, os partidos. Assim, segundo Lima, a mídia tem alterado radicalmente as campanhas eleitorais. Anteriormente, nos anos 80 e em parte até os anos 2000, a campanha era focada em estratégias de contato direto com o eleitor, em interações face a face, por meio de centenas de viagens a várias cidades do país com uma agenda repleta de evento. O papel dos partidos na organização e nas estruturas era crucial, já que eram os mediadores entre os candidatos e o eleitorado.

Com o processo de profissionalização das campanhas no Brasil, principalmente a partir da eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, para a Presidência da República, as disputas eleitorais passaram a ter um grande investimento em estratégias de marketing político e uma sofisticação da propaganda eleitoral, focada, principalmente, na mídia eletrônica, já que o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) era o espaço privilegiado e o mais importante para os cargos majoritários em disputas presidenciais e para governos estaduais e prefeituras de cidades de grande e médio porte. Por isso, a mídia eletrônica assumiu o papel de ser o principal palco das disputas desde 1989 até 2014, quando se começa a verificar estratégias complementares no universo da internet.

Finalmente, nas eleições de 2016 e 2018, com a redução do tempo do HGPE e com o crescimento do alcance das mídias digitais, a propaganda deslocou-se, em grande parte, das mídias massivas (TV e rádio) para as redes sociais, como ficou evidente na campanha do presidente, Jair Bolsonaro (PSL), que centrou sua propaganda no ciberespaço. Claro que deve se levar em conta que a mídia massiva ainda é importante, principalmente para que o candidato tenha visibilidade nos noticiários. No caso de Bolsonaro, apesar de ter apenas nove segundos para propaganda, tornou-se favorito e ganhou grande espaço, principalmente a partir do fato ocorrido em 6 de setembro em plena campanha em Juiz de Fora, quando, ao realizar uma caminhada pelo centro da cidade com uma multidão de apoiadores, foi esfaqueado, tendo que passar por duas operações e ficar mais de 20 dias, internado. Com isso, tornou-se destaque nos noticiários – em todos os tipos de mídia. Porém, é importante ressaltar que a vitória de Bolsonaro está relacionada a muitos outros fatores que aqui não serão abordados. O exemplo citado foi utilizado apenas para ilustrar as redes sociais como uma estratégia contra um espaço hegemônico (a imprensa tradicional) e alternativa a impactos a Reforma Política Eleitoral de 2015, que beneficiou partidos maiores em muitos aspectos, inclusive em tempo de HGPE.

A terceira dimensão proposta por Miguel está relacionada no papel da mídia como principal responsável pela produção da agenda pública, um momento crucial do jogo político. “A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas” (MIGUEL, 2004, p.8). E isso também é abordado por Lima ao afirmar que a mídia se transformou, ela própria em importante ator político. Devido ao fato de que as empresas de mídia se constituem em atores econômicos fundamentais, possuindo, assim, o poder de produzir e

distribuir capital simbólico, vem desempenhando o papel de atores com interferência direta no processo político.

A última dimensão trazida por Miguel está relacionada à gestão da visibilidade. Atualmente, os candidatos a posições de destaque político têm que adotar uma preocupação central com a gestão da visibilidade. O autor não fala no sentido da presença do espetáculo político, mas sim na “busca do fato político (aquele que é assim reconhecido pela mídia), como forma de orientar o noticiário e, dessa forma, influenciar a agenda pública, o que implica a absorção de critérios de ‘noticiabilidade’ por parte dos atores políticos” (MIGUEL, 2004, p.9). Lima contribui com esta dimensão, ao afirmar que não há política sem mídia. É somente a mídia que define o que é público no mundo contemporâneo. Na verdade, a própria ideia do que constitui um “evento público” se transforma a partir da existência da mídia. E isso se expandi na definição de agenda pelos meios de comunicação. Este processo é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões.

Gomes (2004) aborda as transformações vivenciadas pela política em decorrência do desenvolvimento da chamada comunicação de massa. Em vez de vislumbrar a comunicação de massa como um meio utilitário para a política, ele a entende como um campo autônomo: é arena de disputa, mas também possui autonomia e impõe certas regras e linguagens. A comunicação torna-se, portanto, uma instituição social. Isso se dá pelo desenvolvimento e autonomização decorrentes de transformação dos meios em grandes empresas capitalistas. Desta forma, algumas características são facilmente observáveis para dar conta da necessidade de compreensão do surgimento deste novo campo de investigação científica. Uma delas é a centralidade da comunicação de massa (e hoje também a comunicação digital) para o exercício do governo, bem como para as disputas eleitorais. Além disso, constata-se que as estratégias políticas visam a construção e manutenção de imagens públicas, recorrendo às habilidades técnicas do marketing. Os discursos políticos, desta forma, destinam-se aos consumidores midiáticos e, por conseguinte, organizam-se de acordo com a chamada gramática da mídia, que é cunhada por Gomes (2004) para se referir à linguagem e dinâmica próprias de cada veículo de comunicação específico, como televisão e rádio, por exemplo.

É diante deste cenário de adaptação da política à gramática da mídia, que se constata a suplantação da atividade política da forma como era feita tradicionalmente. A priorização da imagem sobre o verbal e do texto curto e rápido sobre um discurso argumentativo clássico,

coloca valores ideológicos em segundo plano na disputa política que se dá na arena midiática. As ideias, conceitos e programas políticos passam a ser, apenas, uma nuance de fundo mediante o embate comunicacional, que se torna central. O público, antes envolvido em organizações e reuniões de grupos de indivíduos, agora é enxergado como público-espectador. Os partidos políticos, em sua função de mediar a organização política e serem porta-vozes dos cidadãos em seus interesses específicos dos quais representam, passam a uma função secundária, vivenciando uma crise crescente, dando espaço, por vezes, a uma negação de sua importância e existência.

Rubim (2000), ao abordar fatores que contribuí para classificar uma sociedade como estruturada e ambientada pela comunicação, descreve que atualmente existem uma diversidade das novas modalidades de mídias presentes no espectro societário. Essa “ecologia da comunicação”²¹ observada na complexidade da “ecologia da comunicação”, nas modalidades diferenciadas de mídias existentes e na história recente de sua proliferação e diversificação.

Com o advento do século XXI, novas tecnologias se consolidaram na rotina da sociedade e modificaram de forma mais intensa o fazer comunicacional: as mídias digitais. Essas novas mídias tomaram um papel importante no cotidiano das pessoas e junto a grande (velha) mídia (Jornais e Revistas, Rádio, TV) ocupam um espaço central na contemporaneidade. Todavia, faz-se pertinente compreender primeiramente o conceito de mediação. Um dos muitos autores que se dedica a compreensão do termo é José Luiz Braga (2012), o qual define a mediação como um processo em que um elemento se intercala entre sujeitos e/ou ações diversas, desse modo, organiza as relações entre estes. Sendo assim, a compreensão de mediação está ligada à percepção de que não existe um conhecimento direto da realidade. Apenas um entendimento de um recorte do real que está condicionado por uma (inter) mediação na qual pode ser dá por meio de um ponto de vista, que é social, cultural e psicológico. Diante disso, existem diferentes elementos que podem ser considerados como

²¹ O uso do termo “ecologia da comunicação” foi utilizado pela primeira vez por Abraham Moles, em 1975. Para o pesquisador a compreensão do termo se embasava no interesse de estudar “as espécies de comunicação, próximas ou distantes, fugazes ou gravadas, táteis ou auditivas, pessoais ou anônimas, que reagem efetivamente uma sobre a outra no espaço fechado das vinte e quatro horas da cotidianidade ou no espaço social do planeta.” (MENEZES, 2014, *apud* MOLES, 1975). Além de vivenciarmos uma comunicação, segundo Flusser (2005) tridimensional (com o nosso próprio corpo), bidimensional (com o uso de imagens/figuras), unidimensional (com a escrita linear), estamos nos relacionando também com uma dimensão nulo dimensional (com dígitos e números). A “ecologia da comunicação” está relacionada na compreensão destes processos tri-bi-uni-nulo dimensionais que englobam todo o sistema comunicacional da contemporaneidade.

mediadores: a linguagem, a história de vida, a inserção de classe, as experiências vividas, o trabalho, a educação formal recebida, o discurso das mídias etc.

Outro autor que contribui para uma teoria das mediações é Jesús Martín-Barbero (1997). Barbero questiona a relação passiva do receptor que muito tempo esteve presente como paradigma da comunicação e enxerga que, na relação entre emissor e receptor, existe um espaço de natureza simbólica ou representativa no qual é preenchido pela mensagem que se configura por múltiplas variáveis. O autor postula que é por meio da experiência e da complexidade de conteúdos oriundos do encontro entre o emissor e receptor é que se ditam a forma como a mensagem será absorvida pelo receptor. Ou seja, é nos modos de interação que é o próprio meio é que se encontra a verdadeira proposta do processo de comunicação.

Essa visão barberiana inverte a lógica da teoria crítica formulada pela Escola de Frankfurt²² que enxergava a Indústria Cultural como uma ferramenta inexorável de controle social, manipuladora da consciência das massas. Barbero inova ao centrar-se na observação do espaço simbólico ou representativo que medeia a relação entre emissor e receptor. Assim, “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTIN-BARBERO, 2002, p. 55). Desse modo, ao olhar o papel dos meios de comunicação nesse processo, o autor descreve que os efeitos estão presentes no fato de que a circulação dos novos meios de propagação e produção de elementos culturais são condicionados pelas tecnologias da Comunicação. Por meio da sensibilidade e das formas de percepção do povo, que dotado de sentido interpreta a mensagem a partir do seu repertório sociocultural. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (MARTIN-BARBERO, 2000, p. 297).

A ótica barberiana, segundo Braga (2012), torna-se pertinente, pois, mais do que colocar o receptor integrado em seus ambientes, ela começa a fazer perceber os processos midiáticos. Antes os meios eram vistos de modo preocupante na produção de efeitos não controláveis pela sociedade, agora, as mediações colocam-se como espaço da ação de resistência. Não é apenas da forma como se percebe e pelas quais nos relacionamos com os

²² O conceito de teoria crítica é usado na filosofia para fazer referência à doutrina desenvolvida pela chamada Escola de Frankfurt. Um grupo de pensadores partiu da teoria marxista tradicional e, após de lhe apontar uma série de críticas, desenvolveu um novo corpo teórico, qualificado por alguns autores como neomarxista. Um dos princípios da teoria crítica é que se opõe à separação entre sujeito e realidade. No que toca a esta postura, todo conhecimento depende das práticas da época e da experiência. Não existe, desta forma, nenhuma teoria pura que se consiga sustentar ao longo da história.

meios, mas sobretudo da possibilidade de enfrentamento, da reflexão dessas condições, uma interação de natureza político-social.

Para Fausto Neto (2008), no período denominado “sociedade dos meios” as mídias exerciam com autonomia relativa, ante a existência dos demais campos. Já na sociedade de midiatização, a cultura das mídias se transforma na referência sobre a qual estrutura-técnica-discursiva se estabelece, produzindo “zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (FAUSTO NETO, p.93). A mídia não pode ser considerada um corpo estranho na sociedade. Agora, com a midiatização crescente nos processos sociais, existe uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage consigo mesma. No entanto, os processos de comunicação face a face e a troca informacional por meio da escrita continuam a definir padrões de comunicação e inferências que organizam a sociedade de certo modo, mesmo que tais processos se transformem em modos mais complexos, envolvendo a diversidade crescente da midiatização.

Como nos aponta Fausto Neto, a circulação das mensagens acontece de forma imediata entre dois polos – emissor e receptor. Assim, esse processo também acontece midiaticamente. A mídia se apropria de conteúdos e os trabalha por meio dos processos de significação e socioculturais. Todo esse processo acontece dentro dos contextos midiáticos.

Para Gomes (2016, p.16), “a circulação se estrutura em conexões e interconexões que se desenrolam no marco das relações que a sociedade engendra para que a comunicação aconteça com rapidez e eficácia”. Ou seja, um novo ambiente comunicacional é gerado mediante a recepção dos conteúdos transmitidos que chegam à sociedade que retornam os seus resultados para o processo de comunicação via processos midiáticos. Esse novo ambiente se torna mais amplo que influência e é influenciado pelos seres humanos. Ao perceber o processo de comunicação, enxerga-se circulação de conteúdos que, construídos socialmente, geram resultados práticos e simbólicos. Isso pode ser perceptível, segundo Gomes, nos distintos elementos que estão em jogo no processo comunicacional: na sociedade, na comunicação, nos processos midiáticos. Por meio da mediação da mídia, nos seus processos de significações sociais, existem relações diretas, imediatas, e relações indiretas, mediadas

Gomes aponta que, com o advento da tecnologia digital, as inter-relações se tornaram complexas e se ampliaram, gerando uma nova ambiência. Por meio das sofisticções dos meios eletrônicos, o processo de comunicação é potencializado na contemporaneidade. Para o autor, tanto os inter-relacionamentos comunicacionais, quanto os processos midiáticos, ocorrem no “cadinho cultural da midiatização” (2016, p.17). Como resultado, a realidade da sociedade em midiatização supera e engloba dinâmicas específicas que modificam o meio

social. E, como tela de fundo da interação das dinâmicas sociais, temos a promoção da realidade digital. Conforme aponta Gomes, a sociedade em midiatização constitui nos diversos processos sociais, uma nova ambiência, um novo modo de ser de mundo, o que caracteriza a sociedade atual.

A simbiose entre Comunicação e Sociedade, ligadas à produção de sentido, como descreve Gomes, se encadeiam nesse “cadinho de cultura”, resultado da emergência e do desenvolvimento extremo desenvolvimento tecnológico, proporcionando um salto qualitativo, gerando o totalmente novo na sociedade e como resultado desse movimento se estabelece a sociedade em midiatização: que configura para as pessoas um novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da auto compreensão social e individual (GOMES, 2016, p.18).

Hjarvard (2012) enxerga a midiatização diante de uma tradição institucionalista e se preocupa com a análise dos relacionamentos entre a mídia como instituição com as outras instituições, além de considerar a mídia como uma instituição independente e com uma lógica própria que exerce influência sobre as demais. Desse modo, o termo lógica de mídia refere-se às formas pelas quais distribui recursos e material simbólico e opera com auxílio de regras informais (HJARVARD, 2012. p.68)

Já Verón compreende o termo midiatização ante uma ótica sócio construtivista. Para o autor, faz-se importante investigar a inter-relação entre a mudança da comunicação midiática e a transformação sociocultural como parte das práticas de comunicação rotineiras, e como a mudança dessas práticas se relaciona à construção da realidade comunicativa em mudança. Verón não leva apenas a mídia tradicional em consideração, mas, também as novas mídias relacionadas a internet.

Hjarvad (2012) compreende que a midiatização é utilizada como um conceito central em uma teoria sobre a importância intensificada e mutante da mídia na cultura e na sociedade. Por midiatização da sociedade, o autor entende como o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida ou torna dependente da mídia e sua lógica. “É a dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais” (HJARVARD, 2012. p.65)

Essa visão do autor pode ser relacionada com os efeitos da modernidade tardia (ou pós-modernidade) na contemporaneidade. É com os avanços das instituições modernas que ocorre a influência da mídia sobre outras áreas como política, ciência e religião. Tomando como base os argumentos teóricos de Bauman (2005), antes estes campos eram sólidos, promoviam um referencial de mundo mais estático, todavia, com o advento da modernidade,

em especial, com os efeitos da modernidade tardia, os discursos dessas instituições se tornaram fluidos, tanto para se adequarem à realidade em que estão inseridos, mas também por sofrerem interações de outros campos. O efeito mais intenso acontece quando os campos que eram considerados como referenciadores do mundo, ao se apropriarem da lógica midiática, estes campos permitiram uma relação simbiótica entre ambos. Porém, é importante ressaltar que essa influência acontece num movimento bidirecional e até pluridirecional. A influência se dá de forma inter-relacional, bem como trans relacional.

O próprio Hjarvard (2012) traz ressalvas na compreensão de mediação diante a lógica da pós-modernidade. Ao citar a definição de Baudrillard, “o que é mediado não é o que sai na imprensa diária, na televisão ou no rádio: é o que é reinterpretado pela forma do signo, articulado em modelos e administrado pelo código” (BAUDRILLARD, 1994 *apud* HJARVARD, 2012), o autor coloca que tal entendimento se torna simplista e muito exagerado:

Muito simples porque implica uma transformação única onde a realidade mediada suplanta a realidade experiencial e distinções tradicionais simplesmente se dissolvem. O conceito de mediação proposto neste texto não adota a ideia de que a realidade mediada reina suprema ou a alegação de que as distinções ontológicas convencionais entraram em colapso. A principal característica do processo de mediação como está concebido aqui é, antes, uma expansão das oportunidades para a interação em espaços virtuais e uma diferenciação do que as pessoas percebem como sendo real (HJARVARD, 2012. p. 62).

Ao contrário do que pensa Baudrillard ao ser citado pelo próprio Hjarvard (2012), a mediação está relacionada às transformações institucionais da alta modernidade, ou seja, a mediação não é um processo universal, mas sim uma tendência que se acelerou nos últimos anos do século XX.

Verón (2014) dialoga num primeiro momento com Hjarvard ao concordar que a mediação não é um processo universal no qual caracteriza todas as sociedades. No entanto, o autor a enxerga como “um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose” (VERÓN, 2014, p.14). Segundo o Verón, essa capacidade foi ativada progressivamente, em uma variedade de contextos, relacionados por diversas razões e, portanto, tem tomado diferentes formas. Todavia, algumas das consequências desse processo estiveram presentes na história da evolução da humanidade e afetaram profundamente a organização das sociedades ocidentais muito antes da modernidade.

Em suma, Verón compreende a midiaticização como resultado da capacidade humana de semiose, que se expressa em fenômenos mediados, constituindo uma característica universal de todas as sociedades humanas. Porém, para ambos enfatizam as inter-relações entre as mudanças midiáticas e comunicacionais, por um lado, e na cultura e na sociedade por outro.

Carlón (2015) aborda que, por meio da relação entre pós-modernidade e meios de comunicação, a contemporaneidade está inserida em um processo novo e complexo. O autor enxerga que o processo de midiaticização se estabeleceu diante da modificação radical nas práticas comunicacionais, nos modos sociais de consumir e produzir discursos e de praticar arte, política, comércio, entretenimento etc. Essas mudanças, citadas por Carlón, são oriundas do avanço tecnológico, especialmente pela internet, com a proliferação das redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram, blogs etc.*) que ocupam um espaço importante na contemporaneidade como atributos comunicativos “supostamente” democráticos e horizontais.

Diante desse novo processo vivenciado com o advento e avanços tecnológicos, o autor aponta uma relação cada vez mais intensa entre as (velhas) mídias tradicionais e as novas mídias, surgindo assim uma sociedade hipermidiaticizada (CARLÓN, 2015). Conforme descreve Carlón, nas sociedades modernas e pós-modernas, as relações entre as mídias tradicionais (imprensa, cinema e televisão) ocorriam de forma intrassistêmica, agora, em uma sociedade hipermidiaticizada, os dois sistemas estão em relação permanente, desencadeando assim um processo de complexidade crescente, como por exemplo o uso das *hashtags* em programas televisivos, onde introduzem um outro meio comunicacional e uma discursividade na mídia de massa.

Ao olhar para a midiaticização no campo da política, um novo comportamento, sentido especialmente nas eleições de 2018, atinge o Brasil. Com a reforma eleitoral em 2015, o tempo de campanha foi reduzido para 35 dias, o HGPE foi modificado para 25 minutos divididos em dois blocos e a utilização das redes sociais foi permitida de forma mais intensa. A reforma eleitoral também beneficiou os partidos tradicionais com grande representatividade no Congresso, esses partidos obtiveram maior tempo de TV, já os partidos considerados nanicos possuíam pouco tempo dentro do HGPE. A estratégia utilizada tanto pelos candidatos com menor tempo de TV, quanto pelos que possuíam maior tempo foi potencializar suas campanhas na internet, especialmente nas redes sociais.

A campanha eleitoral com o uso das redes sociais proporcionou um debate além do que acontecia com o HGPE. Candidatos bem como eleitores potencializaram o uso dessas plataformas para ampliar a interlocução entre ambos. As redes sociais deixaram de ser apenas

uma retransmissão dos programas de HGPE como era anteriormente, os candidatos produziram conteúdo específicos para o perfil de cada rede, e muitos dos debates e questionamentos que aconteciam nas redes permearam o conteúdo dos programas eleitorais. Os candidatos com pouco tempo de TV convidavam seus eleitores para *lives* nas redes no mesmo horário do HGPE, obtendo assim uma alternativa contra o pouco tempo.

A mudança dessa relação intrassistêmica para uma relação constante, característica das sociedades (hiper) midiáticas proporcionou uma troca entre eleitor e candidato. Ambos passam não só receber um determinado discurso, mais a produzir opiniões e discursos, pautando os candidatos e o debate político, o que antes era apenas intermediado pelos meios de comunicação de massas tradicionais. Ou seja, assuntos mais complexos situados no campo da política passam a ser discutidos e ganham maior visibilidades nas sociedades (hiper) midiáticas.

3.2 A DIMENSÃO TEATRAL E ESPETACULAR DA POLÍTICA

O fenômeno da dimensão teatral e espetacular da política pode parecer que é algo recente na sociedade, no entanto esse processo já se faz presente há muito tempo na humanidade. Weber (2007) descreve que a espetacularização da política sempre precisou da dimensão teatral, ao se olhar para as figuras de heróis e reis, atores que foram fabricados em suas épocas. No entanto, por meio da relação de interesses e conflitos entre o campo da mídia e da política, há de certo modo, uma nova configuração presente na contemporaneidade.

Um dos estudiosos sobre o assunto é Rogér-Gerard Schwartzemberg (1977). O autor apresenta que no novo modo de se fazer política, as ideias são deixadas em segundo plano e hoje se centra em personagens, pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Schwartzemberg enxerga que o espetáculo está no poder. E, por isso, a mídia e o poder estão atrelados de forma inexorável na sociedade moderna. Dentro desta configuração de política do espetáculo surgem modelos de reportagem a partir da interface entre mídia e política. Desse modo, os políticos assumem personagens buscando se aproximar cada vez mais do eleitor. No entanto, Schwartzemberg ressalta que estes personagens não são escolhidos aleatoriamente. A seleção se dá por meio dos próprios atributos do candidato e da situação política no qual estão inseridos, e este pode desempenhar vários papéis: o líder charmoso, o pai, o homem comum e o herói.

O autor descreve o herói como um homem fora do comum, o salvador, o chefe providencial e, muitas vezes, o ídolo. Em suma: o equivalente do monstro sagrado ou do deus

ex machina do teatro. Uma outra personagem é o homem ordinário, o *common man*, o Sr. Fulano de Tal. Aquele vindo de uma classe B da política. Em resumo: o segundo papel promovido ao primeiro plano. Tem-se, também, o líder “charmoso”, que se empenha mais em seduzir que em convencer. Em suma: o jovem galã, papel pode ser atribuído a Aécio Neves, porém em proporções menores. Outro personagem é o pai da pátria, a figura tutelar compulsória. Este é homólogo ao pai nobre no teatro. Por fim, existem as *stars* políticas femininas. Algumas delas lembram a diva, a *prima donna*. Outras se atribuem papéis mais modestos.

Conforme o autor destaca, existe também nesse processo a utilização de elementos que completam a encenação. As imagens associadas a personagem do candidato e do líder político são usadas para promover a sua candidatura e carreira. Assim, o parceiro (comumente a esposa), familiares (como filhos, netos, pais, entre outros) e até mesmo os animais de estimação compõem a personagem do político e acrescenta qualidades “sociais”, como uma espécie de acessório à campanha. Este efeito da personalização da política, alerta o autor, pode gerar um certo esvaziamento do debate, ocasionando que, nas disputas eleitorais, saia fortalecido o candidato que tiver melhor performance, construir o personagem mais adequado. Isso, claro, não deve deixar de considerar os interesses do eleitorado que são decisivos na escolha do eleito.

Bolsonaro, por exemplo, construiu um personagem que se apresentava *outsider* e antissistema e foi bem-sucedido, tornando-se favorito, num momento de forte crise de representação política. A utilização da família Bolsonaro como representantes da pauta de costumes foi uma das estratégias dessa construção. A esposa Michele de Paula é aquela que representa o ideal da mãe, esposa e mulher da família tradicional brasileira. A atual esposa de Bolsonaro possui uma filha de uma outra relação. A situação também se repete com o presidente, os filhos, Carlos, Eduardo e Flávio são do primeiro casamento. Apenas Laura e Renan são frutos da atual relação.

Aécio também se utilizou desse jogo cênico para construir a sua imagem na campanha presidencial em 2014. Em um dos seus programas de HGPE, exibido na noite do dia 02 de outubro, o então candidato volta ao que ele chama de sua origem, a cidade de São João del-Rei e no casarão que pertence à sua família, que fica ao lado da igreja de Nossa Senhora do Rosário e que pela janela pode ser vista a Igreja de São Francisco de Assim, apresenta sua família. “Eu peço licença também para agradecer à minha família: a Letícia, minha esposa, a minha mãe, a minha filha, Gabriela, às minhas irmãs, pela compreensão que tiveram todo esse tempo” (NEVES, 2014). As imagens que compõem o jogo cênico apresentam o cenário

supracitado e também os personagens citados pelo então candidato. Outro fato também utilizado pelo tucano que conversa o que Schwartzemberg (1977) coloca foi o batizado dos seus filhos gêmeos no período de campanha do primeiro turno. O candidato e esposa estiveram na Igreja Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, em São João del-Rei, para batizarem os seus filhos. O fato torna-se mais cênico com a presença do Padre Fábio de Melo que foi convidado pelo político para estar presente na cerimônia do Sacramento²³.

Além das estratégias utilizadas pelos candidatos para se adequar ao jogo cênico, Goffman (2013) traz contribuições para olhar o papel da mídia que utiliza da lógica espetacular na relação com a política. Ao compreender a vida cotidiana como um palco em que se encenam papéis sociais diversos, de modo que o indivíduo não é o mesmo em todas as circunstâncias, o autor trata justamente da importância do caráter performático dos atores sociais. Grande parte do comportamento cotidiano é semelhante ao de atores no palco, sendo que os indivíduos e os grupos estão constantemente representando uns para os outros.

Para Goffman, o contato do sujeito com a realidade e com os demais sujeitos a seu redor se dá pela representação e pela utilização de papéis sociais. O ator social prepara-se para suprir às expectativas dos outros, agindo de acordo com o que ele idealiza sobre si ou acredita que o outro idealiza sobre ele. O indivíduo, assim, também está vinculado ao conceito de aparência e representação, sendo que a representação é uma atividade que sempre ocorre diante da presença de outras pessoas. O conceito de representação se refere “a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre eles alguma influência” (GOFFMAN, 2013, p. 29).

O sujeito, durante o processo de interação social, assume um papel que varia de situação para situação. Desse modo, uma mesma pessoa representa papéis diferentes nas diversas situações e ambientes. Goffman (2013) discute que há três papéis decisivos numa representação: ator, plateia e “estranho”. O ator conhece a representação e a utiliza para interferir na sociedade; a plateia conhece a representação, mas não consegue destruir a representação; por fim, o “estranho” é aquele sujeito que não conhece a realidade, ou seja, esses estão do lado de fora da região de representação. Há, portanto, uma teatralização da vida pública.

²³ É costume da tradição cristã católica que o ordinário local, ou seja, o pároco, batize a criança. O batismo na grande maioria dos casos é realizado na paróquia onde os pais residem. O batizado dos filhos gêmeos do tucano, transcende a regra tanto por ter escolhido a cidade de origem de Tancredo Neves quanto por trazer um outro sacerdote de uma diocese diferente para participar e concelebrar o rito.

Para obter um controle na representação perante o outro, torna-se necessário primeiro a crença no papel. O ator deve estar convencido de que aquilo que representa é realidade. O cenário, como escreve Goffman, é outro instrumento importante para se desempenhar um bom papel. O cenário, compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir os suportes do palco para o desenrolar da ação humana. E junto a isso deve ser acrescentado o vestuário, a aparência, a atitude, padrões de linguagem, expressões e gestos corporais. O ator deve recorrer ao drama para mobilizar sua atividade de modo tal, que expresse aquilo que ele precisa transmitir para torná-la significativa. O mesmo deve se mostrar melhor do que é. Os atores podem tentar mostrar a impressão de equilíbrio e eficiência, como elementos que sempre tiveram e que nunca precisaram passar por um aprendizado.

Para Goffman (2013), a vida é uma encenação dramática e quase tudo se constitui como um palco. No mundo encenado e teatralizado, os indivíduos têm a capacidade de mudar de papéis a todo instante. O ator deve saber não só conduzir o texto, mas também suas expressões, ou seja, como usar a voz, a roupa e o corpo. A partir disto, os atores políticos, ao utilizarem tais técnicas de representação para legitimar sua imagem, acionam um caráter espetacular na política. Diante destas características, cada vez mais temos a profissionalização das campanhas.

Goffman (2013) perpassa a questão da política e compreende que a vida social é como um palco em que se encenam papéis sociais diversos, de modo que o indivíduo não é o mesmo em todas as circunstâncias. O autor parte do pressuposto de que uma interação, ou seja, a influência recíproca dos indivíduos em contato, é estabelecida de acordo com uma definição prévia de hierarquias, papéis e expectativas envolvidas em cada encontro. Para ele, grande parte do comportamento cotidiano é semelhante ao de atores no palco, sendo que os indivíduos e os grupos estão constantemente representando uns para os outros.

Por isso, Goffman (2013) visa a focar detalhadamente uma perspectiva sociológica a partir da qual é possível estudar a vida social, descrevendo uma série de aspectos que formam, juntos, um quadro de referência aplicável a qualquer estabelecimento social concreto, seja ele doméstico, industrial ou comercial. Uma vez agenciado e envolto o que está em jogo em uma dada interação, o indivíduo passa a gerir a apresentação do seu eu em relação às impressões anteriormente estabelecidas, com objetivos de alcançar objetivos formulados previamente, de maneira consciente ou não. Desse modo, cada interação social se estabelece de acordo com os atores (reunidos ou não em equipes), com a plateia, e com as expectativas estabelecidas entre eles.

O sucesso ou não da representação de um indivíduo perante o outro, segundo Goffman (2013), está ligado ao controle da representação. As oito técnicas apontadas pelo autor podem ser também utilizadas no campo da política na relação do ator político e cidadão. A primeira técnica é a crença no papel que o indivíduo está representando. O ator deve estar convencido de que aquilo que ele representa é a pura realidade, até para que o público se convença disso, ou seja, o ator sincero acredita piamente no papel que desempenha. O ator cínico, por motivos vários, está a desempenhar um papel que sabe não ser verdadeiro (defesa, profissão, status, etc.). São os extremos de um contínuo que oscila num ciclo da descrença à crença e vice-versa, podendo haver um ponto de transição, de auto ilusão.

A segunda técnica é a fachada, ou seja, é “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 2013, p. 34). Um dos principais componentes da fachada é o cenário, compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir os suportes do palco para o desenrolar da ação humana. Na fachada pessoal podem-se incluir o vestuário, a aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais, elementos que podem variar de um momento a outro.

A terceira técnica é a realização dramática. Na presença dos outros, o indivíduo inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram fatos confirmatórios, para tanto, ele recorre à dramaticidade. Ele precisa recorrer ao drama para mobilizar sua atividade de modo tal, que expresse aquilo que ele precisa transmitir para torná-la significativa. A idealização é a quarta técnica apresentada por Goffman (2013). Esta, segundo o autor, é uma representação que é socializada, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada. O ator deve oferecer uma impressão que é idealizada. Ele deve mostrar-se melhor do que é. Os atores podem tentar mostrar a impressão de equilíbrio e eficiência, como elementos que sempre tiveram e que nunca precisaram passar por um aprendizado.

A quinta técnica é a manutenção do controle expressivo, já que a atuação exige rápido controle no desempenho das ações requeridas pelo ator, sob pena de não se realizar efetivamente a comunicação pretendida com a plateia, o que pode causar embaraços de diversas ordens para ambos. Goffman (2013) cita alguns problemas de representação: (1) alguns gestos involuntários podem mostrar acidentalmente incapacidade, impropriedade ou desrespeito por perder nomeadamente o controle muscular; (2) agir de tal maneira que dê a impressão de estar preocupado demais ou de menos com a interação (gaguejar, esquecer o que

tem a dizer etc.; (3) a representação pode sofrer uma incorreta direção dramática (problemas no cenário, figurino etc.;

Como sexta técnica temos a representação falsa: cada ator deve ter cuidado significativo com relação a tudo que faz diante da plateia. O público pode ser enganado e mal orientado, já que muitos atores podem falsear os fatos e ainda pode perceber se a impressão do ator é verdadeira ou falsa, válida ou mentirosa, ou seja, ele tem a capacidade de julgar a fidedignidade das deixas da representação. O ator que dissimula e engana corre o risco de ser descoberto, o que pode causar humilhação e perda da reputação;

Por fim, as duas últimas técnicas são a mistificação e a realidade e os artificios. A sétima compreende as restrições ao contato fornecem um meio pelo qual o temor pode ser gerado e mantido na plateia, um meio pelo qual a plateia pode ser mantida num estado de mistificação com relação ao ator. Essa técnica impede o público de ver o ator. A oitava é entendida mediante a exigência da dimensão teatral. Em sua encenação, são utilizados artificios que a torne convincente, inclusive no sentido de a reconhecerem efetivamente como um teatro. O relacionamento social é como uma cena teatral, resultando da troca de ações, dramaticidade e oposições. Para o autor, a vida é uma encenação dramática e quase tudo se constitui como um palco. No mundo encenado e teatralizado, os indivíduos têm a capacidade de mudar de papéis a todo instante. O ator deve saber não só conduzir o texto, mas também suas expressões, ou seja, como usar a voz, a roupa e o corpo.

Se Goffman analisa a teatralização da vida social a partir das interações sociais cotidianas, uma série de autores vão refletir como tal caráter teatral e espetacular se dá a partir da emergência da mídia e de seu processo de mediação. Na década de 70, principalmente em função do fascínio causado pela televisão, despontaram visões bem críticas acerca da indústria cultural e da mídia. Neste contexto que emerge a obra “Sociedade do Espetáculo”, de Guy Debord, como um livro manifesto crítico ao capitalismo e à mídia.

Essa sociedade do espetáculo traz importantes considerações entre a relação do personalismo e o caráter espetacular da mídia. Para Debord (1997), o capitalismo é um dos grandes problemas da sociedade. A presença de imagens na sociedade é um problema no qual pode induzir à passividade e à aceitação do capitalismo. O autor enxerga que a sociedade do espetáculo é o resultado do desenvolvimento dos meios de comunicação, como imprensa, rádio, televisão e cinema, sendo que nestes prevalece a indústria cultural, que se desenvolveu através desses meios e está voltada ao entretenimento, à informação e ao consumo de um amplo público.

A teatralidade e a representação tomaram totalmente a sociedade. Segundo o autor, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). Ao definir o espetáculo, fica evidente na sua concepção, que as relações entre as pessoas não são autênticas, elas são de aparência. Desse modo, o espetáculo é um meio de dominação da sociedade em que atua a favor do capitalismo e o consumo acaba sendo consequência.

Debord (1997) mostra que na sua concepção o espetáculo está presente em toda a sociedade: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (DEBORD, 1997, p. 13). Para o autor, o natural e o autêntico se tornaram ilusão.

Gomes (2004) traz um olhar voltado para o Brasil e aponta que a política encenada não causa estranheza a ninguém que é do universo político. A política encenada, conforme aponta o autor, apresenta-se em uma cena pública por meio de enredos variados, múltiplos personagens que são dirigidos como em uma peça teatral por meio de um conjunto de falas, cenários, protagonismos e antagonismos. Ou seja, é por meio de artifícios construídos para uma representação é que os políticos se apresentam aos eleitores. Porém, esse processo não se limita apenas em período de campanha eleitoral, mas, também no dia a dia do exercício do mandato.

O autor descreve que a política funciona sempre com base em práticas, habilidades, classes de agentes e representações inter-relacionados e reciprocamente implicados de forma sistêmica. Para compreender melhor esse processo, Gomes (2004) relata que, em sociedades complexas, a atividade política se apoia em mais de um desses sistemas, de forma que quando um deles é substituído, ou alterado, o campo político e a atividade política dessas sociedades não cessam nem desaparecem. A partir dessa compreensão, pode-se afirmar que a centralidade que os meios de comunicações massivas ostentam na atualidade fez com que a atividade política estabelecesse uma forma de suas práticas diferente daquelas que assumiu em outros momentos.

Em consonância com o autor, podemos dizer que, para estabelecer uma imagem política e também a sua continuidade, os atores políticos e seus assessores não possuem total controle. Estes trabalham para criar um contexto que favoreça a aceitação da mensagem emitida. Pode-se ver então a política numa lógica empresarial, com uma racionalização de produção para driblar as interferências dos agentes dos meios de comunicação e a recepção do público. Isso em muito tem a ver com outra tese defendida pelo autor, a política como teatro.

Ao apresentar tal argumento, o autor analisa os aspectos dramaturgicos da política e seus focos de tensão. Primeiramente, há de se colocar que a política como algo encenado é favorecido pela forte tendência de se privilegiar a imagem dos personagens envolvidos, conforme apontado acima. Então, Gomes (2004) sustenta que para se construir determinadas imagens é preciso que os setores políticos se incorporem de determinados personagens e atores para encenar atos que consolidem seu *ethos*.

Nessa questão, há uma reciprocidade como também uma relação dialética. Por exemplo, o ator político para construir sua imagem frente o grande eleitorado é forçado a buscar o uso de veículos midiáticos. No entanto, o uso da mídia não acontece apenas por vontade dos atores políticos, mas também por uma necessidade dos eleitores – o que é denominado na obra de demanda cognitiva: a constante busca por saber o que está acontecendo, busca essa satisfeita pelos veículos de comunicação.

A partir disto, podemos afirmar que logo as pessoas precisam da mídia para se informar, e os políticos para divulgar. Com isso, o teatro político acontece. Mesmo que não haja um espaço físico comum a todos, os meios de comunicação criam uma esfera pública, espaço simbólico, para discussão e interação dos tecidos sociais. Para Gomes (2004), a espetacularização acentua-se com a expansão das democracias de massa. Isso porque, devido a questões territoriais em que milhões de eleitores só podem ser abordados através da comunicação midiática, a mídia torna-se a principal fonte de contato entre os líderes políticos e os eleitores. Desta forma, o autor coloca que a representação de “bons mocinhos” dos setores políticos deve-se adequar a lógica midiática, por, pelo menos, a se ater aos seguintes subsistemas: (a) Drama – cria-se enredos em que os personagens podem assumir os papéis mais recomendados do ponto de vista do marketing eleitoral; (b) Ruptura das regularidades – há sempre a expectativa do novo, do surpreendente e dos factoides numa disputa eleitoral; e (c) Diversão – a propaganda precisa ter um caráter de entretenimento e, mesmo nos momentos de tensão, precisa recorrer ao humor para se tornar mais agradável para o público.

Gomes (2004) enxerga problemas nessa relação do jogo cênico entre mídia e política. Apesar da teatralização, os agentes políticos não são apenas atores, são homens com responsabilidades reais, cujas suas ações produzem consequências reais sobre a vida de toda uma população. Além disso, os cidadãos não são meramente plateia em frente ao espetáculo, mas indivíduos que sofrem com os efeitos dessas interações que acontecem na esfera da política. Ou seja, a teatralização ou a espetacularização da política, de forma mais intensa nas campanhas eleitorais pode colaborar com fatores da lógica do tempo-espaço e proporcionar que o debate político alcance um maior número de pessoas, porém, ao se adequar à lógica

mediática e tornar o debate político um enredo de uma novela com seus dramas, rupturas das regularidades e diversão, esvazia-se o debate das ideias, as propostas de governo não se tornam o centro da questão e os efeitos do esvaziamento do debate implica diretamente na vida dos cidadãos.

Gomes (2004) destaca que mudanças na contemporaneidade têm proporcionado a representação teatral como um estruturador fundamental da presença pública da política. O primeiro fator são as mudanças provocadas pela transformação da sociabilidade nas sociedades de massas. Com o advento da modernidade, os avanços tecnológicos das tecnologias de comunicação e informação, os avanços dos aparelhos tecnológicos, as novas mídias, como as redes sociais, fazem que as sociedades democráticas dependam cada vez mais dos meios, instituições e recursos da comunicação de massa. O segundo fator baseia-se na relação entre política e comunicação de massa. Anteriormente as empresas comunicacionais eram utilizadas como meios técnicos dos quais a política alcançava as massas, agora, existe uma lógica empresarial que foge do controle do Estado. A mídia ocupou um papel central na sociedade e por meio do seu conteúdo simbólico colabora na percepção da realidade dos indivíduos e pauta o debate público, além da configuração dos seus conteúdos que se dá através de uma lógica própria. A adequação do jogo político para a lógica midiática força que o debate político se modifique, e o espetáculo se torna primordial nessa relação simbiótica.

A profissionalização da política com o surgimento dos marqueteiros e publicitários tem gerado a crescente espetacularização da política. Esses profissionais da comunicação transformaram a política em um produto, como qualquer outro produto consumido pela sociedade. A política torna-se um produto vendível pela comunicação de massa, um bem mercadológico que é oferecido ao consumidor ante aos padrões da comunicação. Fatores como a estética, o enredo, a dramaticidade e o humor são indispensáveis para que o público se interesse por esse produto (a política) e quanto mais a lógica midiática está presente no campo da política maior será a audiência e o seu sucesso. Essa relação tem se tornado eficaz, pois a lógica comercial é agradar e da política de disputar, valores que são caros na lógica publicitária.

Neste ponto, a visão debordiana sobre a sociedade do espetáculo está ligada ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. É na modernidade tardia (conceito apresentado por Giddens) que temos a exacerbação dos efeitos do avanço da comunicação na sociedade, ocasionando o espetáculo como processo da contemporaneidade. Para Debord (1997), na imprensa, rádio, televisão e cinema prevalece a força da indústria cultural, que se

desenvolveu através desses meios. A indústria cultural está voltada ao entretenimento, à informação e ao consumo de um amplo público. Diante disso, o espetáculo não pode ser visto apenas em um conjunto de imagens, mas, em uma relação social entre as pessoas, mediada por imagens; o consumo e a imagem ocupam o lugar que antes era do diálogo pessoal, através da TV e os outros meios de comunicação.

A estrutura do espetáculo, dentro da ótica debordiana, pode ser baseada na aparência, mostrando somente “o que é bom”, que carece de ser contemplado e o que vai despertar desejos de consumo no espectador. Nesse processo é impresso uma aceitação passiva por parte do público e transmite um efeito de circularidade, não deixando margens para réplicas: “O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’” (DEBORD, 1997, p.16-17). Dependente da força social, moldada por ela. “Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é” (DEBORD, 1997, p.18).

É aqui que retomamos o pensamento de Gomes (2004) sobre a política do espetáculo. Na política podemos perceber o simulacro por trás das campanhas eleitorais, bem como através das imagens de políticos que muitas vezes são distorcidas da realidade. Para Gomes (2004), o jornalismo político destaca-se nessa prática de usar a teatralização ao empregar, por exemplo, o uso de músicas em campanhas ou até o discurso informal que é utilizado de forma não autêntica por muitos políticos ou candidatos.

O jornalismo encara a disputa com a indústria do entretenimento nos próprios termos que essa indústria coloca. O resultado para a política e para a vida social é o grande espetáculo da política gerado cotidianamente para a apreciação das audiências dos telejornais da noite e dos leitores dos jornais da manhã. Também, dessa forma, a política se encena na tela da televisão ou nas páginas dos jornais, (GOMES, 2004, p. 50).

Segundo o autor, há um crescente interesse do jornalismo atualmente pela dramatização, principalmente depois da televisão. Gomes (2004) vai dizer que se o jornalismo busca desqualificar algumas encenações protagonizadas por políticos é porque ele mesmo quer controlar o espetáculo político. Debord (1997) diz que não há realidade na sociedade do espetáculo, há representações da realidade, ou seja, no jornalismo político nada é como se parece. O que há são representações mediadas pelos meios de comunicação de massa.

Como já apresentado anteriormente, a opinião pública se constrói através e por meio dos meios de comunicação de massa. Com a produção e divulgação dos materiais noticiosos produzidos pelos meios de comunicação é que são criadas interações que produzem percepção

da realidade da sociedade. E, assim, conforme aponta Gomes (2004), os meios de comunicação são como vitrines da indústria cultural que está em busca de grandes audiências através da espetacularização. A mídia utiliza então do seu poder simbólico para interferir na opinião pública para lucrar, vendendo a notícia e interferindo em setores importantes da sociedade como o campo da política. O cenário político é mediado pelos meios de comunicação que não retratam a realidade e sim o que é conveniente.

Gomes também não diferencia o processo de venda de um candidato ou uma posição política de um produto comercial. Tanto a publicidade quanto os marqueteiros políticos cuidam da imagem dos seus produtos com o objetivo de torná-los aceitável e desejável pelos consumidores. Em ambos os casos, a lógica que se prevalece é a indústria da comunicação. Neste ponto, a afirmação de Schwartzemberg (1977) é completada e até atualizada. Se anteriormente a política era um debate de ideias, em que se prevalecia um debate de propostas que modificam de forma direta a vida dos indivíduos, atualmente é a venda de um produto que se materializa em um personagem. Esse ator se adequa à lógica espetacular e se molda aos critérios publicitários e representa um personagem cada vez mais palatável ao eleitorado se configurando em um produto capaz de despertar desejo ao público.

A visão de Gomes sobre o espetáculo sob a ótica mercadológica aproxima os argumentos do autor aos de Guy Debord e de Schwartzemberg. No entanto, o autor posteriormente, em outros artigos, torna mais complexa tal perspectiva ao entender a mídia como uma ampliação do espaço público e não somente uma vitrine de oferta de bens simbólicos.

Para Rubim (2000), é provável que a espetacularização da política esteja relacionada à gestão do entretenimento, como foi defendida por Gomes (2004). Sendo assim, a mídia-entretenimento ou “infotenimento”²⁴ é a responsável pela idealização política, mas, na verdade, o que está acontecendo, é uma despolitização que leva os eleitores a se tornarem avessos a atividade política.

Segundo Rubim (2000), o espetáculo não é uma característica exclusiva da sociedade atual e nem tampouco próprio da política. Todas as instâncias e práticas sociais atualmente recorrem a este recurso. A mídia tornou-se apenas uma nova plataforma de atuação. De acordo com a etimologia da palavra, espetáculo é derivada do latim *spetaculum*, que têm o

²⁴ O conceito surgiu durante a década de 80 e ganhou força no final dos anos de 1990, data que passou a ser utilizado por profissionais e acadêmicos da área de comunicação. O infotenimento é um neologismo, que resulta da soma das palavras informação e entretenimento, definido por *Dejavite* como “conteúdo editorial que fornece informação e diversão ao leitor e, ao mesmo tempo, constitui uma prestação de serviço” (RUBIM, 2006, p. 62).

significado “algo para se observar visualmente e também de *spectare* ligado a *specere*, ‘ver’, e do Indo-Europeu *spek*, ‘observar’. Dentro da ótica do dicionário, três outros significados podem ser enumerados: representação teatral; exibição esportiva, artística e cena ridícula ou escândalo. Todas essas concepções implicam numa relação que envolve espectador e evento, atribuindo a eles a característica de chamar atenção e prender o olhar. As técnicas de convencimento, a sensibilização, a argumentação, a pressão, tornaram-se elementos legítimos de como proceder para conquistar e manter-se no poder.

Sobre o fazer política, o autor ainda destaca que os atores necessitam e produzem suas apresentações e representações de forma visível na sociedade. E essa visibilidade obriga a política a possuir essa dimensão estética, principalmente em uma sociedade como a de hoje, em que a visibilidade se tornou extremamente relevante. Para Rubim (2000), a política não se realiza sem recorrer às encenações. O que vemos hoje é uma reformulação do conceito de espetáculo próprio de uma nova formação social.

Rubim (2004) ainda aponta, segundo os conceitos de Jesús Requena e de Maria Helena Weber, duas tipologias que tentam classificar os diferenciados tipos de espetáculo. A primeira, baseada em Requena, é feita com base na diferenciação do lugar do olhar e do espectador. E sob esses aspectos ele traça quatro modelos de espetáculos: o carnavalesco, que se caracteriza por uma cena aberta, na qual se move o sujeito que olha e o corpo que se exhibe. Como exemplo desse modelo, ele cita os carnavais. Os participantes não estão plenamente distinguidos em espectadores e protagonistas. Outro modelo é o circense: a cena ocupa o centro e os espectadores ainda se dispõe de modo relativamente arbitrário. A única coisa que separa ambos é o fato da centralidade da cena. Em geral, os espectadores colocam-se de forma circular ou elíptica. As corridas de automóvel, os estádios de futebol e de outros esportes exemplificam esse modelo.

O modelo da cena italiana radicaliza ainda mais essas características. A cena se dispõe em termos perspectivastes, e o espectador ocupa um lugar privilegiado para olhar o evento que produz os espetáculos, sendo seu direito o domínio visual mais pleno possível do que está sendo representado. O teatro, a ópera, a missa, e o concerto se encaixam nesse modelo especializado de espetáculo. Por fim, Rubim cita o último tipo apontado por Requena: o modelo da “cena fantasma”, aquele que incorpora os espetáculos pelo acionamento dos aparatos tecnológicos contemporâneos, como o cinema e a televisão. Esse modelo não só assegurou o melhor lugar possível para se ver, mas possibilitou o olhar total com a multiplicidade de câmeras que propiciaram diferentes ângulos de visão.

Rubim (2004) ainda apresenta uma nova classificação de espetáculo baseado nos conceitos de Weber, mas este agora voltada especificamente aos espetáculos políticos e sua interação com a mídia. Dessa forma, a partir da autora, ele classifica os espetáculos políticos em quatro: editorial: aquelas encenações de diferentes gêneros discursivos, mas que estão todas ligadas e sob o controle da instituição midiática. O modelo articulado é aquele que se conforma na interação obrigatória entre mídia e política, sempre retratando os eventos de caráter excepcional, como as eleições por exemplo. O modelo de espetáculo autônomo é aquele que implica na existência de um fato político de grandes proporções e imprevisibilidade capaz de obrigar a mídia a mudar sua lógica de cobertura.

E, por fim, o modelo arbitrário é aquele que supõe um descontrole da mídia em função da política. Um exemplo são as propagandas políticas eleitorais. Não cabe às emissoras decidirem se vão ou não ceder espaço para tais encenações, mas são obrigadas a fazerem isso. Nessa perspectiva, Rubim afirma que é imensamente difícil a tarefa de separar os espaços midiáticos - cabe aqui dizer também os programas de informação - da prevalência dos espetáculos. Sabemos que a informação deveria estar distante do espetáculo, no entanto inúmeros trabalhos de estudiosos demonstraram a invasão deste na produção da informação. Nem ela ficou ileso à fascinação do drama e da teatralidade.

A marca da nossa atualidade é dada pela cultura como espetáculo. Na mídia, ela ganhou espaço privilegiado. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13). A cobertura jornalística de grandes eventos esportivos como as Olimpíadas, a Copa do Mundo e acontecimentos mundiais como a eleição de um novo papado exemplificam com exatidão algumas das celebrações espetaculares atuais. Deste modo, a nomeação dada por Debord como a Sociedade do Espetáculo, não foge a atual realidade em que vivemos e com a crescente espetacularização, a cada dia se torna mais ampla esta nomenclatura.

A sociedade atual, destacada por Rubim, está em consonância com a atual fase do capitalismo, na qual informação e comunicação tornaram-se mercadorias e o espetáculo é o que as torna vendável. Tanto a política quanto cultura ou religião disputam entre si para chamar a atenção de todos, e com isso apelam para esse recurso. Porém, em uma sociedade onde tudo é espetacular, acaba encontrando também obstáculos para se operar. Em um mundo onde tudo é e pode virar espetacular, nada mais parece ser tão espetacular assim.

Rubim (2004) faz uma ressalva, ao afirmar que a mídia capaz de conferir valor e exposição aqueles que nela se apresentam não deve ser compreendida apenas pelo espetáculo.

Se o simples fato de algo ser divulgado na mídia conferisse o conceito de espetáculo, ele perderia a validade. Sob essa perspectiva, o autor traça uma distinção entre os conceitos de midiaticização e espetacularização. O primeiro é a simples veiculação de algo pela mídia. Já o segundo é o nome que se dá ao processo de enquadramento e configuração de um evento com base na teatralidade e na dramaticidade, podendo ele estar exposto ou não na mídia.

Diante dessas considerações apontadas até aqui, a crítica de Debord (1997) à sociedade do espetáculo se faz importante. Essa sociedade espetacular, que, de certa forma possui um caráter revolucionário e por isso, é um conteúdo incomodo, pois, suas primícias abordam de modo radical todo e qualquer tipo de imagem que leve o homem à passividade e a aceitação dos valores preestabelecidos pelo capitalismo. Pode-se notar que o conceito de espetáculo abordado na sociedade vigente está intimamente ligado ao fator econômico. O autor explica que “a forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente”. Contudo, diante de um leque de possibilidades das novas mercadorias que se defrontam, encontra-se o poder político que tem forte ligação com o espetáculo.

É importante que o espetáculo seja compreendido como um fator inerente a toda a sociedade e por isso, presente nas instâncias organizativas e de práticas sociais, aos quais, estão inclusos o poder político e a política. Partindo do pressuposto de Debord, o espetáculo deixou de ser um fator exclusivo societário e se transformou no ‘Estado espetáculo’, assim estudado por Schwatzemberg, pois, conforme aponta, devido ao avanço do mal, além da sociedade em geral, o próprio Estado passou a ter relação com o espetáculo e se converteu em empresa teatral. Nessa esfera, o espetáculo passa a ser uma arma eficaz na busca da conquista ou manutenção do poder político.

Dessa forma, uma nova dimensão é criada como modo de sensibilização, convencimento, sensibilização a pressão reivindicativa não violenta e não corrupta, para encontrar a supremacia política. Conforme explica Rubim (2004), em uma nova situação, o espetáculo, antes que era uma afirmação suntuosa do poder, agora ganhou uma nova dimensão. Passou a ser produzido também como modo de sensibilização, visando à disputa do poder, e como construtor de legitimidade política. As articulações entre o espetáculo e o poder político ou a política mostram assim distinções relevantes.

3.3 TRANSFORMAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E O PERSONALISMO COMO CONSEQUÊNCIA

A relação cada vez mais próxima entre mídia e política, os novos comportamentos das sociedades modernas e o processo de espetacularização da política têm contribuído para uma significativa transformação da natureza das campanhas eleitorais e das estratégias de comunicação políticas de candidatos e governos (LEAL, 2012). Há de fato um novo comportamento de representatividade diante dos eleitores com os partidos políticos. Mesmo em países com longa tradição de sistemas partidários consolidados, os efeitos perceptíveis são a queda de identificação partidária, gerando uma volatilidade eleitoral. É o que nos diz Castells (2001), ao analisar as democracias ocidentais consolidadas. Para o autor, observa-se uma diminuição expressiva na participação da população nos momentos de decisões eleitorais. Acrescenta-se a esse processo a desvalorização das democracias por parte dos cidadãos. Pesquisas realizadas pelo *Pew Research Center* e pelo Instituto Ipsos, em 27 países, revelam que o descontentamento com o funcionamento da Democracia e o crescimento do radicalismo político tornaram-se fenômenos globais.

Ao debruçar um olhar sobre o Brasil, torna-se perceptível o que Castells apresenta. A mesma pesquisa revela o índice de insatisfação chegou a 83% da população. Outro dado que completa tal informação é a baixa participação dos cidadãos em momentos de disputas eleitorais. Em 2018, o pleito obteve um alto índice de abstenção de votos²⁵. Cerca de 30 milhões de brasileiros não compareceram às urnas, representando o maior índice de abstenção desde 1998 com 20,3%. O maior índice já registrado desde a redemocratização do país foi em 1994, com 29,3% de não comparecimento. Essa baixa presença coloca em questão a eficiência de um sistema democrático representativo, pois, segundo Baquero e Vasconcelos (2013), a confiabilidade do contrato social, em que o povo apoia e vota naqueles que, na perspectiva dele, oferece determinados benefícios é questionada, ou seja, não há um grande esforço, ou até mesmo a ausência dele, por parte dos líderes políticos em não se encaixarem dentro da exigência popular.

Por meio da perda de identificação partidária e/ou ideológica cada vez mais crescente, há por parte dos cidadãos a criação de novas agremiações (partidos políticos). No entanto, a crise de representatividade não acontece somente pelos fatores já mencionados, segundo Lima (2004) e Leal (2012), se dá também devido à mídia preferir pela cobertura jornalística dos candidatos e não dos partidos, proporcionando assim uma crescente personalização da política

²⁵ “Abstenção atinge 20,3%, maior percentual desde 1998” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>. Acesso em 13 de setembro de 2019.

e do processo político, o que ocasiona um esvaziamento do debate entre propostas políticas alternativas (partidos) e centrando-se na disputa entre pessoas (políticos).

Diante de tais mudanças, é importante lançar o olhar sobre as reflexões abordadas por Bernard Manin (1996). O autor discute a emergência de uma nova forma de representação política e aponta três tipos ideais de governo representativo. O primeiro é a democracia do tipo parlamentar. Esse modelo vigorou no século XVIII e se centrava na liderança dos notáveis. O segundo é a democracia de partido. O modelo emergiu no final do século XIX e passou a ter a sua grande força de expressão e de identificação com o eleitor figurada na imagem dos partidos. Por fim, o último tipo é a democracia de público. Tal definição de Manin dialoga com questões aqui já apresentadas na relação entre mídia e política e o processo de espetacularização.

Na contemporaneidade, tem-se percebido um declínio dos partidos políticos, emergindo assim uma representação centrada nos líderes personalistas e no papel estratégico da mídia como palco de visibilidade para os atores políticos. Nesse sentido, para Manin (1996), a mídia tende a fortalecer o caráter personalista das campanhas e da política em detrimento de discussões mais programáticas e partidárias. Em consonância com tais visões apresentadas, pode-se resumir que a mídia utiliza da sua lógica de instância mediadora para permear a opinião pública. Antes do advento das novas mídias sociais, a imprensa tradicional era, talvez, a única responsável para levar a milhares de pessoas o discurso e o debate político. Os partidos deixaram de ser o centro e os principais articuladores dessa relação. Essa crescente necessidade de utilizar os aparatos midiáticos gerou uma certa dependência do campo político ao campo midiático. Cada vez mais houve a imprescindibilidade de adequar o discurso político aos discursos das mídias propiciou a ela ocupar um papel central nessa relação, especialmente no que tange atingir o maior número de pessoas (MANIN, 1996; GOMES, 2004; LIMA, 2006; LEAL, 2012)

Assim como aponta Manin (1996), essa visão de mudanças no modelo representativo é levantada também por Pellenz e Bastiani (2015). Os autores lançam um olhar sobre o sistema político brasileiro e argumentam que estamos vivendo uma crise no modelo representativo proposto pela Constituição Federal. Diante de um ambiente democrático, como abordam, o povo tem sua vontade respeitada por intermédio de representantes democraticamente eleitos. Estes, por sua vez, legislam em nome daqueles que lhes confiaram tal tarefa. Entretanto, recentemente, começaram a surgir questionamentos frequentes, os quais dão conta do descrédito com as instituições democráticas, com os representantes eleitos e com a revelação dos interesses pessoais em conflito com o jogo político e coletivo. Ou seja, os representantes

parecem não representar quem os elegeram e o povo parece não se sentir representado por quem está no poder, configurando-se um problema.

Esse abismo entre governo e sociedade, entre representantes e representados é apontado por Manin (1996), como aspecto principal para uma fase que se caracteriza por uma crise da representação política. Todavia, o autor enxerga que não se pode apontar de fato uma crise, uma vez que, fundamentalmente, não há uma efetiva representação por parte dos políticos com a sociedade, mas uma mudança no modelo de representação (discutiremos este aspecto em outro artigo).

De fato, essa sensação de não representação por grande parte do eleitorado em relação aos políticos tem se ilustrada nas pesquisas de avaliação dos governos. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha²⁶, em dezembro de 2019, apontam que 30% dos entrevistados avaliam o atual governo Bolsonaro como ótimo ou bom. Já os que consideram o governo regular somam 36%; e os que enxergam o governo como ruim ou péssimo chegaram a 36%. Por meio de avaliação do instituto, a nota média atribuída aos entrevistados ao presidente foi de 5,1. Tal pesquisa²⁷ revelou também que a aprovação de dois ministros do atual governo supera a do próprio presidente. Em primeiro lugar está o ex-juiz federal Sérgio Moro responsável pelo Ministério da Justiça com índice de 53% como bom/regular e, em segundo, está a ministra da pasta de Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damare Alves com 43%. Esse descontentamento também está presente na avaliação da atuação do Congresso Nacional. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha²⁸, 60% das pessoas consideram “ruim/péssimo” a ação dos senadores e deputados federais; já 31% avaliam como regular e 5% consideram “ótimo/bom”. Todavia, tão importante quanto isso é a visão que os próprios agentes políticos possuem do papel do Congresso: 81% dos próprios parlamentares brasileiros considerarem “alta e muito alta” a limitação imposta pelas medidas provisórias para o pleno exercício de suas funções legislativas e 93,5% deles também classificou como “alta e muito alta” a influência do Executivo no desempenho da instituição. Ainda, mesmo 72% dos parlamentares considerando relevante o papel do Congresso Nacional para o processo de tomada de decisões de interesse público; perto de 40% deles avaliam que a eficácia dos

²⁶ “36% reprovam e 30% aprovam o governo Bolsonaro, diz Datafolha” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/08/36percent-reprovam-e-30percent-aprovam-o-governo-bolsonaro-diz-datafolha.ghtml> Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

²⁷ Pesquisa Datafolha aponta Moro com aprovação de 53%, acima de Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/09/pesquisa-datafolha-aponta-moro-com-aprovacao-de-53percent-acima-de-bolsonaro.ghtml> Acesso em 18 de dezembro de 2019.

²⁸ “Avaliação do Congresso Nacional”. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/aBEwu/?w=620&h=450>. Acesso em 11 de setembro de 2019.

instrumentos institucionais disponíveis para que possam desempenhar a contento a função de legislar, controlar e fiscalizar o executivo, é “baixa e muita baixa”.²⁹

Outra contribuição de Manin (1996) sobre a “crise” de representatividade está no que tange a falência dos partidos políticos, associadas à desconstrução de certas ideologias, a grande distância que assume a relação entre eleitores e eleitos, que por sua vez se associa à crítica à baixa inclusividade do sistema representativo dada à ausência de conexão entre representantes e representado. Novamente vale a pena lançar os olhos sobre o Brasil para ilustrar tal afirmação. Em pesquisa realizada pelo Ibope³⁰, o Partido dos Trabalhadores é a legenda com maior preferência ou simpatia da população, com 29%. Maior do que este é o índice de 39% daqueles que não tem preferência por nenhuma sigla. Já a soma de predileção dos outros partidos chega a 11%.

O caso brasileiro agrava-se em maior intensidade diante da pluralidade dos partidos políticos existentes. Atualmente, existem 33 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³¹, contudo, existem mais 76 partidos em processo de formação³². O mais recente é a agremiação fundada por Jair Bolsonaro, denominada Aliança pelo Brasil, que abandonou o Partido Social Liberal (PSL) pelo qual foi eleito. Diante desta variedade de partidos, germina uma alta distribuição desses partidos no Congresso e que se ampliou após as eleições de 2018 tornando uma das mais pluralizadas desde a redemocratização³³.

Diante desses fatores aqui apresentados e também por características particulares de cada nação ligadas a fatores econômicos e socioculturais, Manin (1996) indica que a sociedade está dando lugar à “Democracia de público”. Os diversos acontecimentos, especialmente a partir de 2013, revelam que o atual cenário político tem proporcionado um distanciamento entre os sujeitos e as instituições, o que tem ocasionado um desinteresse pelo exercício da cidadania e pela participação política por parte das pessoas.

²⁹ Dados da pesquisa “Opinião do Congresso Nacional” realizada, a pedido da revista *Época*, pelo Instituto FBS Pesquisa nos dias 8 e 25 de junho de 2009, com 247 congressistas (214 deputados federais e 33 senadores)

³⁰ PT é preferido de 29% dos eleitores e supera 34 partidos somados, diz Ibope... Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/21/pt-e-preferido-de-29-dos-eleitores-e-supera-34-partidos-somados-diz-ibope.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 12 de setembro de 2019.

³¹ “Partidos políticos registrados no TSE” Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

³² “Brasil tem 75 partidos políticos em processo de formação” Disponível em: <http://www.novoeleitoral.com/index.php/justicaeleitoral/1210-formacao-partidos>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

³³ Na Câmara dos Deputados foram eleitos 513 deputados de 30 partidos diferentes e, desse número total, nove não conseguiram atingir as regras de clausura de barreira. Já no Senado Federal foram eleitos 54 senadores de 21 legendas diferentes, que se juntam aos 27 que ainda exercem o seu mandato, totalizando 81 parlamentares. Tal retrato também é importante para analisar a “crise” de representatividade, no entanto, tal assunto será abordado no Doutorado que têm como proposta analisar as estratégias comunicacionais das bancadas representativas dentro do Congresso Nacional.

Para o autor, ao decorrer das décadas, especialmente no século XX, com a afirmação da democracia, a representação política parecia estar fundamentada numa relação de confiança e identificação entre os partidos e os eleitores. No final do século anterior e advento do século XXI, esse paradigma não dá conta de sustentar o comportamento dos cidadãos no quesito de eleições políticas, há por parte do eleitorado uma grande volatilidade que atinge não apenas as democracias ocidentais consolidadas, mas, também, as democracias mais recentes, em várias partes do mundo. Tal mudança do perfil do eleitorado, a desideologização dos partidos políticos e o discurso cada vez mais personalizados dos agentes políticos em disputa de cargos eletivos, segundo Leal e Rossini (2012), são comportamentos observados nas eleições do Brasil e de outros países. Os autores descrevem uma crescente sobreposição da figura dos candidatos aos ideais políticos e partidários. Assim, as campanhas eleitorais passam a ser estruturada nessas premissas. Os partidos saem de cena para dar palco aos personagens incorporados pelos candidatos em busca de identificação com o eleitorado.

Diante desta “nova ambiência eleitoral³⁴”, os autores apontam que a figura do candidato se torna mais importante do que a identificação partidária no momento das escolhas eleitorais, valorizando-se a figura do candidato. Leal (2012) assinala como principal característica de tal processo a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo.

No Brasil, todas as eleições presidenciais disputadas democraticamente desde 1989 parecem corroborar a hipótese: Collor se elegeu por uma agremiação inexpressiva; FHC venceu fortemente ancorado em fatores econômicos conjunturais (o Plano Real em 1994; o risco da perda da estabilidade econômica em 1998); Lula, em suas duas vitórias, mostrou ser eleitoralmente muito mais significativo que o PT; e, por fim, Dilma deveu muito de sua eleição à estratégia de campanha que colocou sua imagem à de Lula. (LEAL; 2012, p.12)

A desilusão na eficiência dos partidos, a consolidação dos meios de comunicação como agentes influenciadores decisivos nas orientações políticas dos eleitores e a personalização e espetacularização da política proporcionam o efeito de escolha por parte do eleitorado muito mais pelos atributos pessoais do que pela instituição partido e cada vez mais se observa a ascensão de líderes personalistas (SCHWATZEMBERG, 1977; DEBORD, 1997;

³⁴ O termo “nova ambiência eleitoral” foi cunhado por Leal (2012) para descrever como a figura do candidato tem se tornado supervalorizada e tornado mais importante do que a identificação partidária no momento das escolhas eleitorais. O autor acrescenta a isto a prevalência de um eleitor médio com baixa informação, pouco envolvido politicamente e propenso a recorrer a atalhos informacionais para facilitar a decisão - como programas de televisão, matérias em jornais, revistas e na Internet, além de conversas no círculo de relacionamentos e influência familiar.

CASTELLS, 2001; GOMES, 2004; LIMA, 2006, MIGUEL, 2004; BAQUERO; VASCONCELOS, 2013).

O fracasso das estruturas partidárias faz com que os cidadãos mudem facilmente de partidos e configuram um fenômeno do personalismo na vida política partidária. Como exemplo temos o lulismo, o bolsonarismo, entre outros líderes que sobressaem a imagem de seus partidos políticos. Diante do crescente aumento do personalismo da política, vale trazer as contribuições de Wattenberg para essa discussão. Segundo o autor (1994), ao analisar a democracia americana, a redução do número de eleitores partidários tem gerado um aumento da proporção de americanos conhecidos como “Independentes”. Porém, o autor mostra que o crescimento dos não partidários não é uma indicação do aumento na proporção dos tradicionais apolíticos, que não têm interesse na política, mas revela um sinalizador do declínio da importância dos partidos para o público. Os eleitores estão mais sofisticados, têm interesse na vida política, mas não dão muita importância aos partidos.

Wattenberg (1994) revela que o crescimento do número de eleitores não partidários não significa aumento dos sentimentos negativos em relação à política. O que pode ser constatado, segundo o autor, é uma postura mais neutra em relação à política por parte do eleitorado. Essas mudanças nos sentimentos do público em relação aos partidos políticos trazem muitas consequências para o funcionamento da vida democrática. Nos últimos anos, aponta o autor, tem sido constatado um aumento da volatilidade eleitoral, sendo que, muitas vezes, a escolha do cidadão pelos seus candidatos tem sido transferida ou adiada para o final da campanha. Com isso, a tendência é de uma menor previsibilidade nos resultados eleitorais.

Esse comportamento pode ser exemplificado com as eleições de 2018 para governo dos estados brasileiros. Em Minas Gerais, a campanha de primeiro turno ficou polarizada em PT contra PSDB que vinha sendo repetida nas últimas três eleições. As pesquisas de intenções de voto apontavam um segundo turno entre os candidatos Fernando Pimentel (PT) e Antônio Anastasia (PSDB). Entretanto, o resultado da primeira etapa do pleito gerou um cenário não previsto ou não acreditado. O candidato Romeu Zema (NOVO) foi o candidato mais votado e assumiu a liderança das pesquisas no segundo turno contra Anastasia e foi eleito com a segunda votação mais expressiva do estado desde a redemocratização. O *outsider* obteve 71,8% da preferência dos mineiros, deixando para trás *insiders* da política como o candidato tucano que atua como senador pelo estado e já foi governador (2010-2014) e Fernando Pimentel, que buscava a reeleição e não conseguiu chegar ao segundo turno das últimas eleições. Esse comportamento também se repetiu no Estado do Rio de Janeiro, com a eleição do ex-juiz, Wilson Witzel (PSC), com 59,87% dos votos, que derrotou o ex-governador

Eduardo Paes (DEM) e no Distrito Federal (DF) com a eleição de Ibaneis Rocha (DEM) que derrotou Eliana Pedrosa (Pros), que foi deputada distrital por três mandatos (2002, 2006 e 2010).

Da mesma forma, o declínio dos partidos e a presença constante da mídia na política levam a uma crescente personalização com as campanhas cada vez mais centradas nos candidatos. Outra tendência observada é o crescimento do voto programático. Esse comportamento tem gerado um caráter mais publicitário às eleições. E aqui, faz-se necessário trazer as contribuições de Popkin (1991). O autor sustenta que os eleitores não possuem estímulos para buscar informações, pois este processo apresenta custos. Na realidade, não existiria o cidadão cívico, ciente de suas responsabilidades, na visão de um bem. A sua contribuição, de certa forma, acontece de forma desinteressada. Diante do desincentivo por parte do eleitorado na busca de informações, estas acabam sendo subprodutos de informações oriundas de outras atividades pessoais, econômicas, ideológicas, entre outras. É por meio das impressões geradas em outros campos da vida cotidianas é que os cidadãos processam informações utilizadas para o cálculo político. Ou seja, um processo indireto com a sua percepção de realidade, que muitas vezes (ou na grande maioria das vezes) é construída pela mídia.

Acrescentam-se a essas características, a formação dos cidadãos. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE) sobre a alfabetização no Brasil em 2018 revelam que 11,3 milhões da população são analfabetos. Os dados do Índice Nacional de Analfabetismo Nacional do mesmo ano apontaram que cerca de 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais³⁵. Tanto para Barbero (1997) quanto para Lima (2004), a falta do letramento da população quanto a migração de uma cultura letrada para um consumo crescente do audiovisual, contribuem para um processo de desinformação por parte das pessoas. O critério do eleitor apontado por Popkin (1991) se permeia no processamento de informações de forma clínica, e não de forma estatística. Ou seja, o cidadão médio abordado pelo autor cada vez mais se configura no cenário mundial. Esse cidadão é um indivíduo que combina conhecimento de experiências passadas com informações da vida cotidiana, dos meios de comunicação de massa e de dados oferecidos pela campanha.

³⁵ “Taxa de analfabetismo no Brasil” Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

Tal cenário, especialmente o brasileiro que se caracteriza por *media centered* (LIMA, 2007), onde há uma centralidade da mídia devido aos sistemas nacionais consolidados de comunicação é possível atribuir aos meios de comunicação o papel de levar informação, inclusive política a todas as classes brasileiras sociais. Se é por meio da mídia é que o discurso político chega aos cidadãos, “dessa forma, a estratégia dos candidatos de incorporar ‘personagens’ nada mais é do que a tentativa de fornecer mais um atalho ao eleitor, aproximando-se dele através da imagem” (LEAL; ROSSINI, 2012). Afinal, conforme Aldé (2004) explica:

Os indivíduos procuram justificativas válidas para se orientar e agir num contexto político do qual, querendo ou não, são obrigados a participar e em relação ao qual, às vezes contra sua vontade, precisam se posicionar. Para o cidadão comum, a construção destas justificativas se apoia em discursos elaborados e recebidos. Discursos ao mesmo tempo informados e limitados pelos diversos quadros de referência a que os cidadãos recorrem. O próprio processo de construção das atitudes políticas é um processo comunicacional, uma vez que estes quadros de referência – mais ou menos importantes na elaboração das explicações com que organiza o mundo da política – têm natureza discursiva. (ALDÉ, 2004, p.41)

Conforme Leal e Rossini (2012) apontam, tais “valores” agregados ao candidato têm como objetivo construir um personagem, em que as características pessoais são levadas em conta pelo eleitor no momento de diferenciá-lo de seus concorrentes. Os personagens construídos, em detrimento do posicionamento ideológico e/ou partidário dos políticos, “é que promovem identificação em maior ou menor grau com os eleitores - funcionando, portanto, como atalhos informacionais” (LEAL; ROSSINI; 2012, p.54). Desse modo, a escolha de personagens por meio da identificação de valores por parte dos cidadãos pode ser respaldada pela ideia de Aldé (2004) que consiste no entendimento do significado de determinadas informações para o indivíduo ampliam à medida que o mesmo domina o contexto que a limita (p.44). Se o cidadão associa o personagem político ao contexto social em que está inserido, ele tende a identificar mais com as qualidades que este personagem evoca.

É diante deste conceito em que pode se compreender a identidade da política mineira. É por meio de valores caros aos mineiros que foram construídos e consolidados no ideário estadual e nacional, que muitos políticos mineiros utilizaram desses quadros de referências para justificar as ações em que estas informações foram usadas. A habilidade conciliatória, a busca pela unidade nacional, a capacidade de articulação em momentos importantes e decisivos fazem se destacar aqueles que emergem de Minas e utilizam tais pressupostos para se reafirmarem como políticos mineiros, tomando para si tal narrativa, qualidades importantes

e necessárias. São estas as qualidades que diferenciam o político mineiro de qualquer outro político.

4. A PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA DA MÍDIA E OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS

O indivíduo não é capaz de dar conta de todos os acontecimentos da sociedade. Há todo momento, inúmeras situações acontecem tanto em escala global quanto em escala local que podem afetar direta ou indiretamente o seu cotidiano. A mídia hoje é aquela responsável por tornar público tais fenômenos que são vividos na sociedade por meio de notícias. O processo informacional não se centra apenas no serviço jornalístico da mídia, fatos podem ser repassados pela comunicação direta, o “boca a boca”, no entanto, o seu efeito é limitado em relação ao alcance de pessoas. Daí a mídia se diferencia porque, através de seus dispositivos (impresso, rádio, tv e internet), leva a informação a um maior número de pessoas. Com o avanço das novas tecnologias de comunicação e informação e o processo de midiaticização que assola a sociedade por meio do avanço da modernidade, cada vez mais estamos cercados por dispositivos que nos contactam com os mais plurais acontecimentos em todas as instâncias, sejam elas econômicas, política, cultural, social entre outros.

Diante do papel da mídia na sociedade atual, aqui percebe-se o seu grande valor, poder, influência e efeito social, especialmente, por esta construir um recurso de extremo valor na questão da subjetividade do sujeito e na circulação de conceitos e opiniões. Os efeitos da mídia são muitos, mas, talvez o mais importante é a sua capacidade de produzir sentidos no imaginário popular e mobilizar pessoas em torno do que veicula. É consenso que a mídia traz em seu âmago uma série de representações associadas a situações passadas. Tais situações podem ter sido experimentadas coletivamente e trazer consigo um viés, um contorno presente na cultura da sociedade. Deste modo, tal viés estará presente nas novas notícias, caso não seja abordado com responsabilidade a evolução pela qual passa ou passou o fenômeno noticiado.

Diante das informações apresentadas pela mídia, é sabido que o receptor de tais informações pode decidir se tal conteúdo noticioso faz sentido. Não se trata apenas de um sujeito passivo no processo comunicacional, no entanto, é consenso também que a mídia tem o poder de criar espaços de interação, os quais proporcionam novas configurações aos esforços de produção de sentido. Os profissionais de comunicação desempenham importante papel nesse processo de construção de sentido. É por meio do trabalho do jornalista é que se constrói as notícias que chegam ao público, ou seja, tais trazem para si a condição de produzir discursos, constituir sujeitos e tornar público qualquer conteúdo.

A perspectiva construcionista da mídia está presente nesse processo. Ela transporta uma concepção do mundo por meio da compreensão dos fenômenos e relações pautadas pela mídia. As notícias em sua estrutura estão compostas por meio de texto, imagens, citações, títulos, além de outros procedimentos editoriais que trazem estilos próprios, introduzindo suas respectivas expressividades e estruturando e sugerindo novas configurações. Em resumo, é por meio das notícias que são conectadas uma pluralidade de vozes e sentidos que fazem ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui. A notícia, à medida que torna público os fenômenos da sociedade, constrói e participa do processo de instituição da realidade social.

Ao trazer um olhar para o a comunicação política, pode-se perceber a centralidade da comunicação no campo da política e como a comunicação tornou-se um importante meio para que os atores políticos ganhem visibilidade. Ela está relacionada com a constituição de uma esfera pública em que ocorrem as interações sociais e os atores ganham visibilidade e legitimam suas ações e discursos.

Anteriormente, neste presente trabalho, já se foram debatidos os efeitos da mídia no campo da política e como a sua influência tem proporcionado mudanças significativas levando a sua espetacularização e personalismo, é diante de tais discussões que se torna necessário tecer considerações sobre a perspectiva construcionista da mídia e como os processos de produção da notícia corroboram para referenciar o mundo e como consequência, a construção de identidades à medida que o sujeito se relaciona com a sociedade.

4.1 A TEORIA CONSTRUCIONISTA: O JORNALISMO COMO ATOR SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Num primeiro momento, o jornalismo foi compreendido como uma transcrição da realidade, todavia novos estudos trouxeram outras considerações acerca deste paradigma e novas teorias do jornalismo apontaram que, por meio das técnicas de apuração das informações, construção dos textos, critérios de seleção ênfase e produção, influenciam no processo da construção da notícia. Deste modo, o jornalismo não é capaz dar conta de ser fiel a realidade.

A teoria que compreendia tal definição de uma representação fiel da realidade dentro das Teorias do Jornalismo é a Teoria do Espelho. Ela aponta uma posição do jornalista como um comunicador desinteressado, defendendo que “(...) as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2005, p. 146). Todavia, a Teoria Construcionista

rompe com esta visão por completo e afirma o papel de construtor da realidade desempenhado pelo Jornalismo (TRAQUINA, 2005; GAMSON; MODIGLIANI, 1989; ENTMAN, 1991). Dentro da Teoria Construcionista, a notícia é vista como construção social, ou seja, esta ajuda a construir a realidade. Além disso, o fazer jornalístico pode ser compreendido como tendo um papel socialmente legitimado na produção de construções da realidade que são relevantes para o público, ou seja, à imprensa é designada a competência para recolher os acontecimentos e temas importantes e atribuir-lhes sentido, firmando, com a sociedade uma espécie de “acordo” social e historicamente definido. Embora esse processo de construção social dependa dos conteúdos e da prática discursiva do jornalismo, deve-se ficar atento para não incorrer no erro de imaginar essa construção sem a participação ativa do público, nas diversas interações em que os indivíduos tomam parte no dia-a-dia.

A perspectiva construcionista nasce dentro dos estudos do campo da psicologia. Segundo Spink (2010), um dos autores mais antigos nessa discussão é Kenneth Gergen. A compreensão de Gergen sobre o tema está alicerçada na afirmação de que a investigação construcionista relaciona-se com a explicitação dos processos sociais por meio dos quais os indivíduos descrevem e explicam o mundo em que vivem. Spink (2010) completa tal pensamento ao descrever que tal compreensão traz implicações acerca do entendimento do conhecimento. A primeira relaciona-se com a abdicação de uma visão representacionista de conhecimento, em que a mente é percebida como o espelho do mundo. A segunda adota a perspectiva de que conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas. Como consequência de tal processo, o resultado é uma socialização do conhecimento que passa a ser algo que os indivíduos constroem juntos por meio de práticas sociais e não algo que apreendo do mundo.

Os estudos de Berger e Luckmann (1995) contribuem para a compreensão deste debate, pois abordam a realidade não como o sentido de algo fixo e único, mas do ponto de vista de quem entende várias realidades e acredita que todas elas são plausíveis por se constituírem como consequências de questões sociais específicas. Deste modo, a realidade é entendida como fenômeno que existe independente da vontade do indivíduo, é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da ação humana. A abordagem complementar apresenta a dialética realçada em toda obra: o homem constrói a realidade social ao mesmo tempo que é por ela influenciado.

Os autores descrevem que a vida cotidiana é subjetivamente dotada de sentido pelos indivíduos pelo fato de ser responsável pela formação de um mundo coerente. Vale a pena ressaltar que o mundo da vida cotidiana é construído subjetivamente pelos homens que nele habitam e são esses homens comuns que o afirmam como real. Seguindo esta premissa, pode-

se afirmar que a relação entre o indivíduo e o mundo social é determinada pela percepção do mundo que o indivíduo possui, na qual se torna o seu conhecimento, e esta construção é influenciada pelo próprio mundo e pelo seu significado subjetivo. A consciência dirige-se sempre para objetos (físicos ou interiores) de forma intencional. Sabe-se que coexistem diversas realidades, mas a que atua com maior intensidade na dialética comentada é a realidade da vida cotidiana.

Berger e Luckmann (1995) apontam que a realidade da vida cotidiana se dá em três níveis: indivíduo, grupo e sociedade. O primeiro percebe nos fatos os seus valores e adquire o seu conhecimento formando a sua ideologia, seus valores. Este está inserido em diversos grupos e na qual as suas ideias colaboram na formação de ideologias e de valores destes grupos juntamente com o contexto social na qual estão inseridos. Diversos valores, ideologias vão coexistir, interagir e se confrontar umas às outras formando o que podemos chamar de o conjunto de ideias da sociedade. Um dinamismo constante: tanto os indivíduos como os grupos constroem e influenciam na sociedade quanto a sociedade influencia nos grupos e nos indivíduos.

Os autores também abordam que a vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelo homem comum, ao contrário dos filósofos que vivem em constante questionamento da realidade. De certo, o sujeito tem consciência das diversas realidades existentes e que, num certo momento, elas são conflitantes, mas permanecem como fundamental para a vida cotidiana. A realidade da vida cotidiana se apresenta ao homem de forma já constituída em um determinado momento, numa determinada família com diversas influências (políticas, históricas, religiosas ou culturais).

Outro fator presente na realidade cotidiana, segundo os autores, é a intersubjetividade. Mesmo existindo uma visão já estabelecida, cada indivíduo possui experiências pessoais diferentes que ocasionam uma nova percepção ao conhecimento existente, porém, permanecendo um senso comum. As interações sociais, o convívio pessoal são elementos essenciais da realidade da vida cotidiana. O estabelecimento de padrões comuns, pela própria realidade cotidiana, é o agente que permite a interação entre os indivíduos, justamente a partir dos referenciais comuns estabelecidos. Podemos citar aqui a interação face a face que é mediada por sinais e pela linguagem. Isto é fundamental para que ocorra a transmissão de conhecimento. Porém, torna-se necessário fazer uma diferenciação entre os significados subjetivos e as objetivações a partir dos sinais produzidos.

Em outras palavras, a realidade da vida cotidiana é aprendida num contínuo de tipificações, de enquadramentos do mundo, que vão se tornando mais anônimos à medida do

que se distanciam do “aqui e agora”, isto é, à medida que se distanciam da interação face a face. Conforme há o desenvolvimento de novos padrões de interação e relacionamento sociais, a compreensão do mundo fora do alcance da experiência pessoal do indivíduo e do seu lugar dentro dele passa a ser moldada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas: a mídia, a cultura, entre outras. Assim, o mundo funciona para o indivíduo exatamente como ele o vê, exatamente como deveria funcionar. Isto reforça o discurso e dá legitimação à realidade social.

Neste ponto, o papel do jornalismo pode ser encaixado dentro do debate mediante ao seu papel na sociedade como ator social. Não é só por meio de uma linguagem técnica e articulação específicas que a informação jornalística evoca uma gama de processos de significação na sociedade, acontece também devido aos padrões de credibilidades historicamente legitimados. As notícias instituem um conhecimento que pode agregar, questionar ou negar o comportamento e a relação que o indivíduo mantém na vida cotidiana. Para Tuchman (1999), notícias são “estórias”, ou seja, registram as formas literárias e as narrativas escolhidas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A autora adverte, no entanto, que considerar a notícia como estória não é rebaixá-la ou acusá-la de ser ficcional. “Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna” (TUCHMAN, 1999, p. 262).

Para tornar a tarefa do jornalista mais fácil, na escolha das notícias e dos elementos que dela farão parte, os designados valores – notícia dão uma preciosa contribuição. O termo valores-notícia [...] corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 1992, p.168).

Esses valores constituem a resposta à seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Os valores – notícia funcionam de forma complementar, quantos mais critérios um acontecimento respeitar, mais altas serão as probabilidades de se tornar notícia. Não basta apenas obedecer a um dos critérios, é a junção, a complementaridade entre cada um deles, que torna o facto mais importante. Para além disso, estes critérios de seleção são importantes ao longo de todo o processo, desde o acontecimento até a elaboração final da notícia.

Os valores-notícia utilizam-se de duas maneiras. Primeiro, são critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a

redação. Em segundo, funcionam como linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. “Quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído.” (WOLF, 1992, p.173).

Diante de tal processo é que se aponta ao jornalismo o papel de ator na construção da realidade e não o de simples transmissores do real, como defende a teoria do Espelho. Ao visionar e interpretar a realidade de modo a condensá-la num discurso que possa posteriormente ser divulgado, o jornalismo transforma os acontecimentos que presenciou num outro acontecimento que engloba apenas as informações mais pertinentes. O acontecimento produzido pela notícia está veiculado a subjetividades provenientes dos olhos do próprio jornalista, tendo em conta as suas crenças e convicções. É por esta razão que uma peça jornalística sobre o mesmo assunto, mas feita por jornalistas distintos, terá certamente diferenças.

Como aponta Albuquerque (1998), as notícias são como são devidos à organização do trabalho dos jornalistas, e esses processos são fatores importantes na análise da cobertura noticiosa. O autor aborda também que na construção das notícias não se nega a influência de fatores extra jornalísticos, porém busca compreender o modo como esses fatores interferem no processo de produção das notícias. As condições de trabalho, as posições políticas, a linha editorial e tantos outros fatores são influências que atingem o processo da construção das notícias. Como enxerga Albuquerque (1998), a perspectiva construcionista permite trazer à tona a participação dos sujeitos descritos pela cobertura noticiosa de forma ativa, em que a atuação interfere o conteúdo das notícias.

De fato, a Teoria Construcionista permite que se encare o material jornalístico como composto por narrativas, o que não implica dizer que as notícias não têm validade, ou são falsas, nem mesmo descarta a importância da atividade jornalística (TUCHMAN, 1999), ainda mais em tempos de ocorrência acentuada de *Fake News*. Torna-se necessário destacar o empenho dos profissionais em apuração das matérias por eles publicadas. Ao apontar que a realidade não possa ser totalmente encaixada dentro de um texto jornalístico, não resulta em afirmar que os fatos destoam a realidade dos acontecimentos. Por mais que o jornalista não consiga ser objetivo, eliminando totalmente a sua subjetividade do texto, os relatos jornalísticos precisam ser mantidos fiéis aos fatos de alguma medida.

Dessa forma, o fazer jornalístico – produto da mídia - pode ser compreendido como tendo um papel socialmente legitimado na produção de construções da realidade que são relevantes para o público, ou seja, à mídia é designada a competência para recolher os

acontecimentos e temas importantes e atribuir-lhes sentido. Embora esse processo de construção social dependa dos conteúdos e da prática discursiva do jornalismo, deve-se ficar atento para não incorrer no erro de imaginar essa construção sem a participação ativa do público, nas diversas interações em que os indivíduos tomam parte no dia a dia.

Assim, então, pode-se dizer que o mundo é construído na consciência do indivíduo pela conversão com o que são para eles significativos. Uma vez que o sujeito recorre de forma crescente à mediação das formas simbólicas, ele tem como resultado a sua compreensão do mundo e do lugar que nele ocupa, assim o indivíduo acaba se alimentando mais e mais dos produtos midiáticos. Desse modo, é possível compreender a relação do jornalismo no processo de construção de identidades na contemporaneidade.

Como postula a perspectiva construcionista, as identificações são construídas socialmente, ou seja, o indivíduo está a todo momento influenciado e sendo influenciado. E o discurso das mídias, de forma mais intensa, do jornalismo é cada vez mais relevante enquanto produtor de sentido, criando e transformando processos de identificação e noções de pertencimento. O processo de identificação do indivíduo é moldado por ele próprio de acordo com a sua relação com o mundo. A identidade é então um conjunto de interações e representações do indivíduo ao longo da vida. A identidade então, se forma pelo discurso e pela relação do indivíduo com o mundo que o rodeia.

4.2 OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS (DA MÍDIA)

De fato, a visão de um jornalismo que retrata fielmente a realidade já não vigora mais dentro do campo da comunicação, especialmente diante de uma das abordagens mais importantes na atualidade sobre o fazer jornalístico: o enquadramento noticioso. Tal concepção parte de uma premissa de que o jornalismo faz uma seleção de determinado fato e, ao operar dessa forma, elucida determinados aspectos culturais, sociais e políticos e ignora outros elementos a partir de mapas culturais aos quais a empresa jornalística se vincula.

Hoje, há um debate interessante sobre questões de narrativas que são contadas ou melhor dizendo, são apresentadas pela mídia. Tal debate de insere dentro desta questão de enquadramento. Como aponta Tuchmann (1999), as notícias serem vistas como estórias não é rebaixá-las a um fato fictício. É por meio das notícias apresentadas pela mídia é que são compostas as narrativas que compõem a vida cotidiana de todos os indivíduos na sociedade. Pode trazer, por exemplo, vários estudos realizados por pesquisadores do campo das Ciências

Sociais Aplicadas para investigar o papel da imprensa na formação e orientação da opinião pública.

Gamson e Modigliani (1989), no artigo intitulado “*Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach*”, dedicaram estudar o discurso das mídias em quatro veículos diferentes (televisivo, relatos de revistas, cartoons de opiniões e colunas de opiniões sindicalistas) a respeito da Energia Nuclear nos E.U.A. O estudo identificou como tais mídias apresentaram diversos enquadramentos acerca do assunto. O mesmo foi feito por Robert Entman (1991) no artigo *Framing U.S. Coverage of International News: Contrast in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents*. O pesquisador investigou o discurso da mídia americana sobre dois incidentes aéreos e como os jornais por ele analisados, apresentaram enquadramentos diferentes dos acontecimentos, apesar de terem ocorridos em aspectos semelhantes. O interessante de ambos estudos é que apontam a utilização de narrativas diferentes de acordo com as circunstâncias em que ocorreram ambos os casos e também como veículos diferentes apresentam distintas formas de abordagens dos fatos acontecidos (especialmente na obra de Gamson e Modigliani).

A origem do conceito de enquadramento origina-se da obra de Erving Goffman: “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”, publicado pela primeira vez em 1974, com título original: “*Frame analysis: an essay on the organization of experience*”. Tal obra aborda que a experiência de cada indivíduo é resultado de como ele enquadra a realidade ao seu redor. Além de Goffman, outros autores também dedicaram estudos sobre tal abordagem, especialmente, sobre como o discurso das mídias em diversas instâncias colabora para compor tal enquadramento do indivíduo por meio da influência da opinião pública. Gaye Tuchman (1978; 1999), Robert Entman (1991), Willian Gamson e André Modigliani (1989) e Mauro Porto (2004) são alguns nomes que dedicam a tal estudo sobre os modos como as notícias são apresentadas pela mídia, por meio dos operadores jornalísticos, a partir da referência que dão as narrativas noticiosas inteligibilidade, implicando assim em relacioná-las a alguma dimensão social reconhecida pelo receptor. Ou seja, o enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos de como é possível a cada indivíduo identificar a situação diante da qual se encontra em presença. A interpretação de uma determinada situação resultará sempre da resposta a uma indagação primeira: “o que está desenrolando na cena à minha frente?”. A definição de enquadramento de Goffman (2012) pode ser compreendida partindo do princípio de que as definições de uma determinada situação são construídas mediante dos princípios de organização que regem eventos e o envolvimento subjetivo do

indivíduo neles. O autor completa que enquadramento é a palavra escolhida para referir-se a um destes elementos básicos, em que o mesmo é capaz de identificar.

Para Entman (1991), o conceito de enquadramento está ligado essencialmente aos critérios de seleção e saliência. Para o autor, enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma determinada realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo. Através desse processo, a abordagem utilizada na construção da notícia, por exemplo, promove uma definição particular do problema, uma interpretação causal, ou uma recomendação de tratamento para o item noticiado.

Ao propor uma investigação acerca da (des) construção de uma identidade, como é o caso deste trabalho, a noção de enquadramento da mídia se torna necessária para analisar como um veículo noticioso oferece ao indivíduo uma interpretação do fato descrito. Aécio Neves é um político de repercussão nacional, primeiro por ser neto do ex-presidente Tancredo Neves, segundo por ter disputado uma das eleições presidenciais mais acirradas da história do país e, por fim, por ser um político de alto escalão que se tornou réu nas investigações da Operação Lava Jato.

Porto (2004) ressalta que o conceito de enquadramento tem sido utilizado para definir os princípios de seleção, ênfase e apresentação usados por jornalistas para organizar a realidade e o noticiário. O autor discorre que, na cobertura de assuntos públicos, os enquadramentos permitem aos jornalistas e suas audiências organizar e interpretar temas e eventos políticos. Ao produzir a notícia, os jornalistas se baseiam em discursos que estão presentes na esfera pública, mas também contribuem com seus próprios enquadramentos, “dando formas aos pacotes interpretativos que fazem parte de qualquer cultura”. A mídia, segundo Porto, é mediadora em conversas e discussões sobre os problemas sociais e políticos. E o enquadramento dado pela mídia tem um importante efeito na interpretação desses problemas, bem como na opinião pública em geral. Assim, os enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos de forma mais geral, construídos socialmente e que permitem aos indivíduos dar sentido aos acontecimentos da realidade da vida cotidiana.

Assim sendo, segundo assinala Martins (2016), o estudo do *frame* permite compreender o motivo pelo qual o jornalista, ao cobrir um acontecimento, observa alguns aspectos e exclui outros. Além disso, ainda ajuda a organizar a realidade social. À vista disto, a partir da teoria do enquadramento, pode-se afirmar que o *frame* é o produto da interação do jornalista com a cultura profissional, a sociedade e os seus valores individuais. Nessa perspectiva, os meios de comunicação, ao enquadrarem o fato, fazem com que o homem conheça a realidade e entenda o mundo. A ressalva neste ponto é que outras interações

simbólicas como religião, família, escola e outras também contribuem nesse processo de compreensão da realidade. Por certo que a mídia (tanto a mídia tradicional como as novas mídias) possui um papel central na sociedade contemporânea, especialmente mediante ao processo de midiaticização que atinge a sociedade e é também devido a tal processo, que outros discursos emergem à sociedade, interferindo no processo da compreensão da vida real cotidiana.

Goffman (2014) adverte que o enquadramento é um conceito para analisar o envolvimento subjetivo de um sujeito em uma dada situação social e não um conceito sobre a organização da estrutura social. O enquadramento tem como hipótese a ideia de que a mídia tem o poder de dizer como a população vai pensar os temas enquadrados. Porto (2004) completa tal apontamento ao colocar que os enquadramentos são entendidos como recursos que têm capacidade de organizar os discursos através de práticas específicas do fazer jornalístico (seleção, ênfase, exclusão) e, como consequência, acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos. Com efeito, a mídia é um dos recursos disponíveis mais importantes, todavia os indivíduos negociam tais mensagens. Ou seja, a mídia apresenta determinados fatos que pautam o debate da sociedade, mas a compreensão final de tal processo acontece através da interpretação pessoal que o indivíduo faz de tais fatos associados a tantas outras interpretações que ele traz consigo.

O tipo de enquadramento utilizado para compreender as situações, portanto, fornece um modo de descrever o evento ao qual se aplica tal *frame*. Cada enquadramento “permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas nos seus termos” (GOFFMAN, 2014, p. 21). Deste modo, pode-se dizer que a compreensão dos indivíduos acerca de diversas situações está ligada aos frames já cristalizados socialmente, oferecendo uma forma de encarar os assuntos. No enfoque de Goffman, portanto, “enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais” (PORTO, 2004, p. 78).

Martins (2016) aponta que o que interessa a Goffman é como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. Assim, se a primeira dúvida que cada um tem diante de uma determinada situação é sobre os seus significados, os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*)

da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais. Essas estruturas são definidas por Goffman (2014) como quadros primários. Ou seja, caso um indivíduo em nossa sociedade reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver a sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário.

Carvalho (2009) revela que, na condição de estruturas cognitivas, os quadros primários abrangem não somente as dimensões racionais, como ainda aquelas identificadas com uma explicação esotérica, dotada de uma lógica própria, apesar de serem interpretadas, por alguns componentes do social, como irracionais. Na vida cotidiana, o indivíduo lida com quadros de referência naturais e sociais, permitindo assim algum tipo de antecipação de atitudes. Os segundos estão em permanente processo de mudança e nem sempre será possível a compreensão do que realmente eles significam. Ou seja, segundo reflete o autor, tais quadros de referências sociais, são, portanto, construções humanas historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis “e ter consciência sobre tal dimensão é indispensável para que a interpretação de uma determinada situação não seja equívoca” (CARVALHO, 2009, p.5). Como revelam Gamson e Modigliani (1989), os indivíduos trazem suas próprias histórias de vida, interações sociais e predisposições psicológicas para o processo de construção de sentido; assim, eles abordam uma questão com algum esquema de antecipação, embora às vezes com um esquema muito tímido.

Porto (2004) destaca a importância de diferenciar os enquadramentos noticiosos dos enquadramentos interpretativos. Para o autor, os enquadramentos noticiosos podem ser compreendidos como padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizado, ou seja, o ângulo da notícia - em um jargão mais jornalístico – o ponto de vista adotado para a construção da notícia que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. Em resumo, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas. Já os enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que possibilitam uma avaliação particular de temas políticos. Estas interpretações podem ser promovidas por diversos atores sociais, representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Porto (2004) esclarece que, apesar dos jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos na produção da notícia, este tipo de enquadramento se origina geralmente de atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Ou seja, interpretações que emergem de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia. Os jornalistas podem apresentar os seus enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias analíticas.

Segundo Porto, os enquadramentos não são referem apenas a processos de manipulação, mas fazem parte de qualquer processo comunicativo. O discurso midiático pode ser concebido como um conjunto de pacotes interpretativos que dão sentido a uma questão.

4.2.1 Uma breve história do jornal e a *Folha de S. Paulo*

Se é também por meio dos enquadramentos noticiosos que se dá a construção social da realidade, o jornal é um meio de comunicação importante para compreender esse processo social. Mesmo com a maior utilização da internet, o jornal impresso ainda tem seu lugar no país, especialmente no que tange a credibilidade das informações noticiadas.

A sua presença na cultura da sociedade é bastante antiga. O jornal é um produto derivado do conjunto de atividades do jornalismo. Segundo conta a história, o jornal mais antigo que se tem conhecimento surgiu na Roma Antiga. O *Acta Diurna* foi lançado pelo então imperador, Júlio César, no século LIX a.c. O jornal tinha como objetivo informar os cidadãos das principais cidades os acontecimentos sociais e políticos. Os fatos para tornarem públicos eram escritos em grandes placas brancas e expostas em lugares públicos movimentados, o que se assemelha aos jornais murais, ainda presentes em cidades do interior e em escolas e igrejas do país. Essa prática permitia que os cidadãos romanos estarem sempre informados sobre os escândalos no governo, campanhas militares, julgamentos execuções, entre outros fatos.

Outro relato que a história nos traz a respeito do desenvolvimento dos jornais está no século VIII, na China. Os primeiros jornais chineses eram escritos à mão, no formato de boletins. Mas tudo mudou com a invenção da prensa. Em 1447, Johan Gutenberg, constrói uma máquina que modificou a circulação de informação, a transmissão de conhecimento e intercâmbio de ideias. A prensa de Gutemberg tornou mais ágil a produção de impressos. No início do século XVII, as publicações dos jornais tornaram a ser periódicas, especialmente em países do continente europeu como a Alemanha, Inglaterra e França, com circulação de jornais de forma cada vez mais frequente.

No Brasil, os jornais surgem com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808. Os primeiros jornais brasileiros foram o “Correio Braziliense” e a “Gazeta do Rio de Janeiro”. Porém, é no segundo reinado, que há uma maior produção de jornais no país. Com a modernização das máquinas de prensa, os jornais passaram por mudanças tanto no formato como no conteúdo das matérias. É nesse período também que se tem a instalação de sedes de muitos jornais, contribuindo assim para a melhor prática jornalística. Muitos jornais desse

período não perduraram até os dias atuais, porém alguns que existem ainda em circulação no país são oriundos do século XX, como é o caso do “O Globo” e da “Folha de São Paulo”.

A última Pesquisa de Mídia Brasileira (PBM) realizada pelo Governo Federal, em 2016, revelou que o jornal impresso é o quarto meio de comunicação mais consumido pelos brasileiros. Do público que consome tal meio, 66% preferem a versão impressa e 30% consomem a versão digital. A média de tempo de consumo do produto pelos brasileiros é de 69,5 minutos/dia de segunda a sexta-feira e de 70,1 minutos/dia aos sábados e domingos. Os jornais “O Globo” e a “Folha de S. Paulo” são os mais lidos (18% e 17%, respectivamente³⁶). A pesquisa revelou também que o jornal é o primeiro veículo, empatado com o rádio, mais confiável no que tange a credibilidade das notícias.

Com o advento e crescimento da internet, as empresas jornalísticas também aproveitaram deste meio e utilizam por meio dos seus portais de notícias a distribuição das notícias, porém, depois de uma crescente queda de consumo de exemplares físicos, em 2019, houve um crescimento na circulação de jornais no país. A “Folha de S. Paulo” ocupa o primeiro lugar com uma média mensal de 328.438 exemplares de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), um aumento de 6,4% em comparação com o ano anterior. Em segundo está “O Globo” com 323.172 exemplares/mês, aumento de 7,2% em relação a 2018.

A *Folha de S. Paulo* surgiu em 19 de fevereiro de 1921, ainda como “Folha da Noite” – a primeira das três que viriam a ser unificadas em 1960 para formar o jornal nos moldes em que se organiza atualmente (LATTMAN-WELTMAN, 2003). Em julho de 1925, foi criado o jornal “Folha da Manhã”, edição matutina da “Folha da Noite”. A “Folha da Tarde” foi fundada após 24 anos. No dia 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal *Folha de S. Paulo*.

Atualmente, O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país. Controla o jornal de maior circulação e influência (*Folha de S. Paulo*), o site noticioso de jornal com mais audiência (www.folha.com.br), o Datafolha, um dos institutos de pesquisa mais respeitados do país, uma agência de notícias (Folhapress), um dos maiores e mais modernos parques gráficos da América Latina (CTG-F), a Transfolha, empresa de logística que também é dedicada à distribuição de produtos do Grupo Folha, uma gráfica dedicada a jornais e folhetos para empresas, editoras e agências de publicidade (FolhaGráfica) e a SPDL,

³⁶ Para tais números foram considerados a soma dos resultados da primeira e segunda menção de jornais lidos pelos entrevistados como apontou o relatório da pesquisa.

empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal "O Estado de S. Paulo".

Segundo informações presentes no site do Grupo Folha, a edição impressa é tomada como versão de referência do último ciclo noticioso. O Grupo relata que o jornal mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Além disso, reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista; e salienta a dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos.

Em busca de manter uma unidade nos materiais noticiosos publicados pelo jornal, e traduzir em normas a sua concepção de jornalismo, a Folha criou em 1984 o Manual Geral da Redação. O manual preconizava oferecer ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões no dia-a-dia da Redação. O manual teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 1987. Em 1992, a Folha editou o Novo Manual da Redação. Como afirma sua Introdução, as normas do novo manual “apostam na iniciativa e no discernimento individual, na inventividade das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante”.

Ainda no mesmo site, o Grupo revela que o jornal é feito em São Paulo com irradiação nacional, que se propõe a realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Sobre o posicionamento político do mesmo, o jornal relata que sustenta a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento. Além disso, como visão de empresa, o Grupo Folha revela que o jornal se enraíza nas forças de mercado e adota uma atitude de independência em face a grupos de poder. Procura melhorar a qualidade dos serviços que oferece, pautando-se por uma política de competição comercial, modernização tecnológica e valorização da competência profissional.

No capítulo 6, serão analisadas 66 notícias da *Folha de S. Paulo* a fim de investigar como se deu a (des) construção da imagem de Aécio no jornal. A escolha deste veículo se deu de forma resumida devido ao seu alcance em âmbito nacional e por ser um dos veículos de maior importância no país, ficando atrás de canais de televisão. Como mídia impressa é o mais consumido pelos brasileiros, como já apresentado anteriormente.

5. AÉCIO NEVES: AS FACES DO POLÍTICO MINEIRO

A entrada de Aécio para o mundo da política pode ser vista como algo de família. Um destino natural para o filho de Aécio Ferreira da Cunha e Inês Maria Tolentino Neves. O pai do político foi deputado estadual entre 1955 e 1963 e deputado federal de 1963 a 1987. Mas não termina a sua ligação a política apenas no pai. O seu avô paterno, Tristão Ferreira da Cunha, também foi um político mineiro que exerceu o mandato de deputado estadual em 1934, sendo interrompido pela instauração do regime do Estado Novo por Getúlio Vargas. Comandou também a pasta da Agricultura, Comércio e Trabalho do governo de Minas Gerais de 1958 a 1961.

A veia política também faz parte da família materna de Aécio, certamente, esta parte que o liga ao mundo da política é a mais conhecida no ideário da sociedade. O político é neto de Tancredo de Almeida Neves – o presidente da redemocratização do país – um dos políticos mais importantes da galeria da história de Minas Gerais e do Brasil. Ao seu avô materno é dado o motivo da entrada de Aécio ao mundo da política, quando, em 1982, Tancredo iniciava a sua campanha para governo de Minas Gerias, porém, antes mesmo de ser secretário pessoal de seu avô, o mineirinho, como é conhecido no mundo da política, ocupou em 1980 a cadeira de assessor parlamentar no gabinete do pai.

Aécio nasceu em Belo Horizonte no dia 10 de março de 1960. É o filho do meio entre duas irmãs, Andrea e Ângela. Segundo Fernandes (2014), quando nasceu, seu pai, Aécio Cunha, exercia o segundo mandato de deputado estadual, e o avô paterno, Tristão da Cunha, era deputado federal. Ambos pertenciam ao Partido Republicano, berço de Artur Bernardes e dos mineiros que dominaram a República Velha.

O pai de Aécio, sua mãe e as duas irmãs, mudam-se da capital mineira para o Rio de Janeiro quando ele tinha dez anos. O pai estava se preparando para o primeiro mandato na Câmara dos Deputados, e o seu avô paterno encerrava o seu último. A sua formação acadêmica teve início em 1980 na Faculdade de Economia da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, porém, ao aceitar o convite de Tancredo para o acompanhar na campanha para governo de Minas, transferiu o curso para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Belo Horizonte.

No livro digital “Os Candidatos”, a jornalista Maria Cristina Fernandes (2014) aponta o caminho dos dois avós de Aécio como bacharéis liberais, mas nunca atuaram nas mesmas fileiras “Tancredo era das minas e Tristão, das gerais”, destacando assim as diferenças entre ambos. Gois e Iglesias (2014) sinalizam também a diferença entre Tancredo e o seu genro,

Aécio Cunha. Durante o período de ditadura militar, o avô paterno, que era um habilidoso orador, diminuía o volume de seus discursos contra o regime militar depois que chegaram ao poder, já o pai de Aécio defendia o regime como melhor alternativa para o momento político que o país atravessava.

Apesar de ter figuras importantes no mundo da política como referência, a ligação do tucano com a figura do avô paterno se consolidou de forma mais intensa, especialmente após o fim do casamento entre seus pais. Em 1977, Maria Inês se separou de Aécio Cunha e, no ano seguinte, casou-se com Gilberto de Andrade Faria. Fernandes (2014) expõe que a família do padrasto de Aécio fundou o Banco da Lavoura de Minas Gerais, que deu origem ao Banco Real e ao Banco Bandeirantes.

A mudança de “Aecinho” para o Rio de Janeiro deu a ele uma fama de *playboy*. O jovem garoto aproveitava a vida na cidade maravilhosa. Além de surfar ondas nas praias cariocas, o neto de Tancredo também aproveitou bastante a vida boêmia que a cidade proporcionava (FERNANDES, 2014; GOIS; IGLESIAS, 2014). Ambos os autores mencionam que, apesar da mudança para a cidade do Rio, o filho de Maria Inês levou consigo duas paixões do estado natal: o amor pelo Cruzeiro e o gosto pelo futebol.

É comum aos mineiros a ligação familiar e não diferentemente seria na família de Aécio. Nos momentos de comemoração e datas especiais, todos se reuniam para celebrar tais datas. Foi no jantar de Natal de 1981 que Tancredo convidou o neto para ser seu secretário pessoal na campanha para governador de Minas Gerais e abandonar a vida boêmia na capital carioca, relatam Gois e Iglesias (2014). Foi com apenas 20 anos de idade é que a inserção de Aécio ocorreu de forma intensa na vida política. Ao aceitar o convite, o mineiro acompanhou então o avô em mais de 300 municípios mineiros. Ao lado de Tancredo, o recém ingressado aprendeu a fazer o jogo da política, de forma especial, a política mineira.

A vida pessoal de Aécio é marcada por duas relações matrimônias. Casou-se pela primeira vez, em 1991, com Andréa Falcão da Costa Leite. O enlace matrimonial durou oito anos e como fruto da união nasceu a filha Gabriela. O tucano ficou separado por cerca de 14 anos, e, em outubro de 2013, casou-se pela segunda vez com a ex-modelo, Letícia Weber. Em janeiro de 2014, quando era ainda pré-candidato à presidência da República, anunciou a gravidez de sua esposa em um *post* de *Facebook*. Os filhos, Bernardo e Júlia, nasceram prematuramente em junho do mesmo ano.

5.1 A FIGURA DE TANCREDO E O SONHO DA CADEIRA DO AVÔ

A cultura mineira não é feita apenas de folclore nem de pão de queijo, naturalmente. Ser mineiro é um estado de espírito (GOIS; IGLESIAS, 2014). Tal definição apontada pelos autores pode ser bem exemplificada na figura de Tancredo de Almeida Neves. Natural de São João del-Rei, foi na cidade de origem que iniciou a sua carreira política ao candidatar-se para vereador e eleito foi presidência da Câmara Municipal em 1932. Nascido em 4 de março de 1910, estudou direito em Belo Horizonte e trabalhou como jornalista na mesma época. Gois e Iglesias (2014) destacam que Tancredo era apaixonado pela política, antes mesmo de esposar Risoleta Neves, o são-joanense já estava casado com a política. Abandonou as duas apenas com o “até que a morte nos separe”!

Tancredo é tido no imaginário popular – ao lado de Juscelino e Tiradentes – como uma das personificações mais bem-acabadas do político mineiro. Era um homem de princípios, fiel aos amigos, hábil nas conversas, orador de frases certeiras e obstinado (GOIS; IGLESIAS, 2014). A Tancredo é atribuída uma grande capacidade de erudição e sensatez em usar as palavras certas de acordo com a plateia que tinha a sua frente (DIAS, 1985, ARRUDA, 1990; FRANÇA, 1998, VASCONCELOS, 1999; FERNANDES, 2014; GOIS; IGLESIAS, 2014).

Dos muitos feitos na história de Tancredo, alguns merecem destaque. Foi Ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas. Na noite do suicídio do então presidente, o mineiro estava presente e foi uma das primeiras testemunhas do acontecimento. Também esteve ao lado de João Goulart, o Jango, quando assumira a presidência após a abdicação de Jânio Quadros em 1931, quando os militares impediam o retorno de Jango ao Brasil. “Tancredo subiu à tribuna da Câmara e defendeu o direito constitucional de Jango” (GOIS; IGLESIAS, 2014). No breve período de República Parlamentarista, Tancredo foi eleito Primeiro-Ministro (1961-1962). Na eleição de Castelo Branco, em 1964, onde teve início o período da ditadura militar no país, o político foi o único do seu partido, o PSD, a não o apoiar. Também esteve ao lado de Juscelino quando o mesmo foi exilado por decisão dos militares. “O próprio Juscelino diria depois que ele fora o último a apertar-lhe a mão em solo brasileiro” (GOIS; IGLESIAS, 2014).

Certamente o fato mais importante de Tancredo em toda a sua história política, seja o seu papel no período das “Diretas Já” e a sua habilidade política em costurar, junto a oposição e militares, o processo de retomada das eleições diretas para presidente e redemocratização do país. O político foi um dos principais líderes de tal momento histórico e, mesmo não

ocorrendo a votação com a participação popular, o mineiro foi eleito presidente da República em votação indireta ocorrida no Congresso Nacional pelo colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985. A eleição de Tancredo representou o fim da ditadura militar no país e o início da retomada da Democracia. Mesmo não chegando a assumir tal cargo, por ocasião de sua morte em 21 de abril do mesmo ano, Tancredo ocupa lugar importante no *hall* dos heróis nacionais.

O orgulho dos mineiros em suas raízes e seus personagens históricos é algo que faz parte da cultura do estado. Se para os cidadãos comuns tal sentimento se faz presente, para um político, neto de um ex-presidente da República, tal condição é muito maior. “Aécio tem motivos de sobra para se orgulhar do avô e apoderar-se, sem cerimônia, dessa ligação familiar e histórica, conduzido pela mão lúcida, competente e onipresente da irmã, Andrea” (GOIS; IGLESIAS, 2014).

5.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO

Os passos solos de Aécio na vida política se deram em 1987, quando concorreu ao seu primeiro cargo eletivo e foi eleito deputado federal por Minas, exercendo o cargo até 2002, totalizando quatro mandatos. Um clima de comoção da morte do ex-presidente ainda estava presente no país, especialmente nos mineiros. Em sua primeira eleição, candidatou-se pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) – hoje MDB - recebeu 236 mil votos e foi o deputado federal de Minas mais votado daquela eleição. Aos 26 anos de idade, era um dos deputados mais jovens. Segundo Hollanda (2002), durante as deliberações para a nova Constituição, que ocorreram até setembro de 1988, o político apresentou 46 propostas de emendas e foi um dos autores da que instituiu o direito ao voto para jovens entre os dezesseis aos dezoito anos de idade.

No ano de 1989, em março, Aécio fez uma mudança de agremiação e deixou de lado o seu antigo partido para se filiar ao Partido da Social da Democracia Brasileira (PSDB), em que está filiado até os dias de hoje. O seu segundo mandato foi disputado nas eleições gerais de 1990. Foi reeleito deputado federal, no entanto, como uma votação muito menor do que aquela obtida quatro anos antes. Pelo novo partido, conseguiu 42 mil votos e foi o deputado federal mais votado da sigla no Estado.

Em busca de uma maior visibilidade, talvez, projetando voos maiores, em 1992, o político disputou às eleições municipais da capital mineira. As pesquisas de intenção de voto na época apontavam o político na terceira posição das intenções de votos, atrás de Sérgio

Ferrara (PMDB) e Patrus Ananias (PT). No primeiro turno, realizado em 3 de outubro, Patrus foi o mais votado com 326 mil votos, seguido por Campos com 184 mil e Aécio com 136 mil.

De fato, a candidatura para prefeito de Belo Horizonte deu maior visibilidade ao neto de Tancredo. E em sua terceira disputa para o cargo de deputado federal, em 1994, obteve 105 mil votos. Nestas eleições, um dos políticos que teriam papel importante num futuro próximo de Aécio fora eleito presidente da República. O economista e ex-ministro da Fazenda do Governo Sarney, Fernando Henrique Cardoso (FHC), derrotou o então candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que disputava a sua segunda eleição presidencial.

Segundo Gois e Iglesias (2014), em 1996, foi eleito presidente do PSDB de Minas Gerais. Nesta posição, foi uma peça-chave para a eleição estadual de 1998, quando o partido tentou reeleger o governador Eduardo Azeredo, mas não obteve êxito. Neste mesmo ano, o tucano foi eleito deputado para o quarto mandato. Porém, em 1997, candidatou-se a líder da bancada tucana na Câmara dos Deputados. Gradativamente, passou a conseguir apoio de políticos importantes, como Sérgio Motta, ministro das comunicações, de quatro governadores e do presidente FHC. Como líder do partido, manteve contato com outras lideranças, assessores e ministros do presidente da República.

O mineiro neste tempo já havia compreendido o jogo da política e como um bom político mineiro soube se portar. Segundo Gois e Iglesias (2014), Aécio, em 1999, tentou unir forças com o extinto PFL (atual DEM) para derrotar Michel Temer (PMDB) na disputa à presidência da Câmara. Os autores apontam que ele próprio sonhava com a possibilidade de ser candidato do grupo, porém o Governo FHC não queria um embate com o dono da maior bancada da Casa. Temer foi reeleito, porém Aécio trabalhou para reconquistar deputados para sua legenda que decidiram sair após problemas internos do partido e acabou trazendo alguns parlamentares para o PSDB, que passou a contar com 93 membros.

Apesar da manobra política realizada pelo Planalto, garantindo outro mandato a Temer, o tucano não abandonou a meta de ser presidente da Casa. “Passou a atuar ‘mineiramente’, com obstinação, mas sem afobação” (GOIS; IGLESIAS, 2014). Um encontro com Mário Covas (PSDB), então governador de São Paulo, em agosto de 1999, aconteceu para saber a opinião do líder tucano sobre a possibilidade de ele disputar a presidência. Covas o teria perguntado se Aécio tinha a unidade da bancada e o mesmo assentiu. O governador do maior colégio eleitoral do país perguntou se ele tinha disposição para enfrentar a resistência por parte dos tucanos e novamente o mineiro assentiu. Diante das afirmações, o governador paulista apoiou assim a candidatura de Aécio à presidência da Câmara Federal.

A estratégia do político deu certo e depois do PSDB oficializar a sua candidatura ao cargo pleiteado, a sua estratégia centrou-se em angariar novos apoiadores e conseguiu votos favoráveis do Partido Popular Socialista (PPS), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi eleito com 283 votos, recebendo 56% do total, não precisando disputar o segundo turno do pleito. Tornou-se o primeiro mineiro eleito para este cargo em trinta anos. A atuação de Aécio abriu-lhe portas mais amplas para o futuro. Depois de presidir um dos Poderes da República – e a própria Presidência, interinamente, graças às viagens de Fernando Henrique e de seu vice, Marcos Maciel –, ele não queria voltar a ser mais um deputado. Pensou em lançar-se ao Senado ou ao governo de Minas Gerais.

Gois e Iglesias (2014) descrevem que, em seus primeiros dias, o recém-eleito apresentou algumas medidas para reduzir gastos e instituiu uma verba de gabinete, uma reivindicação antiga dos deputados que autorizou gastos com aluguel de escritórios nos estados que os parlamentares representam, o frete de veículos, a compra de passagens, além de outras despesas. Apesar do anúncio de corte de gastos no início do mandato, defendeu o investimento permanente em ações de divulgação da instituição e na realização de pesquisas de opinião pública sobre o trabalho dos deputados.

Após quatro eleições vencedoras a cargos legislativo federal, os caminhos do tucano atingiram um outro rumo. O seu nome foi pleiteado para a disputa para o governo de Minas em novembro de 2001 pelos deputados estaduais da legenda. Somou-se a tal situação a desistência de Itamar Franco (PMDB) em junho de 2002. O próprio Itamar decidira apoiar Patrus Ananias (PT) após se desfiliar do PMDB, porém o petista também decidira não se candidatar ao governo do Estado. O candidato do PT foi Nilmário Miranda. Com a desistência do juiz-de-forano, o neto de Tancredo oficializou a sua candidatura. Em 6 de outubro, foi eleito governador com 5. 282. 043 votos (57,68%), a maior votação da história do Estado até então.

Gois e Iglesias (2014) e Andrade (2015) descrevem que a marca do primeiro mandato de Aécio foi a política do choque de gestão, a qual é um dos feitos destacado em muitos momentos pelo político para propagandear que tirou Minas Gerais do atoleiro financeiro. Andrade (2015) também aponta que a gestão do político implantou uma política de desvalorização dos profissionais e arrocho salarial. Os resultados da primeira fase de reformas foram cruciais para levar adiante a economia mineira, como apontam Gois e Iglesias (2014), atraindo investimentos privados, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados à população e criando um ambiente político estável, que resultou na reeleição de Aécio Neves. E claro, bem propagandeado pela irmã Andrea que tinha o controle das liberações de verbas

publicitárias na mão por fazer parte do Grupo Técnico de Comunicação do Governo de Minas Gerais.

A sua candidatura à reeleição foi baseada na promessa de um projeto nacional que visaria um maior “equilíbrio na federação”, declarando que "esse movimento pelo equilíbrio da federação vai ficar muito forte, vai desaguar no Estado que estiver mais unido. “Temos agora a unidade histórica de Minas, que vai tentar exercer um papel de liderança. Não sei onde isso vai desaguar, vamos ver quem estará mais forte”³⁷. Aécio foi reeleito governador de Minas Gerais com 7. 482. 809 de votos (73,03%). Ele alcançou a segunda maior votação percentual do país para o cargo. Na eleição presidencial, Aécio apoiou Geraldo Alckmin (PSDB), que não foi eleito presidente e perdeu para Lula em nível nacional e também em Minas Gerais nos dois turnos.

O nome do mineiro como na eleição de 2008 já se ecoava para ser o candidato do partido. Porém, como aponta Gois e Iglesias (2014), o tucano sabia que, em política, é preciso planejar os passos com prudência – sem abrir mão da audácia. E que uma ação bem pensada num momento pode amadurecer e render frutos mais à frente. Era hora de plantar. Um movimento tucano começou a testar o nome de Aécio como alguém que poderia se tornar o candidato do partido à Presidência da República.

Aécio esperava ser o candidato à presidência da República por seu partido na eleição presidencial em 2010. Aécio declarou que sua prioridade nesta eleição seria eleger o vice-governador Antônio Anastasia como seu sucessor. Um mês depois, diante da hesitação do PSDB e de Serra em posicionar-se como candidato, Aécio declarou que se lançaria ao Senado Federal nas eleições de 2010. Foi eleito em 3 de outubro do mesmo ano com 7. 565. 377 votos (39,47%), juntamente com o ex-presidente Itamar Franco.

O momento mais almejado da carreira de política de Aécio chegou finalmente. Após três derrotas consecutivas de candidatos do PSDB (duas de Serra, uma de Alckmin), o nome do político mineiro era certo para a disputa do pleito contra a reeleição de Dilma. Em 2013, foi escolhido presidente nacional do PSDB, e, em 2015, foi reeleito. Ambas as votações, o tucano teve expressiva votação, especialmente a primeira, o mineiro tornou-se presidente da sigla com 97,3% dos votos, foi uma das maiores da história do partido, com mais de quatro mil presentes.

Em 2014, foi candidato à Presidência da República por seu partido, tendo como principais adversários a candidata à reeleição, Dilma Rousseff, e Marina Silva do Partido

³⁷ Aécio anuncia candidatura à reeleição e mobilização contra hegemonia paulista. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u77089.shtml> Acesso em 07 de janeiro de 2020

Socialista Brasileiro (PSB). Esta eleição foi marcada pela morte de Eduardo Campos (PSB) em um trágico acidente de avião. E tal evento modificou os rumos das campanhas dos candidatos. Marina, que era vice de Campos, assumiu a cabeça da chapa e nas primeiras pesquisas de intenção de votos, o crescimento da ex-petista era considerável. Algumas pesquisas apontavam que a candidata poderia vencer Dilma no segundo turno do pleito. Tal cenário preocupou o PT que assumiu uma postura de ataques à imagem de Marina. Diante de uma campanha negativa contra a principal adversária, Dilma obteve 41,59% no primeiro turno das eleições. Aécio foi o maior beneficiado, obteve 33,55% dos votos válidos, garantindo uma vaga no segundo turno.

A campanha do segundo turno tomou uma postura de ofensas e ataques por parte dos dois candidatos. Tanto o tucano quanto a petista trocaram ofensas nos debates eleitorais e nas propagandas de HGPE. Grande parte do conteúdo se dedicava a atacar a imagem de ambos. As primeiras pesquisas de intenção de votos do segundo turno apontavam Aécio à frente da corrida eleitoral. A estratégia do PT em desconstruir o então candidato foi intensificada. E em uma das disputas mais acirradas da história do país, Dilma reelegeu-se presidente da República com 51,64% dos votos válidos, e o senador ficou em segundo lugar com 48,36% dos votos. A diferença entre os candidatos chegou a pouco mais de três milhões de votos.

5.3 A SOMBRA DE AÉCIO: ANDREA LUSTRADORA DE IMAGENS

Se a tradição popular que diz - “por trás de um grande homem, existe uma grande mulher” - na história de Aécio essa figura é Andrea da Cunha Neves. Natural de Belo Horizonte, a irmã do político é jornalista e casada com Luiz Márcio Haddad Pereira Santos, arquiteto, urbanista e ex-presidente da Fundação Biodiversitas. Tem uma filha, Maria Clara, de seu primeiro casamento com o jornalista Herval Braz.

Ainda jovem, na faculdade, a neta de Tancredo militou no movimento estudantil, que tinha como principal bandeira de luta a redemocratização do país e fez campanha pela anistia de exilados políticos. Tomou parte também na campanha das Diretas-Já. Participou do Movimento Jovem Pró-Tancredo, no Rio de Janeiro. Em 1985, fez parte da delegação brasileira que compareceu ao Encontro Internacional da Juventude, realizado em Cuba. Na ocasião, foi oradora oficial, em solenidade com a presença de Fidel Castro. Fernandes (2014) relata que quando ocupava o movimento estudantil foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A irmã mais velha de Aécio, segundo Fernandes (2014), tem fisionomia afiliada da avó Risoleta Neves. A autora descreve ainda que é uma mulher não é ligado a questões de maquiagem e a sapatos de salto alto, possui uma paciência em explicar que, apesar da fama de ser uma figura imponente na vida do irmão, muito disso é impressão popular. Apesar de Andrea não admitir tal influência, dentro de Minas, especialmente nas redações da imprensa mineira, ela é vista como a principal responsável pela imagem do político mineiro, especialmente quando o assunto é defender a figura do irmão (FERNANDES, 2014; GOIS; IGLESIAS, 2014).

Tal fama que percorre Andrea é espalhada pelo próprio irmão, segundo Fernandes (2014). A fama de dama de ferro da comunicação mineira foi construída na interlocução de um governo anunciante com chefes mais alinhados que suas redações. Exageradas ou não, as críticas à Andrea Neves têm como alvo, na verdade, o irmão dela, que é o político eleito – embora a irmã não deixe de ser uma agente politicamente muito importante no tabuleiro mineiro e nacional. Gois e Iglesias (2014) apontam que o cuidado por parte da irmã é similar a uma feracidade canina. A jornalista tem resposta pronta para qualquer insinuação ou ataque. E, mesmo que não seja ela a expressar pessoalmente esse contra-ataque, é dela que saem as coordenadas e a intensidade que o petardo deve ter para revidar a quem ousar falar mal de Aécio (FERNANDES, 2014; GOIS; IGLESIAS, 2014).

Ao assumir o governo de Minas Gerais em 2013, a sua irmã ocupou posição estratégica no Grupo Técnico de Comunicação do Governo de Minas Gerais. O núcleo de trabalho tinha como objetivo reunir os responsáveis pelas áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e empresas públicas, entre outros, a fim de estabelecer as diretrizes e a execução das políticas de prestação de contas do governo estadual à população. O grupo atuava de forma colegiada e de caráter consultivo e de assessoramento. Era por meio deste núcleo de trabalho é que se concentrava a gerência das verbas destinadas a publicidade do governo de Minas Gerais nas duas gestões do seu irmão.

A experiência da irmã em cuidar da imagem de Aécio, proporcionou o papel de cuidar da área da comunicação na campanha estadual do PSDB em Minas Gerais e na campanha nacional do partido em 2014. Mas a sua atuação nas campanhas ligadas ao partido aconteceu desde 1994. Ao comandar a coordenação da aplicação de recursos publicitários do governo de Minas Gerais, há denúncias de que no mesmo período em que veículos de imprensa de propriedade da família Neves receberam verbas destinadas a anúncios publicitários do governo do Estado (FERNANDES, 2014; GOIS; IGLESIAS, 2014).

5.4 UMA POLÍTICA DE CONTROLE DA IMPRENSA MINEIRA

O envolvimento de Andrea no controle e distribuição das verbas de publicidade do governo de Minas Gerais nas duas gestões de Aécio no governo mineiro fez nascer uma imagem de que a família Neves, obtinha um controle da imprensa mineira. Era de tal grupo é que se decidia os valores gastos com publicidade tanto do governo quanto de empresas estatais. Segundo Gois e Iglesias (2014), em muitas redações de veículos de imprensa do estado, existem comentários que jornalistas foram demitidos ao tratarem de matérias a respeito da reputação do político quando tais eram negativas.

A relação do político com a imprensa mineira nunca fora fácil, ainda mais quando governador. Há muito tempo existe a polêmica sobre o cerceamento da mídia por parte do governo do estado de Minas. Em 2006, a *Revista Fórum* lançou no seu portal a matéria intitulada “Histórias de uma imprensa dócil demais”. No decorrer do texto, o jornalista Vinícius Gomes apresentou uma declaração do então presidente do sindicato mineiro dos jornalistas, Aloísio Lopes, que disse:

A imprensa mineira é totalmente favorável ao governador Aécio Neves [...] O governador está blindado na mídia. Ninguém fala mal. Tenho recebido de repórteres a informação de que há orientação para não se questionar o governo (HISTÓRIAS..., 2006).

A matéria ainda revelou que, dois anos antes, o sindicato já havia requerido ao Ministério Público Federal a apuração de suposta interferência do governo de Minas em veículos de comunicação, atribuindo o afastamento de alguns jornalistas a pedidos de Andrea Neves, irmã de Aécio e coordenadora de comunicação de seu governo. Não só essa matéria foi publicada pela mídia, mas outras tantas denunciavam o controle do político na mídia mineira.

Outra reportagem anterior à supracitada sobre o assunto foi divulgada pelo Observatório da Imprensa em 2008. O conteúdo noticioso³⁸ sugeriu que o Novo Jornal sofreu empastelamento "virtual", com uso da justiça de Minas Gerais, a fim de omitir notícias negativas sobre Aécio Neves e outros políticos do estado configurado não somente pela retirada do ar do site que publicara a Lista de Furnas e prisão de seu editor, como pelo desaparecimento de seus arquivos após apreensão pela polícia civil com anuência do

³⁸ “O empastelamento do Novo Jornal”. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-empastelamento-do-novo-jornal/> Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

Ministério Público estadual.³⁹ A Vice investigou o caso e entrevistou diversos jornalistas em 2017, que comentaram sobre a censura em Minas Gerais

Outra relação do tucano com a mídia é por meio do coronelismo eletrônico. A ligação de Aécio Neves com veículos de comunicação se dá por meio de três rádios, uma emissora de TV e um jornal. O candidato é sócio da Rádio Arco-Íris (FM 99,1 MHz), sediada em Betim, na zona metropolitana de Belo Horizonte, e retransmissora da Jovem Pan para a Grande BH. Uma breve consulta no Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM) da Anatel comprova este fato. Gois e Iglesias (2014) apontam que Andrea é sócia-administradora da rádio, e tem 51% das ações (102 mil cotas, segundo a Junta Comercial de Minas Gerais); Aécio passou a contar com 44%, e dona Inês, com 5% (10 mil cotas).

Além disso, o principal acionista da Rádio São João del-Rei (AM 970 Khz) é Tancredo Augusto Tolentino Neves, tio de Aécio Neves. A irmã, Andrea Neves, é a principal sócia e diretora da rádio Vertentes (FM 95,3 MHz), na mesma São João del-Rei. A rádio é conhecida pela programação musical, voltada principalmente para o público jovem.

A cidade de pouco mais de 90 mil habitantes possui uma TV educativa, a TV Campos de Minas. A TV compõe o conjunto de veículos sob influência direta da família de Aécio Neves. A concessão para o canal é de 2002, quando o ministro das Comunicações era Pimenta da Veiga, candidato derrotado ao governo do estado de Minas. O presidente da Fundação Cultural Campos de Minas é José Geraldo D'Ângelo, aliado de Aécio. A fundação também possui uma outorga de rádio FM (a rádio Campos de Minas, 95,3 MHz).

O jornal *Gazeta de São João del-Rei* tem como diretor de honra (in memoriam) o cunhado de Aécio, Herval Cruz Braz, marido falecido de Andrea. Com tiragem de 10 mil exemplares. Atualmente, o periódico é distribuído quinzenalmente de forma gratuita. Porém, antes de dezembro de 2018, o mesmo tinha periodicidade semanal.

5.5 A REVIRAVOLTA NA TRAJETÓRIA EXCÊNTRICA DE AÉCIO: OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

Após a derrota de uma eleição que foi dada como certa, Aécio assumiu uma postura ofensiva ao governo da então reeleita Dilma. Campos (2019) relata que o clima não era

³⁹ “Aécio Neves usava Justiça mineira para calar a imprensa sobre crimes” Disponível em: <https://www.correiodobrasil.com.br/aecio-neves-usava-justica-mineira-para-calar-imprensa-sobre-crimes/>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

favorável para a presidente. O governo Dilma teve que lidar com os desdobramentos da Operação Lava Jato. Diante da crise econômica que atingia o país, somadas aos escândalos de corrupção que atingia fortemente o partido da presidente, os índices de rejeição do governo foram aumentando e a oposição começou a articular o processo de *impeachment* sob justificativa de pedaladas fiscais cometidas pela presidenta. Ao lado de Aécio esteve Eduardo Cunha (PMDB) como principais articuladores da possibilidade de cassação do mandato da petista.

Ao longo do segundo mandato de Dilma até o processo de impeachment da petista, que aconteceu em 31 de agosto de 2016, Aécio foi um dos principais articuladores da oposição e do processo de deposição da presidente. No entanto, tornou-se também alvo de investigação da Operação Lava Jato depois que vazaram os áudios das denúncias de Joesley Batista, presidente da JBS, contra Temer, seus aliados e contra o senador mineiro.

O pesadelo do peessedebista teve início em 17 de maio de 2017. Foi divulgada a delação premiada dos irmãos Joesley Batista e Wesley Batista, empresários da JBS, na qual uma gravação de 30 minutos revelava o pedido de Aécio, pedindo a Joesley 2 milhões de reais, quantia que seria usada para pagar sua defesa na Lava Jato. A operação de recebimento do dinheiro foi filmada e rastreada pela Polícia Federal. O dinheiro foi depositado em uma empresa do também senador Zezé Perrela, aliado político do senador.

A publicação do escândalo foi feita pelo jornal *O Globo* e foi confirmada pela própria Polícia Federal (PF). A delação dos empresários da JBS foi homologada pelo ministro do Supremo tribunal Federal, Luiz Edson Fachin no dia 18 de maio. O seu afastamento das atividades parlamentares no Senado ocorreu no mesmo dia por ordem do ministro. Outro fato marcante nesse processo foi a prisão de Andrea. A irmã de Aécio foi presa em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte também no mesmo dia do afastamento do peessedebista. A prisão da sua irmã foi justificada devido a suspeitas de que ela tenha pedido dinheiro a Joesley Batista em nome do irmão. O primo de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, também foi preso em Nova Lima-MG. Este foi o responsável por receber o dinheiro solicitado a JBS. O então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, solicitou a prisão de Aécio Neves, mas o ministro e relator da Lava Jato no STF, Edson Fachin, negou o pedido.

Durante o período, uma novela ampliou o desgaste da imagem do neto de Tancredo. Após ser afastado do cargo de Senador por Edson Fachin, um debate pairou sobre o Senado Federal sobre quem teria o direito sobre a decisão de suspender o mandato do tucano. A sua volta as atividades do Senado se deram por votação dos parlamentares da Casa no final de

junho de 2017. Porém, a primeira turma do STF, em 26 de setembro, afastou novamente o político de suas atividades parlamentares. No mês seguinte, o Senado autorizou sua volta ao exercício do mandato.

Outras delações premiadas ligadas ao mineiro ainda estão no Supremo. Carlos Alexandre de Souza Rocha, investigado com um dos funcionários do doleiro Alberto Youssef, afirmou que fez uma entrega de trezentos mil reais a um dos diretores da UTC Engenharia, Antônio Carlos D'Agosto Miranda, e que o valor era destinado a Aécio Neves. Outra delação parte do ex-senador, Delcídio do Amaral que acusou Aécio de ter recebido vantagens ilegais na estatal de energia Furnas devido a ligação do mineiro Dimas Toledo, ex-diretor de engenharia de Furnas. O esquema além de beneficiar o senador, segundo delação, abastecia também o Partido dos Trabalhadores e o deputado José Janene (PP). O senador também foi acusado, por um executivo da Odebrecht, de montar um esquema de propina, enquanto ele era governador de Minas.

Apesar dos escândalos terem comprometido fortemente a imagem do senador, o seu desejo pela reeleição ao cargo foi cogitado inicialmente. Os escândalos de corrupção o enfraqueceram politicamente, impossibilitando uma candidatura à presidência da República em 2018. Pressionado por correligionários, que acreditavam que sua tentativa de reeleição atrapalharia a candidatura de Anastasia a governador, Aécio acabou optando por ser candidato a deputado federal. Durante a campanha, Aécio manteve uma postura discreta e deputados do PSDB avaliaram que seria um dos deputados federais mais votados do partido no estado. No entanto, apesar de ser eleito, recebeu cerca de 106 mil votos, ficando na 18º posição, exercendo assim o seu quinto mandato e garantindo a foro privilegiado.

6 METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

A metodologia é o estudo dos métodos e especialmente dos métodos da ciência. Enquanto método é o modo de proceder, a maneira de agir, o meio propriamente. Assim, metodologia é a ciência integrada dos métodos. Uma pesquisa acadêmica deve sempre se utilizar de uma metodologia para investigar, analisar e/ou responder as perguntas que norteiam o trabalho. A escolha metodológica mais adequada para um estudo dependerá do objetivo da pesquisa e dos tipos de questões que pretende responder. A fim de investigar a (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) sob os conceitos de mineiridade e identidades híbridas, para o presente estudo foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: (a) pesquisa bibliográfica; (a) pesquisa documental; (c) análise de conteúdo, mescladas a análise de enquadramentos via pacotes interpretativos.

6.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como uma revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. Para Bocato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados analisando e discutindo as várias contribuições científicas. É por meio deste procedimento que o pesquisador terá subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para Pizaani *et al* (2012), a revisão literária proporciona ao pesquisador um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento, além de contribuir a identificação e seleção dos métodos e técnicas que serão utilizados pelo pesquisador. Por fim, a revisão literária oferece subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.

No processo de revisão da literatura, o pesquisador pode buscar informações em vários tipos de fontes de conhecimento. Pizzani *et al* (2012) distinguem essas fontes em três níveis. As fontes primárias contêm os trabalhos originais com conhecimento original e publicado pela primeira vez pelos autores. São as teses universitárias, livros, relatórios técnicos, artigos em revistas científicas, anais de congressos. Já às fontes secundárias são os trabalhos não

originais e que basicamente citam, revisam e interpretam trabalhos originais. Como exemplo se têm os artigos de revisão bibliográfica, tratados, enciclopédias e os artigos de divulgação. E por fim, as fontes terciárias contêm índices categorizados de trabalhos primários e secundários, com ou sem resumo. São as bases de dados bibliográficos, os índices e as listas bibliográficas.

Lima e Mioto (2007) explicam que a revisão bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos que visam a buscar por soluções, atentos ao objeto de estudo, assim, não pode ser realizada de forma aleatória. Por isso, é fundamental para o pesquisador utilizar-se da literatura como a principal técnica, a fim de que seja possível identificar as informações e os dados presentes no material selecionado para verificar as relações existentes e a consistência de tais argumentos. Realizando este procedimento, o pesquisador permitirá a interlocução de diálogos e enriquecimento do trabalho.

Para esse estudo, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de três eixos temáticos: a) a modernidade em debate e questões sobre identidade; b) mídia e política a relação entre os campos e c) a perspectiva construcionista e os enquadramentos noticiosos.

6.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental possui grandes semelhanças com a bibliográfica. Segundo Gil (2008), a diferença encontra-se na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Gil (2008) afirma que a pesquisa documental possui algumas vantagens por ser uma fonte rica e estável de dados. Ela não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências, entre outros processos.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos;

arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Para Gil (2008), este tipo de pesquisa torna-se particularmente importante quando o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço. Porém, deve-se ter atenção à qualidade das fontes utilizadas, pois a utilização de dados equivocados reproduz ou, mesmo, amplia seus erros. A pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Esta fase da pesquisa é considerada de grande relevância, segundo Martins *et al* (2009). Nessa fase do processo da pesquisa é que os documentos levantados são estudados de forma minuciosa. Cabe ao pesquisador descrever o conteúdo das mensagens, a fim de encontrar respostas a(s) pergunta(s) que nortearam a pesquisa. Este processo também contribui para a formação de conhecimento empírico e teórico relevantes para a área de análise em questão.

Para esse estudo, a pesquisa documental centrou-se nas matérias veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo* em que o nome de Aécio Neves foi identificado. O levantamento deste material foi por meio do acervo online do jornal que disponibiliza um sistema de busca através de palavras-chave. Após tal levantamento, um grande número de matérias relacionadas ao político foi encontrado. Para que a pesquisa não fosse comprometida e como o cunho da mesma é uma análise qualitativa do material, foi necessária a utilização de recortes temporais a fim de proporcionar um maior rigor da análise, além deste recorte temporal, outro critério utilizado foi de descartar as matérias em que o tucano foi apenas citado. O recorte temporal selecionado foi de sete dias de notícias dos principais momentos da carreira do tucano em que o político esteve em momentos de disputa/destaque. Tal escolha se justifica pelo pressuposto em que, nos momentos de disputa, em especial, tanto a mídia quanto o próprio ator político, evocam imagens para representar junto ao eleitorado qual identidade deseja tornar pública. Os períodos de destaque da carreira do peessedebistas selecionadas para essa pesquisa foram:

- a) sete dias do período de eleição para a presidente da Câmara dos Deputados, em 2001;
- b) sete dias do fim do 1º turno do pleito para a disputa presidencial de 2014;
- c) sete dias do fim do 2º turno das eleições para a disputa presidencial de 2014 e, por fim,

d) sete dias após o vazamento dos áudios da JBS em que o nome do político foi citado em escândalos de corrupção.

Outro fator que influenciou a escolha desse objeto documental está justificado de que a *Folha de S. Paulo* atualmente é o *quality paper* de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral. Soma-se também o fato de que um jornal de circulação nacional ao noticiar acontecimentos ligados ao político mineiro, utilizou de pressupostos que estão presentes no ideário nacional, indicando assim, uma visão de como é projetado a mineiridade para uma grande parte da população nacional.

6.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise do Conteúdo é um método de pesquisa científica que tem por objetivo apresentar uma apreciação crítica de análises de conteúdo como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas. Segundo Fonseca Júnior (2008), a Análise de Conteúdo, se refere a um método das ciências humanas e sociais, destinado a investigar fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa e que tal conjunto de instrumentos metodológicos vem sendo aperfeiçoado constantemente pelos pesquisadores que a utilizam.

Para Bardin (2011), a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. A autora relata que no início da utilização deste método, os estudos análise do conteúdo visavam incidir em diferentes fontes de dados, são elas: material jornalístico, discursos políticos, cartas, publicidades, romances e relatórios oficiais; preocupava-se com a objetividade nas análises, superavam-se as incertezas e o enriquecimento das leituras.

Tanto Fonseca Júnior (2008) quanto Bardin (2011) apontam que a Análise de Conteúdo provocou diversas discussões sobre as suas diferentes funções, porém Bardin (2011) destaca a função heurística, que objetiva a análise do conteúdo e enriquece a tentativa exploratória e a função de “administração da prova”, que está ligada a verificar se os achados da análise eram verdadeiros ou não. A autora enfatiza também que a Análise de Conteúdo, por meio abordagem qualitativa, o referencial era a presença ou a ausência de características de um dado fragmento, ao passo que nos estudos quantitativos, o referencial era a frequência (dados estatísticos) com que apareciam determinadas características do conteúdo. Posteriormente, o critério de objetividade passou a ser menos rígido, o que possibilitou usos combinatórios entre estatística e análises clínicas. Assim sendo, a análise do conteúdo deixou de ser apenas descritiva e passou a usar a inferência, por meio de análises. Estas inferências procuram esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que a ela pode provocar.

A respeito da descrição analítica presente na Análise de Conteúdo, Bardin (2011) define como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. O que a diferencia de uma análise documental e até mesmo de uma análise de discurso, segundo Bardin (2011), é que a análise de conteúdo busca conhecer o que está por trás do significado das palavras.

Para que o pesquisador desenvolva uma pesquisa por meio da Análise de Conteúdo, a autora apresenta os critérios de organização que se divide em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na fase inicial, categorizada como pré-análise, Bardin (2011), descreve que o material é organizado, compondo o corpus da pesquisa. Neste processo, o pesquisador escolhe os documentos, formula as hipóteses e elabora indicadores que norteiem a interpretação final. A autora destaca, porém, que é fundamental observar algumas regras. A primeira é a de exaustividade, sugere-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; a segunda é a de representatividade, preocupa-se com amostras que representem o universo; a terceira é de homogeneidade. Nesse caso, os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; a quarta e a de pertinência, é necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e por fim o de exclusividade, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria.

Conforme coloca Bardin (2011), o processo inicial de contato com os documentos é chamado de leitura flutuante. Para esta dissertação, a leitura flutuante foi realizada a partir das matérias relacionadas a Aécio Neves. Neste procedimento, foi possível elaborar as hipóteses e os objetivos do estudo. A hipótese que norteia este trabalho é que após os escândalos de corrupção em que os áudios da JBS indicam envolvimento do político mineiro, há uma desconstrução da imagem de Aécio. Todavia, a investigação da possível desconstrução é investigada a partir da ótica da cultura da mineiridade. Tal investigação se justifica, conforme aponta Leal e Oliveira (2016), que o político, nas eleições de 2014, procurou agregar a sua imagem os valores da cultura da mineiridade, que remetem a uma posição mais conservadora como o tom conciliador, além de trazer à tona valores de religiosidade e família que completam tal definição. No entanto, os autores também identificaram a partir da análise dos programas eleitorais do então candidato, a postura assumida por ele foi predominante de campanha negativa, de postura de ataques a ex-presidente, Dilma Rousseff e ao PT,

mostrando um perfil que difere da imagem de político mineiro conciliador. Continuando Bardin (2011), no final da pesquisa a (s) hipótese (s) podem ser comprovadas ou refutadas.

Em sequência, Bardin (2011) explica que, após o processo de leitura flutuante, torna-se viável a escolha de um índice organizado em indicadores. Ao fim, no momento da exploração do material, o pesquisador deve codificar os dados. É nesse processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades. O processo de codificação dos dados restringe-se a escolha de unidades de registro, ou seja, é o recorte que se dará na pesquisa. Para Bardin (2011), uma unidade de registro significa uma unidade a ser codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase. No processo de enumeração de regras, ou seja, de seleção de regras de contagem, a presença de elementos ou unidades de registros (palavras, temas ou outras unidades) segundo a autora, pode ser significativa ou, ao contrário, a ausência de determinados elementos pode bloquear ou traduzir a vontade escondida. Bardin (2011) enumera outros fatores cruciais nesse processo, como a frequência em que aparece a unidade de registro, a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos, a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo), a ordem estabelecida nos registros e, por fim, a coocorrência, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto.

O processo de categorização da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), compreende na construção de categorias. Elas são enxergadas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. Nesta etapa da análise, o pesquisador utiliza-se de critérios semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo) e expressivo (variações na linguagem e na escrita). O processo de inferência, técnica de tratamento dos resultados é orientada por diversos polos de atenção (polos de comunicação: emissor, receptor, mensagem e canal). A autora coloca que nesta etapa surge também a necessidade de se comparar enunciados e ações entre si, com intuito de averiguar possíveis unificações. Em contrapartida, quando os temas encontrados são diferentes, cabe ao pesquisador encontrar semelhanças que possam existir entre eles.

Na fase de interpretação dos dados, cabe ao pesquisador retornar ao referencial teórico, conforme pontua Bardin (2011). Ao retornar ao arcabouço teórico, o pesquisador embasa as análises dando sentido à interpretação, já que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados. É por meio da Análise de Conteúdo que o

pesquisador consegue realizar uma leitura “profunda”, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores (BARDIN, 2011).

6.3.1 Os “pacotes interpretativos”

A ideia de pacotes interpretativos surge e se populariza a partir dos estudos de Gamson e Modigliani (1989), sobre o discurso da mídia em relação à energia nuclear nos EUA. Os autores colocam que, na vida social, há um discurso contínuo que evolui e muda com o tempo. Ele fornece ao indivíduo interpretações e significados para eventos relevantes. Citam que um arquivista pode catalogar as metáforas, as frases, as imagens visuais, os apelos morais e outros dispositivos simbólicos que caracterizam esse discurso. Nesse processo de catalogação, segundo Gamson e Modigliani (1989), seria organizado, já que os elementos foram agrupados. Este agrupamento não forneceria tais itens de forma individual, mas sim na forma de pacotes interpretativos.

Para os autores, o discurso midiático pode ser concebido como um conjunto de pacotes interpretativos que dão sentido a uma questão. Um pacote possui uma estrutura interna está ligado uma ideia central de organização, ou estrutura, para dar sentido a eventos relevantes, sugerindo o que está em questão. “Os pacotes, se quiserem permanecer viáveis, têm a tarefa de construir significado ao longo do tempo, incorporando novos eventos em seus quadros interpretativos”⁴⁰ (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p.4, tradução nossa). Em resumo, pode-se compreender os “pacotes interpretativos” possuidores de uma estrutura interna que abriga uma ideia organizadora central - o enquadramento e por meio destes oferecem um número de símbolos condensados que sugerem o cerne do enquadramento. Nesse sentido, os pacotes implicam uma faixa de posições mais do que um único grupo fechado de símbolos. Em outras palavras, é possível revelar o pacote como um todo através das metáforas, dos slogans ou de outros dispositivos que encontramos no texto.

Assim, o entendimento de Entman (1991) sobre os quadros de notícias dialoga também com a visão de pacotes interpretativos. O autor coloca que tais quadros são construídos e encarnados por palavras-chave, metáfora, conceitos, símbolos e imagens visuais que são enaltecidas em uma narrativa noticiosa. A mídia, por meio das notícias, reforça a ideia de um enquadramento no cotidiano dos indivíduos e que dele surge, a partir do momento

⁴⁰ Trecho original: “Packages, if they are to remain viable, have the task of constructing meaning over time, incorporating new events into their interpretive frames.” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p.4)

em que repete constantemente tal quadro. “Certas palavras e imagens são utilizadas repetidamente e em conjunto, tornando-se assim mais salientes nos textos; evocam ideias tipicamente associadas a um determinado tipo de discurso público”⁴¹ (ENTMAN, 1991, p. 11, tradução nossa).

A escolha de associar a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) com os pacotes interpretativos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) se justifica por compreender semelhanças na fase de categorização e compreensão dos enquadramentos dos pacotes. A recorrência de repetição de termos e padrões que possibilita na AC a criação de categorias se assemelha à compreensão da estrutura interna que acolhe uma ideia central dentro dos pacotes interpretativos. Para exemplificar, a ideia de político mineiro é um pacote interpretativo que está carregado de símbolos, metáforas, slogans que encaixam no discurso do que é ser político mineiro. Como apresentado no segundo capítulo da dissertação, a visão de político mineiro está ligada à ideia de uma habilidade natural conciliatória, de bom senso em busca de uma estabilidade (ARRUDA, 1990). Essa (re) significação de ser político mineiro é oriunda dos pressupostos históricos sociais que existem no ideário popular do que é ser mineiro. Enfim, tanto a ideia de mineiridade quanto o entendimento de político mineiro são imagens simbólicas construídas historicamente por discursos e que hoje são utilizadas para identificar o jeito mineiro de ser e no caso do campo político, a forma do mineiro em fazer política.

6.3.2 Análise quantitativa dos enquadramentos da *Folha de S. Paulo* sobre Aécio Neves

Por meio do sistema de busca do acervo digital do jornal *Folha de S. Paulo*, foram levantadas 66 notícias. A construção das categorias de análise desta pesquisa se deu por meio da relação entre a ideia de mineiridade discutida no arcabouço teórico e na análise das notícias por meio de repetições de termos, palavras chaves e slogans.

Quadro 1 - Cobertura do enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre Aécio Neves

Unidade	Data	Matéria	Assunto	Pacote Interpretativo
1.	08/02/2001	Eleições acirradas deixa plataformas de lado	A disputa acirrada no Senado e na Câmara deixa de lado o debate sobre as plataformas dos candidatos de lado e se resume	Disputas de poder

⁴¹ Trecho original: “Certain words and images are used repeatedly and together, hereby rendered more salient in the texts; they evoke ideas typically associated with a particular kind of public discourse” (ENTMAN, 1991, p. 11).

			apenas em como obter o poder e como impedir os adversários de chegarem lá. Na Câmara, onde cinco parlamentares pleiteiam a presidência. Aécio é apontado como o favorito.	
2.	09/02/2001	Partido realiza jantar com clima já ganhou	O PMDB realizou um jantar para mais de 350 pessoas em clima de “já ganhou” diante do favoritismo em relação às eleições para a presidência da Câmara e do Senado. No jantar o deputado federal Benito Gama assinou a ficha de filiação ao PMDB. Aécio disse que dali para o PSDB era um pulo. Moreira Franco disse que ouviu a fala de Aécio e em resposta ao tucano disse: “Daqui a um tempo vamos ser todos, PSDB e PMDB, uma coisa só.”	Disputas de poder
3.	10/02/2001	Candidato tucano pretende vender apartamentos funcionais da Câmara	O candidato a presidência da Câmara Aécio Neves, quer vender os apartamentos funcionais da Câmara em uso pelos parlamentares para realizar melhorias na Câmara. Os deputados que utilizam os apartamentos apoiam a proposta.	Características da política da mineiridade
4.	11/02/2001	Tucano tem 48% e está próximo de vencer no 1º turno na Câmara	A pesquisa realizada pelo Datafolha revela que a chance de Aécio vencer no primeiro turno é quase certa. 93% dos deputados que declararam voto ao tucano também afirmaram que não mudaram de voto. A articulação e negociação nos bastidores proporcionou forte fidelização de grande parte dos deputados federais.	Disputas de poder
5.	11/02/2001	PFL tenta adiar as eleições; PMDB quer impugnar ACM	O PFL pretende adiar as eleições da Presidência da Câmara dos Deputados na tentativa de reverter o quadro eleitoral que favorece Aécio Neves. O então candidato diz que tão medida não surtirá efeito, pois a Câmara possui regras próprias e que não podem ser mudadas.	Características da política da mineiridade
6.	12/02/2001	Para Aécio pesquisa indica vitória; Inocêncio vê um segundo turno	Os candidatos à presidência da Câmara interpretam os dados da pesquisa de forma diferente. Para Aécio, os 15% dos	Disputas de poder

			parlamentares que não responderam à pesquisa do instituto já declaram voto a ele e a sua vitória no primeiro turno já é uma realidade. Já para Inocêncio, os 24% dos votos assinalam uma possibilidade de segundo turno, já que a bancada dos seus partidos apoiadores soma 20% dos deputados.	
7.	14/02/2001	Com o apoio velado de FHC, Jader e Aécio são favoritos	Os candidatos Aécio e Jader são os favoritos para a votação hoje nas duas Casas. Para FHC uma derrota do PMDB seria também uma perda para o governo. FHC que se mantinha uma posição neutra, nos bastidores atuou para a vitória dos dois candidatos.	Disputas de poder
8.	14/02/2001	Voto pefelista, impulsionou nome tucano	O jornal traça de forma breve a história de Aécio. Traz os primeiros passos da carreira política ao lado do seu avô Tancredo Neves. Um resumo da sua carreira política até as eleições da presidência da Câmara.	Características da política da mineiridade
9.	14/02/2001	Presidente pretende evitar isolamento de PFL	FHC trabalha para não perder o apoio do PFL com a vitória de Aécio garantida na Câmara. Para isso, vai pedir ao tucano que evite um tom de humilhação para com os derrotados e articular com Aécio uma ação para “curar as feridas”	Características da política da mineiridade
10.	29/09/2014	Aécio diz que ‘falta indignação’ a petista sobre erro na Petrobras	Em debate eleitoral na Record, o tucano atacou a presidente Dilma afirmando que não vê uma postura de indignação por parte da candidata perante os escândalos de corrupção na Petrobras, fato que aconteceu quando Dilma presidiu o conselho de administração da empresa no governo Lula.	Postura de ataque
11.	29/09/2014	Aécio apela a conterrâneos para chegar ao 2º turno	O candidato voltou a São João del-Rei para pedir apoio aos conterrâneos para chegar ao segundo turno. O jornal coloca que a estratégia é apegar a simbolismos e às suas tradições familiares para eliminar a	Características da política da mineiridade

			diferença entre Marina.	
12.	30/09/2014	Aécio lança programa de governo em versão reduzida	Com mais de 800 páginas, o tucano lançou por meio das redes sociais uma forma resumida do seu programa de governo com as principais propostas para a presidência da República. A estratégia é destacar os pontos mais fortes do seu programa.	Características da política da mineiridade
13.	01/10/2014	Aécio aposta na máquina partidária contra PT	Com o fim da campanha do 1º turno das eleições a estratégia do candidato e do PSDB é defender que o partido é o único a ter poder para disputar o segundo turno contra o PT e Dilma.	Características da política da mineiridade
14.	01/10/2014	Marina afirma que irá procurar PSDB, e Aécio dobra militância na reta final	Na reta final da campanha para o 1º turno das eleições, Marina diz que vai dialogar com políticos do PSDB, que conversaram com Eduardo Campos antes do seu falecimento. Aécio pede para que se intensifique a campanha na Bahia e Ceará, onde tem apoio regionais fortes e intensificará a campanha em MG, estado de origem e onde fez carreira política.	Características da política da mineiridade
15.	02/10/2014	O 1º round na TV	A matéria traz uma análise dos Programas do HGPE dos candidatos. Coloca que o programa de Aécio não traz ideias. Assume uma postura de ataque e denúncia os escândalos de corrupção envolvendo o PT.	Postura de ataque
16.	03/10/2014	Aécio empata com Marina na briga para enfrentar Dilma no 2º turno	Pesquisa Datafolha aponta que Aécio empata com Marina nas intenções de voto. Tal crescimento se dá pela postura de ataque tanto de Dilma como do Tucano contra Marina que possui menor tempo de TV em comparação com os seus acusadores.	Postura de ataque
17.	03/10/2014	Dilma, Aécio e Marina fazem o debate mais tenso da campanha	O desempenho do último debate eleitoral na Rede Globo foi analisado e destaca a postura de ataque assumida pelo candidato que utilizou de agressividade para atacar Dilma ligando-a e o PT a corrupção, como Marina tentando desconstruir sua	Postura de ataque

			imagem.	
18.	04/10/2014	Aécio acusa campanha do PT de não declarar gastos com Correios	O candidato acusa a campanha de Dilma de não declarar os gastos com os custos de envio de material de campanha enviado pelos correios. Segundo Aécio, o partido tem utilizado da máquina pública para benefício próprio durante a campanha presidencial.	Postura de ataque
19.	04/10/2014	Aécio quer baixar meta de inflação para 3%	Aécio assumiu para si uma proposta de campanha que foi encabeçada pelo candidato Eduardo Campos (PSB) e que não foi levada a diante por Marina. O tucano, se eleito for, pretende baixar a meta de inflação de 3% que está a 6,5%, porém o candidato não apresenta prazo para tal ação caso ocorra a sua eleição.	Características da política da mineiridade
20.	04/10/2014	Tancredo contava contos de assombração	No caderno Folhinha, o jornal traz lembranças da infância dos candidatos. No caso de Aécio, são retratadas as memórias do tempo de criança, quando o avô Tancredo, contava contos de terror para os netos.	Características da política da mineiridade
21.	05/10/2014	Em BH, Dilma diz não temer 2º turno	Aécio e Dilma concentraram os esforços do último dia de campanha em Minas Gerais. O tucano disse que Dilma foi ao seu reduto eleitoral, pois está assustada e não se preparou para enfrentar ele e o PSDB no segundo turno, pois ele tem chances fortes de derrotar a petista no resultado das urnas.	Postura de ataque
22.	05/10/2014	Entre o céu e o inferno	Com a morte de Eduardo Campos e Marina assumindo a cabeça da chapa, o candidato tucano vive um dilema, pois poderá ficar fora do 2º turno presidencial, coisa que não aconteceu com um candidato do PSDB desde 1994. Para reverter tal quadro, assumiu uma campanha de desconstrução de Marina, ligando a candidata ao ex-partido (PT)	Postura de ataque
23.	05/10/2014	Petista e tucano são vistos como vencedores	Após debate eleitoral na Rede Globo, o Datafolha pesquisou com os telespectadores o desempenho dos candidatos; Aécio e Dilma foram bem	Características da política da mineiridade

			avaliados pelos entrevistados, especialmente Aécio para aqueles que assistiram o debate todo.	
24.	05/10/2014	Tucano busca reação para ir ao segundo turno	O texto traz uma avaliação sobre a corrida eleitoral de Aécio nas eleições até o momento. Conta um fato de quando ainda presidente da Câmara dos Deputados assumiu a presidência da República na ausência de FHC e seu vice e liga tal fato a Tancredo Neves.	Características da política da mineiridade
25.	20/10/2014	Candidatos deixam ataques pessoais de lado, mas mantêm críticas a corrupção	A matéria traz um resumo da postura dos presidenciáveis no debate eleitoral da Record. Após avaliação negativa dos eleitores sobre o alto número de ataques que ambos estão utilizando para a desconstrução das imagens, Dilma e Aécio diminuíram o tom. O candidato atacou a presidente em relação ao tema da corrupção na petroleira estatal.	Postura de ataque
26.	20/10/2014	Dilma e Aécio repetem embate sobre paternidade de programas sociais	Os candidatos trocaram acusações sobre quem seria responsável pela criação de alguns programas sociais como o Bolsa Família e Pronatec. O tucano acusou a petista de que o Bolsa Família ser um aprimoramento do Bolsa Escola e Vale-gás do governo FHC e o Pronatec seguir os moldes do PEP, programa criado por sua gestão em Minas Gerais.	Postura de ataque
27.	20/10/2014	André Neves reclama de ataques	A irmã de Aécio e coordenadora da campanha eleitoral do tucano reclama dos vários ataques que o irmão vem sofrendo por parte do PT e Dilma. Ressalta a figura do irmão como um candidato que tem recebido apoio de muitas pessoas diante de tal postura agressiva da campanha petista.	Postura de ataque
28.	20/10/2014	Justiça tira ataque de candidatos do ar	A justiça eleitoral retirou peças de campanha dos candidatos do ar por trazerem ataques as imagens de ambos. As peças relacionadas ao tucano o ligavam ao aeroporto de Cláudio (MG) e ao escândalo do bafômetro em que o tucano se envolveu por supostamente	Postura de ataque

			estar bêbado e drogado. Os spots de Aécio acusavam o PT de ter se beneficiado na corrupção da Petrobras.	
29.	21/10/2014	Aécio se saiu melhor em debate para 22%; 16% apontam Dilma	Pesquisa Datafolha ouviu eleitores sobre o desempenho dos presidenciáveis no debate da Record e para 22% dos entrevistados o tucano teve melhor desempenho ao apresentar as propostas e debater temas com Dilma	Características da política da mineiridade
30.	21/10/2014	Plano de Aécio para educação custaria 5 vezes o Bolsa Família	Uma das principais propostas de Aécio é a criação do Mutirão de Oportunidades. A ideia é oferecer uma bolsa mensal de um salário-mínimo aos jovens de 18 a 29 anos para completarem a Educação Básica. O investimento seria superior ao que o Governo gasta com o Bolsa Família.	Características da política da mineiridade
31.	21/10/2014	Campo minado	A política externa é colocada como um tema sensível para ambos candidatos. Aécio defende que o PT trouxe um viés ideológico para o tema e defende a erradicação dessa postura para que o país avance nesse âmbito	Postura de ataque
32.	22/10/2014	71% criticam agressividade na eleição	O Datafolha avaliou junto ao eleitorado a postura dos candidatos e Aécio é apontado o candidato mais agressivo com 36%. A grande maioria dos entrevistados atacam a postura de beligerância de ambos.	Postura de ataque
33.	22/10/2014	Aécio contesta pesquisa Datafolha	Pesquisa Datafolha tem apontado um crescimento de Dilma. O tucano contestou os números da última pesquisa, atacando a credibilidade do instituto que já apresentou o tucano a frente de Dilma nos primeiros dias do 2º turno.	Postura de ataque
34.	22/10/2014	Tucano diz que não teme o PT e vai libertar o país	O candidato aponta que não tem medo de disputar a presidência do país, mesmo com os ataques a sua imagem feitos pelo PT. Diz que vai libertar o país da “ditadura” petista.	Postura de ataque
35.	22/10/2014	Procuradoria vai investigar Aécio sobre aeroporto	A procuradoria Geral da República diz que vai investigar as denúncias ligadas ao	O político e os escândalos de

			Aeroporto de Cláudio. O empreendimento foi construído na gestão do tucano quando governador em Minas Gerais em uma área particular que pertence a um tio de Aécio.	corrupção
36.	22/10/2014	Apoio de atriz a tucano foi ação de marketing	O possível apoio de Lindsay Lohan pelo <i>Twitter</i> a candidatura de Aécio foi articulada por uma empresa de marketing. O ato, segundo a empresa, foi feito por conta própria.	Características da política da mineiridade
37.	23/10/2014	Pivô de Crise no Itamaraty declara voto em Aécio Neves	O diplomata Eduardo Saboia declarou publicamente voto a Aécio Neves por enxergar que o tucano é o melhor candidato para superar a polarização exagerada entre PT e PSDB.	Características da política da mineiridade
38.	23/10/2014	Na TV, Aécio diz que é vítima de atentados à sua honra	O candidato ataca o PT e Dilma por utilizarem de uma campanha negativa contra a sua imagem e honra. Para Aécio, os ataques do HGPE do PT atingem a sua família e a sua biografia.	Postura de ataque
39.	24/10/2014	Dilma perde qual for o resultado, afirma Aécio	Apesar de estar em segundo nas pesquisas de intenção de voto, o tucano colocou que Dilma seria perdedora independente de qualquer resultado, pois assumiu uma campanha negativa contra a sua imagem, propagando ataques que atingem também a família do peessedebista. Além disso condenou Lula por fazer parte de tal estratégia.	Postura de ataque
40.	24/10/2014	SNI via em Aécio um moderado de esquerda	O Serviço Nacional de Informações na época da ditadura enxergava Aécio como um político de esquerda que não apresentava ameaças, ao contrário de Dilma que era uma militante guerrilheira. A maioria dos documentos o tratavam como o “Aecinho” ou o neto de Tancredo.	Características da política da mineiridade
41.	25/10/2014	Doleiro acusa Lula e Dilma; PT fala em terrorismo, e Aécio, em caixa dois	Doleiro Aberto Youssef acusou a candidata petista e Lula de saberem sobre esquema de corrupção na petroleira nacional. Aécio disse que as acusações são muito graves e apontam indícios de utilização	Postura de ataque

			de caixa dois na campanha de Dilma.	
42.	25/10/2014	Acusação de doleiro indica caixa dois, afirma Aécio	Aécio acusa a partir da reportagem veiculada pela Revista Veja, em que Youssef delata Dilma e Lula de saberem de esquemas de corrupção, de uso de caixa dois na campanha petista. O tucano atenta para um possível pedido de repatriação de R\$20 milhões em benefício da campanha presidencial do PT.	Postura de ataque
43.	25/10/2014	Na TV, ¼ do tempo foi destinado a ataques	A análise feita revelou que os candidatos gastaram pouco tempo para apresentar propostas. A grande maioria do tempo de HGPE foi gasta para defender a própria candidatura e atacar o opositor em ambos. Aécio utilizou 62% do tempo para defesa da candidatura, 24% para atacar a sua rival.	Postura de ataque
44.	25/10/2014	Corrupção e troca de acusações pautam o último debate	No último debate veiculado pela Rede Globo, o candidato tucano acusou a petista de saber dos desvios da Petrobrás, além de atacar o PT no caso do mensalão e do governo petista beneficiar outros países com financiamentos do BNDS.	Postura de ataque
45.	26/10/2014	Pancadaria Eleitoral em 10 frases	Frases dos presidenciáveis e apoiadores são retratadas. As frases relacionadas a Aécio trazem a postura agressiva do candidato em relação a sua opositora e o desrespeito as mulheres.	Postura de ataque
46.	26/10/2014	O fantasma de Aécio	Retrata a postura de ataque a imagem do candidato por parte do PT e Dilma no HGPE. Traz a trajetória política do candidato e enfatiza a sua posição como secretário de Tancredo Neves e o sucesso nas eleições que disputou por Minas Gerais.	Características da política da mineiridade
47.	26/10/2014	Tucano aposta em choque na largada para conquistar apoio	Apresenta a postura o tucano caso seja eleito em relação a administração do país. Aponta que Aécio assumirá uma postura de choque de gestão com os gastos públicos. Além de acenar com nomes ministeriais que agradam o	Características da política da mineiridade

			Mercado, como Armínio Fraga.	
48.	26/10/2014	Porque voto em Aécio	O texto coloca Aécio como alguém que será capaz de tomar as rédeas do país, diante do (possível) caos que o governo do PT instaurou, especialmente no nível econômico. É atribuído uma capacidade de gestão necessária para o momento em que o país vive.	Características da política da mineiridade
49.	18/05/2017	Delator envolve Temer em compra de silêncio de Cunha	A delação de Joesley implica no senador Aécio, em que teria sido filmado pedindo R\$2 milhões a empresa JBS. “Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação”.	O político e os escândalos de corrupção
50.	18/05/2017	Espetacular, ação é a mais usada em filme	Por meio de ação controlada a PF instalou chips nas malas que foram utilizadas pela JBS para pagar a propina de R\$ 2 milhões solicitada a empresa por parte de Aécio Neves	O político e os escândalos de corrupção
51.	18/05/2017	Empresário diz que Aécio pediu propina	Joesley Batista em delação diz que Aécio pediu propina para pagar advogado sua defesa na Operação Lava Jato. O tucano é alvo de cinco inquéritos na investigação.	O político e os escândalos de corrupção
52.	19/05/2017	Temer descarta saída; áudio sobre Cunha não é conclusivo	Após a divulgação das delações de Joesley em que Aécio pede propina de R\$ 2 milhões, o tucano é alvo de operação de busca e apreensão em endereços seus no Rio, Brasília e Belo Horizonte	O político e os escândalos de corrupção
53.	19/05/2017	Aécio é afastado do cargo de senador e sua irmã é presa	O STF determinou o afastamento de Aécio Neves das atividades de senador. A sua irmã, Andréa Neves foi presa em operação da PF através de mandato expedido pela Justiça.	O político e os escândalos de corrupção
54.	20/05/2017	De Lula a Aécio, JBS relata propina a 1.289 candidatos	Os delatores da JBS informaram a Lava Jato que foram gastos quase R\$ 600 milhões em pagamentos indevidos a mais de mil políticos de 28 partidos. Ricardo Saud aponta envolvimento de Aécio no esquema gerenciado pela empresa.	O político e os escândalos de corrupção

55.	20/05/2017	JBS diz que pagou R\$ 60 milhões em propina a Aécio em 2014	A delação de Joesley Batista diz que pagou propina no valor de R\$ 60 milhões ao tucano para a Campanha de 2014. O tucano foi acusado de utilizar do mandato para beneficiar interesses da empresa segundo o empresário.	O político e os escândalos de corrupção
56.	20/05/2017	Aécio no STF	O Tucano é citado em oito inquéritos dentro do STF. São eles: Furnas; banco Rural, Cidade Administrativa; Campanha de Anastasia em 2010; Campanhas de 2014; Santo Antônio e Jirau; Propina de Aliados e Delações de Joesley	O político e os escândalos de corrupção
57.	21/05/2017	Pronunciamento traz dúvidas e omissões	Em pronunciamento, Michel Temer desqualifica a gravação dizendo que a mesma foi manipulada e adulterada. A gravação indica que Aécio pediu a Temer para trocar delegados da Lava Jato	O político e os escândalos de corrupção
58.	21/05/2017	JBS teve 'aula de delação' 15 dias antes de gravar Temer	As gravações feitas pelos delatores da JBS e grupo J&S, gravaram políticos do alto escalão nacional. Um deles Aécio Neves foi flagrado pedindo dinheiro a empresa.	O político e os escândalos de corrupção
59.	21/05/2017	Ala do Senado quer enfrentar Fachin para não afastar Aécio	Um grupo de Senadores querem recorrer a mesa da Casa para enfrentar a decisão do Ministro Fachin e barrar o afastamento de Aécio das atividades parlamentares, após a delação da JBS em que Aécio pede dinheiro indevido a Joesley.	O político e os escândalos de corrupção
60.	21/05/2017	Com 'ficha caída', tucano vai de quase presidente a senador afastado e vive inferno	Com uma trajetória permeada pelo sucesso e após quase desbançar o PT no pleito mais acirrado desde a redemocratização, em 2015; Aécio tem sua imagem manchada com a principal acusação de envolvimento em corrupção, após pedir propina a JBS para pagamento de defesa na Lava Jato.	O político e os escândalos de corrupção
61.	22/05/2017	Esvaziados, protestos da esquerda pedem 'Fora, Temer' e 'Diretas Já'	Protestos em capitais do país pediam o afastamento de Temer da Presidência, além de novas eleições. Em BH, Rogério Correa (PT) disse que agora o país está conhecendo a	O político e os escândalos de corrupção

			verdadeira face de Aécio.	
62.	22/05/2017	Delação da JBS fugiu de roteiro de outros acordos	A PGR solicitou investigações antes de fechar os acordos de delação premiada com a JBS para impedir possíveis pagamentos futuros a Aécio Neves, Eduardo Cunha e a Lúcio Funaro. O rito tradicional das delações é primeiro o fechamento dos acordos e posterior acontece as investigações informou o jornal.	O político e os escândalos de corrupção
63.	22/05/2017	Entenda a conversa entre Temer e Joesley	O jornal traz os principais pontos da gravação de Joesley e Temer. No trecho em que o empresário fala de projetos no Congresso que podem enfraquecer a Lava Jato a PGR viu indícios de que Aécio e ele terem atuado para impedir avanços das investigações por meio de medidas legislativas.	O político e os escândalos de corrupção
64.	22/05/2017	Além do áudio	Além do pedido de propina a JBS, Aécio também é acusado pela PGR de influenciar para impedir o avanço da Operação Lava Jato através do mandato de senador.	O político e os escândalos de corrupção
65.	23/05/2017	Odebrecht vs. JBS	A Folha traz os pontos de semelhanças e diferenças nas delações da JBS e Odebrecht em que Aécio e outros políticos são envolvidos.	O político e os escândalos de corrupção
66.	23/05/2017	Janot recorre decisão de Fachin e volta a pedir prisão de Aécio	Após decisão de indeferir prisão de Aécio, o Procurador-Geral recorre ao STF para pedir novamente a prisão de Aécio Neves e Loures sob a justificativa de que por serem influentes e poderosos, a liberdade deles podem comprometer as investigações.	O político e os escândalos de corrupção

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

Para investigar como se deu a (des) construção da imagem de Aécio nas notícias selecionadas, foram utilizadas as seguintes categorias: “Características da política da mineiridade”; “Disputas de poder”; “Postura de ataque” e “O político e os escândalos de corrupção”. No Quadro 2, será explicada a descrição dos pacotes levantados.

Quadro 2 – Pacotes interpretativos dos enquadramentos da *Folha de S. Paulo* sobre Aécio Neves

Pacote interpretativo	Descrição do enquadramento	Número de Notícias	Percentual
Características da política da mineiridade	Engloba as notícias em que foram identificados termos, frases e outros símbolos que ligam a carreira política de Aécio Neves aos pressupostos que definem o político mineiro como postura conciliatória, a figura de Tancredo Neves, uma postura estrategista em momentos de disputas.	20	30,3%
Disputas pelo poder	Agrupa as notícias em que o político esteja ligado a articulações em disputa de poder, especialmente as negociatas dos bastidores.	5	7,58%
Postura de ataque	Abrange as notícias em que revela uma postura agressiva por parte do político, assumindo uma imagem que não é enxergada como pressuposto da política da mineiridade.	22	33,33%
O político e os escândalos de corrupção	Enquadra as notícias em que o tucano está envolvido em escândalos de corrupção e as consequências a sua carreira política a partir de tal fato.	19	28,79%
Total		66	100%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

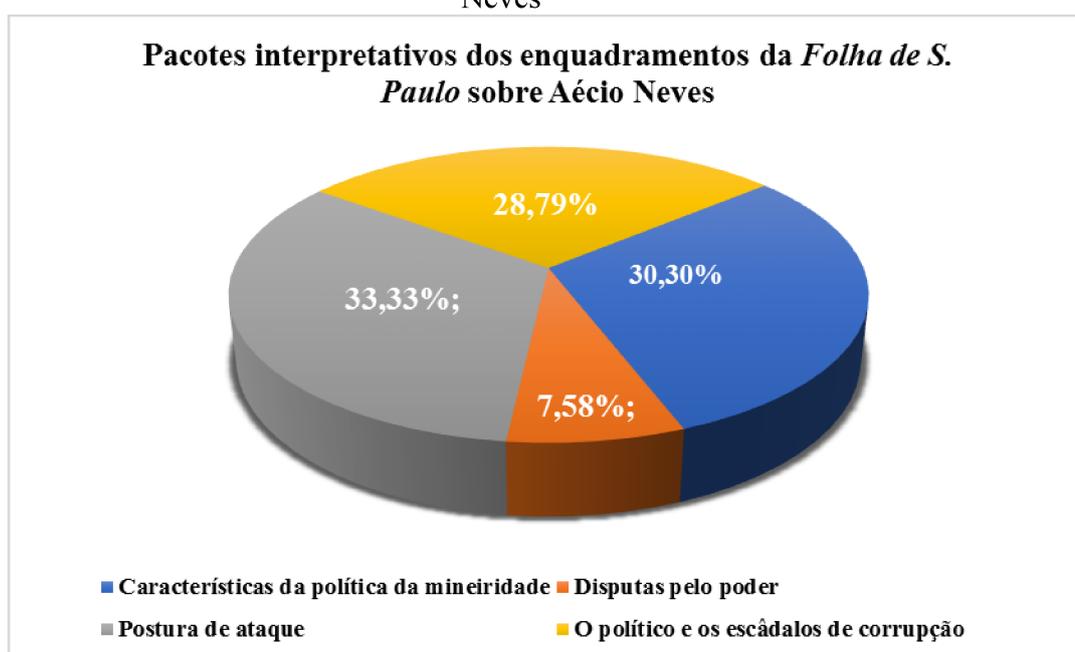
Como fica evidente, o jornal trouxe 66 notícias sobre Aécio Neves e que, por meio da análise do material noticioso, pôde ser identificado os enquadramentos já supracitados. O pacote interpretativo “Postura de ataque” foi o que alcançou um maior número de notícias, totalizando 22 matérias (33,33%). Essa postura do mineiro é algo que foge aos componentes da política da mineiridade. Como revelam Leal e Oliveira (2016), essa mudança de postura foi apresentada de forma mais intensa no período do pleito das eleições presidenciais de 2014.

O segundo pacote com maior número de notícias foi “Características da política da mineiridade” com 20 matérias (30,3%). Este pacote revela, por meio do enquadramento do jornal, uma postura que remete aos atributos que compõem o ideário do que vem ser o político mineiro (ARRUDA, 1990). Neles estão englobadas as notícias que ligam o tucano a figura do seu avô, Tancredo Neves, mas também a postura conciliatória que é inerente ao político mineiro e a habilidade estrategista que é atribuída àqueles vindos de Minas.

Em seguida, foram 19 matérias (28,79%) enquadradas no pacote “O político e os escândalos de corrupção”. Aqui foram englobadas as matérias relacionadas aos escândalos de corrupção em que o nome do tucano esteve relacionado. Há um número considerável de notícias do período após o vazamento do áudio da JBS em que o irmão de Andrea pedia propina ao empresário Joesley Batista.

Por fim, o pacote “Disputas de poder” englobou cinco matérias, o que corresponde a 7,58% das matérias analisadas. Nesse enquadramento foram encontradas atitudes que mostram o tucano envolvido em artimanhas nos bastidores pelas disputas de poder. Essa imagem vai de contra ao que se configura política da mineiridade, especialmente, por estar associado a esta definição uma postura conciliatória.

Gráfico 1 - Pacotes interpretativos dos enquadramentos da *Folha de S. Paulo* sobre Aécio Neves



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

6.3.3 Análise quanti-qualitativa dos pacotes interpretativos por período de recorte

Neste momento da pesquisa serão feitas inferências das matérias relacionadas ao período e dos pacotes interpretativos acionados. O interessante desta análise é que ela permitirá uma visualização de quais imagens o candidato tucano acionou nos momentos de disputa em que ele esteve envolvido.

Quadro 3 - Matérias da *Folha de S. Paulo* referente a sete dias do período de eleição para presidente da Câmara dos Deputados, em 2001

Unidade	Data	Matéria	Pacote Interpretativo
1	08/02/2001	Eleições acirradas deixa plataformas de lado	Disputas de poder
2	09/02/2001	Partido realiza jantar com clima já ganhou	Disputas de poder
3	10/02/2001	Candidato tucano pretende vender apartamentos funcionais da Câmara	Características da política da mineiridade
4	11/02/2001	Tucano tem 48% e está próximo de vencer no 1º turno na Câmara	Disputas de poder
5	11/02/2001	PFL tenta adiar as eleições; PMDB quer impugnar ACM	Características da política da mineiridade
6	12/02/2001	Para Aécio pesquisa indica vitória; Inocêncio vê um segundo turno	Disputas de poder
7	14/02/2001	Com o apoio velado de FHC, Jader e Aécio são favoritos	Disputas de poder
8	14/02/2001	Veto pefelista, impulsionou nome tucano	Características da política da mineiridade
9	14/02/2001	Presidente pretende evitar isolamento de PFL	Características da política da mineiridade

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

No primeiro recorte realizado, foram encontradas nove matérias (16,64% do total geral das notícias) que compreendem os sete últimos dias do pleito eleitoral para a presidência da Câmara dos Deputados. Dessas notícias quatro foram acionadas no pacote interpretativo “Características da política da mineiridade”. Esse pacote, como já mencionado anteriormente, compreende as notícias em que pôde ser identificado comportamentos que refletem os pressupostos que estão presentes na política da mineiridade, ou seja, em 44,4% das matérias levantadas, Aécio utilizou da política da mineiridade para construir a sua imagem na disputa pela presidência da Câmara. Na notícia “Candidato tucano pretende vender apartamentos funcionais da Câmara”, Aécio assume uma postura estrategista para assegurar a vitória. Na notícia “Voto pefelista, impulsionou nome tucano”, a notícia traz um resumo da carreira política do candidato e como ela foi construída por meio da capitalização do nome de seu avô.

Tal período analisado também permite inferir que em 55,6% das matérias (cinco notícias) o candidato refletiu uma outra postura, não a da política da mineiridade, como pode ser visto por meio do pacote “Disputas de poder”. As notícias mostram que o tucano esteve envolvido em negociações nos bastidores em busca da sua vitória. Nas notícias “Com o apoio velado de FHC, Jader e Aécio são favoritos”, o tucano contou com o apoio do Planalto para se

firmar como a melhor opção para a presidência da Câmara e “Eleições acirradas deixa plataformas de lado” revela que o debate sobre propostas para a condução da mesa diretiva é deixado de lado e se desvela as negociações para a conquista do poder, já que o presidente da Câmara é o terceiro na linha sucessória da presidência do país. É certo que tal postura faz parte do *modus operandi* do campo político. Porém, apesar de ser algo inerente ao jogo político, essa face é apresentada em maior quantidade do que a política da mineiridade.

Quadro 4 - Matérias da *Folha de S. Paulo* referente aos sete dias do fim do 1º turno do pleito para a disputa presidencial de 2014

Unidade	Data	Matéria	Pacote Interpretativo
1	29/09/2014	Aécio diz que ‘falta indignação’ a petista sobre erro na Petrobras	Postura de ataque
2	29/09/2014	Aécio apela a conterrâneos para chegar ao 2º turno	Características da política da mineiridade
3	30/09/2014	Aécio lança programa de governo em versão reduzida	Características da política da mineiridade
4	01/10/2014	Aécio aposta na máquina partidária contra PT	Características da política da mineiridade
5	01/10/2014	Marina afirma que irá procurar PSDB, e Aécio dobra militância na reta final	Características da política da mineiridade
6	02/10/2014	O 1º round na TV	Postura de ataque
7	03/10/2014	Aécio empata com Marina na briga para enfrentar Dilma no 2º turno	Postura de ataque
8	03/10/2014	Dilma, Aécio e Marina fazem o debate mais tenso da campanha	Postura de ataque
9	04/10/2014	Aécio acusa campanha do PT de não declarar gastos com Correios	Postura de ataque
10	04/10/2014	Aécio quer baixar meta de inflação para 3%	Características da política da mineiridade
11	04/10/2014	Tancredo contava contos de assombração	Características da política da mineiridade
12	05/10/2014	Em BH, Dilma diz não temer 2º turno	Postura de ataque
13	05/10/2014	Entre o céu e o inferno	Postura de ataque
14	05/10/2014	Petista e tucano são vistos como vencedores	Características da política da mineiridade
15	05/10/2014	Tucano busca reação para ir ao segundo turno	Características da política da mineiridade

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

O segundo recorte selecionado da pesquisa compreende os sete últimos dias do primeiro turno das eleições presidenciais em 2014. Neste período, foram levantadas 15 notícias (correspondem a 22,73% do total de matérias). O pacote “Característica da política da mineiridade” foi acionado pelo jornal em oito notícias, isto é, 53,3% das matérias. Nesse recorte, a figura do político mineiro esteve mais presente. São acionadas a valorização da origem e a importância do passado como pode ser observado na matéria “Aécio apela a conterrâneos para chegar ao 2º turno”, tendo em vista que o mineiro volta a sua origem política, o estado em que consolidou a sua carreira política, sendo que já foi deputado federal por quatro mandatos, governados por dois mandatos, ambos consecutivos, e senador por Minas Gerais.

Outra matéria que compõe este pacote demonstra a importância de trazer a figura do seu avô, como pode ser observado na notícia “Tancredo contava contos de assombração”. A habilidade do político estrategista também é demonstrada nas notícias “Aécio aposta na máquina partidária contra PT” na qual a estratégia do tucano foi dizer que o PSDB tem maior estrutura para uma disputa eleitoral contra Dilma e seu Partido e “Aécio quer baixar meta de inflação para 3%”, em que o peessedebista propôs a redução da meta de inflação para um número bem abaixo do que estava no momento.

Já no pacote “Postura de ataque” é revelado novamente uma outra face do político. A postura adotada por Aécio novamente vai de contramão a figura do político mineiro. As sete notícias correspondem a 46,7% do total desse período. O que de novo esta análise oferece é a mudança de postura que o candidato adotou no primeiro turno do pleito, especialmente no fim, já que as pesquisas de intenção de voto revelaram um crescimento do tucano e uma queda de Marina Silva (PSB). A candidata peessedista que em alguns momentos apresentava chances de vencer um segundo contra a primeira colocada nas pesquisas, Dilma Rousseff, sofreu com uma campanha de desconstrução da sua imagem por parte das propagandas presidências do PT e que também foi adotada pelos tucanos. Este comportamento é revelado nas notícias “Aécio empata com Marina na briga para enfrentar Dilma no 2º turno” e “Dilma, Aécio e Marina fazem o debate mais tenso da campanha”. Porém, a candidata petista também sofreu ataques por parte de Aécio como pode ser visto na notícia “Aécio diz que ‘falta indignação’ a petista sobre erro na Petrobras” e “Aécio acusa campanha do PT de não declarar gastos com Correios”.

Quadro 5 - Matérias da *Folha de S. Paulo* referente aos sete dias do fim do 2º turno das eleições para a disputa presidencial de 2014

Unidade	Data	Matéria	Pacote Interpretativo
1	20/10/2014	Candidatos deixam ataques pessoais de lado, mas mantêm críticas a corrupção	Postura de ataque
2	20/10/2014	Dilma e Aécio repetem embate sobre paternidade de programas sociais	Postura de ataque
3	20/10/2014	André Neves reclama de ataques	Postura de ataque
4	20/10/2014	Justiça tira ataque de candidatos do ar	Postura de ataque
5	21/10/2014	Aécio se saiu melhor em debate para 22%; 16% apontam Dilma	Características da política da mineiridade
6	21/10/2014	Plano de Aécio para educação custaria 5 vezes o Bolsa Família	Características da política da mineiridade
7	21/10/2014	Campo minado	Postura de ataque
8	22/10/2014	71% criticam agressividade na eleição	Postura de ataque
9	22/10/2014	Aécio contesta pesquisa Datafolha	Postura de ataque
10	22/10/2014	Tucano diz que não teme o PT e vai libertar o país	Postura de ataque
11	22/10/2014	Procuradoria vai investigar Aécio sobre aeroporto	O político e os escândalos de corrupção
12	22/10/2014	Apoio de atriz a tucano foi ação de marketing	Características da política da mineiridade
13	23/10/2014	Pivô de Crise no Itamaraty declara voto em Aécio Neves	Características da política da mineiridade
14	23/10/2014	Na TV, Aécio diz que é vítima de atentados à sua honra	Postura de ataque
15	24/10/2014	Dilma perde qual for o resultado, afirma Aécio	Postura de ataque
16	24/10/2014	SNI via em Aécio um moderado de esquerda	Características da política da mineiridade
17	25/10/2014	Doleiro acusa Lula e Dilma; PT fala em terrorismo, e Aécio, em caixa dois	Postura de ataque
18	25/10/2014	Acusação de doleiro indica caixa dois, afirma Aécio	Postura de ataque
19	25/10/2014	Na TV, ¼ do tempo foi destinado a ataques	Postura de ataque
20	25/10/2014	Corrupção e troca de acusações pautam o último debate	Postura de ataque
21	26/10/2014	Pancadaria Eleitoral em 10 frases	Postura de ataque

22	26/10/2014	O fantasma de Aécio	Características da política da mineiridade
23	26/10/2014	Tucano aposta em choque na largada para conquistar apoio	Características da política da mineiridade
24	26/10/2014	Porque voto em Aécio	Características da política da mineiridade

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

Já o terceiro recorte realizado é o mais revelador das várias posturas assumidas pelo político no período das eleições presidenciais de 2014 como um todo. Das 24 notícias analisadas (36,4% do total das matérias), elas são enquadradas em três pacotes interpretativos. O primeiro é o “Postura de ataque”, que demonstra uma postura contrária ao que esteve presente, de certa forma, na vida do mineiro. A disputa deste momento da campanha foi contra Dilma e Aécio assume uma posição quase que de guerra contra sua opositora, como pode ser visto nas matérias “Candidatos deixam ataques pessoais de lado, mas mantêm críticas a corrupção”, que, apesar das críticas por parte do eleitorado, os dois presidenciáveis continuam com os ataques; “71% criticam agressividade na eleição”, que dialoga com a matéria citada anteriormente; “Na TV, ¼ do tempo foi destinado a ataques”, que aponta como tal postura predominou no pleito mais acirrado da redemocratização.

Mesmo com tal postura por parte de Aécio, o jornal trouxe atributos da política da mineiridade na construção do candidato. Foram levantadas oito matérias (33,3%) que acionaram o pacote “Características da política da mineiridade”. Para ilustrar este enquadramento, podem ser citadas as notícias “Pivô de Crise no Itamaraty declara voto em Aécio Neves”; “SNI via em Aécio um moderado de esquerda”; “O fantasma de Aécio” e “Porque voto em Aécio”. Essas matérias apontam a postura conciliatória do neto de Tancredo e como a figura do seu avô ainda se faz presente na sua carreira política. Já no pacote “O político e os escândalos de corrupção”, com apenas uma notícia (4,17%) o jornal já traz fatos ligados a envolvimento em escândalos de corrupção. O fato noticiado está ligado à construção de um aeroporto em Cláudio-MG, que ocorreu em terras de uma propriedade de um de seus tios, quando era governador de Minas Gerais.

Quadro 6 - Matérias da *Folha de S. Paulo* referente aos sete dias após o vazamento dos áudios da JBS em que o nome do político foi citado em escândalos de corrupção

Unidade	Data	Matéria	Pacote Interpretativo
1	18/05/2017	Delator envolve Temer em compra de silêncio de Cunha	O político e os escândalos de corrupção

2	18/05/2017	Espetacular, ação é a mais usada em filme	O político e os escândalos de corrupção
3	18/05/2017	Empresário diz que Aécio pediu propina	O político e os escândalos de corrupção
4	19/05/2017	Temer descarta saída; áudio sobre Cunha não é conclusivo	O político e os escândalos de corrupção
5	19/05/2017	Aécio é afastado do cargo de senador e sua irmã é presa	O político e os escândalos de corrupção
6	20/05/2017	De Lula a Aécio, JBS relata propina a 1.289 candidatos	O político e os escândalos de corrupção
7	20/05/2017	JBS diz que pagou R\$ 60 milhões em propina a Aécio em 2014	O político e os escândalos de corrupção
8	20/05/2017	Aécio no STF	O político e os escândalos de corrupção
9	21/05/2017	Pronunciamento traz dúvidas e omissões	O político e os escândalos de corrupção
10	21/05/2017	JBS teve 'aula de delação' 15 dias antes de gravar Temer	O político e os escândalos de corrupção
11	21/05/2017	Ala do Senado quer enfrentar Fachin para não afastar Aécio	O político e os escândalos de corrupção
12	21/05/2017	Com 'ficha caída', tucano vai de quase presidente a senador afastado e vive inferno	O político e os escândalos de corrupção
13	22/05/2017	Esvaziados, protestos da esquerda pedem 'Fora, Temer' e 'Diretas Já'	O político e os escândalos de corrupção
14	22/05/2017	Delação da JBS fugiu de roteiro de outros acordos	O político e os escândalos de corrupção
15	22/05/2017	Entenda a conversa entre Temer e Joesley	O político e os escândalos de corrupção
16	22/05/2017	Além do áudio	O político e os escândalos de corrupção
17	22/05/2017	Odebrecht vs. JBS	O político e os escândalos de corrupção
18	23/05/2017	Janot recorre decisão de Fachin e volta a pedir prisão de Aécio	O político e os escândalos de corrupção

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

O último recorte da pesquisa foram os sete dias a partir da do vazamento do áudio de Joesley Batista que apontam o pedido de R\$ 2 milhões por parte de Aécio ao empresário. Algo que certamente seria óbvio está relacionado ao enquadramento negativo utilizado pelo *quality paper* para noticiar o fato e seus desdobramentos. Evidentemente que um escândalo de

corrupção é um fato negativo a qualquer imagem de um político e o estrago pode ser maior mediante ao momento político em que o fato acontece. Como visto no quadro 6, no segundo turno de 2014, a *Folha* trouxe uma matéria em que o candidato esteve ligado a um possível ato infrator, porém, o momento de disputa do pleito estava marcado por outros fatores como a polarização entre PSDB x PT, os escândalos de corrupção na Petrobrás somados a uma permanência de 12 anos do PT no poder. Mesmo com o movimento das “Jornadas de Junho de 2013” que levantou também a bandeira contra a corrupção, o fato de Cláudio não foi tão negativo quanto a propina solicitada a JBS.

Em maio de 2017, outros fatores já acrescentavam o clima de insatisfação com a classe política brasileira. Dilma já tinha sido afastada com o processo de impeachment e Aécio foi um dos líderes da oposição que esteve à frente deste processo; Michel Temer era então o presidente e abandonou o plano de governo em que esteve coligado quando candidato a vice-presidente e a Lava Jato já atingia figuras do alto escalão político nacional, como Lula, Eduardo Cunha entre outros. As 18 notícias (27,3% do total de todas as matérias analisadas), acionaram o pacote “O político e os escândalos de corrupção”.

6.3.4 Análise qualitativa do jornal *Folha de S. Paulo* sobre Aécio Neves

Neste momento da pesquisa, pretende-se desenvolver uma análise qualitativa dos enquadramentos das matérias levantadas. É por meio desta análise que a interpretação dos dados coletados colaborará para responder o questionamento que norteia a dissertação.

6.3.4.1 Características da política da mineiridade

Foram escolhidas algumas das notícias levantadas para analisar o pacote interpretativo “Características da política da mineiridade”. Como apresentado no Quadro 2, a descrição de tal pacote engloba as notícias da *Folha de S. Paulo*, em que foram em que foram identificados termos, frases e outros símbolos que ligam a carreira política de Aécio Neves aos pressupostos que definem o político mineiro como postura conciliatória, a figura de Tancredo Neves, uma postura estrategista em momentos de disputas.

Ao debruçar uma investigação sobre a identidade do peessedebista a fim de encontrar como se deu a construção da sua imagem política, vale a pena trazer à tona que Aécio iniciou verdadeiramente a sua carreira política a partir de um convite de seu avô para acompanhá-lo na campanha de governador de Minas Gerais, em 1982, mesmo tendo atuado anteriormente

em cargos ligados a vida política. (GOIS; IGLESIAS, 2014). É colocado dentro da mitologia da mineiridade que os mineiros são ligados a família. Essa valorização familiar conforme aponta Arruda (1990) e França (1998) compões os pressupostos para definição do ser mineiro. No entanto, tal recurso faz parte também da composição da personagem político. Schwartzemberg (1977) apresenta que a utilização do parceiro (a), filhos, netos, pais, entre outros, acrescenta qualidades “socais” ao político.

A matéria “Veto de pefelista impulsionou o nome de Aécio” é um exemplo claro de como a carreira política do tucano sempre esteve ligada à imagem de Tancredo. O jornal traça de forma resumida a história de Aécio, porém, por parte do jornal existe uma ênfase em ressaltar tal informação, apesar do foco apresentado no título ser outro.

Aécio começou sua carreira política como assessor de Tancredo. Foi secretário do avô na Câmara, de 77 a 81, e secretário no governo de Minas até 84, quando se formou em economia pela PUC de Belo Horizonte, cidade onde nasceu. Em 85, tornou-se secretário de Assuntos Especiais da Presidência (VOTO..., 2001, p. A7).

O próprio jornal traz que o mineiro atuou na política capitalizando o nome do avô.

O que parecia difícil está quase se tornando realidade para o candidato do PSDB à presidência da Câmara, Aécio Neves (MG), 40, que sempre trabalhou na política capitalizando o nome do avô famoso, Tancredo Neves (VOTO..., 2001, p. A7).

Schwartzemberg (1977) explica que, no processo de encenação da personagem política, o político utiliza tais artifícios para se apresentar mais adequado ao gosto do eleitorado. França (1998) explica que o espírito de família atua em camadas imaginadas da vida do mineiro. Na instância política, são acionados valores tradicionais e progressista, já na instância doméstica aciona a vida prosaica, um tanto provinciana.

Como verificado, esse recurso é utilizado nos momentos em que Aécio esteve em momentos de disputa. Na corrida eleitoral para a Presidência da República, esse padrão novamente foi repetido. Em um caderno especial do jornal, chamado “Folhinha”, é trazida a lembrança de Tancredo e também do pai pelo então candidato. As memórias do tempo de criança do tucano ganham espaço dentro da cobertura da *Folha*.

Nas férias, viajávamos para São João Del Rei. Meu avô Tancredo tinha por hábito convocar os netos para suas longas caminhadas pela cidade. Era assim que íamos ouvindo histórias. Tancredo era um bom contador de casos e, à noite, gostava de nos contar histórias de assombração. Acabava repetindo, sem perceber, os mesmos contos, que nós, os mais velhos, já sabíamos de cor. Mas ouvíamos com atenção, fingindo surpresa para não o decepcioná-lo. Meu pai e meu avô guiaram meus passos, e o afeto encorajador de minha mãe e de minha avó abençoaram meu

caminho. Sinto profunda gratidão. Parte importante do que me tornei devo à alegria e à confiança com que vivi aqueles anos. Ser um bom pai para Gabriela, Julia e Bernardo é a minha forma de honrar o exemplo que recebi de cada um deles (NEVES, 2014, p. 4).

Até mesmo em momentos de contraponto de imagem do tucano, é trazido à tona a ligação com Tancredo. Na notícia “O fantasma de Aécio”, o jornal *Folha de S. Paulo* utiliza de tal recurso. Fica assim evidente como esse elo entre o neto e seu avô fazem parte da imagem política de Aécio. Especialmente por ter partido de Tancredo o convite de ingressar de fato no mundo da política.

Aos 21 anos, voltou a Belo Horizonte, convocado pelo avô Tancredo Neves a integrar sua campanha ao governo estadual. Virou seu secretário particular, participou da campanha das Diretas Já e o acompanhou na disputa que elegeu o avô presidente em 1985 no Colégio Eleitoral. Tancredo morreu antes de assumir, Aécio virou diretor de Loterias da Caixa, pavimentando sua eleição para deputado federal. Foi eleito por quatro mandatos consecutivos (CRUZ; LIMA, 2014, p. 4).

A utilização desses elementos para Schwartzemberg (1977) é prejudicial para o debate político, por emergir uma espetacularização da política. Essa relação simbiótica entre mídia e política integradas aos novos processos comportamentais das sociedades modernas, tem colaborado para essa nova ambiência eleitoral e de forma mais perceptível nos momentos das campanhas eleitorais (LEAL, 2012). Há um crescente foco nos atributos pessoais dos agentes políticos. Rubim (2000) coloca que esse processo está relacionado à questão do entretenimento. E, como aponta Gomes (2004), os meios de comunicação estão em busca de grandes audiências e é por meio da espetacularização da política, que sempre precisou da dimensão teatral. O jogo de representação da personagem política é um fator que colabora para que a mídia interfira no campo da política, enaltecendo o *star system* da política não só dando visibilidade a ele, mas também ao (des) construir a imagem dos políticos (SCHWATZEMBERG, 1977).

A análise das notícias que compõe o presente pacote interpretativo revela que o jornal remeteu a figura de Tancredo para associar a trajetória política de Aécio. O jornal, como representante da grande mídia brasileira, que exerce influência na opinião pública, contribuiu para construir essa herança política oriunda de Tancredo, seu avô.

A identidade política do mineiro também está ligada a uma capacidade conciliatória (ARRUDA, 1990). Essa capacidade de negociação em busca de uma estabilidade política que esteve presente na trajetória de Aécio, também, é evocada pelo jornal. Esse agrupamento

compõe as notícias em que pode ser identificado tal postura por parte do político em busca de uma estabilidade ou postura de bom senso ante a um momento de crise.

Na notícia “Candidato tucano pretende vender apartamentos funcionais da Câmara”, o jornal traz essa capacidade de Aécio. A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados foi marcada por diversos acontecimentos. Talvez, o mais tenso de todos foi a relação do governo FHC, que apoiava o tucano mineiro para a presidência da Câmara, com o PFL. O Planalto estava em uma posição difícil e a Aécio se esperava uma atitude para “adoçar” o clima de disputa. Assim, o então candidato assume uma postura conciliatória.

O candidato tucano à presidência da Câmara, Aécio Neves (MG), pretende vender os 432 apartamentos funcionais da Casa. (...) A promessa de Aécio agrada aos deputados que ocupam apartamentos funcionais da Casa. De acordo com projeto já em estudo pela atual Mesa da Câmara, os deputados serão os principais beneficiados porque terão prioridade na compra. (...) O projeto em estudo contempla -como a proposta de Aécio- a construção de um quinto prédio na Câmara e a reforma do Anexo 4, que, em vez de 420 gabinetes, passaria a abrigar 280 (CANDIDATO..., 2001, p. A6).

A estratégia conciliatória de Aécio é evocada pelo jornal também em outros momentos da disputa pela presidência da Câmara. Na matéria “PFL tenta adiar as eleições; PMDB quer impugnar ACM” e que o PFL pretende adiar as eleições como uma tentativa de reverter o quadro eleitoral que favorece Aécio, o tucano apresenta-se como uma postura de equilíbrio. O texto traz uma posição neutra por parte do político, que em outros momentos irá acionar uma outra postura.

Favorito na disputa pela presidência da Câmara e, portanto, o menos interessado no adiamento da eleição, Aécio Neves discorda. “Não há hipótese (de adiamento). A Câmara tem regras que não podem ser mudadas por conveniências”, afirmou (PFL..., 2001, p. A12).

Tal imagem não é só acionada pelo jornal a partir da postura assumida pelo político, mas também na identificação de outros sobre o peessedebista. Na notícia “Pivô de Crise no Itamaraty declara voto em Aécio Neves”, o diplomata Eduardo Saboia declarou publicamente voto a Aécio Neves por enxergar que o tucano é o melhor candidato para superar a polarização exagerada entre PT e PSDB. Aqui, novamente é colocada a capacidade conciliatória do neto de Tancredo em momentos de crise ou instabilidade. A polarização PT x PSDB foi rompida com as eleições de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro. A vitória do peessedista sobre Fernando Haddad (PT) e o terceiro lugar de Geraldo Alckmin (PSDB) são resultados desse fim da polarização que teve início em 1994 com a disputa entre Lula e FHC.

Pivô de um dos maiores imbróglios da história do Itamaraty, o diplomata Eduardo Saboia abraçou a candidatura de Aécio Neves (PSDB) à Presidência. Em sua página no Facebook, o diplomata publicou um texto declarando voto em Aécio e passou a usar um retrato com o tucano como sua foto do perfil. "Votarei em Aécio com convicção, identifico nele pessoa capaz de trabalhar para que superemos a polarização exagerada entre o PT e o PSDB, apontada por Eduardo Campos e Marina Silva", diz no texto postado na segunda (20), que havia sido compartilhado 10.893 vezes (MELO, 2014, p. A3).

Esse atributo do político mineiro foi acionado pela *Folha de S. Paulo* a fim de associar tal postura ao político. Dulci (1984) coloca que essa imagem é cultivada pela elite política de Minas Gerais. Dos atributos do político mineiro, a capacidade de conciliação é utilizada por tais atores a fim de difundir sua autoimagem. E, como pode ser verificado, Aécio não só assume essa postura, mas também é enxergado dessa forma.

Como abordado no capítulo anterior, os enquadramentos permitem que os jornalistas conquistem audiências, organizar e interpretar temas políticos de forma específicas (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; ENTMAN, 1990; PORTO, 2004). É por meio da grande mídia que grande parte da população nacional se informa dos acontecimentos sociais e em especial dos acontecimentos políticos. Conforme aponta Porto (2004), o enquadramento dado pela mídia tem um importante efeito na interpretação desses problemas, bem como na opinião pública em geral. Estes marcos interpretativos, de forma mais geral, permitem dar sentidos aos acontecimentos da realidade da vida cotidiana. Ao acionar o pacote “características da política da mineiridade”, o jornal traz à tona essa característica da política da mineiridade e a imprime na imagem de Aécio Neves. Tanto a compreensão que o jornalista deseja passar no seu texto quanto a própria compreensão sobre o *frame* escolhido estão ligadas aos enquadramentos que estão cristalizados socialmente.

A descrição deste pacote interpretativo compreende as notícias em que são apontadas as estratégias utilizadas pelo político para os momentos de disputa em que esteve inserido. A carreira de Aécio sempre foi marcada por disputas. A sua primeira foi em 1986, quando competiu para o cargo de deputado federal da Constituinte. A disputa pela prefeitura de Belo Horizonte e as três eleições seguintes para deputado federal também completam este quadro. Não podiam ficar de fora, a eleição pela presidência da Câmara, em 2001; as duas eleições para o governo do Estado, em 2002 e 2006; a eleição para o Senado em 2010; a disputa pela presidência nacional do PSDB, em 2013; a disputa presidencial de 2014 e a disputa por uma cadeira de deputado federal em 2018.

Na matéria “Aécio lança programa de governo em versão reduzida” em que o tucano divulga por meio das redes sociais uma forma resumida do seu programa de governo com as principais propostas para a presidência da República. A estratégia foi destacar os pontos mais fortes do seu programa, já que a versão completa tinha cerca de 800 páginas.

Numa decisão que dividiu alguns de seus principais conselheiros de campanha, o candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, passou a divulgar nesta segunda-feira (29) os quatro principais eixos de seu programa de governo nas redes sociais. O tucano não vai lançar o plano de governo em um documento formal. Em vez disso, decidiu lançar textos mais sintéticos, acompanhados de debates em seu *Facebook* com os coordenadores de cada área. (...) desde que o programa de governo se tornou uma das principais pedras no sapato de Marina Silva (PSB), os demais presidenciáveis revisaram sua estratégia (AÉCIO..., 2014, p. 4).

Essa imagem estrategista do peessedebista também pode ser vista na matéria “Aécio aposta na máquina partidária contra PT”. Com o fim da campanha do primeiro turno das eleições, a estratégia do candidato e do PSDB é defender que o partido é o único a ter poder para disputar o segundo turno contra o PT e Dilma. A *Folha* aponta a decisão estratégica do candidato para surpreender Marina Silva e assim conseguir disputar o segundo turno do pleito.

A campanha do candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, vai investir em duas frentes para tentar virar a eleição na reta final e conseguir ir para o segundo turno. No universo político, vai apresentar o tucano como o único candidato com força, equipe e estrutura para enfrentar a "pancadaria" do PT, na expressão de um aliado. Na TV e nas redes sociais, ele adotará um tom emocional para se aproximar do eleitorado, apresentando-se como alguém disposto a servir ao país, enquanto a presidente Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB) travam uma batalha pessoal pelo poder (LIMA, 2014, p. 5).

Outra matéria que ilustra tal pacote é “Tucano aposta em choque na largada para conquistar apoio”. O jornal descreve a atitude do tucano em relação à administração do país, caso conquiste a vitória. Ao trazer Aécio como possível vencedor, descreve a primeira ação que o presidenciável deseja tomar para comandar o país. Aponta que Aécio assumirá uma postura de “choque na largada”, apresentando sua equipe governamental e os planos para reanimar a economia do país. Além disso, busca acenar com nomes ministeriais que agradam o mercado financeiro, como Armínio Fraga.

"Vou dar um grande choque logo na largada, tenho de fazer uma coisa diferente do tradicional. Tenho de ganhar rapidamente o apoio de 70% da população, não tenho outro caminho", comentou o senador mineiro com interlocutores na segunda semana do segundo turno, quando ainda aparecia à frente de Dilma Rousseff nas pesquisas. Em seu roteiro está a nomeação de uma equipe de governo sem seguir a lógica de

cotas partidárias, o que parece quase inexecutável, já que precisará do apoio congressual do PMDB. "Terei os melhores nomes, inquestionáveis, na minha equipe", disse a interlocutores (GIELOW; CRUZ, 2014, p. 5).

Essa capacidade conciliatória do tucano é enaltecida pela *Folha* na matéria “Porque voto em Aécio”. Ao apresentar o motivo de votar no candidato, o texto coloca em Aécio uma capacidade de tirar o país da “crise” resultado dos governos petista.

Aécio sabe também que para superar a pobreza, ao lado de uma política de transferência de renda, é fundamental ter uma estratégia de crescimento – equitativa e sustentável – que leve o país, ao longo de uma geração, ao nível de renda do mundo desenvolvido. (...). Em seu programa de governo, Aécio tem propostas executáveis para enfrentar esses desafios. Contará com uma equipe de auxiliares à altura da nobre tarefa de refazer a união entre os brasileiros e recolocar o país na rota do desenvolvimento (BACHA, 2014, p. IM22-23).

Este enquadramento que correspondeu a 28,79% do material analisado traz informações importantes. A primeira é que tal pacote interpretativo, em sua maioria, foi presente nas matérias da disputa presidencial de 2014. A mídia tem o papel de informar os eleitores sobre a corrida eleitoral, mas, sobretudo, de proporcionar um debate sobre as ideias políticas que serão colocadas em prática com a vitória do candidato. Esse caráter espetacular que está presente na cobertura midiática no campo da política, leva a um esvaziamento do debate de ideias. Este enquadramento traz algumas propostas do candidato, mas em sua maioria, oito notícias (80%), concentra nas estratégias de campanha para angariar votos ou como o candidato cresceu nas pesquisas de intenções de voto, somente duas notícias (20%) debateram sobre algumas das propostas do mineiro.

Apesar de não ter feito uma análise da cobertura eleitoral pelo jornal, este pacote aponta como a cobertura midiática em momentos de disputas eleitorais pouco contribui para o conhecimento das propostas dos candidatos. Gomes (2004) coloca que tais estratégias políticas têm como objetivo a manutenção de imagens públicas. A adaptação do campo da política às necessidades midiáticas promove a transformação do discurso político em um produto mercadológico que se destinam aos consumidores. Ao centrar uma cobertura nas estratégias, a mídia só reforça a (des) construção da identidade que o político deseja imprimir.

6.3.4.2 Disputas pelo poder

A análise deste pacote agrupa as notícias em que o político esteja ligado a articulações em disputa de poder, especialmente as negociatas dos bastidores. É sim comum ao campo da

política, as negociações nos momentos de tomada de posição. Desta maneira, analisando esses momentos que algumas posturas são reveladas ou se tornam públicas.

Essa postura acionada pelo jornal revela um “outro político” e que não dialoga com o que compõe a imagem do político mineiro. Até aqui foi visto como a *Folha de S. Paulo* acionou valores da mineiridade para publicitar a imagem do tucano. Uma curiosidade deste enquadramento é que ele foi acionado principalmente em momentos de disputa.

Na matéria “Eleições acirradas deixa plataformas de lado”, o jornal coloca que as discussões de candidatos às presidências são centradas em disputa pelo poder; propostas têm diferenças mínimas.

A disputa acirrada pelas presidências da Câmara e do Senado deixou de lado o debate das plataformas dos candidatos. Discute-se muito como obter o poder e como impedir que os adversários cheguem lá. (...) Na Câmara, há cinco candidatos. O favorito hoje é o líder do PSDB na Casa, Aécio Neves (MG). Ele começou desacreditado, mas o veto de ACM a Jader gerou a aliança tucano-peemedebista que lhe deu força para enfrentar o adversário, Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL. Independentemente de sua plataforma, que se resume à difusa pregação de uma “maior interlocução com a sociedade”, Aécio se transformou no candidato estimulado pelo Planalto. (ELEIÇÃO..., 2001, p. A6).

A postura de um político envolvido em disputas de poder também pode ser vista na notícia “Tucano tem 48% e está próximo de vencer no primeiro turno na Câmara”. O jornal relata que pesquisa realizada pelo Datafolha aponta que a chance de Aécio vencer no primeiro turno é quase certa. A pesquisa aponta que 93% dos deputados que declararam voto ao tucano também afirmaram que não mudarão de voto. O jornal coloca também que essa fidelização se deu por meio da articulação e negociação nos bastidores.

Valdemar e Marquezelli têm dito nos corredores da Câmara que poderiam ajudar a eleger Aécio ou Inocêncio no caso de desistirem a favor de um desses dois candidatos. A pesquisa Datafolha surpreendeu parte dos integrantes de sua bancada e renunciou na semana retrasada para apoiar o tucano Aécio Neves. Em troca do apoio, Severino recebeu a promessa de que terá apoio do PSDB e do PMDB para se candidatar a primeiro-secretário da Mesa Diretora da Câmara (TUCANO..., 2001, p. A13).

Essa imagem de Aécio em disputas aponta para um político articulador que busca o poder a qualquer custo. A candidatura do tucano à presidência da Câmara foi construída, inicialmente de forma isolada. O desejo já tinha se iniciado em 1999, porém, Michel Temer estava no páreo e uma briga com o PMDB para atender a um desejo do peessedebista não era benéfica para o governo FHC. O mineiro, por conta própria, vai atrás do apoio de Mário Covas (PSDB) e consegue o apoio do partido para se lançar o candidato. Ao final da disputa,

o tucano já estava com os votos necessários para tornar-se pela primeira vez, o presidente da Câmara dos Deputados. Na matéria “Para Aécio pesquisa indica vitória; Inocêncio vê um segundo turno”, o jornal coloca o favoritismo acreditado de Aécio, mesmo com a visão diferente do seu opositor, Inocêncio Pereira (PFL).

Os candidatos à presidência da Câmara Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Aécio Neves (PSDB-MG) interpretam de forma oposta o resultado da pesquisa Datafolha publicada ontem. “Vamos vencer no primeiro turno com folga razoável”, afirmou Aécio. (...) Aécio lidera a pesquisa com 48% das preferências dos deputados. (...) Para a eleição ser realizada são necessários 257 dos 513 deputados presentes (maioria absoluta). A pesquisa foi feita com 436 deputados (85% do total de 513) entre os dias 6 e 9 de fevereiro (PARA..., 2001, p. A4).

O que a análise deste pacote contribui para compreender a imagem do tucano é o debate feito sobre identidade e diferença, construído por Silva (2004). Os pressupostos do político mineiro, como aponta Arruda (1990), são um sujeito habilidoso, competente conciliador devido ao seu equilíbrio e bom senso, que valoriza a estabilidade em busca de um projeto maior. Se a identidade é algo relacional, e parte de uma afirmação em se dizer que é algo (aquilo que sou), tudo que foge desta perspectiva indica o que é o político não mineiro. Silva (2005) afirma que a identidade e diferença são interdependentes e são resultados de atos de criação linguística. Elas têm que ser ativamente produzidas. Ou seja, é por meio da linguagem e da própria representação dos políticos mineiros que fazem de si é que surge a identidade do político mineiro. E a diferença surge nesse processo de afirmação, pois aquilo que não está dentro da construção da identidade, caracteriza o político não mineiro. Essa fabricação surge no contexto de relações culturais e sociais de cada indivíduo.

6.3.4.3 *Postura de ataque*

O pacote engloba as notícias em que indicam uma postura agressiva por parte do político, assumindo uma imagem que não é enxergada como pressuposto da política da mineiridade. A agressividade e mudança de postura de Aécio foi analisada por Leal e Oliveira (2016) na análise das propagandas do HGPE, quando o tucano disputava as eleições à Presidência. Na política da mineiridade, tal postura não dialoga com as características que a compõem.

Essa mudança de postura do candidato pode ser vista na matéria “Aécio diz que ‘falta indignação’ a petista sobre erro na Petrobras”. Ao relatar o debate eleitoral veiculado pela Record TV, o jornal aponta uma postura de ataque por parte do tucano ao atacar a presidenta

Dilma. O presidenciável acusa que não enxerga uma postura de indignação por parte da candidata perante os escândalos de corrupção na Petrobras. O adversário ainda relata que o ato corrupto aconteceu quando Dilma presidiu o Conselho de Administração da empresa na gestão do governo Lula.

"É vergonhoso, eu expresso aqui a indignação de milhões de brasileiros. As denúncias não cessam", atacou o candidato do PSDB. "Não há um sentimento de indignação, não vejo em momento algum a senhora dizendo 'não é possível que fizeram isso nas minhas barbas sem eu saber o que estava acontecendo'. Não, candidata, essa indignação está faltando", completou (AÉCIO..., 2014, p. 5).

O tom de agressividade por parte do candidato a fim de desconstruir seus opositores é colocado pela Folha como um embate. Na matéria "O 1º round na TV", é colocado a análise dos Programas do HGPE dos candidatos. O texto descreve que os programas de Aécio não trazem ideias e propostas. Centra-se na defesa da sua imagem e ataques aos adversários. O presidenciável assume uma postura de ataque e denúncia os escândalos de corrupção envolvendo o PT, atacando fortemente Dilma.

Faltaram propostas e sobraram autoelogios nos programas eleitorais dos três principais candidatos à Presidência para o primeiro turno, que terá seu último bloco veiculado nesta quinta (2). Levantamento realizado pela Folha nos programas eleitorais de Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) exibidos na TV até a terça (30) mostra que, juntos, os três usaram em média 21% de seu tempo para apresentar propostas. A maior parte da propaganda (55%) serviu para autopromoção dos presidenciáveis (ARAÚJO, 2014, p. 8).

A notícia "Dilma, Aécio e Marina fazem o debate mais tenso da campanha" reforça como a postura agressiva tomou conta do debate eleitoral da Rede Globo. A *Folha* analisou o desempenho do último debate eleitoral e destaca a postura de ataque que foi assumida pelo candidato que utilizou de agressividade para atacar especialmente Dilma, ligando-a e o PT aos escândalos de corrupção na Petrobrás, como também a Marina, tentando desconstruir sua imagem.

Já no primeiro bloco do evento Aécio e Marina se confrontaram diretamente. O tucano lembrou que Marina era do PT durante o escândalo do mensalão e que em sua gestão no governo Lula empregou derrotados nas urnas. Marina rebateu dizendo que o mensalão começou a ser gestado em Minas Gerais, durante campanha do PSDB. E arrematou: "Você falou que eu fui atacada injustamente pelo PT. Eu também fui atacada injustamente por Vossa Excelência, que pela primeira vez na história desse país se uniu com o PT para tentar me desconstituir" (DILMA..., 2014, p. 4).

Essa mudança de postura por parte de Aécio é algo negativo para a imagem de político. Na notícia “Candidatos deixam ataques pessoais de lado, mas mantêm críticas a corrupção”, o jornal aponta que a mudança de postura se deu por meio da avaliação negativa dos eleitores sobre o ritmo que tem norteado os debates entre Dilma e o peessedebista no segundo turno. Mesmo assim o tucano atacou Dilma acusando-a de ser complacente aos escândalos de corrupção na petroleira nacional.

Amparados em pesquisas internas que mostraram certa rejeição à agressividade que predominou no último debate, os dois candidatos à Presidência da República adotaram um tom mais propositivo no confronto deste domingo (19), na TV Record, o penúltimo antes do segundo turno. Em vez das trocas de acusações pessoais de nepotismo e desvios éticos, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) discutiram nos primeiros 30 minutos do evento temas como inflação, desemprego e segurança pública. Apesar disso, focaram na crítica mútua à atuação de uma ou outra gestão, sem a apresentação detalhada do que pretendem de fato fazer. O escândalo da Petrobras não deixou de ser tema do debate. Desta vez, porém, a petista e o tucano trocaram termos como "mentira" e "leviandade" -repetidos várias vezes no debate de quinta-feira (16), no evento do SBT/UOL/Jovem Pan- por palavras como "estorrecedor". Depois do virulento debate da quinta, o PT passou a divulgar a versão de que Aécio foi excessivamente agressivo com Dilma -ela chegou a passar mal momentos após o evento-, o que levou os marqueteiros do tucano a aconselhá-lo a colocar o pé no freio (CANDIDATOS...,2014, p. 1).

Apesar de ambos os candidatos assumirem uma postura de desconstrução da imagem do opositor, na postura de Aécio, segundo eleitores entrevistados pelo Datafolha, é que surte um efeito mais negativo. Na matéria “71% criticam agressividade na eleição”, o peessedebista é o que mais agressivo em relação a petista.

Para 36% dos eleitores, Aécio Neves (PSDB) é o candidato mais agressivo deste segundo turno. Já Dilma Rousseff (PT) pontua 24% nesse quesito. Os dados são de pesquisa Datafolha que foi a campo nesta terça-feira (21). Outros 32% responderam que os dois rivais estão sendo igualmente agressivos. No total, 71% dos eleitores disseram não concordar com a beligerância registrada neste segundo turno. Para eles, a agressividade não faz parte da disputa. Já 27% afirmaram acreditar que a agressividade faz, sim, parte da disputa (71%..., 2014, p. 3).

Até mesmo contestação de pesquisa de intenções de votos foi feita por Aécio. Nas primeiras pesquisas eleitorais do segundo turno, o tucano aparecia à frente de Dilma, porém na segunda semana a petista retoma a liderança da disputa. Na reta final da disputa, pesquisa Datafolha apontava um crescimento de Dilma. A postura do tucano foi de atacar os números da última pesquisa, colocando em questão a credibilidade do instituto que já apresentou o tucano na dianteira. Tal posição pode ser vista na matéria “Aécio contesta pesquisa Datafolha”.

Um dia após o Datafolha apontar Dilma Rousseff (PT) numericamente à frente de Aécio Neves (PSDB), o candidato e o instituto de estudos ligado ao partido rebateram nesta terça-feira (21) os dados da pesquisa. O tucano afirmou que os institutos "devem uma explicação aos brasileiros" por "erros grosseiros" cometidos. De acordo com a pesquisa do Datafolha divulgada na segunda, Dilma tinha 52% das intenções de votos válidos (que excluem nulos e brancos) contra 48% do tucano. O resultado apontava empate técnico no limite da margem de erro. "Se eu me abalasse por pesquisas, não teria tido o resultado que tive no primeiro turno", afirmou Aécio, em entrevista em Campo Grande. O tucano disse que tem pesquisas internas que o colocam "com uma margem enorme" à frente de Dilma Rousseff (PT). "Pelo que nós vimos da pesquisa do primeiro turno, o Datafolha está me dando como eleito", ironizou (AÉCIO..., 2014, p. 4).

Tal postura de ataque assumida pelo candidato do PSDB foi negativa para o candidato especialmente na avaliação do eleitorado feminino. Na matéria especial “Pancadaria eleitoral em 10 frases”, a *Folha de S. Paulo* traz frases dos presidenciáveis e dos apoiadores. As frases relacionadas a Aécio trazem a postura agressiva do candidato em relação a sua opositora e o desrespeito as mulheres.

Aécio tem dificuldade em respeitar as mulheres – propaganda do PT que exhibe cenas de Aécio chamando Luciana Genro (PSOL) e Dilma Rousseff (PT) de “leviana em debates diferentes. (...) Aécio: A senhora está sendo leviana – tucano a Dilma (PT), sobre acusações de que construiu irregularmente o aeroporto de Cláudio (MG), quando geria o Estado (PANCADARIA..., 2014, p. 16).

Essa postura de Aécio reflete a discussão de identidades híbridas descrita por Hall (1997). O autor coloca que o processo mediação da vida social quanto mais mediado pelo mercado global de estilos, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades são desalojadas, de tempos, lugares, histórias e tradições. Se, anteriormente, as antigas formas de ancoragem da identidade (família, trabalho, Religião, entre outras) era necessária para a centralidade da identidade, hoje, com a globalização, fruto da modernidade, essas fontes entram em crise. Como consequência há uma descentralização do sujeito.

O político mineiro que em momentos da carreira política acionou símbolos da mineiridade como a posição conciliatória, a ligação a família, assume uma posição contrária. Na modernidade líquida, conforme apresenta Bauman (2001), as identidades estão em constante construção, como um quebra-cabeça que será completado só no fim da vida (BAUMAN, 2005). Hall (1997; 2005) propõe que as identidades, na pós-modernidade ou modernidade tardia (GIDDENS, 1990, 2002), o indivíduo a edifica de acordo com as condições que lhe são ofertadas. Ou seja, no caso de Aécio, assumir a identidade do político

mineiro a todo o momento não foi possível diante das condições em que o pleito esteve envolvido.

A reflexividade do sujeito, como aponta Bourdieu (1999), é marcada pela capacidade de se tornar apto para agir no mundo social, na medida em que ele próprio esteja constituído pelo próprio mundo social. Todavia, essa sua ação é a todo momento atualizada, modificada, na medida em que o sujeito atua no mundo social. Dentro desta concepção e conforme aponta o sociólogo, o sujeito não age como um mero reproduzidor do mundo, assim, Aécio não seria apenas um reproduzidor da imagem do político mineiro, ele por meio de suas ações, dentro das condições próprias presentes, modifica essa representação. Nenhum sujeito consegue ser autor exclusivo da sua própria ação, tendo em vista que a sua ação se dá também diante da compreensão das condições das estruturas e pela sua trajetória sócio histórica.

6.3.4.4 O político e os escândalos de corrupção

O último pacote interpretativo encontrado nos enquadramentos das notícias analisadas compreende aquelas em que o tucano é associado em escândalos de corrupção e as consequências a sua carreira política a partir de tal fato. Aécio teve uma reviravolta em sua carreira de sucesso, após os vazamentos feitos das delações premiadas dos empresários do Grupo J&S. Porém, denúncias anteriores já o colocavam envolvidos em possíveis benefícios impróprios como na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais e a construção de um aeroporto em terras da fazenda de um dos seus tios, em Cláudio, quando era governador do Estado.

Na notícia “Delator envolve Temer em compra de silêncio de Cunha”, o empresário Joesley Batista relata esquema de pagamento de propinas indevidas a políticos e uma gravação em que Aécio pede ao empresário R\$ 2 milhões. O áudio entre os dois fala da necessidade de envolver alguém que poderia ser eliminado antes de delatar os envolvidos. É desse áudio que saiu a célebre frase: “tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação”⁴² (NEVES, 2017).

Aécio pediu a Joesley Batista R\$ 2 milhões para bancar sua defesa na Lava Jato. “Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação”, teria dito o senador na conversa gravada. Frederico Pacheco de Medeiros, primo e um dos

⁴² “Grampo revela que Aécio pediu R\$ 2 milhões a dono da JBS Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/grampo-revela-que-aecio-pediu-2-milhoes-dono-da-jbs-21353924> Acesso em 10 de novembro de 2018.

coordenadores da campanha presidencial do tucano em 2014, teria recebido quatro entregas de R\$ 500 mil pela JBS (DELATOR..., 2017, p. 4).

A implicação de tal denúncia atingiu de forma intensa o tucano e aliados importantes da sua carreira política. Na notícia “Aécio é afastado do cargo de senador e sua irmã é presa”, o jornal retrata as imbricações após a divulgação do áudio. Andrea Neves, irmã do político foi presa em Belo Horizonte, o tucano foi afastado por decisão do relator da Lava Jato no STF, Edson Fachin das atividades parlamentares e também o seu primo foi preso por envolvimento no fato.

O STF (Supremo Tribunal Federal) determinou nesta quinta-feira (18) o afastamento de Aécio Neves (MG), presidente nacional do PSDB, do cargo de senador. Ele aparece, segundo reportagem do jornal “O Globo”, em gravação pedindo R\$ 2 milhões a donos do frigorífico JBS, que firmaram acordo de delação premiada já homologado pelo STF. (...). Foram cumpridos oito mandados de prisão, todas preventivas, ou seja, sem data para terminar. Um dele foi expedido contra Andrea Neves, irmão (sic) do senador e seu braço direito na política, e outro contra o primo dele Frederico Pacheco de Medeiros (AÉCIO..., 2017, p. A4).

As acusações contra o político não se restringiram apenas ao pedido de R\$ 2 milhões a JBS, mas também a fatos anteriores a carreira do tucano. Na notícia “JBS diz que pagou R\$ 60 milhões em propina a Aécio em 2014”, o jornal informa que em sua delação o empresário Joesley Batista relatou que pagou propina no valor de R\$ 60 milhões ao então candidato tucano, para cobrir gastos de campanha na disputa presidencial de 2014. Além disso, o neto de Tancredo foi acusado de utilizar do mandato para beneficiar interesses da empresa, segundo o empresário.

Executivos da JBS disseram ao Ministério Público que pagaram ao menos R\$ 60 milhões em propina para o senador Aécio Neves (PSDB) em 2014, quando ele concorreu à Presidência e perdeu a disputa para Dilma Rousseff (PT). Segundo a delação premiada do dono da empresa, Joesley Batista, e do lobista Ricardo Saud, o tucano usou o mandato para “beneficiar diretamente interesses do grupo” em troca do dinheiro. O exemplo citado pelo Ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), foi o de que Aécio teria ajudado na liberação de créditos de R\$12, 6 milhões de ICMS da JBS Couros e de crédito de R\$ 11, 5 milhões de ISMS da empresa Da Granja, adquirida pela JBS na compra da Seara (MEGALLE; MATTOSO, 2017, p. A14).

A postura da *Folha* em noticiar aos escândalos de corrupção ligados ao político também pode ser vista na continuidade da matéria supracitada. Com título “Aécio no STF”, o jornal traz para o leitor os oito inquéritos em que o tucano está envolvido dentro do STF. São eles: Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e o recebimento de vantagens por empresas contratadas por Furnas Centrais Elétricas S.A; envolvimento na maquiagem de dados do

Banco Rural para a CPI dos Correios em 2005, com o objetivo de esconder o mensalão mineiro; Recebimento de propina e fraude licitatória no valor de R\$5,2 milhões, além de fraudar licitações, a partir de um cartel de empresas na construção da Cidade Administrativa; Delatores da Odebrecht disseram que em 2010, a pedido do político vantagens indevidas no valor de R\$5, 5 milhões para a campanha de Anastasia em 2010; Delatores da Odebrecht disseram que também que em 2014 foram pagas vantagens indevidas para a campanha de 2014; O tucano teria recebido R\$ 50 milhões da Odebrecht e da Andrade Gutierrez para defender seus interesses na tramitação da obra das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau; Delatores da Odebrecht dizem que em 2014 foi prometido ou efetuado, a pedido de Aécio, pagamento a aliados políticos e as delações de Joesley, em que o tucano é acusado de receber R\$ 2 milhões em espécie por meio de um primo.

Na reportagem veiculada pelo jornal, intitulada “Com ‘ficha caída, tucano vai de quase presidente a senador afastado e vive inferno”. O jornal traz um contraponto da trajetória permeada pelo sucesso e após quase desbancar o PT no pleito mais acirrado desde a redemocratização, em 2015; Aécio agora tem sua imagem manchada com a acusação de envolvimento em corrupção, após pedir propina a JBS para pagamento de defesa na Lava Jato.

De homem que quase desalojou o PT do Poder, o tucano passou a senador afastado pelo STF (Supremo Tribunal Federal), réu com pedido de prisão pendente. A folha ouviu pessoas próximas de Aécio sobre esse processo, em reserva, e não conseguiu resposta do mineiro para falar sobre o tema. Uma assessora sentencia: a fama de 2014, quando saiu de uma campanha desacreditada para a quase vitória, turvou sua capacidade de avaliação. Corroborando essa avaliação, um político que esteve com ele há menos de dois meses saiu do encontro convencido de que Aécio considerava que iria escapar ileso da Operação Lava Jato. Um outro parlamentar, que visitou Aécio na quinta, afirma que “a ficha só caiu agora” (COM..., 2017, p. A8).

As implicações do acordo dos empresários do Grupo J&S atingiu fortemente a carreira de Aécio. Além do afastamento das atividades parlamentares no Senado, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu por duas vezes o pedido de prisão do peessedebista. Após decisão de indeferir prisão de Aécio, o Procurador-Geral recorreu ao STF para pedir novamente a prisão do tucano e de Rocha Loures sob a justificativa de que, por serem influentes e poderosos, as liberdades deles poderiam comprometer as investigações.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) recorreu, nesta segunda-feira (22), da decisão do ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que indeferiu a prisão preventiva do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e do deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), delatados pela JBS. O procurador-geral da

República, Rodrigo Janot, pede a reconsideração da decisão de Fachin e, em caso de negativa, que o recurso seja levado com urgência ao plenário do STF. (...)

De acordo com a PGR, Aécio e Loures só não foram presos em flagrante no momento do recebimento das parcelas da propina para que outras provas fossem coletadas posteriormente. Janot afirma no recurso que os políticos são pessoas “poderosas e influentes”, cuja liberdade “pode levar ao uso espúrio do poder político”. Ao negar o pedido de prisão, Fachin impôs medidas cautelares ao senador e ao deputado, como suspensão das funções parlamentares “ou de qualquer outra função pública”, além de proibição de contatar outro investigado e de sair do país (TUROLLO JR.; CASADO, 2017, p. A12).

A análise deste pacote contribui de forma significativa para o debate da relação entre mídia e política. Como apontam Lima (2004) e Miguel (2004), a mídia desenvolve um importante papel de ator político nas sociedades atuais. O que corrobora com o pensamento de Gomes (2004) em que a mídia atua esfera de visibilidade pública não apenas quando determina o que deve ser exposto, mas, fundamentalmente, quando organiza os conteúdos segundo sua lógica própria de funcionamento. A origem desse processo estaria localizada na própria constituição dos meios de comunicação enquanto “indústrias” de produção da informação. A mídia promove o estabelecimento de formatos padronizados e critérios semiautomáticos de seleção e organização – consolidados em rotinas de produção – para os setores de apuração e de edição do jornalismo empresarial (GOMES, 2004; p. 67).

Por meio dos enquadramentos noticiosos, os jornalistas organizam as notícias para o público consumidor, especialmente pela incapacidade do indivíduo em não dar conta de todos os acontecimentos da sociedade. Diante da lógica construcionista (BERGER; LUCKMANN, 1979), é possível enxergar que o material jornalístico é composto por narrativas (TUCHMAN, 1999). E é por meio da ótica espetacular da política que a transformação do campo político a condições de espetáculo que buscam atender a lógica de drama, ruptura das regularidades e diversão que os escândalos de corrupção atendem aos anseios da mídia. Não que a mídia deseje escândalos de corrupção, todavia, na medida que eles ocorrem, cabe a ela transmitir (narrar) esses fatos.

Outro ponto interessante neste processo é o papel de sistema perito (GIDDENS, 1991) que a mídia exerce com o advento da modernidade. Não só apenas nas coberturas de escândalos de corrupção, mas em toda arena política. Ela apresenta-se como um sistema de excelência técnica ou com competência profissional, capaz de organizar grandes áreas dos ambientes material e social em que se vive hoje. Aí o papel de instância centralizadora da mídia no que refere ao campo da política e opinião pública. Mesmo de forma simplificada, o jornalismo explica os processos da política.

7 CONCLUSÃO

As discussões teóricas presentes nesse estudo que discorrem sobre conceitos importantes da área da Comunicação Política, somadas à análise realizada no material selecionado interessou-se investigar como se deu a (des) construção da imagem de Aécio Neves (PSDB) no jornal *Folha de S. Paulo*, trazem modestas contribuições para este campo que está em processo de consolidação como Ciência no país e, principalmente, colabora também nos estudos realizados em Comunicação Política. Esta dissertação tem a acrescentar na compreensão do papel da mídia na construção e desconstrução de identidades políticas.

A primeira consideração a ser apresentada está por meio da relação entre identidade e modernidade. Por meio da discussão abordada, pôde-se verificar que a modernidade tem contribuído para a fragmentação do sujeito. Nas sociedades pré-modernas, existiam para os indivíduos formas fixas de ancoragem como a família, a escola e a religião. Estas proporcionavam ao sujeito uma identidade quase rígida e única, mesmo que ela sofresse alguma alteração. Tal processo era lento e tornava-se imperceptível para o indivíduo. Entretanto, com o advento da modernidade, instaurou-se um novo processo na sociedade e valores que eram considerados sólidos foram ao longo dos tempos se liquidificando. Com isso, ao indivíduo foi possível questionar a sua relação com a realidade social e a emergência de novos questionamentos oriundos de um olhar crítico desta relação proporcionaram surgir novos posicionamentos para o indivíduo, que antes tinha uma fronteira rígida que impedia tal processo.

Tais fronteiras não se resumem apenas a barreiras físicas, mas, também, as barreiras espaço-temporais. A modernidade rompeu com a fronteira de tempo e espaço, emergindo assim duas correntes na vida social. A primeira foi a tecnológica que desenvolveu de forma significativa novas tecnologias que modificaram a relação do indivíduo com a realidade. Hoje, novas tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) oferecem uma possibilidade nunca pensada nas sociedades pré-modernas, com o rompimento das linhas delimitadoras de fronteiras espaço-temporal. Hoje, o sujeito tem acesso à informação de forma instantânea. Os acontecimentos de todo o mundo podem ser vistos e percebidos como os acontecimentos que acontecem ao seu redor. As novas TICs transformaram o modo de como o indivíduo interage com a realidade, quanto em nível pessoal como em nível social. No âmbito pessoal, o sujeito consegue se perceber um ator importante no mundo contemporâneo, porém, percebe-se mais um no meio de bilhões e tudo se torna muito frágil e volátil para si. Assim, este indivíduo a fim de buscar uma centralidade do seu eu em relação aos outros torna-se

individualista, mesmo que tenha apelos a causas sociais coletivas. No âmbito social, as novas tecnologias oferecem uma nova forma do agir social. Cada vez mais as nossas relações do dia a dia são dependentes de dispositivos tecnológicos e, se antes muitas de nossas relações eram apenas mediadas, por meio da globalização - fruto da modernidade - acrescidos à convergência e maturação tecnológica, hoje são midiaticizadas. A atuação dos meios de comunicação afeta intensamente as práticas e relações entre os atores sociais – individuais e coletivos – na contemporaneidade. Assim, cada vez mais as tecnologias, as técnicas, as lógicas, as estratégias e as linguagens das mídias passam a fazer parte da esfera dos vários campos sociais, inclusive o da política.

O processo emancipatório oriundo da modernidade aconteceu de forma simultânea ao tecnológico. Valores revolucionários modernos, emergidos especialmente da Revolução Francesa e a Revolução Industrial, propiciaram a constituição dos valores modernos. Tais valores como da individualidade, da autonomia, da liberdade, através da razão humana, instituíram um novo pensamento sociopolítico e cultural à sociedade. Não é mais Deus (ou deuses) que está no centro do mundo (teocentrismo), mas sim a razão humana (antropocentrismo). Por meio da emancipação dos dogmas religiosos que eram centrais nas sociedades pré-modernas, emergem novos valores humanos. E, neste ponto, surge a fragmentação do sujeito e, como consequência, o hibridismo identitário. Autores como Hall (1997; 2005) e Bauman (2005) argumentam que o processo de construção de identidades está em constante mudança. O que antes era herdado socialmente, hoje, é construído como um jogo de quebra-cabeças e depende da sua relação com o mundo, ou seja, a sua identidade é algo relacional (WOODWARD, 2005).

Outra contribuição oferecida nessa dissertação está ligada à relação entre modernidade e mídia. O desenvolvimento da imprensa aconteceu devido à Revolução Industrial e, com a criação da máquina de imprensa, o jornalismo pôde se desenvolver ao que temos hoje, mas não só o jornalismo, mas todo o processo comunicacional. Se antes a relação face a face era a principal forma de se comunicar, hoje, por meio de dispositivos tecnológicos, é possível se comunicar com as mais remotas regiões do mundo de forma instantânea. Essas tecnologias, desenvolvidas ao longo do tempo, deram a mídia um papel de centralidade na sociedade e por meio da instância midiática é que o indivíduo conseguiu ampliar a sua relação com a realidade. O caráter de sistema perito da mídia em organizar os acontecimentos do mundo e por critérios de seleção, ênfase e produção, torná-los públicos, colaborou com a sua capacidade de não apenas ser um ator social no que tange a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1995), mas também como um ator político, principalmente

quando o campo político se adequou à lógica midiática para dela se beneficiar. Por meio do caráter espetacular da mídia, o campo da política, especialmente os momentos de disputas de poder e eleitoral, tornou-se um jogo de encenação. O debate das ideias é deixado de lado e se volta para o desempenho do melhor papel. Ou seja, o ator político vitorioso, muitas vezes, será aquele que mais se apropriou da lógica midiática e executou o melhor personagem. Alguns autores apontam que o processo de espetacularização da política sempre foi presente na sociedade (GOMES, 2004; WEBER, 2007; LEAL, 2012), porém, essa nova ambiência em que os discursos midiáticos ganham uma mídia específica e atingem um público cada vez maior, numa velocidade nunca antes imaginada, o papel de centralidade da mídia também está ligada ao seu papel como forma hegemônica de experiência e de conhecimento da vida, do real e do mundo. Acrescem-se também a estes fatores a força dos meios culturais midiáticos para organizar e difundir comportamentos, valores, etc. e a influência da comunicação midiática sobre o pensar e o sentir da sociedade e dos indivíduos (RUBIM, 2000).

Por compreender este processo e pelas disputas de poder entre si, o campo político tem se resumido a um personalismo crescente e as mídias digitais têm sido uma forma de espaço contra hegemônico para que o agente político não necessariamente precise somente da mídia tradicional para imprimir a sua imagem e o seu discurso. Estas mídias contribuíram para que o sujeito possa interagir com o agente político. Um candidato, por exemplo, pode recorrer às redes sociais como forma de contato com os eleitores. Este novo espaço que antes não era possível na grande mídia também fornece um processo do fortalecimento da imagem do político, pois nesta nova ambiência ele possui alguns mecanismos de controle em muitas vezes não possui na mídia tradicional.

O estudo também observou o fascínio da mídia em cobrir escândalos políticos. Houve um grande número de matérias a respeito a um possível envolvimento em esquemas de corrupção. Essa postura de dar maior enfoque nesses tipos de eventos colabora para uma desconstrução do campo político. No caso de Aécio, um político de alto escalão, que era um nome forte para o pleito eleitoral presidencial de 2018, ao estar associado em um pedido de propina, coloca também a credibilidade do campo político em xeque. E a mídia, ao dar um enquadramento extensivo a tais fatos contribui para o fortalecimento do discurso antipolítico e oferece uma nova ambiência de opinião pública para surgir figuras *outsiders* desse sistema. Sendo assim, quanto mais há uma descredibilização do campo político, mais há a credibilização do discurso não-político. Ao perceberem tal momento, candidatos *insiders*, mas sem grande repercussão nacional que se colocam como peças fora da política tradicional

(Jair Bolsonaro) e candidatos *outsiders* (Romeu Zema, Wilson Witzel, Ibanês Rocha) surgem e ganham vantagem sobre os tradicionais, por adotarem um discurso antissistêmico.

A fim de oferecer uma outra contribuição, deve ser retomada aqui a questão da identidade como algo relacional e que está em constante transformação. Ao pensar na mitologia da mineiridade e como se dá o entendimento do político mineiro, a figura de Aécio Neves, objeto deste estudo, dialoga com os debates feitos nesta dissertação. A trajetória de sucesso que foi percorrida pelo político foi algo que emergiu de uma herança personalista do seu avô. Tanto Aécio como a mídia, neste caso a *Folha de S. Paulo*, utilizaram-se desta estratégia para enquadrar notícias ligadas ao candidato. A relação entre a teoria e a análise do material empírico proporcionaram verificar que, por meio do pacote interpretativo “Características da política da mineiridade”, o valor familiar, especialmente na figura Tancredo Neves, algo presente na mitologia da mineiridade (ARRUDA, 1990, FRANÇA, 1998, VASCONCELOS, 1999), foi acionado a fim de trazer a imagem de político mineiro. Agregando-se aos atributos, foram apresentadas também, a imagem de líder conciliador que caracteriza os políticos vindos de Minas. A capacidade conciliatória também foi acionada em notícias do jornal para personificar esse pressuposto presente no ideário da política da mineiridade.

Porém, a mesma análise possibilitou trazer um novo olhar a respeito da imagem do peessedebista. A figura de “bom moço” que esteve ligada à imagem do tucano não é algo que sempre foi retratado, especialmente nos momentos de disputas de poder. O político mineiro esteve ligado em articulações para garantir a sua vitória, algo comum à disputa política, mas, ao assumir tal postura, Aécio abandona a figura de líder conciliador e revela um projeto pessoal de busca de poder. Nas eleições para a presidência da Câmara dos Deputados, o tucano iniciou uma cruzada somente para a sua eleição e, mesmo contrariando alguns acordos maiores, conseguiu chegar ao objetivo, com apoio da maioria da Câmara. Foi possível identificar a imagem de político estrategista, uma habilidade em utilizar de estratégias para alcançar os seus objetivos.

A pesquisa também aponta uma outra imagem de Aécio. A análise possibilitou desvelar um político agressivo, que assumiu uma postura de ataque e, na busca por alcançar a vitória, adotou um tom bélico perante os seus opositores. As diversas manifestações do neto de Tancredo nas notícias analisadas que englobam tal pacote interpretativo indicam uma postura diferente que reflete a política da mineiridade que, em muitos momentos, foram acionadas na carreira do político.

Por fim, foi possível identificar a sua derrocada quando o seu nome foi relacionado a escândalos de corrupção. Aécio até o momento, apesar da postura de ataque e busca de poder não teve sua imagem abalada de forma tão significativa quanto ao aparecimento de tais fatos. O mineiro foi denunciado por pedir propina a JBS e por estar envolvido em obstrução de justiça. Mesmo tendo anteriormente sido citados em outros depoimentos da investigação da lava Jato, feitos por empreiteiros da Odebrecht e possível envolvimento em licitação fraudulenta na construção da cidade administrativa e do aeroporto em Cláudio, foi na delação da JBS que o tucano sentiu o peso por ter se associado a esquemas de corrupção. Ao rever a sua trajetória política, principalmente, após o desempenho das eleições em 2014, por quase derrotar o PT que disputava o seu quarto mandato à frente do país, naturalmente o peessedebista era o principal nome para o pleito presidencial de 2018, entretanto, tal caminho foi interrompido pela denúncia que implicou na prisão de sua irmã, aliada e braço direito, Andrea Neves, na admissibilidade da denúncia por parte do STF, o seu afastamento por parte do Supremo. Uma trajetória de sucesso alicerçada na política da mineiridade foi desconstruída após envolvimento em escândalos de corrupção.

Assim, pode-se afirmar que Aécio Neves utilizou da política da mineiridade que foi acionada em sua trajetória política, porém o tucano também oscilou na manutenção de tal personagem. Ao acionar os valores como a herança familiar, tanto a política conciliatória, o jornal e o político construíram uma imagem que atendem aos pressupostos do que é ser político mineiro, compondo assim o pacote interpretativo “Características da política da mineiridade”. Todavia, especialmente, em momentos de disputa, revelou uma postura de ataque em busca de poder e vitória, refletindo as identidades híbridas (HALL, 1997). Ao estar envolvido em escândalos de corrupção, há sim a desconstrução da sua imagem diante da ótica da mineiridade. No entanto, a desconstrução se dá também em outros momentos analisados. Quando candidato à presidência da Câmara dos Deputados, já se revela um político que apresenta uma outra face, não a da mineiridade, mas sim de estar ligados a disputas de poder. Nos dois recortes que abrangem o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais de 2014, já é demonstrado um outro comportamento, a de um político que parte para o ataque com uma postura ofensiva e belicosa.

Outro fator interessante está que nos momentos de disputas em que ele esteve inserido analisados nessa pesquisa, a imagem do político mineiro que o tucano imprimia, especialmente por ter criado a sua carreira política no Estado, não foi suficiente. Assim tornou-se necessário acrescentar ao seu personagem outras faces, ou seja, a imagem de político mineiro, marcada pela capacidade conciliatória em busca de um bem maior, de

habilidade estrategista para lidar com os momentos de crises visando uma estabilidade, não bastava para os momentos analisados. Essa mudança de postura se dá, como mesmo aponta Hall (1997), a partir da relação com o ambiente em que está inserido, e diante das circunstâncias dos acontecimentos. A metáfora baumaniana da identidade como um quebra-cabeça (BAUMAN, 2000) que está em constante processo de montagem dialoga com o que abordamos. Mesmo tendo construído a sua trajetória política diante dos pressupostos da política da mineiridade, o tucano teve que encaixar no “quebra-cabeça” da sua identidade outras peças e que este processo não foi finalizado, pois em muitos outros momentos, novas peças serão acrescentadas e outras descartadas, pois o contexto em que estiver inserido será outro.

De fato, pode-se confirmar o caráter da mídia como ator social e agente construtor da realidade, por meio de suas matérias e enquadramentos. Como apontam Lima (2006) e Gomes (2004), a política apropria-se de algumas características midiáticas, como o drama, a emoção e a personalização, para construir sua narrativa e se aproximar da sociedade de modo que seu conteúdo se torne palatável e atraente e, ao mesmo tempo, conquiste a visibilidade midiática. O tucano, ao trazer os pressupostos do político mineiro e o jornal ao enquadrar alguns acontecimentos diante de tal pacote, colabora para a encenação e construção do personagem. Ao tomar posturas diferentes em relação ao ator político em momentos distintos, o jornal revela que a sua postura se dá de acordo com o momento vivido e não foge à lógica dos critérios de noticiabilidade diante dos fatos ocorridos. Além disso, o sujeito constrói a sua identidade de acordo com as condições que lhe são ofertadas na sua relação com a realidade social. Ele não consegue ter o controle de um todo. Se a *Folha*, de certa forma, optasse por amenizar ou até mesmo blindar o tucano através de um outro enquadramento, ela assumiria uma postura contra os fatos e se colocaria em uma posição difícil diante de seus leitores. Nesse sentido, o jornal, junto a outros atores sociais – atores políticos, judiciais e midiáticos, ajudou na desconstrução da imagem de Aécio Neves, mostrando que, neste caso, o político outrora “bom moço” e conciliador tinha um tom muito mais bélico e agressivo, chegando a ameaçar os que se colocassem em seu caminho ou fosse obstáculo a seus planos pessoais e políticos, tornando-se, no enredo, um “vilão”.

REFERÊNCIAS

71% criticam agressividade na eleição. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.248, 22 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

ACUSAÇÃO de doleiro indica caixa dois, afirma Aécio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 25 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.

AÉCIO apela a contrarrêneos para chegar ao 2º turno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.225, 29 setembro 2014. Eleições 2014, p. 6.

AÉCIO contesta pesquisa Datafolha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.248, 22 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.

AÉCIO diz que “falta indignação” a petista sobre erros na Petrobrás. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.225, 29 setembro 2014. Eleições 2014, p. 5.

AÉCIO é afastado do cargo de senador e sua irmã é presa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.189, 19 maio 2017. Poder, p. A4.

AÉCIO empata com Marina na briga para enfrentar Dilma no 2º turno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.229, 3 outubro 2014. Eleições 2014, p. 1.

AÉCIO lança programa de governo em versão reduzida. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.226, 30 setembro 2014. Eleições 2014, p. 4.

AÉCIO no STF. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.190, 20 maio 2017. Poder, p. A14.

AÉCIO se saiu melhor em debate para 22%; 16% apontam Dilma. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.247, 21 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política: Democracia, Cidadania e Meios de Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALÉM do áudio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.192, 22 maio 2017. Poder, p. A14.

ANDRADE, Durval Ângelo. **Herança Maldita – O desgoverno tucano em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Expressa, 2015.

ANDREA Neves reclama de ataques. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.246, 20 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.

ÂNGELO, Marcel Henrique. **Vozes das Montanhas: a representação do político mineiro em textos de Aécio Neves**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2005.

ARAÚJO, Inácio. O 1º round na TV. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.227, 1º outubro 2014. Eleições 2014, p. 8.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade – o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

- BACHA, Edmar. Por que voto em Aécio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 26 outubro 2014. FOLHA 10, p. IM22-IM23.
- BARBATO, Luiz Fernando Torquato. Os portugueses no projeto de construção da identidade nacional brasileira: olhares oitocentistas. *In: **Identidade Nacional Brasileira: história e historiografia** / Luiz Fernando Barbato (org.)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEIRIGO, Isabel Cristina Felipe. Apropriações e reapropriações da memória mineira: Minas na articulação do golpe de 1964 e Minas no período de redemocratização. **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia**. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.
- BERGAMO, Mônica. Ala do Senado quer enfrentar Fachin para não afastar Aécio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.191, 21 maio 2017. Poder, p. A8.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BORBA, Felipe. **Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras**. Opinião Pública, Campinas, vol. 21, nº 2, 2015, p. 268-295.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, 2011, p. 193-216.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANDIDATO tucano pretende vender apartamentos funcionais da Câmara. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.246, p. A6, 10 fevereiro 2001.
- CANDIDATOS deixam ataques pessoais de lado, mas mantêm críticas a corrupção. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.246, 20 outubro 2014. Eleições 2014, p. 1.
- CARLON, Mário. Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. *In: CASTRO, P. César (Org.)*. **Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?** Maceió: EDUFAL, 2015. p. 211-232.
- CARNEIRO, M.; LIMA D. Aécio quer baixar meta de inflação para 3%. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.230, 4 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.
- CARVALHO, Mário Cesar. Espetacular, ação é a mais usada em filmes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.187, 18 maio 2017. Poder, p. A6.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2008.
- CHURCHILL. Direção de Jonathan Teplitzky. Reino Unido: Cohen Media Group, 2017, 1 DVD, (98 min.).

COM ‘ficha caída’, tucano vai de quase presidente a senador afastado e vive inferno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.191, 21 maio 2017. Poder, p. A8.

COM apoio velado de FHC, Jader e Aécio são favoritos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.250, p. A2, 14 fevereiro 2001.

CORRUPÇÃO e troca de acusações pautam o último debate. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 25 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.

CRUZ, V.; LIMA, D. O fantasma de Aécio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 26 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DE LULA a Aécio, JBS relata propina a 1.829 candidatos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.190, 20 maio 2017. Poder, p. A5.

DEBORD, Gui. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELATOR envolve Temer em compra de silêncio de Cunha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.187, 18 maio 2017. Poder, p. A4.

DIAS, M.; LIMA, D.; BRAGON, R. Marina afirma que irá procurar PSDB, e Aécio dobra militância na reta final. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.228, 2 outubro 2014. Eleições 2014, p. 1.

DILMA e Aécio repetem embate sobre paternidade de programas sociais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.246, 20 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

DILMA, Aécio e Marina fazem o debate mais tenso da campanha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.229, 3 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.

DOLEIRO acusa Lula e Dilma; PT fala em terrorismo, e Aécio, em caixa dois. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 25 outubro 2014. Eleições 2014, p. 1.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. São Paulo: Cortez, 1984, p.7-31.

DULCI, Otávio Soares. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais. **Textos Sociologia Antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ELEIÇÃO acirrada deixa plataformas de lado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.244, p. A6, 08 fevereiro 2001.

EM BH, Dilma diz não temer 2º turno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.231, 5 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

EMPRESÁRIO diz que Aécio pediu propina. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.187, 18 maio 2017. Poder, p. A7.

ENTAMAN, Robert Mathew. Framing U.S. Coverage of International News: Contrast in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**; Autumn: 1991, p. 6-27.

ENTENDA a conversa entre Temer e Joesley. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.192, 22 maio 2017. Poder, p. A12.

ESVAZIADOS protestos da esquerda pedem 'Fora Temer' e 'Diretas Já'. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.192, 22 maio 2017. Poder, p. A8.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A. de; LEAL, P. R. F.; MARTINS, T. F. Campanha permanente de Dilma Rousseff: uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais. *Mediações Sociais*, nº 15, 2016, p. 81-100.

FERNANDES, Maria Cristina. **Os candidatos: 2º turno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FERRAZ, Lucas. Procuradoria vai investigar Aécio sobre Aeroporto. Aécio contesta pesquisa Datafolha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.248, 22 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.

FERREIRA, F.; BÄCHTOLD, F. Delação da JBS fugiu de roteiro de outros acordos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.192, 22 maio 2017. Poder, p. A10.

FILIPPE, Delton Aparecido. A população negra no projeto da identidade nacional brasileira: um olhar para a sua história e sua educação. In: BARBATO, L. F. (org). *In: Identidade Nacional Brasileira: história e historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 1, n. 1, 2009, p. 115-126.

FONSECA JUNIOR, Wilson Correa da. Análise de conteúdo. *In: DUARTE, J. e BARROS, A. (orgs). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2010.

FOREQUE, F.; PATU, G. Plano de Aécio para educação custará 5 vezes o Bolsa Família. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.247, 21 outubro 2014. Eleições 2014, p. 5.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornalismo mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, Vol. 95, n. 1, 1989, p. 1-37.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIELOW, I.; CRUZ, V. Tucano aposta em choque na largada para conquistar apoio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 26 outubro 2014. Eleições 2014, p. 5.

GOFFMAN Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2002.

- GOIS, C.; IGLESIAS, S. **O lado B dos candidatos**. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUIDA, A. M.; EVANGELISTA, J. S. De Minas para o mundo. **UFJF**. Juiz de Fora: v. 2, 2005, p. 1-5.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: das identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HISTÓRIAS de uma imprensa dócil demais. **Revista Fórum**. Santos. Disponível em: https://revistaforum.com.br/digital/159/aecio-neves-e-midia-silenciada-em-mg/?fbclid=IwAR2DMZjD0vvqdsEt6s2EOCKzIWms0n6SIPYs4tcuIAZj5t1-_r_V_xiF6hU. Acesso em: 24 jan. 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.
- LANDIM, R.; AGOSTINI, R. JBS teve ‘aula de delação’ 15 dias antes de gravar Temer. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.191, 21 maio 2017. Poder, p. A9.
- LEAL, P. R. F.; ROSSINI, P. As campanhas eleitorais no contexto da política personalizada. **Comunicação Política e Eleitoral no Brasil: Perspectivas e Limitações no dinamismo Político/ QUEIROZ, A. C. F.; TOMAZIELO, P. S.; MACEDO R. G. (orgs)**. São Paulo: Politicom, 2012.
- LEAL. Paulo Roberto Figueira. Os riscos do personalismo na política. **A3**, Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 12.
- LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e política de migração**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- LIBLICK, Carmen Silva Fonseca Kummer. A saúde do homem rural e sua integração à identidade nacional na Primeira República. *In: Identidade Nacional Brasileira: história e historiografia / Luiz Fernando Barbatto (org.)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
- LIMA, D.; CRUZ, V.; SADI, A. Na Tv, Aécio diz que é vítima de atentados à sua honra. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.249, 23 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.
- LIMA, Daniela. Aécio aposta na máquina partidária contra PT. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.227, 1º outubro 2014. Eleições 2014, p. 5.
- LIMA, Daniela. Entre o céu e o inferno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.231, 5 outubro 2014. Eleições 2014, p. 5.

- LIMA, Venício. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- LIMA, Venício. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LIMA, Daniela. Dilma perde qual for o resultado, afirma Aécio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.250, 24 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MAGALHÃES, JOÃO CARLOS. SNI via em Aécio um moderado de esquerda. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.250, 24 outubro 2014. Eleições 2014, p. 10.
- MANIN, Bernard. "As Metamorfoses do Governo Representativo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, 1995, p. 5-34.
- MARREIRO, F.; COELHO, L.; MELLO, P. C. Campo Minado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.247, 21 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.
- MEGALE, B.; MATTOSO, C. JBS diz que pagou R\$ 60 milhões em propina a Aécio em 2014. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.190, 20 maio 2017. Poder, p. A14.
- MELLO, Patrícia Campos. **Pivô de Crise no Itamaraty declara voto em Aécio**. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.249, 23 outubro 2014. Mundo, p. A3.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Dossiê "Mídia E Política". In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 21: Jun. 2004: p. 7-12.
- MORAES, D. S. N. Monteiro Lobato e Identidade Nacional: contrassensos. **Identidade Nacional Brasileira: história e historiografia** / Luiz Fernando Barbato (org.). Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
- MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., GUIMARÃES, V. (Orgs.). **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 7-29.
- MUSSE, C. F.; PERNISA, M. B. Traços da mineiridade nos telejornais da TV Alterosa e da Rede Minas. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. **40 anos de Telejornalismo em Rede Nacional**. Florianópolis: Insular, 2009.
- NETO. Antônio Fausto. Discurso Político e Mídia. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens** / Antonio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: Edufba, 2004.
- NEVES, Aécio. Tancredo contava contos de assombração. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.230, 4 outubro 2014. Eleições 2014, p. 4.
- O ESTADO DE S. PAULO. **Conheça o jornal**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm> . Acesso em 17 de janeiro de 2020.
- O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- ODEBRECHT vs. JBS. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.192, 23 maio 2017. Poder, p. A8.

ODILLA, Fernanda. Aécio acusa campanha do PT de não declarar gastos com Correios. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.230, 4 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

ODILLA, Fernanda. Justiça tira ataques de candidatos do ar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.246, 20 outubro 2014. Eleições 2014, p. 7.

OLIVEIRA, L. A.; FIGUEIRA LEAL, P. R. MIRA, G. F. P. A construção da imagem de Aécio Neves na disputa presidencial de 2014 sob a perspectiva da cultura da mineiridade. **Razón y Palabra**, v. 19, n. 3_91, p. 568-584, 1 nov. 2015.

OLIVEIRA, L. A.; FIGUEIRA LEAL, P. R. A Disputa pelo Sentido da Mineiridade: A Construção da Imagem de Aécio Neves na Disputa Presidencial de 2014. **Novos Olhares (USP)**, v. 5, p. 29-44, 2016.

PANCADARIA eleitoral em 10 frases. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.252, 26 outubro 2014. Folha Corrida, p. C16.

PARA Aécio pesquisa indica vitória; Inocêncio vê um segundo turno. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.248, p. A4, 12 fevereiro 2001.

PARTIDO realiza jantar em clima de “já ganhou”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26245, p. A4, 09 fevereiro 2001.

PELLENZ, M.; BASTIANI, A. C. B. de. Pós Constituição Federal de 1988: a Democracia representativa está em crise? **Revista Videre**, v. 7, n. 13, p. 92-108, 2015.

PESSOA, Camila Mont’Alverne Barreto de Paula. **Pródigo em decisões contra o interesse público**: imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais o Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PETISTAS e tucanos são vistos como vencedores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.231, 5 outubro 2014. Eleições 2014, p. 7.

PFL tenta adiar as eleições; PMDB quer impugnar ACM. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.248, p. A2, 12 fevereiro 2001.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *Revista Digital Biblioteca Científica*. Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: **Comunicação e política**: conceitos e abordagens / Antonio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: Edufba, 2004.

PORTO, Mauro Porto. **A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA**: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, Cadernos do CEAM, Ano II, n. 6, 2001, p. 11-32.

PORTO, Mauro Porto. **A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA**: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, Cadernos do CEAM, Ano II, n. 6, 2001, p. 11-32.

PORTO, Mauro Porto. Enquadramentos da mídia e política. 26 Encontro anual ANPOCS. **Anais**. Caxambu, 22 a 26 set. 2002

PORTO, Mauro Porto. Enquadramentos da mídia e política. 26 Encontro anual ANPOCS. **Anais**. Caxambu, 22 a 26 set. 2002

PRESIDENTE pretende evitar isolamento de PFL. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 80, nº 26.250, p. A7, 14 fevereiro 2001.

PRONUNCIAMENTO traz dúvidas e omissões. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.191, 21 maio 2017. Poder, p. A8.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, jan. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2886/3141>. Acesso em: 20 Set. 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático”. In: MOIULLAUD, Maurice; DAYRELL, Sérgio (Orgs.). **Jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da UNB, 2002, p.217-234.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

RUBIM, Antônio Alberto Canelas. **A contemporaneidade como idade média**. Interface (Botucatu). 2000, vol.4, n.7, pp.25-36.

RUBIM, Antônio Alberto Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens** / Antonio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Antônio Alberto Canelas. Espetacularização e Mdiatização da Política. In.: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 181-221. 2004

RUBIM, Antônio Alberto Canelas. Espetacularização e midiatização da política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens** / Antonio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: Edufba, 2004.

SALLES, Y.; ARAGÃO, A. Apoio de atriz a tucano foi ação de marketing. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.248, 22 outubro 2014. Eleições 2014, p. 6.

SCHWARTZENBERG, Róger-Gérard. **O Estado espetáculo** – Ensaio sobre e contra o Star System em política. – São Paulo, SP: Círculo dos Livros, 1977.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward: Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TEMER destaca saída; áudio sobre Cunha não é conclusivo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 32.189, 19 maio 2017. Poder, p. A4.

TERENZI, G.; AZEVEDO, R.; MORI, L. Na Tv, ¼ do tempo foi destinado a ataques. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 31.251, 25 outubro 2014. Eleições 2014, p. 5.

THIESSE. Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Europe XVIII - XX. Paris: Editions du Seuil, 1999.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John Brookshire. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, N. (Ed.). **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva Editora, 2000a. p.13-43.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva Editora, 2000b.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

TUCANO busca reação para ir ao segundo turno. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, ano 94, nº 31.231, 5 outubro 2014. Eleições 2014, p. 9.

TUCANO diz que não teme o PT e vai libertar o país. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, ano 94, nº 31.248, 22 outubro 2014. Eleições 2014, p. 3.

TUCANO tem 48% e está próximo de vencer no 1º turno na Câmara. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, ano 80, nº 26.247, p. A13, 11 fevereiro 2001.

TUCHMAN, Gaye. Contando 'estórias'. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

TUROLLO JR. R.; CASADO, L. Janot recorre de decisão de Fachin e volta a pedir prisão de Aécio. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, ano 97, nº 32.192, 23 maio 2017. Poder, p. A12.

VASCONCELOS, Jose Luiz de. **O enigma da mineiridade: característica ou mera suposição?** Porto Alegre: Editora dos Autores Médicos, 1999.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES.** São Paulo, v. 8, nº 1, p. 13-19, jan./jun. 2014

VOTO pefelista impulsionou nome de tucano. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, ano 80, nº 26.250, p. A7, 14 fevereiro 2001.

WATTENBERG, Martin. **The Rise of Candidate- Centered Politics – Presidential Elections of the 1980s.** Cambridge, Harvard University Press, 1991.